ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 50

Brasília - DF, terça-feira, 16 de março de 2021

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 4
Atos do Poder Executivo 5
Presidência da República 8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Cidadania 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 13
Ministério das Comunicações 13
Ministério da Defesa 15
Ministério do Desenvolvimento Regional 15
Ministério da Economia 16
Ministério da Educação 31
Ministério da Infraestrutura 33
Ministério da Justiça e Segurança Pública 36
Ministério de Minas e Energia 40
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 48
Ministério da Saúde 50
Ministério do Turismo 76
Tribunal de Contas da União 78
Poder Judiciário 137
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 139

..... Esta edição completa do DOU é composta de 141 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.481 **(1)**

ORIGEM : ADI - 50517 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
INTDO.(A/S) : CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF
ADV.(A/S) : ANTONIO CÉSAR CAVALCANTI JÚNIOR (0001617A/DF)

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), no sentido de **julgar procedente a presente ação direta, para declarar a inconstitucionalidade material do inciso III e dos §§ 1º e 2º do art. 18 da Resolução 2/2003 do Conselho Federal de Psicologia, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin.** Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 20.9.2018.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Edson Fachin, que divergia do Relator para julgar improcedente o pedido formulado na ação direta, no que foi acompanhado pela Ministra Rosa Weber, pediu vista dos autos a Ministra Cármen Lúcia. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Luiz Fux e Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 11.9.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade material do inciso III e dos §§ 1º e 2º do art. 18 da Resolução 2/2003 do Conselho Federal de Psicologia, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Dias Toffoli e Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.729 **(2)**

ORIGEM : 5729 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : GILSON LANGARO DIPP (5112/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : UNAFISCO NACIONAL - ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCELO BAYEH (270889/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO TRANSPARENCIA E INTEGRIDADE
ADV.(A/S) : JORGE HAGE SOBRINHO (47376/DF)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO - IASP
ADV.(A/S) : JOSE HORACIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS
ADV.(A/S) : ALBERTO EMANUEL ALBERTIN MALTA (46056/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedentes os pedidos formulados na ação direta, a fim de declarar a constitucionalidade dos §§ 1º e 2º do art. 7º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016; fixou a seguinte tese: "É constitucional a vedação ao compartilhamento de informações prestadas pelos aderentes ao RERCT com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como a equiparação da divulgação dessas informações à quebra do sigilo fiscal"; e julgou prejudicado o pedido de declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 32 da Instrução Normativa RFB nº 1.627/2016 e do artigo 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.704/2017, tudo nos termos do voto do Relator, vencido parcialmente o Ministro Ricardo Lewandowski. Falaram: pelo requerente, o Dr. Rafael de Alencar Araripe Carneiro; e, pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Peritos Criminais Federais, o Dr. Cláudio de Azevedo Barbosa. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.773 **(3)**

ORIGEM : 5773 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHAO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAIBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANA
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do art. 7º, inc. III, da Lei Complementar 30/1993 do Estado de Minas Gerais, pediu vista dos autos a Ministra Cármen Lúcia. Falaram, pelo interessado Governador do Estado de Minas Gerais, a Dra. Vanessa Saraiva de Abreu, Procuradora do Estado; e, pelo *amicus curiae* Estado de São Paulo, o Dr. Daniel Henrique Ferreira Tolentino, Procurador do Estado. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 6.2.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto da Ministra Cármen Lúcia, Redatora para o acórdão, vencido o Ministro Alexandre de Moraes (Relator). Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.962 **(4)**

ORIGEM : 5962 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : ABRAFIX - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CONCESSIONARIAS DE SERVICO TELEFONICO FIXO COMUTADO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : TATIANA CAMPOS MATOS GUIDICINI (100244/MG, 230142/RJ, 441448/SP)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos, em menor extensão, o Ministro Nunes Marques, e, em maior extensão, os Ministros Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Falaram: pelas requerentes, o Dr. Saul Tourinho Leal; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 25.02.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.044 **(5)**

ORIGEM : 6044 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : CARLA DE OLIVEIRA RODRIGUES (33657/DF)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, que convertiam o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito para julgar improcedente a ação direta e declarar constitucional o § 9º do artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), introduzido pelo artigo 2º da Lei nacional nº 13.107/15, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 16.10.2020 a 23.10.2020.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento da medida cautelar em definitivo de mérito para julgar improcedente a ação direta e declarar constitucional o § 9º do artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), introduzido pelo artigo 2º da Lei nacional nº 13.107/15, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.617 **(6)**

ORIGEM	: 6617 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARAÍBA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 15, incisos V e VI, da Constituição do Estado da Paraíba, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.625 **(7)**

ORIGEM	: 6625 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S)	: BRUNO LUNARDI GONCALVES (62880/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, referendou a concessão parcial da medida cautelar pleiteada para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8° da Lei n° 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de excluir de seu âmbito de aplicação as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3°, 3°-A, 3°-B, 3°-C, 3°-D, 3°-E, 3°-F, 3°-G, 3°-H e 3°-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou, pela requerente, a Dra. Kamila Rodrigues Rosenda. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.631 **(8)**

ORIGEM	: 6631 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S)	: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S)	: LUCAS DE CASTRO RIVAS (46431/DF)
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DO SENADO FEDERAL
AGDO.(A/S)	: SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.441 **(9)**

ORIGEM	: ADI - 5441 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
EMBTE.(S)	: SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINJUSC
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO (12391A/SC) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: MARLUCE MACIEL BRITTO ARAGÃO (32148/DF)
ADV.(A/S)	: FABRIZIO COSTA RIZZON (19111/SC)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ASTC
ADV.(A/S)	: LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR (17935/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - SINDALESC
ADV.(A/S)	: PÉRICLES LUIZ MEDEIROS PRADE (06840A/SC)
ADV.(A/S)	: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SATA CATARINA - SINDICONTAS/SC
ADV.(A/S)	: MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33964/DF)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA - ASSEMP/SC
ADV.(A/S)	: RODRIGO VALGAS DOS SANTOS (10006/SC)
ADV.(A/S)	: RUY SAMUEL ESPÍNDOLA (9186/SC)
ADV.(A/S)	: PAULO AFONSO MALHEIROS CABRAL (26376/SC)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE/SC
ADV.(A/S)	: HAMILTON HOBUS HOEMKE (37568/SC)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS - FENAJUD
ADV.(A/S)	: RUBIA GONCALVES SILVA GABRIEL (40733/DF)
ADV.(A/S)	: ARAO JOSE GABRIEL NETO (44315/DF)

Decisão: (ED) Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que não conheciam dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae* SINDJUSC, CSPB, ASTC e SINDICONTAS/SC; e acolhiam parcialmente os embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para, modulando os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pronunciada pelo Plenário, afastar a possibilidade de ressarcimento dos valores recebidos com fundamento nos dispositivos e expressões declarados inconstitucionais, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

QUARTOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.441 **(10)**

ORIGEM	: ADI - 5441 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
EMBTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ASTC
ADV.(A/S)	: LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR (17935/SC) E OUTRO(A/S)
EMBTE.(S)	: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SATA CATARINA - SINDICONTAS/SC
ADV.(A/S)	: MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33964/DF)
ADV.(A/S)	: MARLUCE MACIEL BRITTO ARAGÃO (32148/DF)
ADV.(A/S)	: FABRIZIO COSTA RIZZON (19111/SC)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINJUSC
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO (12391A/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - SINDALESC
ADV.(A/S)	: PÉRICLES LUIZ MEDEIROS PRADE (06840A/SC)
ADV.(A/S)	: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA - ASSEMP/SC
ADV.(A/S)	: RODRIGO VALGAS DOS SANTOS (10006/SC)
ADV.(A/S)	: RUY SAMUEL ESPÍNDOLA (9186/SC)
ADV.(A/S)	: PAULO AFONSO MALHEIROS CABRAL (26376/SC)
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE/SC
ADV.(A/S)	: HAMILTON HOBUS HOEMKE (37568/SC)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS - FENAJUD
ADV.(A/S)	: RUBIA GONCALVES SILVA GABRIEL (40733/DF)
ADV.(A/S)	: ARAO JOSE GABRIEL NETO (44315/DF)

Decisão: (ED-quartos) Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que não conheciam dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae* SINDJUSC, CSPB, ASTC e SINDICONTAS/SC; e acolhiam parcialmente os embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para, modulando os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pronunciada pelo Plenário, afastar a possibilidade de ressarcimento dos valores recebidos com fundamento nos dispositivos e expressões declarados inconstitucionais, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.441 **(11)**

ORIGEM	: ADI - 5441 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: SANTA CATARINA
RELATOR	**: MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
EMBTE.(S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	: MARLUCE MACIEL BRITTO ARAGÃO (32148/DF)
ADV.(A/S)	: FABRIZIO COSTA RIZZON (19111/SC)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINJUSC
ADV.(A/S)	: PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO (12391A/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ASTC
ADV.(A/S)	:'LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR (17935/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - SINDALESC
ADV.(A/S)	: PÉRICLES LUIZ MEDEIROS PRADE (06840A/SC)
ADV.(A/S)	: PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SATA CATARINA - SINDICONTAS/SC
ADV.(A/S)	: MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33964/DF)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA - ASSEMP/SC
ADV.(A/S) : RODRIGO VALGAS DOS SANTOS (10006/SC)
ADV.(A/S) : RUY SAMUEL ESPÍNDOLA (9186/SC)
ADV.(A/S) : PAULO AFONSO MALHEIROS CABRAL (26376/SC)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE/SC
ADV.(A/S) : HAMILTON HOBUS HOEMKE (37568/SC)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS - FENAJUD
ADV.(A/S) : RUBIA GONCALVES SILVA GABRIEL (40733/DF)
ADV.(A/S) : ARAO JOSE GABRIEL NETO (44315/DF)

Decisão: (ED-segundos) Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que não conheciam dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae* SINDJUSC, CSPB, ASTC e SINDICONTAS/SC; e acolhiam parcialmente os embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para, modulando os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pronunciada pelo Plenário, afastar a possibilidade de ressarcimento dos valores recebidos com fundamento nos dispositivos e expressões declarados inconstitucionais, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

TERCEIROS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.441 **(12)**
ORIGEM : ADI - 5441 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : MARLUCE MACIEL BRITTO ARAGÃO (32148/DF)
ADV.(A/S) : FABRIZIO COSTA RIZZON (19111/SC)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINJUSC
ADV.(A/S) : PEDRO MAURÍCIO PITA MACHADO (12391A/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ASTC
ADV.(A/S) : LUIZ MAGNO PINTO BASTOS JUNIOR (17935/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - SINDALESC
ADV.(A/S) : PÉRICLES LUIZ MEDEIROS PRADE (06840A/SC)
ADV.(A/S) : PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA (15762/SC)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SATA CATARINA - SINDICONTAS/SC
ADV.(A/S) : MARILDA DE PAULA SILVEIRA (33964/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA - ASSEMP/SC
ADV.(A/S) : RODRIGO VALGAS DOS SANTOS (10006/SC)
ADV.(A/S) : RUY SAMUEL ESPÍNDOLA (9186/SC)
ADV.(A/S) : PAULO AFONSO MALHEIROS CABRAL (26376/SC)
AM. CURIAE. : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TCE/SC
ADV.(A/S) : HAMILTON HOBUS HOEMKE (37568/SC)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS - FENAJUD
ADV.(A/S) : RUBIA GONCALVES SILVA GABRIEL (40733/DF)
ADV.(A/S) : ARAO JOSE GABRIEL NETO (44315/DF)

Decisão: (ED-terceiros) Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que não conheciam dos embargos de declaração opostos pelos *amici curiae* SINDJUSC, CSPB, ASTC e SINDICONTAS/SC; e acolhiam parcialmente os embargos de declaração opostos pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para, modulando os efeitos da declaração de inconstitucionalidade pronunciada pelo Plenário, afastar a possibilidade de ressarcimento dos valores recebidos com fundamento nos dispositivos e expressões declarados inconstitucionais, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.253 **(13)**
ORIGEM : 6253 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : ABRADEE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S) : SERGIO BERMUDES (02192/A/DF, 10039/ES, 177465/MG, 017587/RJ, 64236A/RS, 33031/SP)
ADV.(A/S) : VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO (58812/DF, 104227/RJ)
ADV.(A/S) : MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA (36464/DF, 177504/MG, 59384/RJ, 64481A/RS, 150585/SP)
ADV.(A/S) : ANDRE LUIZ SOUZA DA SILVEIRA (16379/DF, 122655/RJ)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.828 **(14)**
ORIGEM : ADI - 4828 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FEBRAFITE
ADV.(A/S) : CLAUDIO RENATO DO CANTO FARAG (14005/DF, 214341/RJ, 389410/SP)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : SINDIFISCO NACIONAL - SINDICATO NACIONAL DO AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADV.(A/S) : JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (0012363/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO ARRUDA ALVIM (118685/SP)
ADV.(A/S) : GUILHERME PIMENTA DA VEIGA NEVES (00014230/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 342 **(15)**
ORIGEM : ADPF - 342 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - SRB
ADV.(A/S) : SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL (66905/SP)
ADV.(A/S) : SERGIO RABELLO TAMM RENAULT (66823/SP)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), que julgava improcedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falaram: pela requerente, o Dr. Jorge Henrique de Oliveira Souza; e, pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Raphael Ramos Monteiro de Souza, Advogado da União. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 518 **(16)**
ORIGEM : 518 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO (55891/DF, 252259/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
ADV.(A/S) : MAURICIO STEGEMANN DIETER (40855/PR, 397309/SP, 6891-A/TO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : INSTITUTO ANJOS DA LIBERDADE
ADV.(A/S) : JAMES WALKER NEVES CORREA JUNIOR (079016/RJ)
ADV.(A/S) : VICTORIA JORGE LEVY (52644/RJ)
ADV.(A/S) : DANIEL SANCHEZ BORGES (151465/RJ)
ADV.(A/S) : RAMIRO CARLOS ROCHA REBOUCAS (169721/RJ)
ADV.(A/S) : GERALDO LUIZ MASCARENHAS PRADO (046484/RJ)
AM. CURIAE. : ANACRIM, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL
ADV.(A/S) : FLAVIA PINHEIRO FROES (097557/RJ)

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, declarando a inconstitucionalidade do art. 1º, § 2º, da Portaria do Ministério da Justiça nº 718/2017, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falaram: pelo *amicus curiae* Associação Nacional da Advocacia Criminal - ANACRIM, a Dra. Flávia Pinheiro Fróes; pelo *amicus curiae* Instituto Anjos da Liberdade, o Dr. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado; e, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa da Silva, Defensor Público Federal. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 772 **(17)**
ORIGEM : 772 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO (25120/DF, 409584/SP, 4958/TO)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : GAETS ¿ GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES POLICIAIS CIVIS - COBRAPOL
ADV.(A/S) : FABRICIO CORREIA DE AQUINO (18486/DF)
AM. CURIAE. : INSTITUTO IGARAPE
ADV.(A/S) : BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (172687/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO SOU DA PAZ
ADV.(A/S) : JULIANA VIEIRA DOS SANTOS (183122/SP)
ADV.(A/S) : BRENO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (224120/SP)
ADV.(A/S) : BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (172687/SP)

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que propunha o referendo da medida liminar deferida para suspender os efeitos da Resolução GECEX nº 126/2020 e julgava prejudicado o exame do agravo regimental interposto, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pela interessada União, o Dr. Ricardo Soriano de Alencar, Procurador-Geral da Fazenda Nacional; pelo *amicus curiae* Instituto Sou da Paz, a Dra. Juliana Vieira dos Santos e o Dr. Breno Ferreira Martins Vasconcelos; e, pelo *amicus curiae* Instituto Igarapé, o Dr. Beto Ferreira Martins Vasconcelos. Plenário, Sessão Virtual de 5.2.2021 a 12.2.2021.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Roberto Barroso, que acompanhava o Relator com acréscimos na fundamentação, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 109

Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 desta Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior:

....." (NR)

"Art. 37. .....

.....

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei." (NR)

"Art. 49. .....

.....

XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição." (NR)

"Art. 84. .....

.....

XXVIII - propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.

....." (NR)

"Art. 163. .....

.....

VIII - sustentabilidade da dívida, especificando:

a) indicadores de sua apuração;

b) níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida;

c) trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação;

d) medidas de ajuste, suspensões e vedações;

e) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso VIII do **caput** deste artigo pode autorizar a aplicação das vedações previstas no art. 167-A desta Constituição." (NR)

"Art. 164-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma da lei complementar referida no inciso VIII do **caput** do art. 163 desta Constituição.

Parágrafo único. A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida."

"Art. 165. .....

.....

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

.....

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição." (NR)

"Art. 167. .....

.....

XIV - a criação de fundo público, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a vinculação de receitas orçamentárias específicas ou mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.

.....

§ 4º É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d" e "e" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

.....

§ 6º Para fins da apuração ao término do exercício financeiro do cumprimento do limite de que trata o inciso III do **caput** deste artigo, as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa." (NR)

"Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do **caput** do art. 37 desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste **caput**;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do **caput** do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no **caput** deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente.

§ 5º As disposições de que trata este artigo:

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o **caput** deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento."

"Art. 167-B. Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, decretado pelo Congresso Nacional por iniciativa privativa do Presidente da República, a União deve adotar regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender às necessidades dele decorrentes, somente naquilo em que a urgência for incompatível com o regime regular, nos termos definidos nos arts. 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição."

"Art. 167-C. Com o propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos, no seu período de duração, o Poder Executivo federal pode adotar processos simplificados de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras que assegurem, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes, dispensada a observância do § 1º do art. 169 na contratação de que trata o inciso IX do **caput** do art. 37 desta Constituição, limitada a dispensa às situações de que trata o referido inciso, sem prejuízo do controle dos órgãos competentes."

"Art. 167-D. As proposições legislativas e os atos do Poder Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas, com vigência e efeitos restritos à sua duração, desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Parágrafo único. Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional de que trata o art. 167-B, não se aplica o disposto no § 3º do art. 195 desta Constituição."

"Art. 167-E. Fica dispensada, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública de âmbito nacional, a observância do inciso III do **caput** do art. 167 desta Constituição."

"Art. 167-F. Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional de que trata o art. 167-B desta Constituição:

I - são dispensados, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública, os limites, as condições e demais restrições aplicáveis à União para a contratação de operações de crédito, bem como sua verificação;

II - o superávit financeiro apurado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao reconhecimento pode ser destinado à cobertura de despesas oriundas das medidas de combate à calamidade pública de âmbito nacional e ao pagamento da dívida pública.

§ 1º Lei complementar pode definir outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis durante a vigência do estado de calamidade pública de âmbito nacional.

§ 2º O disposto no inciso II do **caput** deste artigo não se aplica às fontes de recursos:

I - decorrentes de repartição de receitas a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios;

II - decorrentes das vinculações estabelecidas pelos arts. 195, 198, 201, 212, 212-A e 239 desta Constituição;

III - destinadas ao registro de receitas oriundas da arrecadação de doações ou de empréstimos compulsórios, de transferências recebidas para o atendimento de finalidades determinadas ou das receitas de capital produto de operações de financiamento celebradas com finalidades contratualmente determinadas."

"Art. 167-G. Na hipótese de que trata o art. 167-B, aplicam-se à União, até o término da calamidade pública, as vedações previstas no art. 167-A desta Constituição.

§ 1º Na hipótese de medidas de combate à calamidade pública cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração, não se aplicam as vedações referidas nos incisos II, IV, VII, IX e X do **caput** do art. 167-A desta Constituição.

§ 2º Na hipótese de que trata o art. 167-B, não se aplica a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 desta Constituição, devendo a transferência a que se refere aquele dispositivo ser efetuada nos mesmos montantes transferidos no exercício anterior à decretação da calamidade.

§ 3º É facultada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a aplicação das vedações referidas no **caput**, nos termos deste artigo, e, até que as tenham adotado na integralidade, estarão submetidos às restrições do § 6º do art. 167-A desta Constituição, enquanto perdurarem seus efeitos para a União."

"Art. 168. .....

§ 1º É vedada a transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais.

§ 2º O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do **caput** deste artigo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte." (NR)

"Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

....." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

.....

§ 4º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado)." (NR)

"Art. 109. Se verificado, na aprovação da lei orçamentária, que, no âmbito das despesas sujeitas aos limites do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total foi superior a 95% (noventa e cinco por cento), aplicam-se ao respectivo Poder ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

.....

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do **caput** do art. 37 da Constituição Federal; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

.....

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

.....

IX - aumento do valor de benefícios de cunho indenizatório destinados a qualquer membro de Poder, servidor ou empregado da administração pública e a seus dependentes, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo.

§ 1º As vedações previstas nos incisos I, III e VI do **caput** deste artigo, quando acionadas as vedações para qualquer dos órgãos elencados nos incisos II, III e IV do caput do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicam-se ao conjunto dos órgãos referidos em cada inciso.

§ 2º Caso as vedações de que trata o **caput** deste artigo sejam acionadas para o Poder Executivo, ficam vedadas:

.....

§ 3º Caso as vedações de que trata o **caput** deste artigo sejam acionadas, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art. 37 da Constituição Federal.

§ 4º As disposições deste artigo:

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas; e

III - aplicam-se também a proposições legislativas.

§ 5º O disposto nos incisos II, IV, VII e VIII do **caput** e no § 2º deste artigo não se aplica a medidas de combate a calamidade pública nacional cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração." (NR)

Art. 3º Durante o exercício financeiro de 2021, a proposição legislativa com o propósito exclusivo de conceder auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 fica dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

§ 1º As despesas decorrentes da concessão do auxílio referido no **caput** deste artigo realizadas no exercício financeiro de 2021 não são consideradas, até o limite de R$ 44.000.000.000,00 (quarenta e quatro bilhões de reais), para fins de:

I - apuração da meta de resultado primário estabelecida no **caput** do art. 2º da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020;

II - limite para despesas primárias estabelecido no inciso I do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º As operações de crédito realizadas para custear a concessão do auxílio referido no **caput** deste artigo ficam ressalvadas do limite estabelecido no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal.

§ 3º A despesa de que trata este artigo deve ser atendida por meio de crédito extraordinário.

§ 4º A abertura do crédito extraordinário referido no § 3º deste artigo dar-se-á independentemente da observância dos requisitos exigidos no § 3º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se apenas à União, vedada sua adoção pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Art. 4º O Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, em até 6 (seis) meses após a promulgação desta Emenda Constitucional, plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos orçamentários e financeiros.

§ 1º As proposições legislativas a que se refere o **caput** devem propiciar, em conjunto, redução do montante total dos incentivos e benefícios referidos no caput deste artigo:

I - para o exercício em que forem encaminhadas, de pelo menos 10% (dez por cento), em termos anualizados, em relação aos incentivos e benefícios vigentes por ocasião da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - de modo que esse montante, no prazo de até 8 (oito) anos, não ultrapasse 2% (dois por cento) do produto interno bruto.

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo, bem como o atingimento das metas estabelecidas no § 1º deste artigo, não se aplica aos incentivos e benefícios:

I - estabelecidos com fundamento na alínea "d" do inciso III do **caput** e no parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal;

II - concedidos a entidades sem fins lucrativos com fundamento na alínea "c" do inciso VI do **caput** do art. 150 e no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;

III - concedidos aos programas de que trata a alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição Federal;

IV - relativos ao regime especial estabelecido nos termos do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e às áreas de livre comércio e zonas francas estabelecidas na forma da lei;

V - relacionados aos produtos que compõem a cesta básica; e

VI - concedidos aos programas estabelecidos em lei destinados à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de cursos superiores em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 3º Para efeitos deste artigo, considera-se incentivo ou benefício de natureza tributária aquele assim definido na mais recente publicação do demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 4º Lei complementar tratará de:

I - critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão e a alteração de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa;

II - regras para a avaliação periódica obrigatória dos impactos econômico-sociais dos incentivos ou benefícios de que trata o inciso I deste parágrafo, com divulgação irrestrita dos respectivos resultados;

III - redução gradual de incentivos fiscais federais de natureza tributária, sem prejuízo do plano emergencial de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 5º Até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data da promulgação desta Emenda Constitucional, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final de cada exercício, poderá ser destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente.

§ 1º Se o ente não tiver dívida pública a amortizar, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo será de livre aplicação.

§ 2º Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos fundos públicos de fomento e desenvolvimento regionais, operados por instituição financeira de caráter regional;

II - aos fundos ressalvados no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

II - o § 4º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto à alteração do art. 29-A da Constituição Federal, a qual entra em vigor a partir do início da primeira legislatura municipal após a data de publicação desta Emenda Constitucional.

Brasília, em 15 de março de 2021

Mesa da Câmara dos Deputados	**Mesa do Senado Federal**
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado MARCELO RAMOS 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente
Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Senador IRAJÁ 1º Secretário
Deputada MARÍLIA ARRAES 2ª Secretária	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário
Deputada ROSE MODESTO 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário
Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	Senador WEVERTON 4º Secretário

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2021, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Aeronáutico, ao grau de Grã-Cruz, o Tenente-Brigadeiro do Ar JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO.

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

PROMOVER

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares das Forças Armadas e personalidades brasileiras:

I - ao Grau de Grande-Oficial:

a) Marinha do Brasil:

Almirante de Esquadra FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA;
Almirante de Esquadra (FN) PAULO MARTINO ZUCCARO;
Almirante de Esquadra PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR;
Vice-Almirante ALAN GUIMARÃES AZEVEDO;
Vice-Almirante (FN) CARLOS CHAGAS VIANNA BRAGA; e
Vice-Almirante (RM1-IM) MARCELO BARRETO RODRIGUES; e

b) Força Aérea Brasileira:

Major-Brigadeiro Intendente MAURO FERNANDO COSTA MARRA;
Major-Brigadeiro do Ar RICARDO JOSÉ FREIRE DE CAMPOS;
Major-Brigadeiro do Ar VALTER BORGES MALTA; e
Major-Brigadeiro do Ar VINCENT DANG; e

c) personalidades brasileiras:

KASSIO NUNES MARQUES, Ministro do Supremo Tribunal Federal;
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, Procurador-Geral de Justiça Militar; e
FRANSELMO ARAÚJO COSTA, Secretário de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

CONCEDER

a Insígnia de Bandeira da Ordem do Mérito Militar às seguintes Organizações Militares brasileiras:

13º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADO (Exército Brasileiro);
CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (Exército Brasileiro);
COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE (Marinha do Brasil); e
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO (Força Aérea Brasileira).

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR

I - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares das Forças Armadas e personalidades brasileiras:

a) no Grau de Grande-Oficial:

i) Marinha do Brasil:

Vice-Almirante HUMBERTO CALDAS DA SILVEIRA JUNIOR;

ii) Força Aérea Brasileira:

Major-Brigadeiro do Ar JOÃO CAMPOS FERREIRA FILHO;
Major-Brigadeiro do Ar JOSÉ MADUREIRA JUNIOR;
Major-Brigadeiro do Ar MÁRCIO BRUNO BONOTTO; e
Major-Brigadeiro do Ar VALDIR EDUARDO TUCKUMANTEL CODINHOTO; e

iii) Personalidades Brasileiras:

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;
TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;
DAMARES REGINA ALVES, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO, Presidente do Banco Central do Brasil;
ROMEU ZEMA NETO, Governador do Estado de Minas Gerais;
SORAYA VIEIRA THRONICKE, Senadora da República;
CARLOS EDUARDO TORRES GOMES, Senador da República;
ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA, Senador da República;
LASIER COSTA MARTINS, Senador da República;
LUIS CARLOS HEINZE, Senador da República;
MARCOS RIBEIRO DO VAL, Senador da República;
GUILHERME MURARO DERRITE, Deputado Federal;
UBIRATAN ANTUNES SANDERSON, Deputado Federal;
JOÃO GENÉSIO DE ALMEIDA FILHO, Embaixador;
RONALDO COSTA FILHO, Embaixador;
FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Embaixador;
VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA, Procurador-Geral da União;
ARTHUR CERQUEIRA VALERIO, Consultor-Geral da União;
BRUNO BIANCO LEAL, Secretário de Previdência e Trabalho; e
MARCOS ROSAS DEGAUT PONTES, Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa;

b) no Grau de Comendador:

i) Marinha do Brasil:

Vice-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ;
Vice-Almirante (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES;
Vice-Almirante HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA;
Vice-Almirante (IM) MARCUS VINICIUS LIMA DE SOUZA;
Vice-Almirante RALPH DIAS DA SILVEIRA COSTA;
Vice-Almirante (FN) RENATO RANGEL FERREIRA;
Vice-Almirante (IM) WAGNER CORRÊA DOS SANTOS;
Contra-Almirante (FN) CLAUDIO EDUARDO SILVA DIAS; e
Contra-Almirante SÍLVIO LUÍS DOS SANTOS; e

ii) Força Aérea Brasileira:

Brigadeiro Engenheiro ELIEZER DE FREITAS CABRAL;
Brigadeiro Médico JULIO CESAR DA GAMA APOLINARIO;
Brigadeiro do Ar LEONARDO CHAVES RODRIGUES;
Brigadeiro do Ar LUIZ CLÁUDIO MACEDO SANTOS;
Brigadeiro do Ar LUIZ GUILHERME DA SILVA MAGARÃO;
Brigadeiro do Ar MARCO AURÉLIO MARTINS GABRIEL;
Brigadeiro do Ar MAURICIO FERREIRA HUPALO;
Brigadeiro do Ar MAURO BELLINTANI; e
Brigadeiro do Ar R1 OSMAR LOOTENS MACHADO; e

c) no Grau de Oficial:

Capitão de Mar e Guerra ADRIANO MARCELINO BATISTA;
Capitão de Mar e Guerra MARCELO DO NASCIMENTO MARCELINO;
Capitão de Mar e Guerra VAGNER BELARMINO DE OLIVEIRA;
Coronel Aviador ALEXANDRE DA COSTA CUNHA;
Coronel Aviador ALEXANDRE HOFFMANN;
Coronel Aviador ANTONIO FERREIRA DE LIMA JUNIOR;
Coronel Aviador MARCELO FILGUEIRAS DE SENA;
Coronel Aviador RICARDO BEVILAQUA MENDES;
Capitão de Fragata ANDRÉ MORAES BARROS; e
Capitão de Fragata GUILHERME BARROS MOREIRA; e

d) no Grau de Cavaleiro:

Capitão de Mar e Guerra RICARDO SILVEIRA MELLO;
Capitão de Mar e Guerra (FN) WALTER MARINHO DE CARVALHO SOBRINHO;
Coronel Aviador DANIEL CAVALCANTI DE MENDONÇA;
Coronel Aviador LUIZ CÉSAR ZAMPIER ULBRICH;
Capitão de Fragata (Md) MILENA LEITE ROCHA;
Capitão de Fragata ROBSON FERREIRA CARNEIRO;
Tenente-Coronel Aviador FLÁVIO RIBEIRO DOS SANTOS; e
Capitão-Tenente (AA) ADRIANO DA SILVA; e

II - no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar:

a) no Grau de Comendador:

Major-General DANIEL RAYMOND WALRATH (EUA).

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

PROMOVER

I - no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares do Exército:

a) ao Grau de Oficial:

Coronel de Infantaria AGNALDO OLIVEIRA SANTOS;
Coronel de Infantaria ALESSANDRO VISACRO;
Coronel de Cavalaria ALEX ALEXANDRE DE MESQUITA;
Coronel de Cavalaria ALEXANDRE PFAENDER JUNIOR;
Coronel de Infantaria ANDERSON DE SOUZA PEDRA;
Coronel de Artilharia ANDRÉ LUIZ ÍSOLA;
Coronel do Quadro de Material Bélico ANDRE LUIZ MARIANO FIGUEIRA CRUZ;
Coronel de Infantaria ANGELO BRAIT JUNIOR;
Coronel de Infantaria ARISTÓTELES MARTINS ROCHA;
Coronel de Infantaria ARMINDO NUNES DE MEDEIROS JÚNIOR;
Coronel de Comunicações CARLOS ALBERTO DE AZEREDO FERREIRA;
Coronel de Infantaria CARLOS SIDNEY DA SILVA VIANA;
Coronel de Artilharia CELIO SIMÃO DA CRUZ;
Coronel de Infantaria CLAUDIO ALEXANDRE DE ALMEIDA FREITAS;
Coronel de Cavalaria CLAUDIO EMMANUEL FAULSTICH ALVES;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares CLAUDIO NOSSAR PARANHOS JUNIOR;
Coronel de Comunicações DANIEL CORREIA DE MORAIS;
Coronel de Infantaria ELIAS ELY GOMES VITÓRIO;
Coronel de Artilharia EMERSON ALEXANDRE JANUÁRIO;
Coronel de Infantaria EMERSON DENI DA SILVA;
Coronel de Infantaria EMILIO VANDERLEI RIBEIRO;
Coronel de Infantaria ERALDO FRANCISCO FERREIRA JUNIOR;
Coronel do Quadro de Material Bélico EVERTON PACHECO DA SILVA;
Coronel de Cavalaria FABIANO ESPÍNOLA ARAUJO;
Coronel de Artilharia FABIANO LIMA DE CARVALHO;
Coronel de Infantaria FÁBIO MURILO VIANA SAMPAIO;
Coronel de Comunicações FELIPE DRUMOND MORAES;
Coronel do Quadro de Material Bélico FRANCISCO WELLINGTON FRANCO DE SOUZA;
Coronel de Infantaria GETULIO MATTOS RIBEIRO NETO;
Coronel de Engenharia GUILHERME LANGARO BERNARDES;
Coronel de Infantaria ISAIAS MARTINS JÚNIOR;
Coronel de Infantaria IVON BARRETO LEAO;
Coronel de Infantaria JOÃO ALBERTO NUNES DE PAULA;
Coronel de Infantaria KURT EVERTON WERBERICH;
Coronel de Engenharia LUÍS CLAUDIO BRION CARDOSO;
Coronel do Quadro de Material Bélico LUIZ EDUARDO POSSÍDIO SANTOS;
Coronel de Intendência LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS LOPES;
Coronel de Infantaria LUIZ HENRIQUE LIBERALI;
Coronel do Quadro de Material Bélico LUIZ HENRIQUE SALONSKI DA SILVA;
Coronel de Cavalaria MARCELLO YOSHIDA;
Coronel de Cavalaria MARCELO GOÑES SABBÁ DE ALENCAR;
Coronel de Infantaria MARCELO ZANON HARNISCH;
Coronel de Engenharia MÁRCIO CARNEIRO BARBOSA;
Coronel de Intendência MARCO ANTONIO REIS FREITAS;
Coronel de Infantaria MARCOS AMERICO VIEIRA PESSÔA;
Coronel de Infantaria MARCOS GOMES PAULINO;
Coronel de Infantaria MARCOS VIEIRA SANTANA;
Coronel de Infantaria MARCUS VINICIUS MANSUR MESSEDER;
Coronel de Artilharia MARIO CESAR SILVA MACHADO;
Coronel de Artilharia MARIO EDUARDO MOURA SASSONE;
Coronel de Infantaria MAURICIO VALENÇA DA CRUZ;
Coronel de Infantaria NILTON DINIZ RODRIGUES;
Coronel de Infantaria OSWALDO LUIZ GUIMARÃES SANT'ANNA;
Coronel de Cavalaria RÉGIS RODRIGUES NUNES;
Coronel de Intendência RENATO CALDEIRA IGREJA;
Coronel de Cavalaria RICARDO AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO;
Coronel de Infantaria RICARDO MOUSSALLEM;
Coronel de Artilharia RICARDO SANTOS TARANTO;
Coronel de Infantaria ROBSON MONTEIRO MATTOS;
Coronel de Engenharia ROGÉRIO CAUM;
Coronel de Cavalaria ROGÉRIO MARQUES NUNES;
Coronel Médico SERGIO GOYA;
Coronel de Cavalaria VILMAR CARLOTTO JÚNIOR;
Coronel de Artilharia WAGNER SARMENTO LECOMTE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ANTONIO CARLOS LORENTZ RIPE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais AUGUSTO CESAR GADELHA DE SOUZA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CARLOS PEREIRA DA COSTA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CÉSAR RICARDO VELASQUE TRINDADE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CLAUDIO SILVA NARDES;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ERNANI ANTONIO BECKER RITT;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais EVANDRO FERNANDES CORDEIRO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO DE MOURA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO DIOMEDES SILVA DE ALEXANDRIA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE SOUZA DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LEOPOLDO SILVA NAZARÉ;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUCIMAR DE JESUS OLIVEIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ CLÁUDIO TORRES HOMEM;

Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO JOSÉ SENA PROCÓPIO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais RAFAEL DE ROSA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais SAMUEL BATISTA VITOR;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais SILVIO DALA ROSA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais SIRIO SEBASTIÃO FRÖHLICH;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ADERBAL CARDOSO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ALAIR BARBOSA DA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ALEXANDER MARQUES PEREIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ANDRÉ CARLOS BARRETO SANT'ANNA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ARTUR CELSO DE ALMEIDA SANTOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CARLOS HENRIQUE XAVIER PINNA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais CESAR ANTONIO DE ALMEIDA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais DANIEL RICARDO DE OLIVEIRA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EDISON PRESTES DA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ENIO LUIZ BRAGA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais GILSON ANTUNES RAMOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ILOIR JOSÉ SÁ;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ILTON CESAR PEREIRA DA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ISAAC ESPINDOLA CORRÊA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOEL CARVALHO DE AGUIAR;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ CARLOS GOMES DE LIMA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JULIANE ASSUNÇÃO PINTO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUCIANO DUARTE BARCELLOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA TRINDADE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUÍS SOARES CAVALCANTE JUNIOR;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ VAGNER CANESCHI;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCELO APARECIDO DA SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCIO ALESSANDRO DE ANDRADE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCIO RAMOS DOS SANTOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS ANTONIO ALMEIDA MARQUES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS ANTONIO BRATZ;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS QUELVI TRINDADE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MAURO ALEXANDRE RESENDE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO ROBERTO DOS SANTOS FILHO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PEDRO PEREIRA DE SOUSA FILHO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais RICARDO LUIS PAES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ROBERTO BORTOLATO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SAMMER GERALDO HARFOUCHE;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SAMUEL DE AZEVEDO SANTOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VALDEMIR ARAÚJO DOS SANTOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VANDERLEI ROMANOSKI; e
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VITOR HUGO ALVES LOPES;

II - no Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

a) ao Grau de Comendador:

Coronel R/1 do Exército CARLOS ROBERTO PERES; e

III - no Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

a) ao Grau de Oficial:

Coronel R/1 do Exército SILVIO SATURNO CORRÊA FILHO.

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

ADMITIR

I - no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares do Exército:

a) no Grau de Cavaleiro:

Coronel de Cavalaria ACÉLIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR;
Coronel de Cavalaria ADAIL RODRIGUES DE ASSUNÇÃO;
Coronel de Cavalaria ÁDAMO LUIZ COLOMBO DA SILVEIRA;
Coronel de Infantaria ADRIANO ARAUJO BEZERRA;
Coronel de Engenharia ALERRANDRO LEAL FARIAS;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais ALESSANDRA MARTINS GOMES FEITOSA;
Coronel de Cavalaria ALESSANDRO SBERNI;
Coronel de Artilharia ALEXANDRE CARLOS MAGUNS DE LARA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE DOS PASSOS DE ARAUJO;
Coronel de Artilharia ALEXANDRE GUEIROS TEIXEIRA;
Coronel de Infantaria ALEXANDRE LUIZ GOMES PEREZ DE ROSÁRIO;
Coronel de Artilharia ALEXANDRE SARAIVA DO NASCIMENTO;
Coronel de Cavalaria ALFREDO MACHADO DA CUNHA JÚNIOR;
Coronel de Cavalaria ANDRÉ BOU KHATER PIRES;
Coronel de Artilharia ANDRÉ COELHO DA SILVA;
Coronel de Cavalaria ANDRE GUSTAVO CAMILO LEAL FARIAS;
Coronel de Infantaria ANDRÉ HIDENORI ESPINDOLA SAITO;
Coronel de Infantaria ANDRE LUCIANO BITTENCOURT BARBOSA;
Coronel de Infantaria ANDRÉ LUIZ DE SOUZA DIAS;
Coronel de Infantaria ANDRÉ MENDONÇA SIQUEIRA;
Coronel do Quadro de Material Bélico ANDRÉ MONTEIRO GUSMÃO;
Coronel de Infantaria ANDRELUCIO RICARDO COUTO;
Coronel de Infantaria ANTONIO ANISIO OLIVEIRA LEITE;
Coronel de Engenharia ANTONIO CARLOS LIMEIRA DUTRA;
Coronel de Infantaria ARNALDO BEZERRA DE MIRANDA JUNIOR;
Coronel de Comunicações ARTUR EMILIO COSTA TAVARES;
Coronel de Infantaria ATHOS ROBERTO SOUZA;
Coronel Médica CARLA LOBO LOUREIRO;
Coronel de Infantaria CARLOS ALBERTO DO REGO BARROS;
Coronel de Infantaria CARLOS AUGUSTO DE FASSIO MORGERO;
Coronel de Artilharia CARLOS EDUARDO PEREIRA PORTO ALEGRE ROSA;
Coronel de Infantaria CARLOS GABRIEL BRUSCH NASCIMENTO;
Coronel Médico CESAR UILSON GOETTEMS;
Coronel de Infantaria CHARLES FERNANDO VASCONCELOS DE ARAÚJO;
Coronel Médica CLAUDIA LIMA GUSMÃO CACHO;
Coronel de Infantaria CLÁUDIO GADELHA FERNANDES;
Coronel de Infantaria CLAUDIO SAMPAIO PEREIRA DE LIMA;
Coronel de Infantaria CRISTIANO GUIMARÃES BARBOSA;
Coronel de Engenharia DAMÁSIO DOUGLAS NOGUEIRA JUNIOR;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais DANIELLE SANCHOTENE BRESSAN;
Coronel de Intendência DOUGLAS ALEIXO VIEIRA DA SILVA;
Coronel de Artilharia EDUARDO DE SOUZA CUNHA;
Coronel de Infantaria EDUARDO HENRIQUE DE SÁ OLIVEIRA;
Coronel de Cavalaria EDUARDO XAVIER FERREIRA GLASER MIGON;
Coronel de Intendência ÉLTON RODRIGUES ALVES ARRAIS;
Coronel de Comunicações EMANUEL ALEXANDRE MOREIRA PESSANHA;
Coronel de Artilharia EMERSON GARCIA CAVALEIRO;
Coronel de Cavalaria ERIC CARDOSO DOS SANTOS;
Coronel de Infantaria ERIWELTON FERREIRA DE FRANÇA;
Coronel de Cavalaria FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA;
Coronel de Cavalaria FÁBIO CORDEIRO PACHECO;
Coronel de Infantaria FÁBIO LEITE COSTA;
Coronel de Infantaria FÁBIO PINHEIRO LUSTOSA;
Coronel de Intendência FÁBIO VILLELA MENDES;
Coronel de Comunicações FERNANDO BASÍLIO DA SILVA JÚNIOR;
Coronel de Artilharia FERNANDO CÉSAR DE SIQUEIRA MARQUES;
Coronel de Infantaria FERNANDO PENASSO FURTADO;
Coronel de Engenharia FLÁVIO DO PRADO;
Coronel de Comunicações FLAVIO HENRIQUE MATTOS MOREIRA;
Coronel de Comunicações FLÁVIO JOSE OLIVEIRA DE SOUZA;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares FRANCISCO EDUARDO LIMA DE MEDEIROS;
Coronel de Artilharia FREDMAR CABRAL DE OLIVEIRA JUNIOR;
Coronel de Artilharia GÉDER TÁVORA SAID;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais GENIVALDO DA SILVA;
Coronel de Artilharia GERALDO PEREIRA DE ALMEIDA NETO;
Coronel de Infantaria GIAN DERMÁRIO DA SILVA;
Coronel do Quadro de Material Bélico GILBERTO DA SILVA AZEVEDO;
Coronel de Cavalaria GLAUBER SALUSTIANO DE MENEZES MELLO;
Coronel de Infantaria GUSTAVO DE ALMEIDA MAGALHÃES OLIVEIRA;
Coronel de Engenharia HELTON FERNANDES DE ANDRADE;
Coronel de Infantaria HUMBERTO ANTUNES ROCHA JÚNIOR;
Coronel de Infantaria ISAC BORGES LOUZADA;
Coronel de Cavalaria JACKSON RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR;
Coronel de Artilharia JEAN LAWAND JUNIOR;
Coronel de Comunicações JOÃO CLAUDIO DE ALMEIDA ILDEFONSO;
Coronel de Artilharia JOÃO GUSTAVO BARBOSA DE ALBUQUERQUE;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares JOÃO PAULO ZAGO;
Coronel de Infantaria JOSÉ ABINOAN DE SOUSA FILHO;
Coronel de Artilharia JOSÉ ANTONIO SAZDJIAN JÚNIOR;
Coronel de Infantaria JOSÉ LUIS BARBOSA DEINA;
Coronel de Artilharia JÚLIO DE OLIVEIRA SOARES;
Coronel de Infantaria LAURENCE ALEXANDRE XAVIER MOREIRA;
Coronel de Comunicações LUCIANO BARROS DE ANDRADE;
Coronel de Infantaria LUCIANO BRAGA DE MELO;
Coronel de Cavalaria LUCIANO LARRI CHAMORRA QUEVEDO;
Coronel de Artilharia LUCIO ALVES DE SOUZA;
Coronel de Cavalaria LUIS SERGIO DA COSTA SOUTO;
Coronel de Cavalaria LUIZ CLÁUDIO TALAVERA DE AZEREDO;
Coronel de Infantaria LUIZ FERNANDO AZEVEDO DELAGE;
Coronel de Artilharia MANUEL RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares MARCELLO MENEZES EIFLER;
Coronel de Infantaria MARCELO BARBOSA LIMA GASSE;
Coronel de Infantaria MARCELO BASTOS DE SOUZA;
Coronel de Cavalaria MARCELO DOMINGUES LEITE;
Coronel de Comunicações MARCELO FERRAZ DOS REIS;
Coronel de Cavalaria MARCELO GOMES KNAPIK;
Coronel de Engenharia MARCELO JOSÉ VIDAL DOS SANTOS PINTO;
Coronel de Artilharia MARCELO OUROTY LEAL;
Coronel do Quadro de Material Bélico MARCELO SERGIO CABRAL;
Coronel de Artilharia MÁRCIO FACCIN DE ALENCAR;
Coronel de Intendência MARCIO GABRIEL RIBEIRO;
Coronel de Cavalaria MARCIO GUEDES TAVEIRA;
Coronel de Infantaria MARCO AURELIO KUSTER DE PAULA;
Coronel de Engenharia MARCUS BASTOS LOPES;
Coronel de Artilharia MARCUS CESAR OLIVEIRA DE ASSIS;
Coronel de Comunicações MARCUS PORTO DE OLIVEIRA;
Coronel de Cavalaria MARCUS VINICIUS DE ANDRADE GAMA;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais MARIA SANDRA ANDRADE;
Coronel de Infantaria MARIO LUCIO MAIA;
Coronel de Cavalaria MAURICIO MAGNUS SAMPAIO;
Coronel do Quadro de Engenheiros Militares MAURÍCIO RAMOS DE RESENDE NEVES;
Coronel de Artilharia MAURO JOSÉ DE ALMEIDA JUNIOR;
Coronel de Intendência NALMIR PINTO FERREIRA DA SILVA;
Coronel de Infantaria NILBERTI VIANA GRAMOSA;
Coronel de Infantaria ORLANDO GIUVENDUTO JUNIOR;
Coronel de Cavalaria PAULO RODRIGO SANTOS CAMPOS;
Coronel de Infantaria PEDRO AIRES PEREIRA JUNIOR;
Coronel de Engenharia RAFAEL AQUINO DOS SANTOS;
Coronel de Artilharia RICARDO FACÓ DE ALBUQUERQUE;
Coronel Médico RICIERI LEANDRO BAZZAN;
Coronel Médico ROBSON LUIZ PEREIRA FARIA;
Coronel de Comunicações RODOLFO ROQUE SALGUERO DE LA VEGA FILHO;
Coronel de Comunicações RODOLFO TRISTÃO PINA;
Coronel de Cavalaria RONALDO GONÇALVES DOS ANJOS;
Coronel de Cavalaria ROVIAN ALEXANDRE JANJAR;
Coronel de Infantaria SANDRO BELCHIOR SANTOS DE SOUZA;
Coronel de Comunicações SANDRO SILVA CORDEIRO;
Coronel do Quadro Complementar de Oficiais SIMONE CORREIA TOSTES;
Coronel de Artilharia SWAMI DE HOLANDA FONTES;
Coronel de Cavalaria VAGNER KNOPP DE CARVALHO;
Coronel de Engenharia VASQUES ROBINSON DIOGENES VASQUES;
Coronel de Infantaria VINICIUS LABRUNA RODRIGUES;
Coronel de Intendência WILLIAM PAULO DA COSTA;
Tenente-Coronel de Infantaria ANDRÉ LUIZ DE MELO FRANCO;
Tenente-Coronel de Intendência ANTÔNIO AUGUSTO ALVES CESCHIN;
Tenente-Coronel de Infantaria BRUNO BARBOSA FETT DE MAGALHÃES;
Tenente-Coronel de Artilharia DOMINGOS JORGE GRAÇA DO SACRAMENTO;
Tenente-Coronel de Cavalaria JORGE WILSON DA SILVA BOABAID;
Tenente-Coronel do Quadro Complementar de Oficiais LAUDENIR JOSÉ DOS SANTOS;
Tenente-Coronel de Infantaria LEONARDO SANCHES SANTOS;

Tenente-Coronel do Quadro de Engenheiros Militares OSVALDO DA CRUZ MORETT NETTO;
Tenente-Coronel de Infantaria PAULO JORGE FERNANDES DA HORA;
Tenente-Coronel do Quadro Complementar de Oficiais ROBERTA PINTO COELHO MACIEL PONTES;
Tenente-Coronel do Quadro de Material Bélico RODRIGO BORDEAUX MATTOS;
Tenente-Coronel de Cavalaria RODRIGO GARCIA OTTO;
Tenente-Coronel de Infantaria RODRIGO SANTOS BOUERI;
Tenente-Coronel do Quadro de Material Bélico SANDRO GINDRI MINUSSI;
Tenente-Coronel de Infantaria TÚLIO MARCOS SANTOS CERÁVOLO;
Major do Quadro Complementar de Oficiais CLAUDIO ALVES DA SILVA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ALIPIO CARLOS FILHO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ANDRÉ RAIMUNDO SANTOS COELHO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ANTONIO BATISTA VIEIRA NETO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais ANTONIO WILSON CRUZ FERREIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS VASCONCELOS;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais HUMBERTO GUEDES CAMPÊLO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JAIR MILANI;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JANUARIO KATSUMI YAMASHITA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSE DO RIBAMAR DA SILVA NUNES;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais MAURICIO SOUSA GOMES DE OLIVEIRA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PASUR CAVALCANTI TENÓRIO;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO CÉSAR ANDRADE;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS JUNIOR;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO MARTINS COSTA;
Capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais WALTENCIR SILVA TAVARES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ANDERSON DE ASSIS GUIMARÃES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais DANIEL DO NASCIMENTO DA COSTA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais FLÁVIO HUMBERTO GOMES;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais HAMILTON OLIVEIRA LIMA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais HÉLIO SANDRO MECKLER;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais HENRIQUE JOSÉ DA LUZ;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais IRLAN DOS REIS RAPOSO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JORGE LUÍS DA ROCHA FLORET;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSE EVALDO DE FARIA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSÉ LUCIANO DE LIMA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSE RIBAMAR PIZZIOLO RIBEIRO;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSEMILDO OLIVEIRA DOS SANTOS;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LUIZ CLAUDIO PINTO DE SOUZA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MÁRCIO MARCOS FARIAS SILVA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCOS AURÉLIO ANASTÁCIO DO AMARAL;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCUS VINICIUS DETONI DE SOUZA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MILTON JOSÉ CARNEIRO JÚNIOR;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO SERGIO CESCA;
Primeiro-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais WILLIAM SANYO DA SILVA E SILVA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ABSALÃO CARLOS DE ALMEIDA FILHO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais ALCI MACHADO JUNIOR;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais DENILSON GOMES DE OLIVEIRA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais DJALMA MARTINS;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais EDILSON DA SILVA COUTINHO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais FRANCISCO REGIS MARTINS DE SOUZA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais JOSMIRO GOMES DA FONSECA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais LOCIMAR ALVES ROSÁRIO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCELO FERNANDES ARANHA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MÁRCIO ANTONIO MARQUES;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais MARCO ANTONIO DA SILVA SOARES;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais PAULO ROBERTO DA SILVA ROCHA;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais RICARDO ALVES DOS SANTOS;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SANDRO MARCOS JACYNTHO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SERGIO LUIZ MARTINS DOS SANTOS;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais SILVIO DE LIMA MELO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VALMIR BARBOSA SAMPAIO;
Segundo-Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais VELCI PAULO ZAIAS;
Subtenente de Artilharia ADRIANO TORRES;
Subtenente de Engenharia AILTON CESAR DE SALES;
Subtenente de Comunicações ALESSANDRO GOMES MONTEIRO;
Subtenente de Infantaria ALEX CORREA COSTA;
Subtenente de Artilharia ALEXANDRE DE SOUZA BRAGA;
Subtenente Manutenção de Comunicações ALEXANDRE VIZZOTTO ROSA;
Subtenente de Infantaria ALFIO VEGNI JÚNIOR;
Subtenente de Comunicações ANDERSON DE AGUIAR CARVALHO;
Subtenente de Artilharia ANDERSON FETZER RODRIGUES;
Subtenente de Infantaria CARLOS BARBOSA SANTANA;
Subtenente Manutenção de Comunicações DARLI SOUZA COSTA;
Subtenente de Infantaria EDIVALDO ANTONIO DOS SANTOS;
Subtenente de Intendência EDNEI RIBEIRO DOS SANTOS;
Subtenente de Infantaria EDSON ALVES DOS SANTOS;
Subtenente de Topografia EDUARDO DUARTE OAZEM;
Subtenente de Infantaria ELIAS PESSOA DOS ANJOS FILHO;
Subtenente de Infantaria EVANDRO FELTRIN BARROSO;
Subtenente de Intendência EVARISTO DA SILVA LANDIVAR;
Subtenente de Infantaria EVERALDO DEOSDEDE DA SILVA;
Subtenente de Artilharia FÁBIO BACELAR MELLO;
Subtenente de Engenharia FELIPE BELLO BASTOS;
Subtenente de Infantaria FRANKLIN JOSÉ RIBEIRO;
Subtenente de Artilharia FREDERICO ALEXANDRE DE OLIVEIRA LIMA;
Subtenente de Intendência GILMAR LUIZ NAUÊ;
Subtenente de Cavalaria GILMAR MESQUITA SANTOS;
Subtenente de Infantaria GILVANILDO DA SILVA SOUZA;
Subtenente de Engenharia GIOVAN PAIM BULSING;
Subtenente de Infantaria GUSTAVO ADOLPHO RECHE DE CASTILHO;
Subtenente de Infantaria ISMENIO LIMEIRA PEREIRA;
Subtenente de Intendência JOELI MENDONÇA DE ASSIS;
Subtenente de Infantaria JOSÉ NILSON NOVAIS DE JESUS;
Subtenente de Intendência LUCIANO DA SILVA BATISTA;
Subtenente de Engenharia LUIS ROBERTO SANDER;
Subtenente de Infantaria LUIZ GUSTAVO DA SILVA SISTON;
Subtenente Aviação Manutenção MARCELO DO NASCIMENTO CARVALHO;
Subtenente de Infantaria MARCELO FIORINO;
Subtenente de Infantaria MARCELO NAVARRINA CORREIA;
Subtenente de Infantaria MARCOS DUARTE DE OLIVEIRA;
Subtenente de Intendência MARCOS MACHADO LOURENÇO;
Subtenente de Infantaria MAURICIO CARVALHO FIGUEIREDO;
Subtenente Músico MAURINO JOSÉ CLAUBERG;
Subtenente de Topografia REGINALDO DA COSTA PEREIRA;
Subtenente de Saúde RENATO FERNANDES DE SOUZA;
Subtenente de Infantaria ROBINSON DE PAULA ALVARENGA;
Subtenente de Cavalaria RONI RIBEIRO BALDANZA;
Subtenente de Comunicações SIRLOENE JOSÉ GONÇALVES JÚNIOR;
Subtenente de Infantaria ULISSES GOMES PEREIRA NETO;
Subtenente de Artilharia VLADIMIR DOS SANTOS FREITAS;
Subtenente de Cavalaria VOLMIR DA COSTA LOPES;
Subtenente de Engenharia WELLINGTON KLEZEWSKY PIRES;
Primeiro-Sargento de Infantaria ADRIANO DIAS DE MORAIS;
Primeiro-Sargento de Infantaria EDSON ANTÔNIO BERNARDES;
Primeiro-Sargento de Infantaria NATALICIO DA MOTA RODRIGUES;
Primeiro-Sargento de Infantaria ROBERTO ALVES CARRIJO;
Primeiro-Sargento de Infantaria WILLIAM DE SOUZA BARBOSA;
Segundo-Sargento do Quadro Especial JOSÉ MARCOS DOS SANTOS ALMEIDA; e
Segundo-Sargento do Quadro Especial VLADIMIR ALVES FERRAZ; e

II - no Quadro Suplementar do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, os seguintes militares do Exército:

a) no Grau de Oficial:

Coronel R/1 ANTÔNIO LARA MARIALVA MEIRELES RONDON;
Coronel R/1 CLAUDIO DA COSTA TERZI;
Coronel R/1 CLÁUDIO GUILHERME DA SILVA TORRES;
Coronel R/1 CLÓVIS EDUARDO GODOY ILHA;
Coronel R/1 FREDERICO JORGE CANDIDO BOMFIM;
Coronel R/1 GERSON BEN-HUR MAYER;
Coronel R/1 JÚLIO CEZAR DE MEDEIROS AFFONSO;
Coronel R/1 LUIS CLAUDIO DOS SANTOS LIMA;
Coronel R/1 MARCELO ALVARO DE SOUZA;
Coronel R/1 MARCELO ROBERTO DA ROSA;
Coronel R/1 MARIO SERGIO OLYNTHO;
Coronel R/1 PAULO CESAR NOGUEIRA JUNIOR;
Coronel R/1 TÉRCIO GIULIAN MARQUES;
Coronel R/1 WAGNER FERREIRA DE SOUZA; e
Coronel R/1 WALTER MASSARU MIHARA; e

b) no Grau de Cavaleiro:

Coronel R/1 ANDRÉ LUÍS CORREIA DE CASTRO;
Coronel R/1 ERASMO RODRIGUES DE AFONSECA FILHO;
Tenente-Coronel R/1 LUIZ RIBEIRO ROSA;
Capitão R/1 ANTONIO JAIR SOARES DOS SANTOS;
Capitão R/1 CELSO FERNANDO COSTATO;
Capitão R/1 EDVALDO DA SILVA;
Capitão R/1 JOSÉ DE MATOS SOBRINHO;
Capitão R/1 LUIZ CLAUDIO CARDOSO MACIEL;
Capitão R/1 MARCO AURÉLIO RIBEIRO;
Capitão R/1 MAURILIO MIRANDA FILHO;
Capitão R/1 VALCIR ANTONIO MONTAGNER;
Segundo-Sargento R/1 ANTONIO MELO ARAÚJO; e
Terceiro-Sargento R/1 NERINTON EVANGELO GRIMES.

Brasília, 15 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 72, de 15 de março de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 796.

Nº 73, de 15 de março de 2021. Solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 654, de 11 de novembro de 2020, referente à indicação do Senhor JORGE LUIZ KORMANN, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Alessandra Bastos Soares em 19 de dezembro de 2020.

Nº 74, de 15 de março de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ROMISON RODRIGUES MOTA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato de Alessandra Bastos Soares.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AC SENHA DIGITAL BRASIL. Processo n° 00100.007315/2019-78.

INDEFIRO o credenciamento da AR DEMARQUE CORRETORA DE SEGUROS E SERVIÇOS. Processo n° 00100.000649/2020-54.

INDEFIRO o credenciamento da AR INFORPERSON CONSULTORIA. Processo n° 00100.002674/2020-72.

DEFIRO o pedido de renovação do credenciamento da empresa de auditoria PKI Contabilidade e Auditoria Ltda (PKI CONSULTING). Processo n° 00100.000242/2021-16.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Suspende a exigência de medida fitossanitária e da declaração adicional para Senecio vulgaris.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 45, de 22 de agosto de 2018, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.022285/2019-28, resolve:

Art. 1º Suspender a exigência de medida fitossanitária e da declaração adicional para Senecio vulgaris relativas aos produtos destinados ao Brasil constantes na Instrução Normativa MAPA nº 20, de 22 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2007, Seção 1, pág. 7, e na Instrução Normativa MAPA nº 2, de 30 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2013, Seção 1, págs. 12 e 13.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de abril de 2021.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 19, DE 11 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado através da Portaria nº 561 de 11 de abril de2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e tendo em vista o disposto no Regulamento de Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e considerando o atendimento as exigências normativas e observado parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e considerando ainda o disposto no processo eletrônico 21044.000590/2021-77, resolve:

Art. 1° - HABILITAR o Médico Veterinário, GABRIEL BIANOR SANTA ROSA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal-GTA, referente à movimentação de EQUÍDEOS, nos Municípios de, CABO FRIO E SÂO PEDRO DA ALDEIA, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo o habilitado observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta portaria sem numeração automática, entra em vigor na data da sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 124, DE 11 MARÇO DE 2021

Altera Instrução Normativa SDA/MAPA Nº 14, de 8 de abril de 2020 - Requisitos Fitossanitários para a importação de estacas de videira do Chile

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa MAPA nº 25, de 7 de abril de 2020, e o que consta do Processo nº 21000.053630/2017-11, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 14, de 8 de abril de 2020, publicada no D.O.U. nº 69, Seção 1, página 11, de 9 de abril de 2020, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

II - "As estacas de videira foram tratadas com espirodiclofeno, na dose de 14,4 g. i.a./ 100 L de água, para o controle de *Brevipalpus chilensis*, sob supervisão oficial." e "As estacas de videira foram analisadas oficialmente e se encontram livres de *Brevipalpus chilensis*, de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório N° ()." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1° de abril de 2021.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 269, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Suspende a pedido o credenciamento do DSVET Laboratório de Análise Veterinário LTDA credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.006102/2021-41, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o credenciamento do laboratório DSVET, nome empresarial DSVET Laboratório de Análise Veterinário LTDA, CNPJ nº 19.516.351/0001-88, localizado na Rua Rubião Junior, 1654, Sala 01, Bairro Parque Industrial, CEP: 15025-080, São José do Rio Preto/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 270, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Suspende o credenciamento do Laboratório Solis & Sanfelice Serviços Veterinários LTDA ME credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.004313/2021-40, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório Vetlabor - Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias, nome empresarial Solis & Sanfelice Serviços Veterinários LTDA ME, CNPJ nº 17.160.677/0001-90, localizado na Rua Centenário nº 297, Bairro Jardim Europa, CEP: 15.014-450, São José do Rio Preto/SP, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 271, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Credencia o Laboratório Allele Biotecnologia Ltda ME para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.016445/2021-14, resolve:

Art. 1º Art. 1º Credenciar o Laboratório Allele Biotecnologia, nome empresarial Allele Biotecnologia Ltda ME, CNPJ nº 23.474.150/0001-32, localizado na Avenida Adolfo Pinheiro, Conjunto 104, nº 2056, Bairro Alto da Boa Vista, CEP: 04734-003, São Paulo/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 93, de 27 de agosto de 2018, D.O.U: nº 166, de 28 de agosto de 2018, Seção 1, pág.: 12.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 272, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Credencia o laboratório Microbioticos Análises Laboratoriais Ltda para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.074444/2020-11, resolve:

Art. 1º Credenciar o Microbioticos Análises Laboratoriais Ltda, CNPJ nº 00.417.583/0002- 31, localizado na Avenida Santa Isabel, nº 2120, Bairro Barão Geraldo, CEP: 13.084-643, Campinas/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa SDA/MAPA Nº 122, de 5 de março de 2021, publicada no DOU Nº 44, de 8 de março de 2021, Seção 1, página 6. Onde se lê "*Nysius mubilus*". Leia-se "*Nysius nubilus*".

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, na Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social, e na Portaria MC n° 305, de 10 de março de 2020, e o art. 25 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que trata sobre a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recursos transferidos pelo MC, resolve:

Art. 1º Estabelecer o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes, nos termos dos Anexos I e II desta Portaria, que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, em conformidade com o disposto no art. 25 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. Os veículos, equipamentos e materiais permanentes deverão ser destinados aos equipamentos públicos ou às entidades de assistência social para a execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL ÂNGELO GOMES OLIVEIRA

ANEXO I

PADRONIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

TIPO	CONFIGURAÇÃO MÍNIMA
Automóvel Básico	Veículo(zero quilômetro), capacidade mínima para 5 lugares, motorização mínima 1.3, 5 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
Automóvel Utilitário	Veículo utilitário com carroceria tipo pick-up(zero quilômetro), capacidade mínima para 2 lugares, motorização mínima 1.3; 2 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
	Veículo utilitário com acessibilidade(zero quilômetro); capacidade mínima para 4 lugares sendo 1 reversível para cadeirantes, com adaptação de elevador ou rampa para acesso do cadeirante com sistema elétrico e/ou hidráulico, motorização mínima 1.3, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
	Veículo utilitário (zero quilômetro), capacidade mínima para 7 lugares, motorização mínima 1.3, 5 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
	Veículo utilitário tipo SUV(zero quilômetro), com especificações do Inmetro, capacidade mínima para 5 lugares, motorização mínima 1.4, 5 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha, com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível gasolina e etanol ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
Van	Veículo tipo VAN com acessibilidade(zero quilômetro), capacidade mínima para 9 lugares (além do motorista) sendo pelo menos 1 reversível para cadeirante, com adaptação de elevador ou rampa para acesso do cadeirante com sistema elétrico e/ou hidráulico, motorização mínima 1.6, 5 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha (na cabine), com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
	Veículo tipo VAN sem acessibilidade(zero quilômetro), capacidade mínima para 9 lugares (além do motorista), motorização mínima 1.6, 5 portas, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha (na cabine), com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses.
Micro-ônibus	Veículo tipo MICRO-ÔNIBUS com acessibilidade(zero quilômetro), capacidade mínima para 13 lugares (além do motorista e auxiliar) sendo pelo menos 1 reversível para cadeirante, com adaptação de elevador (capacidade de carga mínima de 250kg) ou rampa para acesso do cadeirante com sistema elétrico e/ou hidráulico, motorização mínima 1.6, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha (na cabine), com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, incluindo as revisões obrigatórias durante o período da garantia e assistência técnica.
Ônibus	Veículo tipo ÔNIBUS com acessibilidade(zero quilômetro), capacidade mínima para 18 lugares (além do motorista e auxiliar) sendo pelo menos 3 reversíveis para cadeirante, com adaptação de elevador (capacidade de carga mínima de 250kg) ou rampa para acesso do cadeirante com sistema elétrico e/ou hidráulico, motorização mínima 2.0, direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos pelo menos nos vidros dianteiros, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha (na cabine), com protetor de cárter de fábrica (original), direção assistida eletricamente ou hidraulicamente ou elétrica-hidráulica, cor branca com padronização visual com identificação do Ministério da Cidadania, combustível diesel ou superior, ar condicionado de fábrica, equipado com todos os acessórios exigidos pelo CONTRAN, documentação (emplacamento/licenciamento) em nome do ente federado, garantia de fábrica de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, incluindo as revisões obrigatórias durante o período da garantia e assistência técnica.
Embarcação - Conjunto Náutico	Conjunto náutico tipo VOADEIRA (novo) composto de embarcação construída em alumínio naval 100% de no mínimo 6 metros com aproximadamente 2 metros de largura, soldado em chapa mínima de 2,5mm de espessura no fundo e 2,0mm nas laterais em liga anticorrosivo, capacidade de carga mínima de 900 kg, com comprimento no banco central para usar como deposito de líquidos ou viveiro, porta tanque, piso de borracha, mínimo 4 bancos com enchimento de isopor garantindo sua flutuação (chapa mínima de 2mm), equipada com motor de popa 4 tempos potência minima de 20(kw/hp). Fabricação e peça de manutenção nacionais. Reboque: rodas aro 13; berços longos, duas guias laterais, suporte de placa; engate automático; apoio para proa de barco ajustável; suporte para estepe, com suporte e guincho manual e/ou elétrico com cabo para facilitar o embarque do barco no reboque, com suspensão em molas aspirais e amortecedores. Toldo com estrutura em alumínio e lona de alta resistência, Cor branca com padronização visual do Ministério da Cidadania; Colete salva vidas de auxílio a flutuação para 80 a 120 kg, mínimo 6 conforme capacidade do conjunto náutico, remos cabo em alumínio e pás plástica, mínimo 2 para cada conjunto náutico. Sistema de iluminação interna e navegação noturna, conforme normas da marinha. (luz de proa, popa, farol manual mínimo 1.500 velas, 2 tomas, bateria e instalação). Incluir hélice, rotor e carrinho de transporte de motor de popa. Entrega do objeto regularizado junto à Capitania dos Postos.

ANEXO II

LISTA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

TIPO	ITEM	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL						
		SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	SERVIÇO ESPECIAIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E EM REPÚBLICA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	ARO DE BASQUETEBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDO PARA ESTIMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDOTECA COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDOTECA SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CAMA ELÁSTICA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CASA DE BONECAS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CRONÔMETRO ESPORTIVO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	MESA DE JOGOS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PISCINA DE BOLINHA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PLAYGROUND COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PLAYGROUND SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	POSTE DE SPIROBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	POSTE DE VÔLEI	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TABELA DE BASQUETEBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TAPETE EMBORRACHADO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TATAME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TENDA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TRAVE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇÃO DE FILMES EM BLU-RAY	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇAO DE FILMES EM DVD	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇÃO DE LIVROS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	AMPLIFICADOR DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE AR CONDICIONADO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE BLU-RAY	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DVD	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO TELEFÔNICO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	AQUECEDOR DE AMBIENTE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ASPIRADOR DE PÓ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	BATEDEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	BEBEDOURO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAFETEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAIXA ACÚSTICA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CÂMERA DE SEGURANÇA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CÂMERA FOTOGRÁFICA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAMPAINHA DE ALARME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CENTRAL PABX	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CHAPA PARA LANCHE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

ELETROELETRÔNICOS	CHUVEIRO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CIRCUITO INTERNO DE TV	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CLIMATIZADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	COIFA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	COMPUTADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	DEPURADOR/PURIFICADOR DE AR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	DESCASCADOR DE TUBÉRCULOS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ESPREMEDOR DE FRUTAS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ESTABILIZADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	EXAUSTOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FERRO DE PASSAR ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FILMADORA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FOGÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO A GÁS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO ELÉTRICO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO MICROONDAS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FREEZER	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FRITADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FURADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	GELADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	GRAVADOR DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	HD EXTERNO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	HOME THEATER	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	IMPRESSORA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LAVADORA DE ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LIQUIDIFICADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MÁQUINA DE COSTURA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MÁQUINA DE MOER CARNE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MESA DE SOM	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MICROFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MULTIPROCESSADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	NOBREAK	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	NOTEBOOK	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PIPOQUEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PROJETOR MULTIMÍDIA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PURIFICADOR/REFRIGERADOR DE ÁGUA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	RÁDIO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	REFLETOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	REPETIDOR DE SINAL WI-FI DE ALTA POTÊNCIA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ROTEADOR WI-FI	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SANDUICHEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SCANNER	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SECADORA DE ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TANQUINHO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TELA DE PROJEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TELEVISÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TORRADEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TRANSFORMADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	UMIDIFICADOR DE AR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	VENTILADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	VÍDEOGAME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ACORDEÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ADUFE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	AFOXÉ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	AGOGÔ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ATABAQUE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BARÍTONO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BATERIA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BERIMBAU	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BONGÔ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BUMBO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAIXA DE FANFARRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAJÓN	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CASTANHOLA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAVAQUINHO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAXIXI	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CHOCALHO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CLARINETE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CONGA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CONTRABAIXO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CORNETA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CUÍCA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	FLAUTA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	GAITA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	GUITARRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	PANDEIRO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	PRATO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	RECO-RECO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	REPIQUE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	SAXOFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	SURDO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAMBOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAMBORIM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TANTÃ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAROL	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TECLADO MUSICAL	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TRIÂNGULO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TROMBONE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TROMPA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

INSTRUMENTO MUSICAL	TROMPETE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TUBA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLINO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLONCELO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	XILOFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ZABUMBA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ARMÁRIO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ARQUIVO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BALCÃO/BANCADA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BANCO/BANQUETA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BANHEIRA COM SUPORTE E TROCADOR	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BEBÊ CONFORTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BELICHE/TRILICHE	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado
MOBILIÁRIO	BERÇO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BIOMBO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BUFFET COM PROTETOR SALIVAR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CAMA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CAMA RECLINÁVEL COM PROTEÇÃO LATERAL	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CRIADO MUDO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ESTANTE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ESTRADO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	FLIPCHARTER	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	GAVETEIRO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	GLOBO TERRESTRE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	LONGARINA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	MESA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	POLTRONA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	PORTA CHAPÉU	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	QUADROS UTILITÁRIOS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	RELÓGIO DE PAREDE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	SOFÁ	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA ADULTOS E IDOSOS COM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA ADULTOS E IDOSOS SEM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA CRIANÇA COM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA CRIANÇA SEM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	CADEIRA DE BANHO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	CADEIRA DE RODAS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ABAJUR	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	BARRA DE APOIO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	BOTIJÃO DE GÁS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRINHO DE BEBÊ	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRINHO DE MÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE BANDEJA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE LAVANDERIA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	COLCHÃO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CORTADOR DE GRAMA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CORTINA/PERSIANA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ESCADA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ESPELHO DE PAREDE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	EXTINTOR DE INCÊNDIO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	GRADE DE CAMA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	GRADE DE PROTEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	MÁQUINA DE FAZER FRALDA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	PRANCHA DE CABELO (CHAPINHA)	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SECADOR DE CABELO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA CAIXA DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA GALÃO DE ÁGUA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA PARTITURA MUSICAL	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA PROJETOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA TELEVISÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	TÁBUA DE PASSAR ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS VEICULARES	ASSENTO DE ELEVAÇÃO VEICULAR INFANTIL	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS VEICULARES	CADEIRA VEICULAR INFANTIL	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL BÁSICO	VEÍCULO DE PASSEIO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL BÁSICO	VEÍCULO DE PASSEIO SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
VAN	VEÍCULO TIPO VAN COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
VAN	VEÍCULO TIPO VAN SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MICRO-ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
MICRO-ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
EMBARCAÇÃO	CONJUNTO NÁUTICO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 11 DE MARÇO DE 2021

14ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990
PORTAL GOV.BR

CÓDIGO	NOME	CPF	VENCIMENTO
001.085	José Floriano Barea Pastore	***.658.531-**	11/03/2026
001.094	Renato Cerceau	***.048.597-**	11/03/2026
001.105	Paulino Ribeiro Villas Boas	***.071.028-**	11/03/2026
001.111	Maurício Henrique Costa Dias	***.671.697-**	11/03/2026
001.112	João Victor Staub De Melo	***.890.339-**	11/03/2026
001.114	Francisco Locks Neto	***.524.654-**	11/03/2026
001.115	Rodrigo Bresciani Canto	***.134.828-**	11/03/2026
001.122	Sérgio Carlos Zilio	***.305.648-**	11/03/2026
001.134	Gabriel Forato Anhe	***.221.698-**	11/03/2026
001.143	Leonardo Dos Santos	***.778.531-**	11/03/2026

FABIO EDUARDO MADIOLI
Diretor

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.120/SEI-MCOM, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Institui o Comitê de Segurança da Informação no âmbito do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020, no Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e na Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança institucional da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Segurança da Informação do Ministério das Comunicações.

Art. 2º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regimento Interno do Comitê de Segurança da Informação do Ministério das Comunicações, que estabelece as normas para seu funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO I

DO COMITÊ

Seção I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Comitê de Segurança da Informação do Ministério das Comunicações, de natureza deliberativa e tipo estratégico, tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à segurança da informação deste Ministério.

Seção II

Da Composição

Art. 2º O Comitê de Segurança da Informação será composto por representantes das seguintes unidades do Ministério das Comunicações:

I - Secretaria-Executiva;

II - Secretaria de Radiodifusão;

III - Secretaria de Telecomunicações;

IV - Secretaria Especial de Comunicação Social;

V - Gestor de Segurança da Informação do Ministério;

VI - Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação; e

VII - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

§ 1º Cada representante, titular e suplente, será indicado pelo dirigente da unidade que representa, devendo os representantes da Secretaria-Executiva e das unidades finalísticas do Ministério das Comunicações serem escolhidos entre os ocupantes de cargo de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 4 ou equivalente, ou de cargo de hierarquia superior.

§ 2º O Comitê de Segurança da Informação será presidido pelo Gestor de Segurança da Informação do Ministério ou, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por seu substituto.

§ 3º Os representantes e seus suplentes de que trata o caput serão designados por ato do presidente do Comitê de Segurança da Informação.

§ 4º A Secretaria-Executiva do Comitê de Segurança da Informação será exercida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Seção III

Das Competências

Art. 3º Compete ao Comitê de Segurança da Informação:

I - assessorar na implementação das ações de segurança da informação no âmbito do Ministério das Comunicações;

II - constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação;

III - participar da elaboração da Política de Segurança da Informação e das normas internas de segurança da informação;

IV - propor alterações à Política de Segurança da Informação e às normas internas de segurança da informação; e

V - deliberar sobre normas internas de segurança da informação.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho serão compostos na forma de ato do Comitê de Segurança da Informação, terão caráter temporário, limitado a sete membros, duração não superior a um ano e estarão limitados a quatro operando simultaneamente.

Seção IV

Das Atribuições

Art. 4º Ao Presidente do Comitê de Segurança da Informação, incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do colegiado e, mais especificamente:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê, bem como decidir questões de ordem;

II - promover o cumprimento das proposições do Comitê;

III - proferir voto de desempate em processo decisório;

IV - requisitar informações e diligências necessárias ao desempenho das atividades do Comitê;

V - expedir convites especiais, a seu critério ou por indicação dos representantes do Comitê;

VI - representar o Comitê de Segurança da Informação junto aos órgãos internos e externos ao Ministério das Comunicações; e

VII - convocar titulares de outras unidades do Ministério das Comunicações para prestar apoio técnico ao Comitê, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 5º Aos representantes do Comitê de Segurança da Informação incumbe:

I - participar das reuniões do Comitê, discutir e deliberar sobre assuntos relativos à segurança da informação, constantes da pauta;

II - propor a inclusão de matérias de interesse na pauta das reuniões;

III - propor à Secretaria-Executiva do Comitê de Segurança da Informação , com a necessária antecedência, a participação nas reuniões de convidados que possam prestar esclarecimentos e subsídios sobre as matérias constantes da pauta;

IV - solicitar, à Secretaria-Executiva do Comitê de Segurança da Informação , informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades junto ao Comitê;

V - comunicar à Secretaria-Executiva do Comitê de Segurança da Informação a impossibilidade de comparecimento à reunião e informar sobre a participação do suplente;

VI - propor a realização de reuniões extraordinárias;

VII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê de Segurança da Informação; e

VIII - compartilhar conhecimentos e informações institucionais que contribuam para o alcance dos objetivos propostos pelo Comitê de Segurança da Informação, observado o sigilo necessário.

Parágrafo único. Cabe aos representantes do Comitê de Segurança da Informação emitir manifestação em nome da área que representa, inclusive sobre a alocação de recursos.

Art. 6º À Secretaria-Executiva do Comitê de Segurança da Informação, a cargo da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, incumbe:

I - providenciar:

a) elaboração e apresentação da pauta da reunião contendo as propostas a serem discutidas e homologadas nas reuniões;

b) calendário de reuniões;

c) comunicados e demais documentos administrativos; e

d) mediante solicitação expressa do presidente do Comitê de Segurança da Informação, relatórios periódicos ou relatório final referentes a assunto(s) de interesse do Comitê;

II - encaminhar ao Presidente e aos representantes as atas das reuniões anteriores;

III - prestar apoio administrativo ao Comitê de Segurança da Informação e responsabilizar-se pelos expedientes, bem como organizar, disponibilizar e manter atualizado o acervo documental correspondente;

IV - adotar as providências para:

a) realização das reuniões, secretariando-as e elaborando as respectivas atas de reunião; e

b) cumprimento das deliberações do Comitê;

V - auxiliar o Presidente na coordenação, orientação e supervisão das atividades do Comitê de Segurança da Informação;

VI - fornecer, sempre que possível, informações solicitadas pelos representantes para melhor apreciação dos assuntos em pauta; e

VII - apoiar os trabalhos determinados para os Grupos de Trabalho.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES

Seção I

Da Periodicidade

Art. 7º O Comitê de Segurança da Informação reunir-se-á:

I - ordinariamente, 6 (seis) vezes ao ano, mediante convocação do Presidente do Comitê de Segurança da Informação, sendo preferencialmente uma reunião a cada bimestre; e

II - extraordinariamente, por convocação do Presidente do Comitê de Segurança da Informação ou por solicitação da maioria absoluta dos representantes.

§ 1º Serão convocados os representantes titulares e suplentes.

§ 2º As reuniões ordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e as extraordinárias com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º As reuniões serão obrigatoriamente por videoconferência caso os membros estejam em entes federativos diversos.

Seção II

Da Representatividade

Art. 8º O quórum mínimo necessário para abertura e realização das reuniões será a maioria absoluta dos representantes.

Parágrafo único. Na ausência do representante titular esse será substituído pelo respectivo suplente, que terá direito a voto nas deliberações.

Seção III

Da Convocação, Pauta, Deliberações e Ata

Art. 9º A pauta da reunião será encaminhada aos representantes no ato da convocação.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Segurança da Informação poderão sugerir formalmente à Secretaria-Executiva do Comitê, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da reunião ordinária, matérias a serem incluídas na pauta da reunião.

Art. 10. As deliberações serão por meio de votação realizada em processo nominal e aberto, e aprovadas pela maioria dos presentes, observado o quórum mínimo definido no caput do art. 8º.

§ 1º Em caso de empate, cabe ao Presidente, além de seu voto como representante de seu órgão, o voto de desempate.

§ 2º Não será permitida abstenção ao voto nas matérias a serem deliberadas.

Art. 11. O Presidente poderá decidir, ad referendum, questões de urgência e relevância.

Art. 12. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão registradas em ata, com lista de presença anexada.

§ 1º A minuta da ata será encaminhada para os membros em até 8 (oito) dias úteis.

§ 2º O prazo para manifestação sobre a minuta da ata será de até 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º Não havendo manifestação no prazo acima a ata será considerada aprovada.

§ 4º A ata deverá ser mantida no acervo documental do Comitê de Segurança da Informação.

Seção IV

Dos Trabalhos

Art. 13. O Comitê de Segurança da Informação poderá criar Grupo de Trabalho (GT) para estudo e análise de matérias específicas.

§ 1º A coordenação de cada GT será definida pelo Comitê de Segurança da Informação no ato de sua criação, mediante indicação pelo Presidente do Comitê.

§ 2º O prazo de conclusão e abrangência dos trabalhos serão definidos pelo Comitê na formalização do Grupo de Trabalho, observado o disposto no parágrafo único do art. 3º deste Anexo.

Art. 14. Poderão participar das reuniões do Comitê de Segurança da Informação pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir com os trabalhos do comitê mediante convite do Presidente.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Este Regimento Interno poderá ser alterado, a qualquer tempo, por aprovação da maioria absoluta dos representantes e mediante ato do Presidente do Comitê.

Art. 16. A participação no Comitê de Segurança da Informação, bem como nos Grupos de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 1.858, DE 5 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015, e/ou n° 562, de 22 de dezembro de 2011 e/ou n° 353, de 19 de janeiro de 2018 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade, abaixo relacionada, a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.017549/2013	Fundação Assistêncial E Educacional Betel	RADCOM	Sena Madureira	AC	Multa	1.256,56	Art. 40, V e VI, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1858 de 05/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

RODRIGO CRUZ GEBRIM

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 94, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.003866/2002-78

Recorrente/Interessado: INTELSAT BRASIL LTDA. CNPJ nº 03.804.764/0001-28

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 19/2021/VA (SEI nº 6604226), integrante deste acórdão, conferir direito de exploração do satélite estrangeiro IS-905, ocupando a posição orbital 24,5° W, à INTELSAT LICENSE LLC, para operação no Brasil por meio de seu representante legal, a INTELSAT BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 03.804.764/0001-28, válido de 1º de abril de 2021 até 30 de novembro de 2024, nos termos da Minuta de Ato VA SEI nº 6626460.

EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 1.304, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Expedir autorização à Pablo Rafael dos Santos Galdino, CPF/CNPJ nº 066.494.723-95, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente Regional nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí

ATO Nº 1.663, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização à Fernando Ramos Barbosa, CPF/CNPJ nº 032.608.223-99, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente Regional nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.651, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.027110/2009-91. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à RADIO CONCORDIA FM LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 80.734.544/0001-16, na localidade de Concórdia/SC, até 10/06/2031, a contar da data de publicação deste Ato, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional nos Estados do Paraná e Santa Catarina

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.265, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo n° 53504.008057/2020-02- Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ 08.070.508/0067-02, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 1.619, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Processo 53504.004034/2018-04 - Decretar extinta, por renúncia, a autorização outorgada à ORGANIZAÇÃO FRANCISCO JORGE ROSA - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ n° 06.348.177/0001-60, FISTEL n° 50405630433, para explorar o Serviço Limitado Privado - submodalidade Serviço de Rede Privado, bem como extinguir a autorização para uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 1.662, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53504.000041/2021-24. Expede autorização ao Moacir Radighieri, CPF nº ***824108**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 10 DE MARÇO DE 2021

Nº 1.580 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à CONDOMINIO CEO SALVADOR SHOPPING, CNPJ nº 20.505.495/0001-18, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 1.581 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à MUNICIPIO DE FEIRA DE SANTANA, CNPJ nº 14.043.574/0001-51, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 1.587 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A , CPF/CNPJ nº 36.312.056/0020-91, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 1.633, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53548.000154/2021-13. Expede autorização à MULTIFORMA SEMENTES DE PASTAGEM LTDA, CNPJ nº 20098619000198, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 1.658, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à S/A LEÃO IRMÃOS AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ: 12.275.715/0001-36, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO Nº 1.657, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à NAZKA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ: 40.154.405/0001-07, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO Nº 1.656, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à MONDELEZ BRASIL NORTE NORDESTE LTDA, CNPJ: 10.144.076/0001-44, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 1.642, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Expede autorização à TRANSIRE FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 21.785.364/0001-02, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000149/2021-53.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 1.675, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Autoriza Swarm Brasil Satélites Ltda, CNPJ nº 38.029.714/0001-03, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, em todo o território nacional, no período de 15/03/2021 a 13/05/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3967/DIPEC/DEPES/SEPESD/SG-MD, de 26 de novembro de 2020, publicada no DOU nº 228, de 30 de novembro de 2020, seção 1, página 13, onde se lê: "Cargo: Agente Administrativo - NI Código da vaga: 0099457", leia-se: "Cargo: Agente Administrativo - NI Código da vaga: 0091457".

COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ENSINO

PORTARIA DIRENS Nº 41/DCR, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2022 (IE/EA CFOINF 2022). Protocolo COMAER nº 67500.000717/2021-24

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD

PORTARIA DIRENS Nº 43/DCR, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2022 (IE/EA CFOINT 2022). Protocolo COMAER nº 67500.000719/2021-13

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Intendentes do ano de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD

PORTARIA DIRENS Nº 45/DCR, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Aprova as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2022 (IE/EA CFOAV 2022). Protocolo COMAER nº 67500.000721/2021-92

O DIRETOR DE ENSINO, considerando o disposto no Decreto nº 9.077, de 8 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o Art.9, inciso XII do Regulamento da Diretoria de Ensino, ROCA 21-104, de 16 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar as Instruções Específicas para o Exame de Admissão ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores do ano de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MARCOS VINICIUS REZENDE MRAD

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
COMANDO-EM-CHEFE DA ESQUADRA
COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE
COMANDO DO 1º ESQUADRÃO DE APOIO

PORTARIA Nº 5 /COMESQDAP-1, DE DE MARCO DE 2021

Suspensão Temporaria do Prazo de Execução Contratual e a Devolucao do Prazo de Execução.

O COMANDANTE DO 1 ESQUADRAO DE APOIO, no uso das atribuicoes que lhe sao conferidas pela Norma de Licitacoes, Acordos e Atos Administrativos - NOLAM (SGM-102, 5ª Revisao) e de acordo com o dispositivo no inciso XIV, artigo 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Suspender o prazo de execucao do contrato administrativo nº 91660/2020-04/00, do Processo nº 03/2020 (63429.001449/2020-36), por 60 dias, de 13/03/2021 a 11/05/2021, cujo objeto e a prestacao de servico de reparo do Motor de Combustao Principal (MCP) de boreste, modelo 12SW280, do NDCC Almirante Saboia, que sera prestado nas condicoes estabelecidas no Projeto Basico e demais documentos tecnicos que se encontram no TJIL nº 01/2020, firmado com a EMPRESA WARTSILA BRASIL LTDA., em atendimento a justificativa Tecnica emitida pelo Encarregado da Divisao de Maquinas, Fiscal do Contrato.

Art. 2º Sendo assim, ate o dia 13 de marco de 2021, foram concluidos 61 (sessenta e um) dias do total de 75 (setenta e cinco) dias iniciais pactuados, logo, restam 14 (quatorze) dias para a conclusao do prazo de execucao firmado no acordo inicial.

Art. 3º Devolver o prazo de execucao do contrato mencionado, a partir de 12 de maio de 2021, ate o dia 25 de maio de 2021, perfazendo um total de 14 (quatorze) dias restantes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitao de Mar e Guerra CARLOS ALBERTO PEREIRA PASSOS

3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA N° 30/HNRE, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, em conformidade com contido na Orientação Normativa AGU nº 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, aos Termos de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, Processo Administrativo n° 63066.003213/2019-67, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

I - O CONSULTÓRIO POLICLÍNICA S/S LTDA.

a)CNPJ nº 12.876.666/0001-97; e

b) Valor Estimativo: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 443, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Altera os artigos 1° e 2° da Portaria n. 3261, de 29 de dezembro de 2020, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Muniz Freire-ES, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 1° e o art. 2° da Portaria n. 3261, de 29 de dezembro de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Muniz Freire-ES, no valor de R$ 512.585,78 (quinhentos e doze mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59000.031455/2019-38.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, neste ato fixados em R$ 1.326.096,57 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil noventa e seis reais e cinquenta e sete centavos), correrão: R$ 512.585,78 (quinhentos e doze mil quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos), à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2019NE000323, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0032; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.; e R$ 813.510,79 (oitocentos e treze mil quinhentos e dez reais e setenta e nove centavos), à título de contrapartida financeira do Ente beneficiário consignado na Lei Orçamentária Anual n. 2.649/2020, de 17 de dezembro de 2020, do referido Município."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 444, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.524, de 27 de junho de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao município de União da Serra - RS, para ações de Defesa Civil, para até 26/05/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 447, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
CE	Pereiro	Seca - 1.4.1.2.0	171	11/02/2021	59051.010756/2021-47
MS	Corguinho	Chuvas Intensas-1.3.2.1.4	012	19/02/2021	59051.010887/2021-24
SE	São Miguel do Aleixo	Estiagem - 1.4.1.1.0	126	24/02/2021	59051.010879/2021-88

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 450, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Sabará - MG, no valor de R$ 627.755,44 (seiscentos e vinte e sete mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003569/2020-14.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000218, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 451, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Envira - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Envira - AM, no valor de R$ 1.010.950,00 (um milhão, dez mil novecentos e cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005699/2021-74.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

GABINETE

PORTARIA Nº 51, DE 12 MARÇO DE 2021

Designa o Diretor Nacional, o Coordenador e o Ordenador de Despesas do Projeto BRA/17/019, firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que visa fortalecer a Sudene para a implementação de processos e projetos de desenvolvimento regional no Nordeste e no Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, promovendo o desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, art. 19 do anexo I ao Decreto n° 8.276, de 27 de junho de 2014, publicado no D.O.U. n° 122, Seção 01, de 30 de junho de 2014, e alterações posteriores, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 59335.000134/2017-48, resolve:

Art. 1º. Exercer a função de Diretor Nacional do Projeto BRA/17/019, firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que visa fortalecer a Sudene para a implementação de processos e projetos de desenvolvimento regional no Nordeste e no Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, promovendo o desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável.

Art. 2º. Designar o Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, Senhor Renato Arruda Vaz de Oliveira, para exercer a função de Coordenador do Projeto BRA/17/019.

Art. 3º. Designar o Coordenador do Projeto BRA/17/019 para exercer a função de Ordenador de Despesas do Projeto BRA/17/019.

Art. 4º. Designar o substituto do Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas, Senhor Frederico de Moraes Bezerra, para exercer a função de substituto do Ordenador de Despesas nas ausências do titular.

Art. 5°. Revogar as Portarias Sudene n° 190, de 28 de dezembro de 2018; e, Portaria nº 35, de 2 de junho de 2020.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO CAVALCANTI DA CRUZ NETO

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO DA JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 6, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Altera o Anexo à Resolução nº 5, de 27 de janeiro de 2021, da Junta de Execução Orçamentária, que aprova a Matriz de Responsabilidades de que trata o § 1º do art. 5º do Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF, para o exercício financeiro de 2021.

A JUNTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º do referido Decreto, e no que dispõe o art. 5º do Anexo à Resolução nº 2, de 20 de julho de 2020, da JEO, , resolve:

Art. 1º O Anexo à Resolução nº 5, de 27 de janeiro de 2021, da Junta de Execução Orçamentária, passa a vigorar na forma do Anexo à esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

ANEXO

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES - 2021

Discriminação - Projeções	Órgãos Singulares	Março de 2021 (Prazos)	Maio de 2021 (Prazos)	Julho de 2021 (Prazos)	Setembro de 2021 (Prazos)	Novembro de 2021 (Prazos)	Observações
0. GRADE DE PARÂMETROS	SPE/Fazenda/ME	12/03	12/05	12/07	10/09	11/11	
I. RECEITA TOTAL							
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	SRFB/ME	15/03	14/05	14/07	14/09	12/11	Deverá ser detalhada ao nível das receitas que compõem a Receita Administrada.
I.2. Incentivos Fiscais	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	14/09	12/11	
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS		15/03	14/05	14/07	14/09	12/11	
I.3.1. Arrecadação Ordinária	SRFB/ME	15/03	14/05	14/07	14/09	12/11	
I.3.2. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	SRFB /ME	15/03	14/05	14/07	14/09	12/11	
I.4. Outras Receitas							
I.4.1. Concessões e Permissões	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	Com base em informações de setoriais recebidas pela SOF/Fazenda/ME
I.4.2. Complemento para o FGTS	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	Ouvida a STN/Fazenda/ME.
I.4.3. Contribuição Plano de Seguridade do Servidor	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	ANP e SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	Consultada a STN/Fazenda/ME, por meio de envio de arquivo pela SOF/Fazenda/ME.
I.4.6. Dividendos e Participações	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
I.4.7. Receita Própria e de Convênios	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
I.4.8. Demais Receitas	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA							
II.1. Cide Combustíveis	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Ouvida a STN/Fazenda/ME.
II.2. Exploração de Recursos Naturais	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Ouvida a STN/Fazenda/ME.
II.3. Contribuição do Salário Educação	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Ouvida a STN/Fazenda/ME.
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	STN/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
II.5. Fundos Constitucionais							
Repasse Total	STN/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
Superávit Fundos	STN/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	
II.6. Demais	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Ouvida a STN/Fazenda/ME.
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)							

Discriminação - Projeções	Órgãos Singulares	Março de 2021 (Prazos)	Maio de 2021 (Prazos)	Julho de 2021 (Prazos)	Setembro de 2021 (Prazos)	Novembro de 2021 (Prazos)	Observações
IV. DESPESAS							
IV.1. Benefícios Previdenciários	SPREV/SEPRT/ME (Ótica financeira dos Benefícios) INSS (Ótica Orçamentária dos Benefícios e do COMPREV) e SOF/Fazenda/ME (Sentenças)	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	Ouvidas SOF/Fazenda/ME e STN/Fazenda/ME.
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias							
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	STRAB/SEPRT/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
IV.3.2. Anistiados	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.3. Apoio Financeiro Municípios/Estados	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
IV.3.4. Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	Ministério da Cidadania e INSS (Benefícios) e SOF/Fazenda/ME (Sentenças)	15/03	17/05	15/07	14/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
IV.3.7. Complemento para o FGTS	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Equivale à receita correspondente, acrescida de superávits de exercícios anteriores.
IV.3.8. Créditos Extraordinários	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
IV.3.9. Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	SRFB/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	Valor equivalente ao da receita.
IV.3.10. Fabricação de Cédulas e Moedas	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	Voto CMN.
IV.3.11. Fundeb - Complementação	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	16/11	Ouvida a SOF/Fazenda/ME.
IV.3.12. Fundo Constitucional do Distrito Federal (Custeio e Capital)	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.13. Fundos FDA, FDNE e FDCO	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.15. ADO 25 (Lei Complementar nº 176/2020)	SOF/Fazenda/ME e STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
IV.3.16. Reserva de Contingência	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.17. Ressarcimento combustíveis fósseis (Até 2014, aos Estados e Municípios. Pós-2014, às concessionárias e permissionárias)	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
IV.3.18. Sentença Judiciais e Precatórios - OCC	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.3.19. Subsídios, Subvenções e Proagro	STN/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	
IV.3.20. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Equivale à receita correspondente, acrescida de superávits de exercícios anteriores
IV.3.21. Transferências Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	Equivale à receita correspondente, acrescida de superávits de exercícios anteriores

Discriminação - Projeções	Órgãos Singulares	Março de 2021 (Prazos)	Maio de 2021 (Prazos)	Julho de 2021 (Prazos)	Setembro de 2021 (Prazos)	Novembro de 2021 (Prazos)	Observações
IV.3.22. Impacto Primário do FIES	STN/Fazenda/ME	15/03	14/05	14/07	13/09	12/11	
IV.3.23. Financiamento de Campanha Eleitoral	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas a Prorrogação Financeira							
IV.4.1. Obrigatórias com Controle de Fluxo	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
IV.4.2. Discricionárias	SOF/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	14/09	16/11	
V. Necessidade de Financiamento do Governo Central - NFGC		15/03	18/05	16/07	15/09	17/11	
VI. Projeção de Resultado Estados e Municípios	STN/Fazenda/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	
VII. Projeção de Resultado Estatais	SEST/SEDDM/ME	15/03	17/05	15/07	13/09	12/11	

ABREVIATURAS

ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CMN	Conselho Monetário Nacional
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
RFB	Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SEDDM/ME	Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado do Ministério da Economia
Fazenda/ME	Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
SEPRT	Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia
SEST/SEDDM/ME	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado do Ministério da Economia
SPE/Fazenda/ME	Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
SPREV/SEPRT/ME	Secretaria de Previdência da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia
SOF/Fazenda/ME	Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
SRFB/ME	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia
STN/Fazenda/ME	Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia
STRAB/SEPRT/ME	Secretaria do Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL

1 - Processo nº: 10865.901814/2008-11 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10865.901815/2008-57 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10865.901816/2008-00 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10865.901817/2008-46 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10865.901818/2008-91 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10865.901819/2008-35 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10865.901820/2008-60 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10865.901821/2008-12 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10865.901822/2008-59 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10865.901823/2008-01 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10865.901824/2008-48 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10865.901825/2008-92 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10865.901826/2008-37 - Recorrente: INDUSPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10880.668784/2011-24 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 11080.728318/2016-06 - Recorrente: PLATA - ANALISE DE CREDITO E COBRANCA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13603.900003/2008-63 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13603.901088/2008-05 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13884.904143/2012-88 - Recorrente: ECOVAP ENGENHARIA E CONSTRUCOES VALE DO PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13884.904149/2012-55 - Recorrente: ECOVAP ENGENHARIA E CONSTRUCOES VALE DO PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL

20 - Processo nº: 10680.918972/2011-65 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 15374.964856/2009-81 - Recorrente: HISPAMAR SATELITES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10855.910148/2011-18 - Recorrente: NET SOROCABA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 16048.000057/2009-49 - Recorrente: UNIMED TAUBATE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10880.675356/2009-33 - Recorrente: UNIVERSO ONLINE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS

25 - Processo nº: 15504.723050/2018-01 - Recorrente: MANGABEIRA ALIMENTICIA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10850.900868/2011-15 - Recorrente: USINA VERTENTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 12448.922419/2012-96 - Recorrente: A IMPECAVEL ROUPAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10980.933319/2009-27 - Recorrente: SIRAMA PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10880.962496/2011-63 - Recorrente: TRANSDATA TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 12448.944122/2011-09 - Recorrente: CONBRAS SERVICOS TECNICOS DE SUPORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA

31 - Processo nº: 10882.904426/2013-32 - Recorrente: ATRIA PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10882.906602/2012-90 - Recorrente: ATRIA PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

AILTON NEVES DA SILVA
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES

1 - Processo nº: 12448.901203/2010-25 - Recorrente: SILIMED - INDUSTRIA DE IMPLANTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13603.720816/2016-81 - Recorrente: USIFAST LOGISTICA INDUSTRIAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13888.905595/2010-85 - Recorrente: KS BRONZINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10735.720075/2008-35 - Recorrente: SEPETIBA TECON S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10070.000064/2003-91 - Recorrente: SEPETIBA TECON S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA

6 - Processo nº: 10825.900420/2006-41 - Embargante: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10480.916922/2011-08 - Recorrente: NET RECIFE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10865.903078/2010-41 - Recorrente: SANA AGRO AEREA SOCIEDADE SIMPLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10865.911814/2009-00 - Recorrente: SANA AGRO AEREA SOCIEDADE SIMPLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11020.912422/2011-79 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA

11 - Processo nº: 13807.012849/2002-62 - Recorrente: ITAUTEC LOCACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10880.997896/2011-90 - Recorrente: ITAUTEC LOCACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10680.910987/2011-85 - Recorrente: GARCIA PEDROSA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA

14 - Processo nº: 13708.002014/2002-12 - Recorrente: PLUS VITA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10880.946502/2009-11 - Recorrente: PROAIR SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10880.967633/2012-37 - Recorrente: PROAIR SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10880.918438/2015-26 - Recorrente: DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10980.916793/2009-94 - Recorrente: RADIO INTERCONTINENTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARMEN FERREIRA SARAIVA
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

4ª CÂMARA

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON

1 - Processo nº: 15374.967802/2009-77 - Recorrente: UNIVERSAL MUSIC PUBLISHING MGB BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 15374.973345/2009-50 - Recorrente: UNIVERSAL MUSIC PUBLISHING MGB BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10880.941006/2010-12 - Recorrente: LEO BURNETT PUBLICIDADE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10380.904359/2013-15 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN

5 - Processo nº: 10530.900088/2011-98 - Recorrente: PIRELLI PNEUS NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10530.900087/2011-43 - Recorrente: PIRELLI PNEUS NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SERGIO ABELSON
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

3ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA

1 - Processo nº: 13603.722616/2010-78 - Recorrente: EDITORA ALTEROSA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

2 - Processo nº: 12448.926067/2012-48 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 12448.926068/2012-92 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 12448.926069/2012-37 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 12448.926070/2012-61 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 12448.926071/2012-14 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 12448.926072/2012-51 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 12448.926073/2012-03 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 12448.926074/2012-40 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 12448.926075/2012-94 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 12448.926076/2012-39 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 12448.926077/2012-83 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 12448.926079/2012-72 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 12448.926080/2012-05 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 12448.926083/2012-31 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 12448.926084/2012-85 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12448.926085/2012-20 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 12448.930343/2012-72 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 12448.930345/2012-61 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 12448.930346/2012-14 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 12448.930347/2012-51 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 12448.930350/2012-74 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13886.000400/2005-61 - Recorrente: USINA SANTA BARBARA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 13886.000474/2005-06 - Recorrente: USINA SANTA BARBARA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13886.000475/2005-42 - Recorrente: USINA SANTA BARBARA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ROBERTO DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES

1 - Processo nº: 10980.903080/2009-61 - Recorrente: INDUSTRIA NACIONAL DE ACOS LAMINADOS INAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIEL ORSI GAMEIRO

2 - Processo nº: 10680.902701/2014-31 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10680.902700/2014-96 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10680.902699/2014-08 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10680.902698/2014-55 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10073.901279/2009-97 - Recorrente: ALTI- PLANO EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): SABRINA COUTINHO BARBOSA

7 - Processo nº: 10480.900120/2012-59 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10480.900122/2012-48 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10480.900124/2012-37 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10480.900125/2012-81 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10480.900127/2012-71 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10480.900128/2012-15 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10480.900129/2012-60 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10480.900130/2012-94 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10480.900131/2012-39 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10480.900136/2012-61 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10480.916100/2011-19 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10480.916102/2011-16 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10480.916104/2011-05 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10480.916108/2011-85 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10480.916109/2011-20 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10480.900134/2012-72 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10480.900140/2012-20 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10480.917572/2011-99 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10480.917573/2011-33 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10480.917591/2011-15 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10480.916110/2011-54 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10480.917590/2011-71 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10480.917592/2011-60 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10480.916112/2011-43 - Embargante: DELTA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LARA MOURA FRANCO EDUARDO

31 - Processo nº: 13855.000327/2006-76 - Recorrente: CRISTAL IMPRESSOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13855.000328/2006-11 - Recorrente: CRISTAL IMPRESSOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 13855.000329/2006-65 - Recorrente: CRISTAL IMPRESSOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 13855.000330/2006-90 - Recorrente: CRISTAL IMPRESSOS LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DA SILVA ESTEVES
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) É facultativo o envio de memorial, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Conforme Art. 12 e seu §1º da portaria CARF 690 de Janeiro de 2021 fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF. A solicitação deverá ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião de julgamento da turma, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

Link da Carta de Serviços:

https://carf.economia.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/carta-de-servicos-carf/

DIA 30 de Março de 2021, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ARIENE D ARC DINIZ E AMARAL

1 - Processo nº: 15374.918174/2009-04 - Recorrente: VIDEO INTERAMERICANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 15374.936139/2009-69 - Recorrente: VIDEO INTERAMERICANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10880.908331/2012-27 - Recorrente: SOBLOCO CONSTRUTORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10880.908339/2012-93 - Recorrente: SOBLOCO CONSTRUTORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10880.908336/2012-50 - Recorrente: SOBLOCO CONSTRUTORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10880.908346/2012-95 - Recorrente: SOBLOCO CONSTRUTORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10880.908337/2012-02 - Recorrente: SOBLOCO CONSTRUTORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10840.910891/2009-12 - Recorrente: AGRICHEM DO BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO BORGES

9 - Processo nº: 12448.927507/2012-84 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 12448.927506/2012-30 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 12448.927505/2012-95 - Recorrente: WILPORT OPERADORES PORTUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MULLER NONATO CAVALCANTI SILVA

12 - Processo nº: 13884.909629/2009-15 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 18492.000020/2008-17 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13819.908509/2009-76 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13819.908510/2009-09 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13819.908511/2009-45 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13819.908512/2009-90 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13819.908514/2009-89 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13819.908513/2009-34 - Recorrente: MONDIAL SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10880.689616/2009-58 - Recorrente: COMERCIAL E IMPORTADORA CENTER SPORT LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ANTONIO BORGES
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA PGFN/ME Nº 3.026, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria PGFN n. 9.917, de 14 de abril de 2020, para incluir normas relativas à transação da dívida ativa do FGTS e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, considerando a autorização contida na Resolução CCFGTS nº 974, de 11 de agosto de 2020 e no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei n. 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n. 36, de 24 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º A Portaria PGFN n. 9.917, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Portaria disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação na cobrança da dívida ativa da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, cuja inscrição e administração incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional." (NR)

"Seção I

Dos princípios e dos objetivos da transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS

Art. 2º São princípios aplicáveis à transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS:

.....

VI - adequação dos meios de cobrança à capacidade de pagamento dos devedores inscritos em dívida ativa da União e do FGTS;

....." (NR)

"Art. 3º São objetivos da transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS:

.....

III - assegurar que a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa seja realizada de forma a equilibrar os interesses da União e dos contribuintes e destes com os do FGTS;

IV - assegurar que a cobrança de créditos inscritos em dívida ativa seja realizada de forma menos gravosa para União, para o FGTS e para os contribuintes;

V - assegurar aos contribuintes em dificuldades financeiras nova chance para retomada do cumprimento voluntário das obrigações tributárias e fundiárias correntes." (NR)

"Seção II

Das modalidades de transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS" (NR)

"Art. 4º São modalidades de transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS:

.....

III - transação individual proposta pelo devedor inscrito em dívida ativa da União e do FGTS.

§ 1º A transação de débitos inscritos em dívida ativa da União cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e aquela de débitos inscritos em dívida ativa do FGTS cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão realizadas exclusivamente por adesão à proposta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sendo autorizado, nesses casos, o não conhecimento de propostas individuais.

....." (NR)

"Art. 5º .....

.....

IX - regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação;

X - a proceder à individualização dos valores recolhidos nas contas vinculadas dos respectivos trabalhadores, quando for o caso." (NR)

"Art. 6º .....

I - prestar todos os esclarecimentos acerca da situação econômica do devedor, inclusive os critérios para definição de sua capacidade de pagamento e do grau de recuperabilidade de seus débitos, bem como das situações impeditivas à transação e demais circunstâncias relativas à sua condição perante a dívida ativa da União e do FGTS;

.....

Parágrafo Único. As notificações a que alude o inciso III do presente artigo, quando relacionadas à rescisão de transação de créditos inscritos na dívida ativa do FGTS, poderão ser efetuadas pela Caixa Econômica Federal." (NR)

"Art. 8º .....

III - possibilidade de diferimento ou moratória, ressalvados os débitos de FGTS inscritos em Dívida Ativa; ....."(NR)

"Art. 13. O Procurador da Fazenda Nacional poderá requerer, observados critérios de conveniência e oportunidade e desde que não acarrete ônus para União ou para o FGTS, a desistência da execução fiscal de débito transacionado, quando inexistentes, nos autos, informações de bens úteis à satisfação, parcial ou integral, dos débitos executados." (NR)

"Art. 14. Sem prejuízo da possibilidade de celebração de Negócio Jurídico Processual para equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, nos termos da Portaria PGFN nº 742, de 21 de dezembro de 2018, é vedada a transação que:

I - reduza o montante principal do crédito ou conceda descontos sobre quaisquer valores devidos aos trabalhadores, conforme critérios estabelecidos pela Lei nº 8.036/1990;

.....

V - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União ou do FGTS;

....." (NR)

"Art. 15. .....

.....

§4º Na transação que envolva parcelamento de créditos inscritos na dívida ativa do FGTS, o pagamento da totalidade dos débitos de contribuição de FGTS rescisório deverá ser realizado na primeira parcela, assim como os débitos de contribuições mensais devidas a trabalhadores com vínculos rescindidos à época da contratação e que reúnam as condições legais para a utilização de valores de sua conta vinculada." (NR)

"CAPÍTULO II

DOS PARÂMETROS PARA ACEITAÇÃO DA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL OU POR ADESÃO E DA MENSURAÇÃO DO GRAU DE RECUPERABILIDADE DAS DÍVIDAS SUJEITAS À TRANSAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E DO FGTS"

"Art. 19. A situação econômica dos devedores inscritos em dívida ativa da União e do FGTS será mensurada a partir da verificação das informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo devedor ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública." (NR)

"Art. 20. A capacidade de pagamento decorre da situação econômica e será calculada de forma a estimar se o sujeito passivo possui condições de efetuar o pagamento integral dos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, no prazo de 5 (cinco) anos, sem descontos.

Parágrafo único. Quando a capacidade de pagamento não for suficiente para liquidação integral de todo o passivo fiscal inscrito em dívida ativa da União e do FGTS, nos termos do caput, os prazos ou os descontos serão graduados de acordo com a possibilidade de adimplemento dos débitos, observados os limites previstos na legislação de regência da transação." (NR)

"Art. 21. .....

.....

§ 2º Havendo mais de uma pessoa física ou jurídica responsável, conjuntamente, por pelo menos uma inscrição em dívida ativa da União ou do FGTS, a capacidade de pagamento do grupo poderá ser calculada mediante soma da capacidade de pagamento individual de cada integrante do grupo econômico." (NR)

"Art. 23. Observada a capacidade de pagamento do sujeito passivo e para os fins das modalidades de transação previstas nesta Portaria, os créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS serão classificados em ordem decrescente de recuperabilidade, sendo:

..... " (NR)

"Art. 24. Para os fins do disposto nesta Portaria, são considerados irrecuperáveis os créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS, quando:

....." (NR)

"Art. 27. .....

.....

§1º .....

.....

II - os critérios para elegibilidade dos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS à transação por adesão;

....." (NR)

§ 2º O Edital será publicado no sítio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional disponível na internet (www.gov.br/pgfn) e, quando envolver também a possibilidade de negociação de créditos devidos ao FGTS, no sítio da Caixa Econômica Federal.

§ 3º Os procedimentos para adesão dos créditos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS devem ser realizados, respectivamente, na plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (www.regularize.pgfn.gov.br) e na plataforma da Caixa Econômica Federal indicada no Edital.

§ 4º Fica delegada ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS a competência para a elaboração das propostas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e edição dos respectivos editais de transação por adesão na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS e no contencioso tributário de pequeno valor relativo ao processo de cobrança da dívida ativa da União e do FGTS.

"Art. 32. .....

.....

VI - débitos inscritos na dívida ativa do FGTS, superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) que estejam suspensos por decisão judicial ou garantidos por penhora, carta de fiança ou seguro garantia."(NR)

"Art. 36. Os devedores descritos no art. 32 poderão apresentar proposta de transação individual, contendo plano de recuperação fiscal com a descrição dos meios para a extinção dos créditos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS e:

....." (NR)

"Art. 37-B. Nas propostas de transação individual formuladas nos termos do art. 36, é lícito ao contribuinte transacionar nas mesmas condições das modalidades de transação por adesão existentes na data do pedido, devendo a unidade responsável, quando for o caso, cadastrar as referidas contas de negociação, salvo se a adesão puder ser integralmente realizada pelo portal REGULARIZE da PGFN." (NR)

"Art. 38. .....

IV - verificar a existência de débitos não ajuizados ou pendentes de inscrição em dívida ativa da União do FGTS;

....." (NR)

"Art. 44. .....

.....

§4º As Procuradorias-Regionais da Fazenda Nacional poderão constituir equipes regionais para recebimento e análise de propostas de negociação no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, não se lhes aplicando o disposto no caput." (NR)

"Art. 48. .....

.....

VIII - a inobservância do compromisso de proceder à individualização dos valores recolhidos nas contas vinculadas dos respectivos trabalhadores.

....." (NR)

"Art. 49. .....

§ 1º A notificação será realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado na plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ou pela Caixa Econômica Federal, na hipótese de transação de débitos do FGTS." (NR)

"Art. 59. A cessão fiduciária de créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou de precatório próprios ou de terceiros, poderá ocorrer total ou parcialmente, ainda que em valor superior aos débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS." (NR)

"Art. 59-A. .....

§1º Quando o valor dos créditos ou dos precatórios cedidos fiduciariamente à União não for suficiente para a liquidação integral do saldo devedor transacionado, o contribuinte deverá continuar o pagamento das parcelas, recalculadas em função do saldo devedor remanescente.

§2º O procedimento descrito no caput não se aplica aos acordos firmados para liquidação de créditos do FGTS, oportunidade em que os valores somente serão aproveitados quando depositados e devidamente liberados pelo juízo requisitante do precatório para amortização do saldo devedor transacionado." (NR)

"Art. 69-A Aplicam-se à transação na cobrança da dívida ativa do FGTS as disposições da Resolução CC/FGTS n. 974, de 11 de agosto de 2020, podendo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional delegar ao Agente Operador a prática de atos materiais relativos às negociações." (NR)

Art. 2º A ementa da Portaria PGFN n. 9.917, de 14 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Regulamenta a transação na cobrança da dívida ativa da União e do FGTS." (NR)

Art. 3º A Portaria PGFN n. 2.382, de 26 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 10. Os instrumentos de negociação de que trata esta Portaria deverão abranger todo o passivo fiscal do contribuinte em recuperação judicial, observadas as condições e ressalvas previstas nesta Seção." (NR)

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 32, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso I, alínea "g", do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), relacionadas ao processo de Prova de Vida (recadastramento) de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

Art. 2º Fica suspensa, até 31 de maio de 2021, a exigência de recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis de que trata a Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020.

§ 1º A suspensão de que trata o caput não afeta a percepção de proventos ou pensões pelos beneficiários.

§ 2º O disposto no caput não se aplica ao recadastramento de aposentado, pensionista ou anistiado político cujo pagamento do benefício esteja suspenso na data de publicação desta Instrução Normativa.

§3º Encerrado o prazo de que trata o caput, os beneficiários que tiverem sido dispensados da realização de comprovação de vida durante o período de suspensão deverão realizar o recadastramento anual nos termos de que trata a Portaria nº 244, de 2020, e a Instrução Normativa nº 45, de 2020.

Art. 3º As Unidades de Gestão de Pessoas dos órgãos do SIPEC poderão, durante o período disposto no caput do art. 2º, receber solicitações de restabelecimento excepcional dos pagamentos de proventos e pensões suspensos dos aposentados, pensionistas ou anistiados políticos de que trata o § 2º do art. 2º pelo módulo de Requerimento do Sigepe, tipo de Documento "Restabelecimento de Pagamento - COVID19".

§1º O restabelecimento excepcional obedecerá o cronograma mensal da folha de pagamento e perdurará enquanto viger o prazo de suspensão previsto no caput do art. 2º.

§2º O beneficiário será comunicado por e-mail do deferimento de seu requerimento.

§3º Encerrado o período de que trata o caput do art. 2º, o beneficiário a quem tiver sido deferido o restabelecimento excepcional deverá realizar a comprovação de vida para continuidade do pagamento de proventos e pensões e recebimento de eventuais retroativos, nos termos da Portaria nº 244, de 2020, e da Instrução Normativa nº 45, de 2020.

Art. 4º O Órgão Central do SIPEC estabelecerá o cronograma para a realização da comprovação de vida de que trata o §3º do art. 2º e o §3º do art. 3º.

Art. 5º Durante o período de que trata o caput do art. 2º, fica suspensa a realização de visitas técnicas para fins de comprovação de vida.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 14, de 26 de janeiro de 2021

Art. 7 º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 3.052, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100408/2021-34, resolve:

Art. 1º Fica a TIGGER INVESTIMENT COMPANY LLC, com sede em 1191 E NEWPORT CENTER DR #103 - DEERFIELD BEACH, FL 33442 - USA, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social TIGGER INVESTIMENT COMPANY LLC, tendo sido destacado o capital de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para o desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá nas atividades de consultoria de: atuará com investimentos financeiros, no mercado imobiliário e no desenvolvimento de negócios. Participará de qualquer negócio que entender apropriado, adquirindo ou investindo parcialmente, enquanto acionista, ou desenvolvendo seus próprios projetos e empresas. Poderá investir em qualquer modalidade de negócios, com exceção de instituições financeiras. Incluindo gerenciamento e administração de imóveis, holding de instituições não financeiras e atividades com suas propriedades imobiliárias, nos termos da Resolução Corporativa, de 29 de outubro de 2020.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a TIGGER INVESTIMENT COMPANY LLC, é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

PORTARIA Nº 3.057, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100510/2021-30, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, a deliberação constante da Ata nº 6144, de 28 de dezembro de 2020, da sociedade estrangeira BENITO ROGGIO E HIJOS SOCIEDAD ANÓNIMA autorizada a funcionar no Brasil pela Portaria nº 5, de 7 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 8 de abril de 2009, que fixa em R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) o capital destinado ao desempenho das atividades da filial no Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA SPU-BA/ME Nº 3.011, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 15, inciso VI e parágrafo 2º, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no § 1º, do Art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo Art. 2º da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar o MUNICIPIO DE SENHOR DO BONFIM, inscrito no CNPJ sob o nº **.*88.308/0001-**, a executar obras de construção de praça pública no imóvel situado na Rua Teive Argolo, bairro Gamboa, município de Senhor do Bonfim/BA, que abrange área sob domínio da União caracterizada como nacional interior, conforme documentos constantes no bojo do processo administrativo eletrônico de n° 10154.120476/2020-18.

Art. 2º A autorização de obras a que se refere o Art. 1o tem a finalidade de construção de praça pública e restauração do imóvel denominado "Chafariz da Leste", oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal S/A.

§ 1º As obras não deverão alterar as características das áreas de bem de uso comum do povo.

Art. 3º As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes; aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Parágrafo Único. A execução das obras sem as autorizações previstas neste artigo ou a ocorrência de eventuais irregularidades durante o seu percurso, acarretará no cancelamento desta autorização, sem prejuízo das ações administrativas, civis ou penais aos agentes causadores do descumprimento.

Art. 4º A autorização de obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes à área de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Durante o período de execução de obras a que se referem o Art. 1o e 2o, é obrigatória a fixação de (1) uma placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União na Bahia, na forma da Portaria nº 3011, de 12 de março de 2021".

ANTÔNIO EDUARDO DOS SANTOS DE ABREU

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 12, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Publica Protocolos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.101075/2020-16, e nos demais processos correlatos, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que receberam manifestação favorável na 296ª Reunião Extraordinária da COTEPE/ICMS, realizada no dia 24 de fevereiro de 2021:

PROTOCOLO ICMS 11/21, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 53/17, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios relacionados no Anexo XVII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.

Os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Fica alterado o caput da cláusula primeira do Protocolo ICMS 53/17, de 29 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, nos termos deste protocolo e do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com bens e mercadorias, classificados nos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST 17.031.01, 17.047.00, 17.047.01,

17.048.00, 17.049.00 a 17.053.02, 17.056.00, 17.056.02 a 17.064.00, relacionados no Anexo XVII do referido convênio.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Alagoas - George André Palermo Santoro, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Sergipe - Marco Antônio Queiroz.

PROTOCOLO ICMS 12/21, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 11/91, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, refrigerantes, água mineral ou potável e gelo.

Os Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, Economia, Receita, Finanças ou Tributação, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, conjugado com as disposições do art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Fica o Estado do Paraná incluído nas disposições do Protocolo ICMS 11/91, de 21 de maio de 1991, em relação às operações com água mineral.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2021.

Acre - Rômulo Antônio de Oliveira Grandidier, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - André Clemente Lara de Oliveira, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro , Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Marcos Jorge de Lima, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Henrique De Campos Meirelles, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

No título do Convênio ICMS 23/21, de 12 de março de 2021, publicado no DOU de 15 de março de 2021, Seção 1, página 50, onde se lê: "CONVÊNIO ICMS 23/20, DE 12 DE MARÇO DE 2021", leia-se: "CONVÊNIO ICMS 23/21, DE 12 DE MARÇO DE 2021".

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 11368/2021/ME (14273477), resolve: 1) Arquivar o Processo de impugnação nº 19964.115771/2020-92 (SEI 12609532) de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios Residenciais, Comerciais, Mistos, Trabalhadores em Administração em Condomínios, Condomínios de Shopping Centers e Centros Empresariais da Cidade de Salvador, CNPJ nº 13.501.572/0001-04, nos termos do art. 18, inciso III da Portaria nº 17.593/2020; 2) Deferir o Registro Sindical (RES) ao Sindicato dos Empregados das Empresas de Compra, Venda, Locação, Imobiliárias, das Incorporadoras de Imóveis e Administração de Condomínios das cidades de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Itacaré, Eunápolis, Porto Seguro e Vitória da Conquista - SINDCOV/BA, CNPJ 29.333.732/0001-85, processo n.º 46204.000427/2018-50 (SC19736), para representar a categoria dos dos empregados das Empresas de Compra, Venda, Locação, Imobiliárias, das Incorporadoras de Imóveis e Administração de Condomínios, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Salvador, Itabuna, Ilhéus, Itacaré, Eunápolis, Porto Seguro e Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 10747/2021/ME (SEI 14202576), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de São Miguel/RN (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46217.002247/2018-63 (SC19770), CNPJ: 28.589.765/0001-28; e o SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SAO MIGUEL/RN (impugnante), CNPJ: 08.355.414/0001-45, Impugnação 19964.115881/2020-54, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10493/2021/ME (14173379), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro do SINTCOV - MA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONCESSIONÁRIAS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO ESTADO DO MARANHÃO, CNPJ 41.610.312/0001-02, Processo nº 46223.005718/2017-25 (SC19417), nos termos do art. 22, inciso VI, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 11494/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Nova Aliança e Potirendaba, CNPJ 16.649.299/0001-40, Processo 08015.0044602019-78, nos termos do art. 22, VI, c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11475/2021/ME (14287732), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46204.003068/2017-10, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIA-DOS RURAIS DE IBICOARA - BA, CNPJ 26.722.301/0001-12, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11421/2021/ME (14279725), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDRATEC/RN - SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EDIFICIOS E CONDOMINIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS E DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E ADMINISTRATIVOS DECONDOMINIOS DA GRANDE NATAL, CNPJ 15.132.318/0001-01, Processo nº 19964.115871/2020-19, para representar a Categoria Profissional dos Empregados em Condomínios Residências, Comerciais e Mistos, Bem como os empregados de empresas administradoras e prestadoras de serviços em condomínios residenciais, comerciais e mistos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios: Arês, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11222/2021/ME (14255248), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO TRABALHADORES EM HOTÉIS,MOTÉIS,APART HOTÉIS,POUSADAS, FLATS, HOTÉIS RESIDENCIA, PENSÕES, HOTÉIS FAZENDA, CAMPINGS E HOSPEDARIAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE, CNPJ 24.866.686/0001-66, Processo 46205.007335/2016-29 (SC18298), para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores nas empresas de Hotéis, Motéis, Apart Hotéis, Pousadas, Flats, Hotéis Residências, Pensões, Hotéis Fazenda, Campings e Hospedaria, com abrangência municipal, no município de Fortaleza, Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020, e ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NO COMERCIO HOTELEIRO, E GASTRONOMIA NO ESTADO DO CEARA, CNPJ 07.342.314/0001-11, Processo 46000.010662/99-39, no município de Eunápolis, do Estado da Bahia; excluindo a Categoria Profissional dos trabalhadores nas empresas de Hotéis, Motéis, Apart Hotéis, Pousadas, Flats, Hotéis Residências, Pensões, Hotéis Fazenda, Campings e Hospedaria, no município de Fortaleza, Estado do Ceará, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11496/2021/ME (14292353), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estatutária n.º 46208.004225/2015-02 (SA02625), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO LUIS DE MONTES BELOS E AURILÂNDIA, CNPJ 02.321.586/0001-11, nos termos do inciso I do art. 22, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11344/2021/ME (14271220), resolve: DEFERIR o registro do SINDICATO DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACÃO DA BAIA DE CAMAMU, CNPJ 23.547.386/0001-51, Processo n° 46204.011115/2015-29, para representar a Categoria Econômica de Hospedagem e Alimentação como Hotéis, Motéis, Apart Hotéis, Pousadas, Albergues, Casa de Repouso, Alimentos e Bebidas Preparados para consumo do próprio estabelecimento, Adegas, Restaurantes, Bares, Cafés, Churrascarias, Cantinas, Pizzarias, Lanchonetes, Buffets, Casas de Festas, Casas de Chás, Leiterias, Salsicharias, Cervejarias, Choperias e Comida a Quilo, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Camamu, Maraú Igrapiúna e Ituberá, Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10924/2021/ME (14220778), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova, CNPJ 35.446.046/0001-13, Processo 46213.027091/2015-11 (SA03013), para representar a categoria dos trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares: Integram a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Terra Nova, no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11350/2021/ME (sei 14272975), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária nº 46258.000337/2016-71, de interesse do STR- Regente Feijó - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó, CNPJ nº 55.760.128/0001-45, para representar a Categoria Profissional de trabalhadores e trabalhadoras rurais: agricultores(as) que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar em área de até 2 (dois) módulos rurais, proprietários ou não, ou seja, que se enquadrem na qualidade de pequenos produtores, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, ativos e aposentados, bem como os assalariados(as) rurais, empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, reflorestadores, os extrativistas; os operadores e aplicadores de defensivos agrícolas: tratoristas; operadores de máquinas e administradores de propriedades rurais, todos assim definidos nos termos do artigo 2° da Lei n° 5.889/73 combinado com o artigo 1° do Decreto Lei 1166/71 e da Convenção 141 da OIT, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Anhumas, Caiabu, Indiana, Martinópolis, Regente Feijó e Taciba, Estado de São Paulo, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11343/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46211.005939/2014-90, de interesse do STR DE SÃO DA LAGOA - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG, CNPJ nº 20.703.590/0001-26, nos termos do 22, inciso XI e artigo 47 da Portaria n° 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11290/2021/ME (sei 14264415), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária nº 46271.001842/2016-65, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas, Louça e Porcelana de Caxias do Sul, CNPJ nº 88.662.358/0001-20, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica, louça e porcelana, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Marau, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Parai, São Marcos, Vacaria, Veranópolis, Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11347/2021/ME (14271383), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46214.002050/2016-92, de interesse do SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA REGIONAL DE CANTO DO BURITI - PI, CNPJ 22.280.337/0001-32, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10886/2021/ME (SEI 14216561), resolve: ANULAR a Nota Técnica SEI nº 50603/2020/ME publicado no DOU de 13/11/2020, Seção 1, Página 41, nº. 217. (SEI 11782017); e ARQUIVAR o Pedido de Registro de Alteração Estatutária, nº 46312.004326/2017-40, do interesse do SINDIFISCO - Sindicato dos Fiscais de Rendas de Mato Grosso do Sul - MS, CNPJ 37.186.186/0001-25, nos termos do inciso II9 do art. 22 e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11399/2021/ME (14276917), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46204.008469/2017-58, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE MUCUGÊ - BA, CNPJ 27.187.635/0001-04, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 47595/2020/ME (11407050), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46222.001083/2018-88 (SC19809), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PLACAS, CNPJ 03.851.865/0001-50, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 2 módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial em Placas, Estado do Pará , nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10948/2021/ME (14222426), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES EAGRICULTORAS FAMILIARES DE COCAL DOS ALVES- PI, CNPJ 01.770.976/0001-06, Processo 46214.000103/2018-01 (SC19709), para representar a Categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois módulos rurais, com abrangência municipal em Cocal dos Alves e base territorial no Estado do Piauí, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10939/2021/ME (14221705), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR de Ubaíra -SINTRF, CNPJ 16.434.359/0001-07, Processo 46772.000073/2018-07 (SC20065), para representar a Categoria Específica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei n° 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal em Ubaíra e base territorial no Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11461/2021/ME (14285764), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.022336/2016-02, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pombos -STTRAF, CNPJ 09.033.549/0001-57, para representação da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Agricultores e Agricultoras Familiares: os que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar em área não superior a 02 (dois) módulos rurais, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas, ativos e aposentados, ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei n° I.166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de Pombos, Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10911/2021/ME (14219501), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Bonito - STR, CNPJ 09.888.967/0001-26 , Processo 46213.006088/2018-14 (SA04630), para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Bonito, no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11200/2021/ME (14252324), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Rio Verde - SINTMRV, CNPJ nº 00.951.050/0001-54, Processo nº 46208.002614/2018-38 (SA04615), para representar a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Eletricidade, inclusive Concessionárias de Veículos Automotores em Geral, Motocicletas, Ciclomotores e Bicicletas, bem como os Auxiliares diretos e indiretos das referidas categorias profissionais, com abrangência intermunicipal e base territorial no municípios de Acreúna, Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Caçú, Itajá, Itarumã, Maurilândia, Montividiu, Paranaiguara, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, São Simão e Turvelândia, Estado da Goiás, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SITIMMME/JATAÍ/GO - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos e Eletrônicos de Jataí/GO, CNPJ nº 24.858.383/0001-00, Processo nº 46208.004823/2014-92, excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Eletricidade, inclusive Concessionárias de Veículos Automotores em Geral, Motocicletas, Ciclomotores e Bicicletas, bem como os Auxiliares diretos e indiretos das referidas categorias profissionais, nos municípios de Acreúna, Caçú, Itajá, Itarumã, Maurilândia, Montividiu, Paranaiguara, São Simão, Turvelândia, do Estado de Goiás; B) STIMMME/DF/GO/TO - Sindicato Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalurgicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Distrito Federal e dos estados de Goías, CNPJ: 00.409.045/0001-14, Carta Sindical: L034 P091 A1963, excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecánicas e Eletricidade, inclusive Concessionárias de Veículos Automotores em Geral, Motocicletas, Ciclomotores e Bicicletas, bem como os Auxiliares diretos e indiretos das referidas categorias profissionais, no município de Aparecida do Rio Doce, do Estado de Goiás, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11215/2021/ME (14254105), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Plásticos Descartáveis e Flexíveis, Químicas, Farmacêuticas, Vidros e Cristais de Biguaçu e Região - SC, CNPJ 05.304.066/0001-99, Processo 08015.003967/2019-12 (SA05049), para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de fabricação de solventes, resinas, detergentes, sabões, xampus, amaciantes, água sanitária, matérias primas para inseticidas e fertilizantes; abrasivos; álcalis; petroquímica; lápis; canetas e material de escritório; defensivos animais; re-refino de óleos minerais, indústria de produtos químicos, indústria de produtos farmacêuticos, preparação de óleos vegetais e animais, perfumaria e artigos de toucador, resinas sintéticas, velas, fabricação de álcool, explosivos, tintas e vernizes, fósforos, adubos e corretivos agrícolas e defensivos agrícolas, destilação de refinaria de petróleo, produto de limpeza, plásticos descartáveis e flexíveis, fabricantes de embalagens, peças, componentes, utensílios domésticos, brinquedos e produtos de decoração plástica, material plástico, inclusive da produção de laminados plásticos, vidros, cristais, espelhos e lapidação, decoração de vidros e cristais, vidros para aquário, enfeites natalinos, vidros e cristais planos e temperados, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara, no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10417/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n° 46304.000496/2017-54 , de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Gás Natural Veicular, Lojas de Conveniência e Troca de Óleo de Joinville/SC, CNPJ 27.092.267/0001-02, nos termos do art. 22, incisos I e XI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na ota Técnica SEI nº 11086/2021/ME (14235599), resolve: PUBLICAR o Pedido de Alteração Estatutária nº 46284.000063/2016-01, SA03104, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Martinópole - CE, CNPJ nº 06.580.674/0001-99, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial Município de Martinópole, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica 9452/2021/ME, resolve: DEFERIR a Alteração Estatutária à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES, CNPJ 28.152.825/0001-40, Processo 46207.005277/2016-89 (SA03446), com abrangência estadual, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores familiares ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do do Decreto Lei nº 1.166/71 m área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais no Estado do Espírito Santo, nos termos do inciso VI do art. 21 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11447/2021/ME (14283661), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46221.008621/2017-94 (SC19575), de interesse do SINDER - Sindicato dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte do Estado de Sergipe, CNPJ n.º 28.619.652/0001-28, para representação da categoria profissional dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte do Estado de Sergipe, com abrangência estadual, Estado de Sergipe, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11445/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS, ESTADO DO PARÁ, CNPJ 05.547.286/0001-43, Processo 46222.007920/2016-11 (SA03578), para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Salinópolis, no Estado do Pará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11345/2021/ME (14271301), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46273.000916/2015-45 (SC17023), de interesse do Sindicato dos Professores Municipais de Jaguarão - SPMJ, CNPJ 93.854.404/0001-23, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999 e §2º do art. 22, VI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, em cumprimento à decisão proferida no Processo Judicial nº 1044423-81.2019.4.01.3400, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do OFÍCIO SEI Nº 272825/2020/ME (SEI 11441890), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindiscar - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Carlos Chagas, CNPJ 05.519.265/0001-14, Processo 46211.003630/2016-27, para a apresentação no prazo de 15 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical Substituto, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício nº 229840/2020/ME (SEI 10536573) respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LUIZ CORREIA, CNPJ 06.648.273/0001-23, Processo 46214.004163/2016-22, para a apresentação no prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento/indeferimento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, art. 22, inciso I e art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício n. 304144/2020/ME (12151809), respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato Intermunicipal das Inústrias do Vestuário de Muriaé/MG, CNPJ 26.445.552/0001-05, Processo 46240.000123/2017-75, para a apresentação no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/1999 c/c art. 22, inciso XI, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10583/2021/ME (14184880), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PAPEL, CELULOSE, PASTA DE MADEIRA PARA PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DE CAÇADOR - SIPAPEL, CNPJ n.º 83.683.896/0001-88, Processo 47620.000615/2017-59 para representação da categoria profissional dos empregados trabalhadores na indústria do Papel, Celulose, Pasta de Madeira Para Papel, Papelão e Cortiça, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Caçador, Calmon, Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis, Matos Costa, Santa Cecília, Tangará e Timbó Grande, todos do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11230/2021/ME (14256550), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Norte de Minas - SINDIMOR, CNPJ nº 25.205.709/0001-54, Processo nº 46246.001102/2017-17 (SA04159), para representar a categoria econômica das empresas de transporte rodoviário de cargas, com abrangência intermunicipal, nos municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Bocaiúva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaí, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia,

Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia, do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SETCEMG - Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado; CNPJ : 17.433.780/0001-66 (11537678) Carta Sindical: L030 P033 A1960, excluindo a Econômica das empresas de transporte rodoviário de cargas, no s municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Bocaiúva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaí, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia, do Estado de Minas Gerais; B) SINDIPESA - SIND. NAC.DAS EMP. TRANSP E MOV CARG PESADA E EXCEPCION, CNPJ: 61.843.926/0001-33 (14257973), processo 24440.044794/89-80, excluindo a Econômica das empresas de transporte rodoviário de cargas, no s municípios de Águas Vermelhas, Berizal, Bocaiúva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaí, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia, do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11432/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n 46219.004560/2018-16, de interesse do SINDIARTES - SINDICATO DOS ARTESÃOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 27.058.521/0001-56 , nos termos do art. 22, inciso I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 9944/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SEC Sapiranga - Sindicato dos Empregados no Comércio de Sapiranga, CNPJ 93.241.644/0001-52, Processo 46218.006631/2017-44, para representar a Categoria Profissional dos Empregados no Comércio, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Araricá, Nova Hartz e Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 11527/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46234.003490/2017-18, de interesse do STTRP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP RODOVIARIOS DE PASSOS, CNPJ 23.767.957/0001-63, nos termos do art. art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11587/2021/ME (14304154), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Alteração Estatutária n.º 46217.008320/2015-68 (SA02877), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Campo Redondo/RN, CNPJ 08.358.707/0001-86, nos termos do inciso XI do art. 22, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 8872/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS, DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR, DE SABÃO E VELAS, TINTAS E VERNIZES, DE EXPLOSIVOS, DE MATERIAL PLÁSTICO, DE PRODUÇÃO DE LAMINADOS PLÁSTICOS, DE RECICLAGEM PLÁSTICA, DE PREPARAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS E ANIMAIS SEM FINS ALIMENTÍCIOS, DE RESINAS SINTÉTICAS, DE FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL SEM FINS ALIMENTÍCIOS, DE FÓSFOROS, DE ADUBOS E CORRETIVOS AGRÍCOLAS, DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, DE DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO, DE MATÉRIAS PRIMAS PARA INSETICIDAS E FERTILIZANTES, DE ABRASIVOS, DE PETROQUÍMICA, DE PRODUTOS DE LIMPEZA, DE LÁPIS CANETAS E MATERIAL DE ESCRITÓRIO, DE DEFENSIVOS ANIMAIS E DE RE-REFINO DE ÓLEOS MINERAIS SEM FINS ALIMENTÍCIOS DOS MUNICÍPIOS DE NOVA IGUAÇU, ITAGUAI, PARACAMBI, QUEIMADOS, JAPERI, SEROPEDICA, MESQUITA, MENDES, MIGUEL PEREIRA, PATI DO ALFERES E MANGARATIBA, CNPJ 28.465.011/0001-66, Processo 46215.003699/2017-00, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de produtos químicos para fins industriais, de produtos farmacêuticos, de perfumarias e artigos de toucador, de sabão e velas, de tintas e vernizes, de explosivos e de material plástico, de produção de laminados plásticos, de reciclagem plástica, de preparação de óleos vegetais e animais sem fins alimentícios, de resinas sintéticas, de fabricação de álcool sem fins alimentícios, de fósforos, de adubos e corretivos agrícolas, de defensivos agrícolas, de destilação e refinação de petróleo, de matérias primas para inseticidas e fertilizantes, de abrasivos, de petroquímica, de produtos de limpeza, de lápis canetas e material de escritório, de defensivos animais e de re-refino de óleos minerais sem fins alimentícios, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paracambi, Paty do Alferes, Queimados e Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do SINDIPETRO/RJ - Sindicato dos Trabalhadores das Empresas próprias e contratadas na Indústria e no transporte de petróleo, gás, matérias-primas, derivados, petroquímica e afins, energias de biomassas e outras renováeis e combustíveis alternativos no estado do Rio de Janeiro, CNPJ 33.652.355/0001-14; excluindo a Categoria dos trabalhadores nas indústrias de destilação e refinação de petróleo; nos municípios de Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paracambi, Paty do Alferes, Queimados e Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10861/2021/ME, resolve: DEFERIR o pedido de Registro Sindical do SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS, EMPREGADOS, AGENCIADORES E CONDUTORES DE UTILITÁRIOS EM DUAS OU TRÊS RODAS DE RIO VERDE (GO) - SINDIMOTORV, CNPJ 28.720.627/0001-36, Processo nº 46208.012693/2017-12 (SC19558), para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Autônomos e Empregados em Empresas de Mototaxistas e Motoboys, Agenciadores ou Condutores de Utilitários em duas ou três Rodas, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, nos termos do art. 21, inciso I, combinado com o art. 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguintes entidade: A) SINDIMOTO - SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM MOTO-TÁXIS E MOTOBOYS DO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ 03.137.359/0001-01, Processo 46000.006876/99-29; excluindo a categoria profissional dos Trabalhadores Autônomos e Empregados em Empresas de Mototaxistas e Motoboys, Agenciadores ou Condutores de Utilitários em duas ou três Rodas; no Município de Rio Verde, do Estado de Goiás, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11498/2021/ME (sei 14292483), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária nº 46205.011742/2017-11, de interesse do Sindicato dos Técnicos e Auxiliares em Ópticas e dos Trabalhadores em Laboratórios de Serviços Ópticos e nas Indústrias/Fabricação de Materiais Ópticos e Derivados no Estado do Ceará - SINTOICE, CNPJ nº 73.807.695/0001-91, para representar a Categoria Profissional dos dos técnicos em ópticos, técnicos em optometria, contatólogos, Optometristas, auxiliares em ópticos, empregados em laboratórios de serviços ópticos de surfassagem, de montagem, de lapidação de lentes e trabalhadores na indústria/fabricação de aros e armações para óculos, blocos de vidros ópticos, blocos de resina ópticos, filtros ópticos, lentes de contatos, lentes para óculos com ou sem grau, peças e acessórios para óculos, óculos completo com ou sem grau, óculos de segurança e óculos de sol, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11179/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n° 46205.000269/2017-47, de interesse do SINTRAF BARREIRA - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BARREIRA, CNPJ 08.676.746/0001-21, nos termos do art. 22, incisos I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 11173/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n° 46200.001740/2015-01, de interesse do Sindicato dos Empregados em Centros de Formação de Condutores do Estado do Acre -SINDECFC, CNPJ 21.604.716/0001-78, nos termos do art. 22, incisos I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 2.391, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Indefere o pleito nº 059/2018, de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB, para COMPONENTES SEMICONDUTORES, DISPOSITIVOS OPTOELETRÔNICOS, COMPONENTES A FILME ESPESSO OU A FILME FINO, CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL PATRONIZADOS.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos arts. 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006 e considerando o que consta no processo nº 52001.101358/2018-80 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Indeferir a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB nº 059/2018, referente ao produto COMPONENTES SEMICONDUTORES, DISPOSITIVOS OPTOELETRÔNICOS, COMPONENTES A FILME ESPESSO OU A FILME FINO, CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL PATRONIZADOS, pelos fundamentos expostos na Nota Técnica SEI nº 52448/2020/ME e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, III, e 170, VII, da Constituição Federal, e no inciso I do caput e § 7º do art. 6º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 2.524, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Estabelece o Processo Produtivo Básico - PPB para SEGUIDOR SOLAR (TRACKER), industrializada no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.108226/2020-66, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Fica estabelecido o Processo Produtivo Básico para SEGUIDOR SOLAR (TRACKER), industrializado no País, composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 74 (setenta e quatro pontos) pontos por ano-calendário.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto de desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	8
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a 6 pontos.	6
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (*firmware*) da placa principal do módulo controlador.	2
IV	Corte, convencional ou laser, das bobinas de aço em tiras ou corte das vigas.	12
V	Dobra ou conformação das tiras de aço para formação dos perfis.	12
VI	Preparação das estacas para recepção dos elementos de fixação, através de furação ou outros métodos.	3
VII	Tratamento superficial por galvanização e/ou pintura para acabamento das estacas.	4
VIII	Corte, convencional ou a laser, das bobinas de aço em tiras do tubo/perfil de rotação.	12
IX	Conformação das tiras de aço em tubo/perfil de rotação.	12
X	Soldagem ou outro método de junção da chapa metálica na formação do tubo/perfil de rotação.	9
XI	Preparação do tubo/perfil de rotação para recepção dos elementos de fixação, através de furação ou outros métodos.	3
XII	Acabamento através de metalização da solda ou galvanização do tubo/perfil de rotação.	4
XIII	Montagem, em nível básico de componentes, do moto redutor, composto de motor elétrico, de redutor planetário e de carcaça de proteção.	6
XIV	Montagem do mecanismo de rotação a partir do redutor, tubos de acoplamento e elementos de fixação.	3
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do módulo controlador.	16
XVI	Integração das placas de circuito impresso montadas e dos demais conjuntos elétricos e mecânicos, para fabricação do módulo controlador.	5
XVII	Testes do módulo controlador.	1
	TOTAL	118
	META	74

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 2.525, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Estabelece o Processo Produtivo Básico - PPB para SEGUIDOR SOLAR (TRACKER), industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, art. 4º e nos arts. 11 a 18 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e considerando o que consta no processo nº 19687.108226/2020-66, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Fica estabelecido o Processo Produtivo Básico para SEGUIDOR SOLAR (TRACKER), industrializado na Zona Franca de Manaus, composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 74 (setenta e quatro pontos) pontos por ano-calendário.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto de desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	8
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a 6 pontos.	6
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (*firmware*) da placa principal do módulo controlador.	2
IV	Corte, convencional ou laser, das bobinas de aço em tiras ou corte das vigas.	12
V	Dobra ou conformação das tiras de aço para formação dos perfis.	12
VI	Preparação das estacas para recepção dos elementos de fixação, através de furação ou outros métodos.	3
VII	Tratamento superficial por galvanização e/ou pintura para acabamento das estacas.	4
VIII	Corte, convencional ou a laser, das bobinas de aço em tiras do tubo/perfil de rotação.	12
IX	Conformação das tiras de aço em tubo/perfil de rotação.	12
X	Soldagem ou outro método de junção da chapa metálica na formação do tubo/perfil de rotação.	9
XI	Preparação do tubo/perfil de rotação para recepção dos elementos de fixação, através de furação ou outros métodos.	3
XII	Acabamento através de metalização da solda ou galvanização do tubo/perfil de rotação.	4
XIII	Montagem, em nível básico de componentes, do moto redutor, composto de motor elétrico, de redutor planetário e de carcaça de proteção.	6
XIV	Montagem do mecanismo de rotação a partir do redutor, tubos de acoplamento e elementos de fixação.	3
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do módulo controlador.	16
XVI	Integração das placas de circuito impresso montadas e dos demais conjuntos elétricos e mecânicos, para fabricação do módulo controlador.	5
XVII	Testes do módulo controlador.	1
	TOTAL	118
	META	74

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MNS Nº 39, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, artigos 2° e 3° do Decreto no 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF n° 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 019/2015, expedido pela SUDAM e tudo o que consta do Dossiê/Processo Administrativo n° 18365.721995/2015-67, DECLARA:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da empresa NOVAMED FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ N° 12.424.020/0001-79, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM para o produto "Medicamentos" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2015 e término no ano-calendário de 2024.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis

Art. 4° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MNS Nº 40, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, artigos 2° e 3° do Decreto no 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF n° 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 253/2018, expedido pela SUDAM e tudo o que consta do Dossiê/Processo Administrativo n° 18365.720261/2019-94, DECLARA:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da empresa GIGA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, CNPJ N° 17.122.802/0001-77, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM para o produto "Gravador/Reprodutor Digital de Sinais de Áudio e Vídeo para Sistema de Segurança" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2018 e término no ano-calendário de 2027.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis

Art. 4° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MNS Nº 41, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória n° 2.199-14, de 2001, artigos 2° e 3° do Decreto no 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF n° 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 254/2018, expedido pela SUDAM e tudo o que consta do Dossiê/Processo Administrativo n° 18365.720260/2019-40, DECLARA:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da empresa GIGA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, CNPJ N° 17.122.802/0001-77, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Implantação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM para o produto "Câmera de Televisão pra uso em Circuito Fechado de TV" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2018 e término no ano-calendário de 2027.

Art. 2° O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3° A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis

Art. 4° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MNS Nº 42, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Concede habilitação ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto na Lei n° 12.598, de 21 de março de 2012, no Decreto n° 8.122, de 16 de outubro de 2013, e o constante do processo administrativo n° 18365.720966/2019-10, DECLARA:

Art. 1° Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), consoante o disposto no art. 18, § 1°, da Instrução Normativa n° 1.454, de 25 de fevereiro de 2014, e nos termos da Portaria do Ministério da Defesa n° 2.912/GM-MD, de 03 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 18 de julho de 2019:

PESSOA JURÍDICA: BDS CONFECCOES LTDA

CNPJ N°: 84.512.037/0001-99

Art. 2° No caso de suspensão da exigência do IPI, o estabelecimento industrial ou equiparado que der saída do produto deve fazer constar na nota fiscal o número deste Ato Declaratório Executivo e a expressão "Saída com suspensão da exigência do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 3° No caso de suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, a pessoa jurídica vendedora deve fazer constar na nota fiscal o número deste Ato Declaratório Executivo e a expressão "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", conforme o caso, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

Art. 4° Os benefícios de que tratam os arts. 2° e 3° podem ser usufruídos nas operações realizadas entre a data de publicação deste Ato Declaratório Executivo no Diário Oficial da União e 22 de março de 2032.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Prorroga o credenciamento de peritos autônomos, objeto do processo seletivo público de que trata o EDITAL CONJUNTO DE SELEÇÃO DE PERITOS ALF/FOR/ALF/APM/ALF/PCE nº 01/2017, cujo resultado foi homologado pelo ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 004, de 25 de maio de 2018, publicado em 30 de maio de 2018, e credenciados pelo mesmo ADE.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 298, 336, 360, inciso III e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Economia (ME) nº 284, de 27 de julho de 2020, com fundamento no disposto no art. 12 e no § 2º do art. 13 da Instrução Normativa RFB n.º 1.800, de 21 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de dois anos, de 31/05/2020 a 31/05/2022, o credenciamento, como peritos autônomos, a título precário e sem vínculo empregatício ou contratual com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para a prestação de serviços de perícias para identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar e emissão de laudos periciais, quando necessários no curso de procedimento fiscal e solicitados pela fiscalização aduaneira, no âmbito da jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza/CE, dos candidatos selecionados, após processo seletivo público de que trata o EDITAL CONJUNTO DE SELEÇÃO DE PERITOS ALF/FOR/ALF/APM/ALF/PCE nº 01/2017, cuja homologação e outorga do credenciamento se deram pelo ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO nº 004, de 25 de maio de 2018, publicado no DOU de 30 de maio de 2018.

Parágrafo único. O credenciamento ora prorrogado não se aplica à jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís-MA.

Art. 2º Ficam convalidadas as designações de perito para prestação de serviços periciais feitas no âmbito da jurisdição desta Alfândega, com base na outorga de credenciamento ora prorrogada, no período de 31/05/2020 até a data da publicação do presente ADE.

CARLOS WILSON AZEVEDO ALBUQUERQUE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

PORTARIA DRF/CRU Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o atendimento em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU (PE), no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

CONSIDERANDO o agravamento da pandemia da Covid-19, inclusive com servidores, terceirizados e familiares contaminados;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas pela imprensa de elevada taxa de ocupação dos leitos hospitalares no estado de Pernambuco (96% dos leitos de UTI no dia 09/03/2021);

CONSIDERANDO que na situação atual é imperioso resguardar a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO que a redução da circulação de pessoas é medida eficaz para reduzir a propagação do vírus, resolve:

Art. 1º No período de 15 de março de 2021 a 1º de abril de 2021 o atendimento ao contribuinte na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caruaru (PE) será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil, constantes no site www.gov.br/receitafederal.

§ 1º Continua em vigor o atendimento pelo e-mail: atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 2º Em caso de dúvidas, orientações sobre os canais de atendimento poderão ser obtidas pelos telefones (81) 2103-3566 e (81) 98274-0365, no horário das 8:00 às 17:00 horas, exceto fins de semana e feriados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RARAFEL CASIMIRO ROCHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 38, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.751659/2020-41, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 388/SPE, DE 13/10/2020, publicada no DOU em 15/10/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: COREMAS IV GERAÇÃO DE ENERGIA SPE LTDA
CNPJ nº : 34.921.036/0001-20
Nome do Projeto: Coremas IV
Cadastro Nac.l de Obras/CEI: 90.004.42991/71
Setor de Infraestrutura: Central Geradora Fotovoltaica
Prazo Estimado de Execução: 30/06/2020 a 30/03/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 39, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA/PB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.751925/2020-35, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 385/SPE, DE 13/10/2020, publicada no DOU em 15/10/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: COREMAS V GERACAO DE ENERGIA SPE LTDA
CNPJ nº : 34.920.838/0001-15
Nome do Projeto: Coremas V
Cadastro Nac.l de Obras/CEI: 90.005.66953/74
Setor de Infraestrutura: Central Geradora Fotovoltaica
Prazo Estimado de Execução: 30/07/2020 a 30/04/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.017623/2021-18, resolve:

Autorizar o fornecimento de 19.896 (dezenove mil, oitocentos e noventa e seis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº. 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08124/080, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Aberfeldy 12 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	480
Dewars 15 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	1.728
William Lawson	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	11.088
Dewars 15 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	6.600

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.017623/2021-18, resolve:

Autorizar o fornecimento de 17.616 (dezessete mil, seiscentos e dezesseis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº. 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08124/080, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Aberfeldy 12 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	1.440
Dewars 15 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	10.560
Dewars 15 Years	Caixas com 12 garrafas de 750 ml, 40% GL	5.616

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

PORTARIA DRF/REC Nº 1, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o atendimento em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

CONSIDERANDO o agravamento da pandemia da Covid-19, inclusive com servidores, terceirizados e familiares contaminados;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas pela imprensa de elevada taxa de ocupação dos leitos hospitalares no estado de Pernambuco (96% dos leitos de UTI no dia 09 de março de 2021);

CONSIDERANDO que na situação atual é imperioso resguardar a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO que a redução da circulação de pessoas é medida eficaz para reduzir a propagação do vírus;, resolve:

Art. 1º No período de 15 de março de 2021 a 1º de abril de 2021 o atendimento do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil no Recife (PE) será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil, constantes no site www.gov.br/receitafederal.

§ 1º Continua em vigor o atendimento pelo email: atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 2º Em caso de dúvidas, orientações sobre os canais de atendimento poderão ser obtidas pelo telefone (81) 3797-5592/3797-5204/3797-5276, no horário das 8 à 16h, exceto fins de semana e feriados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

PORTARIA DRF/REC Nº 2, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre o atendimento em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso I do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020,

CONSIDERANDO o agravamento da pandemia da Covid-19, inclusive com servidores, terceirizados e familiares contaminados;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas pela imprensa de elevada taxa de ocupação dos leitos hospitalares no estado de Pernambuco (96% dos leitos de UTI no dia 09 de março de 2021);

CONSIDERANDO que na situação atual é imperioso resguardar a saúde dos servidores e dos cidadãos;

CONSIDERANDO que a redução da circulação de pessoas é medida eficaz para reduzir a propagação do vírus;, resolve:

Art. 1º No período de 15 de março de 2021 a 1º de abril de 2021 o atendimento ao contribuinte na Agência da Receita Federal de Petrolina (PE) será prestado exclusivamente de forma virtual pelos canais de atendimento da Receita Federal do Brasil, constantes no site www.gov.br/receitafederal.

§ 1º Continua em vigor o atendimento pelo email: atendimentorfb.04@rfb.gov.br.

§ 2º Em caso de dúvidas, orientações sobre os canais de atendimento poderão ser obtidas pelo telefone (87) 3866-5100, no horário das 8 às 12h e das 14 à 17h, exceto fins de semana e feriados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e nos artigos 41, inciso III e 44, ambos da IN RFB nº 1.863/2018, DECLARA:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme Representação Fiscal acostada às fls. 02 a 21 do Processo Administrativo nº 10715.721895/2020-79, nos termos do artigo 44, § 2º da IN RFB nº 1.863/2018, declara INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos, a partir de 08/12/2020.

EMPRESA: LECAFE ASSESSORIA E COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI
CNPJ: 33.683.193/0001-81
PROCESSO: 10715.721895/2020-79
Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e nos artigos 41, inciso III e 44, ambos da IN RFB nº 1.863/2018, DECLARA:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme Representação Fiscal acostada às fls. 02 a 83 do Processo Administrativo nº 15444.720201/2020-37, nos termos do artigo 44, § 2º da IN RFB nº 1.863/2018, declara INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos, a partir de 12/08/2016.

EMPRESA: BETAMPEX-BRA COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 73.537.714/0001-07
PROCESSO: 15444.720201/2020-37
Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Concede à pessoa jurídica que menciona, HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Niterói, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo inciso III do Art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME Nº 284, de 27/07/2020, tendo em vista o disposto no Artigo 587, da Instrução Normativa nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 11707.720332/2020-25, resolve:

Art. 1º Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria MME Nº 247/SPE, de 18 de junho de 2020:

Empresa: : SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
CNPJ nº: 07.762.066/0001-68
CEI nº: não possui
Nome do Projeto: REFORÇOS NA SUBESTAÇÃO PARACATU 4
Setor de Infraestrutura: Energia
Prazo para execução: entre fevereiro de 2021 e março de 2022.
(Fl. 2 do Ato Declaratório Executivo DRF/NIT Nº 17, DE 04 DE março 2021).

Art. 2º O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da(s) atribuição (ões) que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Despacho Decisório nº 251 EBEN-DEVAT07/DRF/NIT, emitido no processo nº 10.166.764448/2020-78, resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : ENEL GREEN POWER ZEUS II - DELFINA 8 S A
CNPJ nº : 25.174.955/0001-96
Projeto : CENTRAL GERADORA EÓLICA ZEUS II
Setor de Infraestrutura: Energia
Localização: Campo Formoso - BA

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo/DRF - Niterói n° 26 de 17/10/2018, publicado no DOU de 22/10/2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Niterói, no uso da(s) atribuição (ões) que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Despacho Decisório nº 117 EBEN-DEVAT07/DRF/NIT, emitido no processo nº 13.770.720212/2019-56, resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A CO-HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES MACHADO LTDA - CNPJ nº : 27.143.007/0001-19
Projeto : Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros por meio de Veículos Leves sobre Trilhos - VLT - Setor de Infraestrutura: Transportes

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a coabilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo n° 07 de 05/02/2016, publicado no DOU de 11/02/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Niterói, no uso da(s) atribuição (ões) que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Despacho Decisório nº 117 EBEN-DEVAT07/DRF/NIT, emitido no processo nº 13.770.720211/2019-10, resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A CO-HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : TRACOMAL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇOES MACHADO LTDA - CNPJ nº : 27.143.007/0001-19
Projeto : Infraestrutura em Rodovia
Setor de Infraestrutura: Transportes

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo n° 06 de 05/02/2016, publicado no DOU de 11/02/2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, CANCELAMENTO DE HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da(s) atribuição (ões) que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o Despacho Decisório nº 261 EBEN-DEVAT07/DRF/NIT, emitido no processo nº 18186.722567/2018-11 resolve:

Art. 1º CANCELAR, A PEDIDO, A HABILITAÇÃO da empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores.

Empresa : TERMINAL DE TRIGO DO RIO DE JANEIRO - LOGÍSTICA S A - CNPJ nº : 18.245.532/0001-54
Projeto : SILO HORIZONTAL PARA ARMAZENAGEM DE TRIGO A GRANEL
Setor de Infraestrutura: Transportes/Portos

Art 2º Diante do exposto, fica cancelada a habilitação ao REIDI, fazendo cessar os efeitos do Ato Declaratório Executivo DRF/RJ 1 n° 47 de 17/06/2019, publicado no DOU de 19 de junho de 2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA ALF/SPO Nº 4, DE 10 DE MARÇO DE 2.021

Altera a Portaria de delegação de competências no âmbito da ALF/SPO.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - ALF/SPO, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicado no DOU de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/SPO nº 548, de 26 de março de 2.014, publicada no DOU de 11 de abril de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1o Delegar competência ao Delegado Adjunto para praticar todos os atos que são de responsabilidade do Delegado, salvo aqueles em que é vedada a delegação ou subdelegação de competência." (NR)

"Art. 2o Delegar competência ao Assistente para:
....." (NR)

"Art. 3o Nas ausências e impedimentos do Assistente compete ao Delegado Ajunto praticar os atos do art. 2o, incisos I e II desta portaria." (NR)

"Art. 4° .....

I - receber os processos e expedientes encaminhados ao Delegado e dar-lhes o devido encaminhamento;

II - proceder ao encaminhamento das representações fiscais para fins penais;

III - analisar e decidir sobre solicitações diversas de cunho administrativo em geral dirigidas ao Delegado;
....." (NR)

"Art. 5o .....
.....

§ 2º. Processos findos que tenham por objeto auto de infração de perdimento serão encaminhados ao arquivo provisório exclusivamente pela EMA/SEPOL, para o devido controle no CTMA." (NR)

"Art. 8o Delegar competência ao Chefe da Seção de Fiscalização Aduaneira - SAFIA e, concomitantemente, ao seu substituto eventual, para:

I - acatar as representações fiscais lavradas, nos termos do art. 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018;

II - distribuir os dossiês relativos a proposta de instauração do procedimento de fiscalização de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.986/2020.
....." (NR)

"Art. 9º. Delegar competência ao Chefe do Serviço de Remessas Postais e Expressas - SERPE e, concomitantemente ao seu substituto eventual, para:

.....

X - manifestar-se em pedidos de informações de autoridades, por meio de ofício, referentes às matérias relacionadas à remessa postal internacional." (NR)

"Art. 10. Delegar competência ao Chefe da Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA, bem como aos seus respectivos substitutos, para:

I - prestar informação ao Poder Judiciário, Ministério Público, Procuradoria da Fazenda Nacional e outros órgãos públicos conveniados; e

II - determinar a entrega de mercadoria, mediante averbação de declaração de importação que seja objeto de ação judicial." (NR)

"Art. 11. Delegar competência aos Auditores-Fiscais lotados na SAATA para:

I - proferir decisão em processo administrativo que tenha por objeto auto de infração com proposta de aplicação de pena de perdimento de mercadoria, de veículo ou de moeda, ou de sanção a interveniente em operação de comércio exterior prevista nos artigos 75 e 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, quando houver impugnação do autuado; e

II - proferir decisão em processo administrativo que tenha por objeto representação para baixa de ofício ou declaração de inaptidão do CNPJ.

Parágrafo Único. As decisões mencionadas nos incisos I e II do caput serão proferidas mediante Despacho Decisório assinado por 2 (dois) Auditores-Fiscais da Receita federal do Brasil." (NR)

"Art. 12. Delegar competência ao Chefe da Seção de Assessoramento Técnico Aduaneiro - SAATA e, concomitantemente, ao seu substituto eventual, para encaminhar processos, na sua área de competência, para as DRJ e para o CARF." (NR)

"Art. 15. Delegar competência ao Chefe de Serviço de Programação e Logística - SEPOL e concomitantemente ao seu substituto eventual para:

.....

VIII - aprovar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela ALF/SPO;

IX - autorizar regularizações no âmbito do CTMA; e

X - declarar o abandono de bens adquiridos em leilão e que não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias da data da aquisição." (NR)

"Art. 16. Delegar competência ao Chefe da Seção de Gestão de Pessoas - SAGEP e, concomitantemente ao seu substituto eventual, para:

....." (NR)

"Art. 17. Delegar competência ao Chefe do Serviço de Serviço de Vigilância e Repressão - SEVIG e, concomitantemente ao seu substituto eventual, para:

I - coordenar a gestão física das mercadorias apreendidas sob a administração da ALF/SPO;

II - demandar a prestação de serviços junto à empresa administradora do Depósito de Mercadorias Apreendidas;

III - autorizar o acesso de terceiros ao Depósito de Mercadorias Apreendidas;

IV - declarar o abandono de mercadoria não retirada pelo interessado, após tentativa infrutífera de manifestação do mesmo;

V - autorizar a retirada de mercadorias para perícia, devidamente solicitada pelos órgãos apreensores; e

VI - expedir ofícios às autoridades policiais, Ministério Público e Poder Judiciário, concernentes às questões atinentes a sua competência." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - o inciso II do art. 2º;

II - o inciso III do caput do art. 8; e

III - os incisos III a VIII do art. 11.

Art. 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU, ficando convalidados os atos eventualmente já praticados a partir de 27 de julho de 2020, baseados nas competências ora delegadas.

JOSÉ PAULO BALAGUER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.192386/2021-84, DECLARA:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VIARONDON CONCESSIONARIA DE RODOVIA S A, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 10.635.691/0001-53.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao projeto de processo nº 50000.038017/2020-60 (Projeto denominado "VIARONDON"), aprovado pela Portaria MINFRA nº 2.409, de 27/11/2020, destinada ao setor de Transportes.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 17, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Delega competências no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 43 da Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011, no art. 7º da Portaria RFB nº 6.478, de 29 de dezembro de 2017, no art. 10 da Portaria RFB nº 314, de 13 de fevereiro de 2019, e nos arts. 1º a 3º da Portaria RFB nº 3, de 20 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal para:

I - decidir sobre pedidos relativos a regimes fiscais especiais e regimes especiais para emissão de escrituração de documentos e livros fiscais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10); e

II - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, incluídos a ajuda de custo, as gratificações, os adicionais, os ressarcimentos, as consignações e os benefícios de servidores em exercício nas unidades e subunidades localizadas na 10ª Região Fiscal.

Art. 2º Fica delegada competência aos Superintendentes-Adjuntos da Receita Federal do Brasil na 10ª Região Fiscal para, no âmbito da SRRF10:

I - instituir equipes de trabalho voltadas a ações especiais relativas ao desenvolvimento de trabalhos de abrangência regional ou local;

II - autorizar a instauração de perícias;

III - autorizar a realização de procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos anteriormente auditados;

IV - expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

V - aplicar a legislação de pessoal, ressalvadas as competências previstas em legislação específica, aos servidores diretamente subordinados ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal;

VI - dar posse e exercício aos servidores subordinados ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, nomeados para cargo efetivo ou em comissão, ou designados para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição;

VII - promover ações de comunicação institucional e de cidadania fiscal;

VIII - autorizar a realização de licitações, designar pregoeiros, equipe de apoio e membros de comissões de licitações, ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação, bem como aprovar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados pela SRRF10; e

IX - conceder diárias ao pessoal diretamente subordinado ao Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, ao pessoal das unidades administrativas a ele subordinadas, conforme tabela constante no Anexo XIII da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e aos colaboradores eventuais.

Art. 3º Fica subdelegada competência ao Superintendente-Adjunto substituto do Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal para a prática dos atos previstos no inciso III do art. 43 da Portaria RFB nº 3.010, de 29 de junho de 2011.

Art. 4º Fica delegada competência aos Chefes da Divisão de Fiscalização (Difis), da Divisão de Administração Aduaneira (Diana) e da Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp) da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10) para, observadas as respectivas atribuições regimentais:

I - expedir e alterar Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF); e

II - autorizar procedimentos de fiscalização de reexame em relação ao mesmo exercício, tributo ou contribuição.

Art. 5º Fica delegada competência ao Chefe da Divisão de Programação e Logística (Dipol) da SRRF10 para:

I - gerenciar as mercadorias apreendidas;

II - gerenciar a programação e a execução orçamentária e financeira;

III - administrar os recursos patrimoniais;

IV - aprovar os planos de trabalho e documentos exigidos no planejamento das contratações, inclusive os estudos técnicos preliminares, os mapas de riscos, os projetos básicos e os termos de referência;

V - controlar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados na SRRF10;

VI - designar os gestores e fiscais da execução dos contratos celebrados na SRRF10; e

VII - autorizar a realização de licitações, ou dispensá-las, no caso de contratações de obras e serviços de engenharia e de outros serviços de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 6º Fica delegada competência ao Chefe do Serviço Regional de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sepac) da SRRF10 para expedir e alterar Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal de Diligência (TDPF-D), observadas as suas atribuições regimentais.

Art. 7º Fica delegada competência aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal para, em relação aos servidores a eles subordinados, decidir sobre a concessão:

I - da indenização de transporte de que trata o Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999; e

II - da indenização de localidade estratégica prevista na Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 9.227, de 6 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A concessão de que trata o inciso II do caput será efetuada mediante edição de portaria específica, publicada no Boletim de Serviço (BS) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 8º Fica subdelegada aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal, nos termos dos arts. 1º a 3º da Portaria RFB nº 3, de 20 de janeiro de 2021, competência para autorizar servidores subordinados a dirigir veículos oficiais ou apreendidos, em atividades vinculadas ao exercício das respectivas atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, ou no interesse do serviço.

§ 1º Os servidores autorizados deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e a legislação que regulamenta a matéria.

§ 2º A autorização de que trata o caput será pessoal, concedida pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e conterá a identificação funcional do servidor, o nome, a matrícula, a lotação e o exercício, o número, a categoria e o prazo de validade da respectiva Carteira Nacional de Habilitação, bem como declaração de que o servidor está ciente da legislação de trânsito e das demais normas civis e penais aplicáveis à condução de veículos.

§ 3º É obrigatório o uso do serviço denominado TaxiGov, de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho, para os serviços relacionados às atividades administrativas da instituição, no âmbito das unidades que aderirem ao referido serviço.

Art. 9º Fica subdelegada competência aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal para, em relação aos servidores subordinados, autorizar a interrupção de férias por necessidade do serviço de que trata o art. 80 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 10. Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam os arts. 4º a 9º desta Portaria serão exercidas por seu substituto eventual.

Art. 11. As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 12. Os atos praticados no exercício das delegações previstas nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente, abaixo da respectiva assinatura.

Art. 13. Ficam revogadas:

I - a Portaria SRRF10 nº 265, de 11 de abril de 2011;

II - a Portaria SRRF10 nº 650, de 17 de novembro de 2014;

III - a Portaria SRRF10 nº 613, de 11 de setembro de 2017;

IV - a Portaria SRRF10 nº 204, de 5 de fevereiro de 2018;

V - a Portaria SRRF10 nº 243, de 21 de fevereiro de 2018;

VI - a Portaria SRRF10 nº 370, de 2 de maio de 2018;

VII - a Portaria SRRF10 nº 474, de 16 de julho de 2018;

VIII - a Portaria SRRF10 nº 474, de 21 de novembro de 2019; e

IX - a Portaria SRRF10 nº 319, de 10 de agosto de 2020.

Art. 14. Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de abril de 2021.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, considerando

o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo dossiê nº 13033.158632/2021-69, DECLARA:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Laticínio Deale Ltda., CNPJ nº 04.800.830/0001-54.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Superintendente Substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 29, de 11 de fevereiro de 2021, e o período de execução do projeto é de 01/12/2020 a 30/11/2023.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ARLEI CARLOS SCHONS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 15 DE MARÇO DE 2021

Nº 18.528 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DANILO GALDINO BASTOS, CPF nº 285.815.308-69, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 18.529 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MARCELO CAMPOS DE MATOS, CPF nº 013.911.257-03, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.530 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza EDUARDO KENJI AKIYAMA, CPF nº 324.845.098-39, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.531 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RICHARD SCHRIJNEMAEKERS, CPF nº 381.756.858-40, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DE 10 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.004610/2017-85, relativo ao auto de infração nº 31/2017, entidade PETROS, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 530ª Sessão Ordinária, de 10/03/2021, Despacho Decisório nº 35/2021/CGDC/DICOL: Julgar IMPROCEDENTE em relação aos autuados HUMBERTO SANTAMARIA, RICARDO BERRETA PAVIE, RAFAELA GUEDES MEDINA COELI e BRUNO OLIVA GIRARDI, em relação aos fatos narrados; Afastar as preliminares e julgar PROCEDENTE em relação aos autuados WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, NEWTON CARNEIRO DA CUNHA, MAURICIO FRANÇA RUBEM, LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO, MARCELO ANDREETTO PERILLO, CARLOS FERNANDO COSTA, ROBERTO HENRIQUE GREMLER, ALCINEI CARDOSO RODRIGUES, SONIA NUNES DA ROCHA PIRES FAGUNDES, WILSON SANTAROSA, REGINA LUCIA DA ROCHA VALLE e JORGE JOSE NAHAS NETO, por aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 2001 c/c art. 4º, I e IV, e art. 9º todos da Resolução CMN nº 3.792, de 2009, capitulado no art. 64 do Decreto nº 4.942, de 2003; com aplicação da pena de MULTA pecuniária, no valor de R$ 44.768,12 (quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO PELO PRAZO DE 4 (QUATRO) ANOS para o autuado LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO; INABILITAÇÃO PELO PRAZO DE 2 (DOIS) ANOS para o autuado WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA; SUSPENSÃO por 180 (cento e oitenta) dias para os autuados NEWTON CARNEIRO DA CUNHA e MAURICIO FRANÇA RUBEM; nos termos do Parecer nº 91/2021/CDC II/CGDC/DICOL, adotado como fundamento do julgamento colegiado.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 139, DE 9 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000523/2021-35, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Básico de Previdência Complementar - Embrapa, CNPB n° 1979.0004-92, administrado pela Ceres - Fundação de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 142, DE 10 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005403/2020-43, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Pisa (em alteração para Plano de Benefícios BO PaperPrev), CNPB nº 1995.0026-74, administrado pelo IFM - Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 153, DE 11 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000596/2021-27, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - Plano CD da PreviSiemens, CNPB nº 2008.0037-11, administrado pela Previ-Siemens Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 178, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Autorizar o adicional de cotas de importação da Empresa JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no Art. 11 da Resolução nº 204, de 06/08/2019 e os termos do Parecer Técnico nº 56/2021-COAPI/CGAPI/SPR, constante no processo nº 52710.000924/2021-36, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cotas de importação de insumos no valor de US$ 95,393,684,00 (noventa e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e quatro dólares) para o produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), código SUFRAMA 0361, aprovado pela Resolução nº 0009, de 26/02/2016, em nome da empresa JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 200163272 e CNPJ nº 04.898.857/0002-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA Nº 179, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa BOREO INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 9º, inciso II; os termos do Parecer de Engenharia nº 18/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 21/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.000486/2021-14, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa BOREO INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA. (CNPJ: 25.096.598/0001-95 e Inscrição SUFRAMA: 20.0162.67-5), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 18/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 21/2021 - COAPA/CGPRI/SP, para produção de COLETOR ELETRÔNICO DE VOTOS - URNA ELETRÔNICA (SOB A FORMA DE SISTEMA) E SUAS UNIDADES, código SUFRAMA 2122, recebendo os benefícios fiscais previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
COLETOR ELETRÔNICO DE VOTOS - URNA ELETRÔNICA (SOB A FORMA DE SISTEMA) E SUAS UNIDADES	21,033,000	22,785,750	23,954,250

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial ME/MCTI nº 58, de 9 de outubro de 2020;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, deduzidos os tributos correspondentes e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA Nº 189, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa VSA COMPONENTES ELETRO ELETRONICOS EIRELI.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso I do Art. 9º; os termos do Parecer de Engenharia nº 16/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 17/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.000917/2021-34, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa VSA COMPONENTES ELETRO ELETRONICOS EIRELI. (CNPJ: 34.843.369/0001-88 e Inscrição SUFRAMA: 20.0197.08-8) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 16/2021 - COAPA/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 17/2021 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO, código SUFRAMA 0008, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO	146,103	149,453	159,427

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pelo Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

BANCO DO BRASIL S.A.

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ/MF Nº 17.344.597/0001-94

NIRE Nº 5330001458-2 2021/01

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2021

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e um, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu por videoconferência. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Carlos Motta dos Santos, Presidente, Mauro Ribeiro Neto, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Bruno Silva Dalcolmo, Cláudio Xavier Seefelder Filho e Márcio Hamilton Ferreira. Secretário: André Francisco Ferreira Adnet. (...) IV. Deliberação: O Conselho de Administração aprovou: 2. O Planejamento Anual da Auditoria Interna para 2021, conforme constante do Instrumento Decisório 2020.0276; Registro: O Diretor-Presidente, Márcio Hamilton, não participou da discussão e deliberação desse item. (...) VI. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Carlos Motta dos Santos, Mauro Ribeiro Neto, Isabel da Silva Ramos, Arnaldo José Vollet, Bruno Silva Dalcolmo, Cláudio Xavier Seefelder Filho e Márcio Hamilton Ferreira. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 5 FOLHAS 2 A 4. Brasília, 22 de janeiro de 2021. Carlos Motta dos Santos - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 22/02/2021 sob o nº 1658819.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
Secretário-Geral

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 15 DE MARÇO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologa o Parecer CNE/CES nº 772/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa no Despacho nº 121, de 17 de agosto de 2020, e sua retificação em 26 de agosto de 2020, que determinou o descredenciamento da Faculdade IBCMED, com sede na Rua Prefeito Alberto Moura, nº 6.000, Bairro Morro do Claro, no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, mantida pelo Instituto Brasileiro de Ciências Médicas Juscelino Kubitschek Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta no Processo nº 23000.012013/2020-89.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA

RESOLUÇÃO CNRM Nº 2, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre as deliberações da Comissão Nacional de Residência Médica quanto ao Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica e Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA - CNRM, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977, a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, e o Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015, considerando o constante da Resolução CNRM nº 48, de 28 de junho de 2018, que aprova a matriz de competências do Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral, bem como estabelece o Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica, tendo em vista as discussões realizadas no âmbito da CNRM, culminando com o registrado na ata da Sessão Plenária Extraordinária de 27 de novembro de 2020 e, levando em consideração o disposto nos autos do Processo nº 23000.029384/2020-08, resolve:

Art. 1º Suspender temporariamente a análise de Processos de Credenciamento de Programa - PCPs de aumento de vagas, credenciamento provisório e credenciamento de cinco anos dos programas de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica - PPRACB.

§ 1º As vagas existentes dos programas de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica já credenciados serão mantidas até deliberação da Comissão Nacional de Residência Médica em contrário.

§ 2º O período de aditamento será suspenso apenas mediante deliberação em Sessão Plenária da CNRM, com a publicação da resolução correspondente específica para este fim.

Art. 2º O concluinte da modalidade de pré-requisito em Programas de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica receberá um certificado de constituição destas competências, como prevê a resolução em vigor, não podendo, portanto, anunciar-se especialista em Cirurgia Geral.

Parágrafo único. Somente o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral pode oferecer o Título de Especialista em Cirurgia Geral.

Art. 3º Somente serão analisados os PCPs de Cirurgia Geral com duração de três anos, relativos ao credenciamento de cinco anos e/ou aumento de vagas, a partir de 2021, quando os programas completarem o primeiro ciclo do credenciamento provisório, a depender do ano em que foram autorizados.

Art. 4º Todas as especialidades, sejam áreas cirúrgicas e não cirúrgicas, que exijam como pré-requisito o Programa de Cirurgia Geral, passam também a aceitar o Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica.

Parágrafo único. Fazem parte desta relação as seguintes especialidades conforme resolução vigente da Comissão Mista de Especialidades do Conselho Federal de Medicina: Cirurgia de Cabeça e Pescoço; Cirurgia do Aparelho Digestivo; Cirurgia Oncológica; Cirurgia Pediátrica; Cirurgia Plástica; Cirurgia Torácica; Cirurgia Vascular; Coloproctologia; Urologia, Mastologia, Medicina Intensiva (adulto).

Art. 5º Todas as áreas de atuação que exigem como pré-requisito o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral não poderão aceitar o Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica como pré-requisito.

Parágrafo único. As áreas de atuação, mencionadas no caput, são aquelas previstas em resolução vigente da Comissão Mista de Especialidades do Conselho Federal de Medicina.

Art. 6º Para o ano opcional para treinamento em Transplantes de Fígado e Pâncreas somente será aceito como pré-requisito o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral, com duração de três anos.

Art. 7º O médico residente que concluir o Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica, com duração de dois anos, ou o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral, com três anos, poderá realizar processo seletivo às especialidades cirúrgicas.

Art. 8º Será possível, ao final do segundo ano, o candidato que escolheu cursar o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral prestar nova seleção para outra especialidade cirúrgica.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, o candidato receberá ao final do segundo ano, se aprovado, o mesmo certificado de habilitação dos candidatos que concluíram o PPRACB, não recebendo o título de especialista em Cirurgia Geral, sendo registrado como desistente no Sistema da Comissão Nacional de Residência Médica - SisCNRM.

Art. 9º O médico residente concluinte do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica poderá se submeter a um novo concurso para especialidade Cirurgia Geral onde houver vaga R3 (terceiro ano) ociosa, tendo sido essa vaga ofertada em processo seletivo, obtendo, desta forma, ao final do 3º ano, o título de Cirurgião Geral.

Parágrafo único. Os processos seletivos poderão adotar a mesma prova para ingresso, porém, os editais deverão estabelecer o quantitativo de vagas para o Programa de Residência Médica em Cirurgia Geral e para o Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica, sendo a inscrição específica para cada programa.

Art. 10. Sendo modalidades distintas, não haverá, em nenhuma hipótese, aproveitamento curricular e/ou transferência ao final do segundo ano - R2 de um médico residente de PPRACB para o terceiro ano - R3 ocioso em Cirurgia Geral, sem que o médico tenha prestado processo seletivo para essa finalidade.

Art. 11. Esta resolução passa a vigorar em 1º de abril de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão Nacional de Residência Médica
Secretário de Educação Superior

RESOLUÇÃO CNRM Nº 3, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Alteração da data de término da inserção dos pedidos de credenciamento de Programas de Residência Médica.

A COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA (CNRM), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e o Decreto nº 7.562, de 15 de setembro de 2011, considerando a atribuição da CNRM de credenciar e recredenciar instituições para a oferta de programas de residência médica, assim como, autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de programas de residência médica, e suas prerrogativas legais de regular, supervisionar e avaliar as Instituições e os Programas de Residência Médica, bem como adotar eventuais medidas de supervisão, e tomando por base o prazo para envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA pelo Poder Executivo de até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, qual seja, até 31 de agosto de cada ano, e que o Sistema da Comissão Nacional de Residência Médica - SisCNRM fica disponível para os Pedidos de Credenciamentos Provisórios, Credenciamentos de 5 anos, Recredenciamentos e Aumento de Vagas a partir do primeiro dia do mês de abril até o último dia do mês de agosto, prazo exíguo para atender tais pedidos; levando em consideração o exposto nos autos do Processo SEI nº 23000.002562/2021-26, resolve:

Art. 1º Alterar a data para a inserção de Pedidos de Credenciamentos de Programa - PCPs (Credenciamentos Provisórios, Credenciamentos de 5 anos, Recredenciamentos e Aumento de Vagas), no Sistema da Comissão Nacional de Residência Médica - SisCNRM, para o período compreendido de 1º de abril até o dia 15 de junho de cada ano.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2021.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA
Presidente da Comissão Nacional de Residência Médica
Secretário de Educação Superior

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA Nº 2.076, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - IFG, nomeado por Decreto Presidencial de 4 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 5/10/2017, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, a Portaria MEC nº 1.430, de 28 de dezembro de 2018, o Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, a Portaria do Ministério da Economia nº 121, de 27 de março de 2019, o Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, o Ofício-Circular nº 11/2020/DAJ/COLEP/CGGP/SAA-MEC, de 12 de junho de 2020, e a Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021, resolve:

Dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem cumpridos pelos ocupantes, titulares e interinos, de cargo de direção (CD), função gratificada (FG) e função comissionada de coordenação de curso (FCC) no âmbito do IFG.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estabelecer os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação, de titulares e interinos, de cargo de direção (CD), função gratificada (FG) e função comissionada de coordenação de curso (FCC), no âmbito do IFG.

Art. 2º Os ocupantes das funções de que trata o art. 1º deverão atender cumulativamente aos seguintes critérios gerais:

I - possuir idoneidade moral e reputação ilibada;

II - apresentar perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado;

III - não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e nas situações que configurem conflito de interesse; e

IV - não condizer com o nepotismo.

§ 1º O ocupante de CD, FG e FCC deverá informar prontamente a superveniência de qualquer restrição à autoridade responsável por sua nomeação ou designação.

§ 2º Considera-se detentor de idoneidade moral e reputação ilibada aquele que desfruta, no âmbito da sociedade, de reconhecida qualidade de pessoa íntegra.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA OCUPAÇÃO DOS TITULARES DE CARGO DE DIREÇÃO (CD), FUNÇÃO GRATIFICADA (FG) E FUNÇÃO COMISSIONADA DE COORDENAÇÃO DE CURSO (FCC)

Art. 3º Além dos critérios gerais, os ocupantes de FG, de todos os níveis, FCC e CD-4, deverão atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em atividades correlatas às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo de direção, da função gratificada ou da função comissionada;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, um ano;

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo de direção, da função gratificada ou da função comissionada;

IV - ser servidor público ocupante de cargo efetivo de nível superior; ou

V - ter concluído curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão, de acordo com a Portaria MEC nº 1.430, de 28/12/2018, ou curso de capacitação em escolas de governo em áreas correlatas ao cargo ou à função para o qual tenha sido indicado, com carga horária totalizada mínima de 120 horas.

Parágrafo único. Para os ocupantes de FCC, deve-se observar, outrossim, os procedimentos constantes na Portaria 2073/2021 - Reitoria/IFG, de 2 de fevereiro de 2021, além de outros diplomas legais que vierem a estabelecer orientações quanto ao processo de eleição para ocupação da função.

Art. 4º Além dos critérios gerais, os ocupantes de CD-3 deverão atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, três anos em atividades correlatas às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências da função ou do cargo de direção;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, dois anos; ou

III - possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições da função ou do cargo de direção.

Art. 5º Além dos critérios gerais, os ocupantes de CD-2 deverão atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:

I - possuir experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências da função ou do cargo de direção;

II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, equivalente a CD-4 ou superior por, no mínimo, três anos; ou

III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do IFG ou em áreas relacionadas às atribuições da função ou do cargo de direção.

§ 1º Além do atendimento a um dos incisos de que trata este artigo, em atenção ao § 1º do art. 11 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, poderão ser nomeados para ocupar o cargo de pró-reitor os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da carreira dos servidores técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

§ 2º Para ocupação do cargo de diretor-geral de câmpus, além dos critérios definidos nesta Portaria, deverão ser observadas as diretrizes do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009.

Art. 6º Para nomeação ou designação de CD ou FG referente ao responsável titular de unidade de auditoria interna, titular de unidade setorial de ouvidoria ou titular de unidade correcional, além dos critérios definidos nesta Portaria, deverão ser observadas as diretrizes da Portaria da Controladoria-Geral da União (CGU) nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, e das Portarias CGU nº 1.181 e nº 1.182, de 10 de junho de 2020, bem como de documentos adicionais que vierem a nortear a matéria.

Art. 7º O processo de nomeação ou de designação para ocupação de CD, FG e FCC deverá ser instruído em conformidade com a Orientação DDRH nº 04/2015 (https://www.ifg.edu.br/documentos-desenvolvimento-institucional), com Requerimento eletrônico específico, constante no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), devidamente preenchido e assinado digitalmente pelos agentes públicos indicados no documento.

§ 1º Os indicados aos cargos ou às funções são responsáveis por prestar as informações de que trata esta Portaria e responder, para todos os fins, por sua veracidade e sua integridade.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, caberá à autoridade responsável pela indicação realizar a avaliação quanto ao cumprimento do disposto nesta Portaria, podendo solicitar o envio de documentos comprobatórios sempre que julgar pertinente.

Art. 8º Observado o atendimento aos critérios gerais e específicos para ocupação de cada CD, FG ou FCC no âmbito do IFG, a escolha final do postulante é ato discricionário do Reitor, que é, em observância ao art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a autoridade responsável pela nomeação ou pela designação.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS E DOS PROCEDIMENTOS PARA OS OCUPANTES INTERINOS DE CARGO DE DIREÇÃO (CD), FUNÇÃO GRATIFICADA (FG) E FUNÇÃO COMISSIONADA DE COORDENAÇÃO DE CURSO (FCC)

Art. 9º A partir da entrada em vigor desta Portaria, será necessária a indicação prévia de até dois servidores para ocupar interinamente cada CD, FG ou FCC no âmbito do IFG, conforme os seguintes critérios:

I - os substitutos indicados deverão atender cumulativamente aos critérios gerais previstos no art. 2º desta Portaria;

II - os substitutos indicados deverão, obrigatoriamente, preencher a autodeclaração de atendimento aos critérios gerais e a declaração para análise de nepotismo;

III - a indicação dos substitutos de ocupantes de FG, de FCC ou de CD em exercício nos câmpus é de competência do titular da função ou do cargo de direção, com anuência da Diretoria-Geral do câmpus;

IV - a indicação dos substitutos de ocupantes de FG ou CD em exercício na Reitoria é de competência do titular da função ou do cargo de direção, com anuência do dirigente do setor a que está subordinado: Pró-Reitoria, Diretoria Executiva ou Chefia de Gabinete da Reitoria;

V - o processo eletrônico devidamente instruído deverá ser submetido, via SUAP, à Chefia de Gabinete da Reitoria;

VI - o Gabinete da Reitoria será responsável pela emissão de portaria com a listagem de substitutos, devendo realizar a divulgação e a publicação, obedecendo ao disposto na Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021, considerando que:

a) as nomeações de servidores para substituir interinamente ocupantes de cargos de direção (CD) serão publicadas no Diário Oficial da União; e

b) as designações de servidores para substituir interinamente ocupantes de função gratificada (FG) e função comissionada de coordenação de curso (FCC) serão divulgadas apenas por meio de boletim de serviço; e

VII - publicada e divulgada a Portaria de listagem de substitutos, o processo será enviado à Coordenação de Pagamentos da Reitoria, responsável pela inclusão no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e pelo cadastramento sistêmico do servidor indicado como primeiro substituto do ocupante de função ou cargo de direção.

§ 1º A indicação dos substitutos dos diretores-gerais é de responsabilidade do titular, mediante preenchimento de Requerimento eletrônico específico, constante no SUAP, que deverá ser devidamente assinado digitalmente pelos servidores indicados no documento.

§ 2º A indicação dos substitutos dos pró-reitores e do Diretor Executivo é de responsabilidade do titular.

§ 3º A eventual alteração de substitutos interinos da respectiva função ou do cargo de direção deverá ser realizada por meio de novo requerimento, de acordo com os trâmites indicados no caput deste artigo.

§ 4º A eventual alteração na ocupação de função ou cargo de direção implicará a necessidade de atualização da portaria de listagem de substitutos.

Art. 10. Preferencialmente, após a finalização do período de afastamento, licença ou impedimento do titular da função ou do cargo de direção, o titular ou o seu superior imediato deverá preencher requerimento específico no SUAP, solicitando o pagamento da substituição no período.

§ 1º O requerimento deverá ser submetido, por processo eletrônico, à Coordenação da Folha de Pagamentos da Reitoria, que providenciará o pagamento do substituto mediante observação das normas estabelecidas.

§ 2º O pagamento da substituição ocorrerá apenas se o servidor que exerceu o cargo ou a função interinamente estiver designado por portaria emitida previamente com a listagem de substitutos, respeitando o procedimento previsto no art. 9º desta normativa.

§ 3º Não serão realizados pagamentos de substituição relativos a períodos anteriores à emissão da portaria de listagem de substitutos.

§ 4º Caso a substituição seja exercida por servidor que não é o primeiro substituto indicado, o setor competente pelo lançamento realizará a alteração do substituto cadastrado.

§ 5º É de total responsabilidade das partes interessadas pela substituição, para fins de pagamento, encaminhar à Coordenação da Folha de Pagamentos da Reitoria, preferencialmente após o término do período da substituição, processo eletrônico com a documentação exigida neste artigo.

Art. 11. Quando ocorrer, as substituições interinas de FCC serão realizadas somente por servidores docentes, conforme artigo 7º, § 1º, da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.

Art. 12. Observado o atendimento aos procedimentos constantes nesta Portaria, a escolha final dos postulantes, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é ato discricionário do Reitor, que é a autoridade responsável pela designação.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 13. O disposto nesta Portaria aplica-se às nomeações e às designações de titulares realizadas antes da entrada em vigor desta normativa.

Art. 14. Os ocupantes de CD, FG e FCC que não atenderem aos critérios estabelecidos nesta Portaria deverão apresentar às diretorias-gerais, nos câmpus, e às pró-reitorias, na Reitoria, processo eletrônico solicitando sua dispensa da função ou do cargo de direção no prazo de até 30 dias corridos, contados a partir da entrada em vigor desta Portaria.

§ 1º Cabe às diretorias-gerais dos câmpus, às pró-reitorias ou à Chefia de Gabinete da Reitoria zelar pelo cumprimento desta Portaria, devendo solicitar a imediata dispensa ou exoneração do titular, caso seja apurado que os requisitos gerais e/ou específicos não são atendidos.

§ 2º A autoridade citada no parágrafo anterior poderá solicitar ao ocupante titular o envio de documentos que comprovem o atendimento aos critérios específicos indicados no Capítulo II desta Portaria, conforme cada CD, FG ou FCC.

Art. 15. O disposto nesta Portaria não se aplica às portarias de substituição em caráter interino que tiverem sido emitidas antes da entrada em vigor desta normativa.

§ 1º As indicações de substitutos deverão ser realizadas a partir da data de publicação desta Portaria, conforme estabelece o art. 9º.

§ 2º Os pagamentos deverão ser realizados seguindo o que estabelece o art. 10, após a entrada em vigor desta Portaria.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Eventuais casos omissos serão avaliados pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos do IFG, em conjunto com o Gabinete da Reitoria, conforme cada situação.

Art. 17. Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, e no Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE SUBSTITUTOS INTERINOS
Sobre o titular do Cargo/Função
Nome: _____
Matrícula: _____
Código do Cargo/Função: ( ) CD _____
( ) FG _____
( ) FCC
Sobre o Cargo ou a Função:
Nomenclatura: _____
Sigla: _____
UORG: _____
Relação dos substitutos interinos:
1º Substituto: _____ Matrícula: _____
2º Substituto: _____ Matrícula: _____
Procedimentos:

1) O titular ou sua chefia deve editar o presente requerimento e concluí-lo.

2) Concluído o documento, deve-se providenciar as assinaturas eletrônicas dos substitutos listados e do Diretor-Geral do câmpus ou, no caso de servidores lotados na Reitoria, do dirigente do setor a que está subordinado: Pró-Reitoria, Diretoria Executiva ou Chefia de Gabinete;

3) Colhidas as assinaturas, o Diretor-Geral do câmpus, o Pró-Reitor, o Diretor Executivo ou o Chefe de Gabinete deverá finalizar e criar um processo a ser encaminhado à Coordenação de Gestão de Pessoas da respectiva unidade de lotação do titular.

ANEXO II

AUTODECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS GERAIS

Eu _____, Matrícula SIAPE _____, ocupante do cargo efetivo de _____, declaro, para fins de designação interina no cargo/função de _____, código (CD/FG/FCC) _____, do Câmpus/Reitoria _____, e em cumprimento à Portaria 2076/2021 - REITORIA/IFG, de 15 de março de 2021,que possuo idoneidade moral e reputação ilibada, perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual estou sendo indicado e não me enquadro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e nas situações que configurem conflito de interesse. Declaro outrossim, que não haverá enquadramento nas hipóteses de Nepotismo, de que trata o Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010. Declaro, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade. Comprometo-me a informar prontamente a superveniência de qualquer restrição, assim como quaisquer alterações, à autoridade responsável por minha nomeação ou designação, sob pena de caracterização no crime tipificado no Art. 299 do Código Penal.

JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA/SEI Nº 321, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 39/2020 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE DIREITO

1.1.1 - Seleção 4: Departamento de Direito Público Material - Processo nº 23071.923155/2020-58 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	RICARDO FERRAZ BRAIDA LOPES	6,10
2º	DÉBORA DA CUNHA PIACESI	5,95
3º	KELVIA DE OLIVEIRA TOLEDO GUIMARÃES	4,85
4º	MATEUS HENRIQUE SILVA PEREIRA	4,65
5º	MATHEUS MASCARENHAS GUZELLA	4,30

1.2 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.2.1 - Seleção 5: Departamento de Educação - Processo nº 23071.923053/2020-96 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	ANDRÉA SILVEIRA DE SOUZA	9,40
2º	SILAS ANDRE FIOROTTI	6,34
3º	MAIARA RUBIA MIGUEL	6,17
4º	DARTAGNAN ABDIAS SILVA	6,04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MERCÊS OLIVEIRA DE FARIA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PORTARIA Nº 391, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.000651/2021-20; resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROGEP 12/2021 realizado para a contratação de professor substituto, Área: Língua Portuguesa e Literatura, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Sebastião Lindoberg da Silva Campos, Eduardo Henrik Aubert, Vércio Gonçalves Conceição, Sibely Oliveira Silva, Dayane de Oliveira, Diogo Souto Simões e Samuel de Sá Ribeiro.

BRUNO CAMILLOTO ARANTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA PESSOAL UFU Nº 948, DE 10 DE MARÇO DE 2021

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições delegadas pela portaria R 095 de 05 de janeiro de 2017, publicado no D.O.U em 09 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais dois anos, o prazo de validade dos concursos públicos e processos seletivos simplificados, tendo em vista a suspensão pela Lei Complementar nº 173, de 2020, conforme listado abaixo:

Nº do edital	Tipo	Unidade	Área/Subárea	Publicação da homologação	Validade inicial	Nova validade após suspensão	Prorrogação a partir de	Novo prazo de validade
SEI 122/2018	PROCESSO SELETIVO	IGUFU	GEOTECNOLOGIA - Geotecnologia aplicada à Saúde	14/08/2018	14/08/2020	20/03/2021	21/03/2021	20/03/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO MAGNO COSTA

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 329, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016 e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017 e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.007708/2020-11, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 632, de 30 de novembro de 2016, licença de funcionamento à pessoa jurídica JPISA INSPEÇÕES TÉCNICAS TAMOIOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ nº 35.053.460/0001-62, situada no Município de Cabo Frio - RJ, Avenida Independência, nº 5B, Aquarius (Tamoios), CEP: 28.925-842, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 306, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 11, incisos IV e VI, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 32 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00058.050973/2020-86, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Alterar o item 5.23 e subitens do Edital do Leilão nº 01/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO

.....

Seção III - Da Sessão Pública do Leilão

.....

5.23. Após o término da etapa viva-voz do Leilão dos Blocos de Aeroportos, a Proponente vencedora do Bloco deverá ratificar a sua proposta, por meio das duas providências a seguir:

5.23.1. Assinatura, pela Participante Credenciada, da Ata lavrada no encerramento da sessão; e

5.23.2. Assinatura, pelo Representante Credenciado, de carta conforme modelo constante no Anexo 10 - Modelo de Ratificação de Proposta Econômica, contendo o lance vencedor, e que poderá ser realizada:

5.23.2.1. Imediatamente após o término da etapa viva-voz do Leilão, na sede da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, mediante aposição de assinaturas no documento emitido pela própria B3; ou

5.23.2.2. Eletronicamente, no dia útil posterior ao da realização da sessão pública de leilão, sendo o seu protocolo efetuado por meio do sistema eletrônico de controle de processos utilizado pela ANAC ou por meio de correio eletrônico, enviado obrigatoriamente para os endereços concessoes.blocos@anac.gov.br e leiloes@b3.com.br.

5.23.2.2.1 Para fins do item 5.23.2.2, somente será admitido o protocolo eletrônico da declaração de Ratificação da Proposta Econômica que tenha sido assinada eletronicamente, por meio de credenciais geradas pelo sistema eletrônico de controle de processos utilizado pela ANAC ou por meio de certificado digital que observe padrões definidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira -ICP Brasil, na forma do item 5.6.1.

....." (NR)

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.479, DE 11 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição outorgada pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processos n° 00058.006652/2019-19, resolve:

Art. 1º Promover a seguinte alteração no art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria nº 3.870/SIA, de 17 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2018, Seção 1, página 250, que concedeu o Certificado Operacional de Aeroporto à Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (CASSA), operador do Aeroporto Internacional Dep. Luís Eduardo Magalhães, em Salvador/BA (código OACI: SBSV):

"Art. 2º .....

.....

d) Autorizações de Operações Especiais: operações de aeronaves de código 4C são permitidas na pista de pouso e decolagem 17/35 no período de 16 a 24 de março de 2021.

....." (NR)

Art. 2º Revogar a Portaria nº 3.652/SIA, de 8 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 2020, Seção 1, página 124.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.449, DE 9 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 5º, inciso II, alínea b, item 4, da Portaria 3.901/SIA, de 30 de dezembro de 2020, com fundamento nos Arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.033345/2020-47, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Bartolomeu Lisandro / Campos Dos Goytacazes, RJ - SBCP (CIAD: RJ0006), apresentadas pela Infra Operações Aeroportuárias Campos dos Goytacazes S.A.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no Art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBCP, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 161, Emenda nº 02.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA TÉCNICA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 4.354, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021

O GERENTE TÉCNICO DE CERTIFICAÇÁO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19º, inciso IV da Portaria nº 2.866, de 15 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145, e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.009287/2021-19, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão, a pedido, do Certificado de Organização de Manutenção nº 8612-03/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico AEROCLUBE DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO VIANA TORRES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 4426, de 5 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2021, Seção1, página 43, onde se lê: "o médico Dr. João Luiz Itagiba Fonseca, CRM/MS 8607, MC 234", leia-se: "o médico Dr. João Luiz Itagiba Fonseca, CRM/MS 8607, MC 235".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.395, DE 2 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.008130/2021-79, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a autorização de funcionamento da VOO SOLO HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ: 12.782.642/0001-79, situada à Av. Thomaz Alberto Whately, S/Nº, LT. 32 - H. Fontoura, Jardim Aeroporto, em Ribeirão Preto - SP, CEP: 14075-550.

Art. 2º Revogar, a pedido, as homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA), Instrutor de Voo de Helicóptero (INVH), Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), Piloto Privado de Helicóptero (PPH) e Instrutor de Voo de Avião (INVA) e dos cursos práticos de Piloto Comercial de Avião (PCA), Instrutor de Voo de Helicóptero (INVH), Piloto Privado de Helicóptero (PPH), Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), Piloto Privado de Avião (PPA) e Instrutor de Voo de Avião (INVA) da VOO SOLO HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.444, DE 9 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.008533/2021-18, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, as homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião - PPA, de Piloto Privado de Helicóptero - PPH, de Piloto de Linha Aérea-Avião - PLA e Piloto de Linha Aérea de Helicóptero - PLH da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da FUMEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.451, DE 9 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.004132/2020-16, resolve:

Art. 1º Revogar o curso teórico de Voo por Instrumentos - IFR homologado pelo RBHA 141, da NAV TREINAMENTOS ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA, situada à Rua Dona Benvinda, 266, Paissandu, Recife/PE - CEP 50070-220.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.487, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.029172/2020-62, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 12 de março de 2021, em favor da ESCOLA DE AVIACAO CIVIL ASAS ROTATIVAS LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Saí, 279 - , Anita Garibaldi, Joinville/SC - CEP 89202-170;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 4.480, DE 11 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 12, inciso V, da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, publicada no BPS V.15, Nº 43, de 23 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 183 e na Instrução Suplementar nº 183-001 e considerando o que consta do processo nº 00065.007688/2021-37, resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica INSTITUTO BRASIL ESTADOS UNIDOS - IBEU, nome fantasia IBEU, CNPJ nº 33.641.788/0001-74, para a aplicação do Santos Dumont English Assessment com vistas à averbação do nível de proficiência linguística de pilotos detentores de licença brasileira, no endereço Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 690 - sala 1004, Copacabana, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22050-001, em conformidade com o RBAC nº 183 e com a IS nº 183-001 Revisão D.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pelo INSTITUTO BRASIL ESTADOS UNIDOS - IBEU, no âmbito dos termos da Portaria nº 3887, de 18 de dezembro de 2018, que lhe concedeu o credenciamento no endereço no endereço Rua Uruguaiana, nº 10, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro (RJ), CEP 20050-902, até a data da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 94-ANTAQ, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo: 50300.021098/2020-84
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (37.115.342/0001-67)
Ementa: Trata o presente Acórdão de análise das contribuições advindas da Audiência Pública nº 20/2020-ANTAQ, visando a obtenção de subsídios para aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente cavaco de madeira, localizado no Porto Organizado de Maceió/AL, denominado área MAC14.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 20/2020-ANTAQ, relativa ao certame licitatório do arrendamento do terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente cavaco de madeira, localizado no Porto Organizado de Maceió/AL, denominado área MAC14;II - encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura para realização dos ajustes necessários nos estudos e nas minutas de Edital e de Contrato de Arrendamento, mediante os resultados obtidos das análises das contribuições recebidas, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU; e III - encaminhar os presentes autos à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários - CPLA, para consolidação dos documentos pertinentes e adoção das providências subsequentes. Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, a Diretora Gabriela Costa, a Procuradora-Chefe, Natália Moysés, e a Secretária-Geral Substituta, Lorena do Carmo Souza.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ACÓRDÃO Nº 95-ANTAQ, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo: 50300.002634/2021-23
Parte: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA (37.115.342/0001-67)
Ementa: Trata o presente Acórdão de procedimento licitatório, na modalidade simplificada, de área localizada no Porto Organizado de Imbituba/SC, destinada à movimentação, à armazenagem e à expedição de granel líquido, especialmente soda cáustica, denominada IMB05.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em: I - dispensar a realização de consulta e audiência públicas, nos termos do art. 11, §3º, do Decreto nº 8.033/2013;II - encaminhar o estudo ao Poder Concedente, com as minutas de edital e contrato elaboradas pela Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da ANTAQ - CPLA, para envio à Corte de Contas; e III - encaminhar os presentes autos à CPLA, visando ao regular prosseguimento do feito, e determinando que promova a interlocução desta Agência junto ao Poder Concedente para acompanhamento dos desdobramentos dos processos PIMB-1857-2020 e PIMB-494/2021, em trâmite na Autoridade Portuária, e para estabelecer o fluxo mais adequado com relação ao valor de outorga. Participaram da Reunião o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Adalberto Tokarski, a Diretora Relatora, Gabriela Costa, a Procuradora-Chefe, Natália Moysés, e a Secretária-Geral Substituta, Lorena do Carmo Souza.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 43, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003293/2021-11 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG,resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 563-ANTAQ, de 07 de agosto de 2009, de titularidade da empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.767/0001-85, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude da alteração na composição da frota utilizada na prestação de serviços de transporte de passageiros, veículos e cargas, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Tocantins - Araguaia, sobre o rio Tocantins, entre os municípios de São Sebastião do Tocantins - TO e Vila Nova dos Martírios - MA.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004573/2021-39 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG,resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa PARENTE ANDRADE LTDA, CNPJ nº 05.057.914/0001-02, de que trata o Termo de Autorização nº 424-ANTAQ e a Resolução nº 1.013-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 45, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001503/2021-29 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG,resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa D DA SILVA BRITO, CNPJ nº 15.274.096/0001-53, de que trata o Termo de Autorização nº 1.184-ANTAQ e a Resolução nº 4.110-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 46, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004018/2021-15 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa ALPHA SERVIÇOS E TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 10.703.655/0001-80, de que trata o Termo de Autorização nº 973-ANTAQ e a Resolução nº 3.007-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 47, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004722/2021-60 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG,resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa F P Seabra EIRELI-ME, CNPJ nº 00.470.345/0001-09, de que trata o Termo de Autorização nº 1.261-ANTAQ e a Resolução nº 4.534-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 48, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003707/2021-02 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 236/2019-DG,resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa DOMAR 2012 NAVEGAÇÃO OFFSHORE EIRELI, CNPJ nº 15.421.154/0001-24, de que trata os Termos de Autorização nº 1.739-ANTAQ e nº 1.740-ANTAQ e a Resolução nº 7.523-ANTAQ, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 49, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021697/2020-06 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir a solicitação de dilação de prazo objeto da petição SEI nº 1265391, para a realização das audiências públicas de nº 1/2021 e nº 2/2021, agendadas por meio das Deliberações DG nº 29 e 30/2021, ocorridas em modelo virtual às 15h do dia 04 de março de 2021.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DELIBERAÇÃO Nº 23, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 50300.021977/2019-72. Fiscalizada: APM TERMINALS ITAJAÍ S.A., CNPJ nº 04.700.714/0001-63. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, decido por CONHECER o recurso interposto, eis que TEMPESTIVO, para, no mérito, NEGAR-LHE provimento, mantendo a pena de MULTA, no valor de R$ 212.387,67 (duzentos e doze mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos), por infração tipificada pelo art. 32, inciso I, da norma aprovada pela Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Gerente

UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO-SP

DESPACHO Nº 21, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Processo nº 50300.004430/2020-46. Fiscalizada: PORTO VALE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA. EPP, CNPJ nº 07.556.881/0001-70. Objeto e Fundamento Legal: julgo pela subsistência do Auto de Infração 4280-0 (SEI nº 0989891), em que restou configurada a autoria e materialidade da infração tipificada no 34, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ e incisos II e IV do art. 23 da Resolução nº 2921-ANTAQ, de 04/06/2013, e considerando como atenuante o fato de não ter havido dano aos usuários, ao mercado, ao meio ambiente ou ao patrimônio público, conforme disposto no artigo 54 da Norma aprovada pela Resolução nº 3.259/Antaq, de 30 de janeiro de 2014, e decido assim, pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

GUILHERME DA COSTA SILVA
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 64/SUROD, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de linha de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC sob concessão à Concessionária Catarinense de Rodovias; interessado: EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.008385/2021-23, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de linha de transmissão de energia elétrica transversal aérea na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Concessionária CCR Via Costeira, no Km 345+185m, em Tubarão/SC, de interesse de EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A CCR Via Costeira deverá encaminhar, à Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a CCR Via Costeira e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CCR Via Costeira acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A EDP Transmissão Litoral Sul deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 84 (oitenta e quatro) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a EDP Transmissão Litoral Sul deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CCR Via Costeira, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A EDP Transmissão Litoral Sul assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A EDP Transmissão Litoral Sul deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CCR Via Costeira cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 9º. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A EDP Transmissão Litoral Sul abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 65/SUROD, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG sob concessão à VIA040; interessada: CEMIG Distribuição S.A

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.117945/2020-59, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária VIA040, por meio de ocupação longitudinal aérea do km 532+231 ao km 532+261, em Belo Horizonte/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A VIA040 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a VIA040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIA040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIA040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à VIA040 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 66/SUROD, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação do acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG sob concessão à Autopista Fernão Dias; interessada: Cimed Indústria De Medicamentos Ltda

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.009472/2021-06, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação do acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-381/MG, sob concessão à Autopista Fernão Dias S.A., situada no segmento do km 847+875, em Pouso Alegre/MG, de interesse da Cimed Indústria de Medicamentos Ltda.

§1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação, revogação e demais alterações serão feitos sobre os itens do escopo que compõem o caput.

§2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Autopista Fernão Dias deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso -CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Cimed Indústria de Medicamentos Ltda e a Autopista Fernão Dias e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Autopista Fernão Dias acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A Cimed Indústria de Medicamentos Ltda deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a Cimed Indústria de Medicamentos Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art.7º A Cimed Indústria de Medicamentos Ltda assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art.8º A Cimed Indústria de Medicamentos Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fernão Dias cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo à critério da ANTT.

Parágrafo único. A Cimed Indústria de Medicamentos Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 67/SUROD, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Autoriza a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-101/RJ sob concessão à Concessionaria Autopista Fluminense S/A; interessada: Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.066609/2020-31, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso na Rodovia BR-101/RJ, sob concessão à Concessionaria Autopista Fluminense S/A, do km 277+650, pista sul, no município de Tanguá/RJ, de interesse da Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida regularização e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições do escopo que compõe o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput, serão tratadas por meio de aditivo ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar a Unidade Regional da ANTT, sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Fluminense deverá encaminhar a Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º A construção do acesso objeto desta Portaria está condicionado a assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU entre a Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda e a Autopista Fluminense que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Fluminense acompanhar e fiscalizar a regularização por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e a segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Na construção da referida obra a Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fluminense, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 6º A Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda assumirá todo o ônus relativo a manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham afetar a rodovia.

Art. 7º A Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Fluminense cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Casa do Alemão Industria e Comércio de Lanches Ltda, abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 35, DE 8 DE MARÇO DE 2021

O Superintendente Substituto de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e no que consta no Processo Administrativo n° 50500.136045/2020-19, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Fiscalização da Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER para o exercício de 2021, consubstanciado nos seguintes documentos, todos disponíveis no sítio eletrônico da ANTT:

I - Anexos A e B, referentes à Gerência de Controle e Fiscalização de Infraestrutura e Serviços - GECOF/SUFER; e

II - Anexo C, referente à Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira - GEFEF/SUFER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicado no DOU n° 236, de 06/12/2019, Seção 1, p. 106, Processo: 08505.007416/2019-06, onde se lê: Imigrante: FLAVIO MASSAMBA DIASUKA, leia-se: Imigrante: MASAMBA DIASUKA FLAVIO.

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.557, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/61777 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRANDES LAGOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.543.461/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 345/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.558, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/87784 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERPA - CERVEJARIA PARAENSE S/A, CNPJ nº 04.894.085/0001-50 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 300/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.559, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/653 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEPAV - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 20.509.337/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 428/2021 (CNPJ nº 20.509.337/0001-36) e nº 173/2021 (CNPJ nº 20.509.337/0003-06).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.560, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/1368 - DPF/PSO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEI VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.392.232/0002-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 593/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.561, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8014 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY- ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 40.928.202/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 537/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.562, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12186 - DPF/MBA/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0008-96, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4000 (quatro mil) Munições calibre .380

2302 (duas mil e trezentas e duas) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.563, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12316 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0001-70, sediada em Pernambuco, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
997 (novecentas e noventa e sete) Munições calibre .380
3240 (três mil e duzentas e quarenta) Munições calibre 12
3744 (três mil e setecentas e quarenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.564, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12542 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:
CONCEDER autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0003-81, sediada no Amazonas, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3548 (três mil e quinhentas e quarenta e oito) Munições calibre .380
2154 (duas mil e cento e cinquenta e quatro) Munições calibre 12
100000 (cem mil) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.565, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13874 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SERVNAC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.285.169/0001-14, sediada no Ceará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
38 (trinta e oito) Revólveres calibre 38
504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.566, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/14208 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO BIG SHOPPING, CNPJ nº 00.193.042/0001-96 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.567, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15032 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:
CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE ATLAS EIRELI, CNPJ nº 04.977.092/0001-15, sediada no Distrito Federal, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
7032 (sete mil e trinta e duas) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
15000 (quinze mil) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre .380
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
20 (vinte) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.568, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15036 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SAMURAI CENTRO DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES, CNPJ nº 01.263.382/0001-09, sediada no Distrito Federal, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
4284 (quatro mil e duzentas e oitenta e quatro) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
15000 (quinze mil) Gramas de pólvora
14746 (quatorze mil e setecentas e quarenta e seis) Espoletas calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
20 (vinte) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.569, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15042 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SAMURAI CENTRO DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES, CNPJ nº 01.263.382/0002-90, sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8976 (oito mil e novecentas e setenta e seis) Munições calibre .380
1944 (uma mil e novecentas e quarenta e quatro) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
46800 (quarenta e seis mil e oitocentas) Espoletas calibre 38
14457 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e sete) Gramas de pólvora
46800 (quarenta e seis mil e oitocentos) Projéteis calibre 38
8976 (oito mil e novecentas e setenta e seis) Espoletas calibre .380
8976 (oito mil e novecentos e setenta e seis) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
20 (vinte) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.570, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15393 - DPF/IJI/SC, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAJAI ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA, CNPJ nº 03.043.201/0001-64 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.571, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15396 - DPF/PGZ/PR, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PONTA GROSSA ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA., CNPJ nº 04.013.911/0001-04 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.572, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15415 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:
CONCEDER autorização, à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 04.008.185/0006-46, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.573, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15426 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HSJ COMERCIAL S.A, CNPJ nº 02.091.365/0001-02 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.574, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15495 - DPF/IJI/SC, resolve:
CONCEDER autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0003-07, sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
6000 (seis mil) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.575, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15582 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:
CONCEDER autorização à empresa A P B SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 29.571.720/0001-99, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.576, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15604 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A., CNPJ nº 07.175.725/0001-60 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.577, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15651 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S.A, CNPJ nº 33.388.943/0001-92 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.578, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15705 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa QRV SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.669.598/0001-77, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

70 (setenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.579, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15805 - DPF/SJK/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SÓ ARMAS ACADEMIA PARA TREINAMENTO DE VIGILANTES EIRELLI, CNPJ nº 32.273.600/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.585, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/68743 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CHIBATAO NAVEGACAO E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 84.098.383/0001-72 para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 611/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.586, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/80599 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0021-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 612/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.587, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94849 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRADOCK SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 22.392.400/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 286/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.588, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94871 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa C P V - CENTRAL PAULISTA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 71.536.619/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 346/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.589, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94972 - DPF/VAG/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HARBOR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI -EPP, CNPJ nº 15.711.152/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 564/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.590, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/4309 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONTIM SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 60.136.942/0001-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 517/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.591, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11036 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 10.385.850/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 558/2021 (CNPJ nº 10.385.850/0001-09); nº 559/2021 (CNPJ nº 10.385.850/0003-70) e nº 553/2021 (CNPJ nº 10.385.850/0002-90).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.592, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11080 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AFV-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Munições calibre .380

10000 (dez mil) Munições calibre 12

100000 (cem mil) Munições calibre 38

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38

8000 (oito mil) Espoletas calibre .380

8000 (oito mil) Projéteis calibre .380

3148 (três mil e cento e quarenta e oito) Buchas calibre 12

150 (cento e cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12

4564 (quatro mil e quinhentas e sessenta e quatro) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.593, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12589 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIP SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.954.025/0001-12, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Pistolas calibre .380

7 (sete) Revólveres calibre 38

160 (cento e sessenta) Munições calibre 38

204 (duzentas e quatro) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.594, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13451 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURO SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.036.171/0001-73, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1925 (uma mil e novecentas e vinte e cinco) Munições calibre 38

1822 (uma mil e oitocentas e vinte e duas) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.595, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15391 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROWF SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 29.658.129/0001-73, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GSG9 SEGURANÇA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 12.197.345/0001-66:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GSG9 SEGURANÇA VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 12.197.345/0001-66:

161 (cento e sessenta e uma) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.596, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15466 - DPF/DVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0185-70, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 12

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.597, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15886 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO COMERCIAL DOJK SHOPPING, CNPJ nº 19.340.045/0001-33 para atuar no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.598, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15938 - DPF/CGE/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERRAVILLE RESIDENCIE PRIVÊ, CNPJ nº 16.596.411/0001-21 para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.599, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16189 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPAT- EMPRESA ALAGOANA DE TERMINAIS LTDA., CNPJ nº 35.270.750/0001-68 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.600, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16340 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TIETÊ AGROINDUSTRIAL S.A, CNPJ nº 51.843.514/0001-40 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.602, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/87057 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ITAPETY SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 10.818.851/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 195/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.603, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94379 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0021-02, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

108 (cento e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.604, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2834 - DPF/BRA/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa OESTE ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 09.428.315/0001-09, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

850 (oitocentas e cinquenta) Munições calibre .380

1396 (uma mil e trezentas e noventa e seis) Munições calibre 12

8868 (oito mil e oitocentas e sessenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.607, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94610 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REALIZA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 20.603.680/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 134/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.608, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94875 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA VÊNETO EIRELI, CNPJ nº 92.868.108/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 302/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.609, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15697 - DPF/CRU/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0035-08, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.610, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15709 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0005-92, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

15 (quinze) Revólveres calibre 38

265 (duzentas e sessenta e cinco) Munições calibre 38

105 (cento e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.611, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16191 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0020-21, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Munições calibre 38

125 (cento e vinte e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.616, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2137 - DPF/CGE/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 5S SEGURANÇA DE VALORES EIRELI - ME, CNPJ nº 17.310.402/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 627/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.617, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/4913 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.875.027/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 391/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.618, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/5218 - DPF/VRA/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 10.313.717/0008-13, para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3477/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, publicado na Seção 1, pág. 68 do Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2020,

onde se lê:

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso III c/c com art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Leia-se:

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não cumpre o disposto no inciso II do art. 65 c/c com o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017.

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome da genitora de ISABEL SIRABA VALDEZ, incluída na Portaria Naturalização nº 2.380, de 2 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2020, é Quinta Nautam e não como constou. Processo: 08385.008388/2020-8331

Declara que a correta grafia do nome de MUHAMMAD USMAN KAHN, incluído na Portaria Naturalização nº 399, de 16 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2018, é MUHAMMAD USMAN KHAN, e não como constou. Processo: 08502.300984/2016-52

Declara que o exato nome de KARL ERIK SCHOELLHAMMER, incluída na Portaria CPMIG nº 128, de 20 de Janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 21 de Janeiro de 2020, é KARL ERIK SCHOLLHAMMER, e não como constou. Processo: 08460.003890/2019-14

Declara que JOSE CLAUDINO YOUSUF BARRY, incluído na Portaria da SNJ nº 3.021, de 1 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 2021, é natural da Angola e não como constou. Processo: 235881.0009607/2020

Declara que a correta grafia do nome da genitora de Patricia Tamara Condori Gonzales, incluída na Portaria Naturalização nº 1.603, de 15 de Junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de Junho de 2020, é Fidelia Josefina Gonzales Ayesta e não como constou. Processo: 08018.004569/2021-08

Declara que FILOMENA BALZANO, incluída no Decreto nº 61-GB, de 09 de março de 1971, publicada no Diário Oficial da União de 15 de março de 1971, cuja a averbação do matrimônio foi publicada no Diário Oficial da União do dia 04 de dezembro de 2020, Seção 1, página 117, passou a assinar FILOMENA BALZANO MASULLO, por haver contraído matrimônio com BRAZ ANTONIO MASULLO, em 29 de janeiro de 1972, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do 7º Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas, Rio de Janeiro/RJ, Matrícula nº 089342 01 55 1972 3 00067 188 0004558 46, e não como constou. Processo: 08018.004857/2021-54

Declara que o exato nome de LUJAIN ALJAISH, incluída na Portaria CPMIG nº 1.370, de 10 de Dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11 de Dezembro de 2019, é Lujain Aljich, bem como a correta grafia do nome de seu genitor é Khaled Mohamad Aljich e não como constou. Processos: 08018.001166/2021-07

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 15 DE MARÇO DE 2021

Nº 360 - Ato de Concentração nº 08700.000149/2021-46. Requerentes: Localiza Rent a Car S. A. e Companhia de Locação das Américas. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Ana Bátia Glenk, João Felipe Achcar de Azambuja e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 5/2021 (0878377) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido: (i) pelo deferimento dos pedidos de intervenção como terceiro interessado das empresas Fleetzil Locações e Serviços Ltda. (representada por Natali de Vicente Santos, Lilian Yumi Miyashiro e André Marques Gilberto); ALD Automotive S.A. (representada por Gustavo Elias Melli e outros); Movida Participações S.A. (representada por Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco e Marcos Drummond Malvar); e Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (representada por Vivian Salomão Ianelli, Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão, Leonardo Peixoto Barbosa e Igor Ribeiro Azevedo), nos termos do art. 50, I, da Lei nº 12.529/2011; e (ii) pelo deferimento da prorrogação do prazo previsto no parágrafo 2° do art. 117 do Regimento Interno do CADE.

Nº 369/2021.Ato de Concentração nº 08700.001007/2021-04. Requerentes: Raia Drogasil S.A. e B2U Editora S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Maria Sampaio, Julia Krein, Eduardo Caminati, Marcio Bueno, André Ferraz, Roberto Potter e outros. Decido pelo não conhecimento da operação.

Nº 370/2021.Ato de Concentração nº 08700.000968/2021-93. Requerentes: Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. e Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogados: Lauro Celidonio, Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Ana Carolina Estevão, Paloma Caetano Silva Almeida e Raul Cabral. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 371/2021. Ato de Concentração nº 08700.001123/2021-15. Requerentes: Timber XX SPE S.A., Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Arapar Participações S.A. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Michelle Marques Machado e Marianne Correia dos Reis. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 372/2021. Ato de Concentração nº 08700.000928/2021-41. Requerentes: Banco Votorantim S.A. e Trademaster Serviços e Participações S.A. Advogadas: Joyce Ruiz Rodrigues Alves e Tayná Rodrigues. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHO Nº 364, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08700.007351/2015-51 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.007353/2015-40). Representante: CADE ex officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., EBE - Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construções S.A., UTC Engenharia S.A., Adolfo de Aguiar Braid, Antônio Carlos D'Agosto Miranda, Carlos Maurício de Paula Barros, Dalton dos Santos Avancini, Fábio Andreani Gandolfo, Flávio David Barra, Guilherme Pires de Mello, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Henrique Pessoa Mendes Neto, Humberto Barra Neto, José Arnaldo Delgado, Luís Guilherme de Sá, Luiz Alfredo Lima Sapucaia, Luiz Carlos Martins, Marcelo Sturlini Bisordi, Odon David de Souza Filho, Paulo Massa Filho, Petrônio Braz Junior, Renato Ribeiro Abreu, Ricardo Ourique Marques e Ricardo Ribeiro Pessoa. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Amanda Fabbri Bareili, Ana Paula Martinez, Barbara Rosenberg, Caio Lacerda de Castro, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos, Eduardo Caminati Anders, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Luís Bernardo Coelho Cascão, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Marco Antonio Fonseca Júnior, Marcos Paulo Veríssimo, Nara Silva de Almeida, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Paula Sion, Pierpaolo Cruz Bottini, Ricardo Casanova Motta, Sérgio Ferraz e Opice, Sérgio Varella Bruna, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, Thiago Francisco da Silva Brito, Tito Amaral de Andrade, Vinícius Marques de Carvalho e outros. Diante da apresentação de declarações por escrito das testemunhas arroladas pelo Representado Ricardo Ribeiro Pessoa, decido pelo cancelamento das audiências agendadas conforme Nota Técnica 27/2020 e Despacho SG nº 252/2021.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 613, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000669/2021-18. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.695.227/0001-93. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2020 e 2021) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretaria-executiva/projetos-prioritarios.

PAULO CÉSAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 668, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.004962/2019-41. Interessado: Ativa Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Ativa Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.656.263/0001-40, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 669, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.004985/2019-56. Interessado: GWA Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a GWA Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.656.426/0001-94, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 687, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.000145/2021-39. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no anexo i deste Despacho, localizadas no município de Ourolândia, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 689, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.003070/2015-08. Interessadas: Enervix Energias do Espírito Santo Ltda. e PCH Santa Bárbara Energias Ltda. Decisão: alterar a titularidade do DRS-PCH nº 1.998, de 2019, referente à PCH Santa Bárbara, com 12.500 kW de potência instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.ES.034129-0.01, de Enervix Energias do Espírito Santo Ltda. para PCH Santa Bárbara Energias Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 691, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.000143/2021-40. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no anexo i deste Despacho, localizadas no município de Curaçá, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 698, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Processos nºs: listados no anexo i. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no anexo i deste Despacho, localizadas no município de Arinos, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 699, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 48500.006472/2020-13. Interessado: Statkraft Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga das EOL Morro 1 e 2, localizadas no município de Brotas de Macaúbas, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 171, de 26 de janeiro de 2021, constante do Processo nº 48500.005763/2020-94, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 28 de janeiro de 2021, seção 1, p. 66, v. 159, n. 19, onde se lê:

ANEXO XIII AO DESPACHO Nº 171, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

Central Geradora Eólica				
Pedras do Rio 13				
Potência Instalada (kW)	Município/UF		CEG	
36.000	Ibicoara/BA		EOL.CV.BA.050262-6.01	
Código Validador	Datum		Fuso	
7742	SIRGAS 2000		24 L	
Aerogeradores	E	N	Altura do eixo do Rotor (m)	Diâmetro do Rotor (m)
PEDRAS DO RIO 13	229751	8501458	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229816	8501157	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229863	8500851	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229804	8500546	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229729	8500243	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229639	8499938	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229538	8499631	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229493	8499327	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229488	8499018	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229487	8498712	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229482	8498411	125	150

leia-se:

ANEXO XIII AO DESPACHO Nº 171, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

Central Geradora Eólica				
Pedras do Rio 13				
Potência Instalada (kW)	Município/UF		CEG	
46.200	Jussiape/BA		EOL.CV.BA.050262-6.01	
Código Validador	Datum		Fuso	
7742	SIRGAS 2000		24 L	
Aerogeradores	E	N	Altura do eixo do Rotor (m)	Diâmetro do Rotor (m)
PEDRAS DO RIO 13	229751	8501458	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229816	8501157	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229863	8500851	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229804	8500546	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229729	8500243	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229639	8499938	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229538	8499631	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229493	8499327	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229488	8499018	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229487	8498712	125	150
PEDRAS DO RIO 13	229482	8498411	125	150

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 700, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA E O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio das Portarias n° 4.659, de 18 de julho de 2017 e nº 3.926, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012; na correspondência protocolada sob o nº 48513.005600/2021-00 e o constante do Processo nº 48500.002190/2019-11; decide: (i) considerar atendida, pela Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 2.758, de 28 de setembro de 2020; (ii) estabelecer que o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 84/2002-ANEEL deverá ser assinado pela concessionária, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

DESPACHO
Relação Nº 12/2021

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
818.865/1971-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- Portaria de Lavra n°174/2005- Cessionário:BAUTEK MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA- CNPJ 21.229.511/0001-50
860.753/2009-CONSTRUFORTE CONSTRUÇÕES FERREIRA MAIA LTDA- Portaria de Lavra nº 498/2015- Cessionário:MENEZES ASSIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME- CNPJ 05.959.672/0001-42
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
890.123/1985-PEDREIRA ANHANGUERA S/A EMPRESA DE MINERACAO- Arrendatário:BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA- CNPJ 48.302.640/0001-82 - Termino do arrendamento: 60 (sessenta) meses a partir da averbação pela ANM, e término em 01.11.2024.

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 60/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.707/2012-MINERACAO IDELMA LTDA-AI N°582/2021/GER-MG/DIREM-MG (Ref. Processo Adm. 48054.930488/2021-35)
Aceita defesa apresentada(241)
831.073/2012-RAMON DE PAULA BRAGA
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
831.073/2012-RAMON DE PAULA BRAGA-AI N°9027/2020/GER-MG/DIREM-MG PROCESSO ADM.: 48054.934267/2020-55
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
834.126/2007-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI- Área de 808,95 ha para 732,72 ha-MINÉRIO DE OURO (uso industrial)-CAETÉ/MG
832.158/2017-AGROPECUÁRIA DA BARRA LTDA- Área de 49,05 ha para 17,29 ha-AREIA (Uso: Agregado para uso imediato na construção civil) e CASCALHO (Uso: Agregado para uso imediato na construção civil)-BURITIZEIRO/ VÁRZEA DA PALMA/MG
831.111/2011-MUMBACA MINERACAO- Área de 516,59 ha para 49,75 ha-AREIA (Agregado de uso imediato na construção civil.) e ARGILA (uso fabricação de cerâmica vermelha)-PARAOPEBA/MG
830.747/2010-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA- Área de 170,09 ha para 132,14 ha-GRANITO (uso ornamental e revestimento)-GRÃO MOGOL/MG
830.559/2010-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.- Área de 235,95 ha para 40,30 ha-GRANITO (Uso: Agregado de uso na construção civil (BRITA)-ITAÚNA/MG
832.562/2009-BONTEMPI IMÓVEIS LTDA- Área de 296,52 ha para 128,71 ha-QUARTZITO (uso rocha Ornamental e de Revestimento)-BOTUMIRIM/MG
833.882/2012-ROGÉRIA DO AMARAL FONSECA MÁXIMO- Área de 104,43 ha para 49,78 ha-AREIA (uso imediato na construção civil) e ARGILA (uso na fabricação de cerâmica vermelha)-ARAÚJOS/PERDIGÃO/MG
831.833/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 937,33 ha para 647,39 ha-QUARTZITO (uso ornamental e revestimento)-ESPINOSA/MONTE AZUL/MG
831.646/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 611,48 ha para 489,35 ha-QUARTZITO (uso ornamental e revestimento).-ESPINOSA/SANTO ANTONIO DO RETIRO/MG
831.159/2013-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREAL DE MINAS- Área de 495,04 ha para 49,65 ha-AREIA (uso imediato na construção civil) e ARGILA (uso na fabricação de cerâmica vermelha).-CLÁUDIO/ ITAPECERICA/MG
830.173/2013-AREAL RIO PRETO DE VALENCA EIRELI EPP- Área de 72,04 ha para 19,46 ha-AREIA (Uso: imediato como agregado na construção civil).-RIO PRETO e VALENÇA/MG e RJ
830.071/2017-UNITED GRANITOS LTDA - ME- Área de 198,54 ha para 98,34 ha-GRANITO (uso: ornamental).-CAMPANÁRIO/MG
831.305/2016-PEGRAN MINERACAO LTDA- Área de 222,05 ha para 160,17 ha-QUARTZITO (uso rocha Ornamental e de Revestimento).-DIAMANTINA/MG
830.249/2016-PORTO DE AREIA SANTA RITA DE CASSIA LTDA.- Área de 347,02 ha para 50,00 ha-AREIA (uso uso imediato na construção civil).-CÁSSIA/ PASSOS/MG
830.135/2016-VANICE A DE ASSIS COSTA EIRELI EPP- Área de 998,78 ha para 730,42 ha-GRANITO (ornamental e revestimento).-ITACAMBIRA/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.699/2011-HWII MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°6476/2021/DIREM-MG/ANM
830.747/2010-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-OF. N°6084/2021/DIREM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.100/2017-PAULO CESAR FONSECA-OF. N°6086/2021/DIREM-MG/ANM
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
830.981/2014-GSM MINERACAO LTDA.- Guia de Utilização N°143 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2020
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
830.981/2014-GSM MINERACAO LTDA.-BARÃO DE COCAIS/MG - Guia n° 113/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-300.000 toneladas/ano-MINÉRIO DE FERRO- Vigência da Guia:31 meses(a partir de sua publicação)
831.369/2016-ALPHA STONES COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA.-SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG - Guia n° 107/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-9.600 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. (Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental).

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.223/2012-MINERAÇÃO OLHOS D'AGUA LTDA EPP-DIVINÓPOLIS/MG - Guia n° 103/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-100 Kg/ano-GRANADA (uso industrial)(gema)-Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)
831.853/2012-VM5 EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA. ME-JAPARAÍBA/MG, LAGOA DA PRATA/MG, SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG - Guia n° 101/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano e 12.000 toneladas/ano-AREIA (uso imediato na construção civil) e CASCALHO (uso na fabricação de cerâmica vermelha)-Vigência da Guia:3 ANOS a partir de sua publicação. (Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)
831.865/2015-BRASILGRAN STONES EIRELI-SANTA RITA DO ITUETO/MG - Guia n° 104/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
831.567/2015-ANTÔNIO GOULART DA SILVA-OF. N°Ofício nº 6236/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.370/2012-FLÁVIO DEL VALE SILVA ME-OF. N°Ofício nº 5287/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.597/2014-AGROPECUÁRIA SS LTDA-OF. N°Ofício nº 5292/2021/DFMNM-MG/GER-MG

830.492/2015-GRAZIELLE ESTEVES RIBEIRO ME-OF. N°Ofício nº 5295/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.159/2014-MSE CASCALHO LTDA-OF. N°Ofício nº 6221/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.146/2013-MAURO FERRARI ME-OF. N°Ofício nº 5302/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.212/1984-ARLETE DE CARVALHO MAGALHAES-OF. N°5525/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.527/2000-DRAGA PARAGUAÇU LTDA-OF. N°5625/2021/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.567/2015-ANTÔNIO GOULART DA SILVA-OF. N°Ofício nº 6241/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.370/2012-FLÁVIO DEL VALE SILVA ME-OF. N°Ofício nº 5289/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.597/2014-AGROPECUÁRIA SS LTDA-OF. N°Ofício nº 5293/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.492/2015-GRAZIELLE ESTEVES RIBEIRO ME-OF. N°Ofício nº 5296/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.159/2014-MSE CASCALHO LTDA-OF. N°Ofício nº 6228/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.146/2013-MAURO FERRARI ME-OF. N°Ofício nº 5303/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.212/1984-ARLETE DE CARVALHO MAGALHAES-OF. N°5526/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.527/2000-DRAGA PARAGUAÇU LTDA-OF. N°5626/2021/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.309/2011-GEOTRON IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°5798/2021/DFMNM-MG/ANM
834.433/2007-AREAL CAMPO ALEGRE LTDA ME-OF. N°6071 e 6074/2021/DIREM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.983/2013-JOSE ANTONIO FERREIRA EXTRAÇÃO DE AREIA ME-CAMPO BELO/MG, SANTANA DO JACARÉ/MG - Guia n° 108/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-48.000 toneladas/ano-AREIA (agregado de uso imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.969/2018-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO ME-OF. N°Ofício nº 4969/2021/DFMNM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 61/2021

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
833.052/2004-PREMOLDADOS MUTUM LTDA - Publicado DOU de 18/02/2021, Relação n° 41/2021, Seção , pág. - ONDE SE-LÊ Registro de Licenciamento n°2643/2005, com 07/10/2020. - LEIA-SE: Registro de Licença, com validade até 01/04/2024.

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
830.804/1993-EDUARDO CAVALIERI GUIMARAES E CIA LTDA - Publicado DOU de 19/10/2010, Relação n° 387, Seção 1, pág. - "Onde se lê: ...Aprovo Relatório Final de Pesquisa/inciso I, do Art.30 do C.M. (3.17) " Leia-se: ... Aprovo Relatório Final de Pesquisa com redução de área de 980,02 ha para 298,58 ha /inciso I, do Art.30 do C.M. (2.91) ".

JANIO ALVES LEITE
Gerente regional

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
831.131/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME
830.446/2016-PEDRO DA SILVA COSTA - ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.131/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
834.804/2011-LAEL GONÇALVES MIRANDA-AI N°321/2021/GER-MG/UAPM-MG - (Proc.Adm 930.355/2021)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.449/2011-GIBRALTAR GRANITOS LTDA-OF. N°5744/2021/UAGV - MG/GER - MG
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
832.979/2014-MINERACAO COLINA LTDA- Cessionário:MINIERA MINERAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 17.480.763/0001-80- Alvará n°11107/2016

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
835.847/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ENGENHO DA SERRA LTDA.- Nome da Fonte: Engenho da Serra - Marca: Engenho da Serra - Volumetria: 1,5L, com gás-ITAMONTE/MG
002.857/1935-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-Nome da Fonte: Mayrink III - Marca: DASERRA - Volumetria: 510 mL, sem gás-CAXAMBU/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
035.101/1946-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-OF. N°5517/2021/DFMNM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
035.101/1946-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS G-OF. N°5515/2021/DFMNM-MG/ANM
834.098/2010-TAMAFE CALCAREO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°5324/2021/DFMNM-MG/ANM
811.917/1975-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°5597/2021/DFMIM-MG/ANM
930.498/1988-NOVELIS DO BRASIL LTDA-OF. N°5587/2021/DFMIM-MG/ANM
830.552/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°5671/2021/DFMIM-MG/ANM
804.844/1977-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°5687/2021/DFMIM-MG/ANM
930.110/1997-HINDALCO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMINA LTDA.-OF. N°6305/2021/DFMIM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
834.098/2010-TAMAFE CALCAREO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 364 e 366 /2021/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm. 930.414/2021 e 930.417/2021)
800.204/1977-NOVO HORIZONTE S.A.- EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA- AI N° 347/2021/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm. 930.399/2021)
831.002/1988-ITABRITA BRITADORA ITATIAIUÇU LTDA- AI N° 346/2021/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm. 930.398/2021)
811.917/1975-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- AI N° 429/2021/GER-MG/DFMIM-MG - (Proc.Adm. 930.428/2021)
830.552/1980-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- AI N° 432/2021/GER-MG/DFMIM-MG - (Proc.Adm 930.430/2021)
804.844/1977-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- AI N° 433/2021/GER-MG/DFMIM-MG - (Proc,Adm.930.431/2021)
930.110/1997-HINDALCO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMINA LTDA.- AI N° 515/2021/GER-MG/DFMIM-MG (Proc.Adm 930.470/2021)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.204/1977-NOVO HORIZONTE S.A.- EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA-OF. N°5038/2021/DFMNM-MG/ANM
831.002/1988-ITABRITA BRITADORA ITATIAIUÇU LTDA-OF. N°5005/2021/DFMNM-MG/ANM
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
832.660/2005-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA- Prazo:30/06/2021
Determina cumprimento de exigência - PRAZO ESPECIAL(2362)
BARRAGEM PARACATU-VALE S.A.-930.150/1983-OF. N°6233/2021/DISBM-MG/ANM- No prazo de 30 dias
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM MINA ENGENHO ; BARRAGEM II MINA ENGENHO ; BARRAGEM MINA ENGENHO ; BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982-AI. N°291 ; 292 ; 370 ; 371/2021/GER-MG/DISBM-MG -(Proc.Adm. 930.302/2021 - 930.303/2021 - 930.420/2021 - 930.421/2021)

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.497/2016-HENRIQUE CARDOSO DE CARVALHO-OF. N°4970/2021/DFMNM-MG/ANM
830.570/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°4978/2021/DFMNM-MG/ANM
832.698/2012-PLÁCIDO DONIZETE BORGES ME-OF. N°5333/2021/DFMNM-MG/ANM
830.502/2000-PORTO DE AREIA MAX LTDA-OF. N°4772/2021/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
830.570/2015-Construtora Triunfo Sa- AI N°344/2021/GER-MG/DFMNM-MG (Proc.Adm.930.395/2021)
832.698/2012-Plácido Donizete Borges Me- AI N°367 e 368/2021/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm. 930.418/2021 e 930.419/2021)
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
830.124/2005-AREAL NAQUE LTDA-OF. N°5431/2021/DFMNM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
830.124/2005-AREAL NAQUE LTDA-OF. N°5422/2021/DFMNM-MG/ANM

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.617/2009-LIBERDADE MINERADORA LTDA-LIBERDADE/MG - Guia n° 7/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 t/ano-GRANITO- Vigência da Guia:3 anos OU publicação da Portaria de Lavra
831.039/2007-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-CATUJI/MG, TEÓFILO OTONI/MG - Guia n° 102/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-9000 t/ano-GRANITO-Vigência da Guia:03 (três anos) da publicação no DOU ou PL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.855/2015-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-OF. N°5021/2021/DFMNM-MG/ANM
830.824/2012-CERAMICA CAJURUENSE LTDA-OF. N°5545/2021/DFMNM-MG/ANM
832.010/1996-GELFLORA COMERCIO PRODUTOS PESSOAIS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°5294/2021/DFMNM-MG/ANM
830.042/2000-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-OF. N°4605/2021/DFMNM-MG/ANM
834.010/2010-ANGELI COMERCIO E INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°5134/2021/DFMNM-MG/ANM
831.205/2004-SAMARCO MINERACAO S A-OF. N°5742/2021/DFMIM-MG/ANM
834.189/2006-MLOG S.A.-OF. N°5389/2021/SECOR-MG/ANM ; Morro do Pilar Minerais S.a.
832.758/2012-AMILTON TEIXEIRA NAVES-OF. N°1401/2021/UAPC-MG/ANM
834.895/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°497/2020/UAPC-MG/GER-MG
831.760/2014-TOLEDO MINERACAO LTDA-OF. N°5542/2021/DFMNM-MG/ANM
832.202/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°5534/2021/DFMNM-MG/ANM
833.580/2012-DELTAMIL COMÉRCIO EIRELI ME-OF. N°5523/2021/DFMNM-MG/ANM
834.412/2011-HOMIRO RIBEIRO DE CARVALHO ME-OF. N°5543/2021/DFMNM-MG/ANM
832.883/2010-VIRTU EMPREENDIMENTOS LTDA ME-OF. N°5711/2021/DFMIM-MG/ANM
830.935/1979-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°5709/2021/DFMIM-MG/ANM
831.930/1984-WEG MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2738/2021/UAPC-MG/ANM
Despacho publicado(356)
833.835/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-Ofício nº 5705/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
833.766/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-Ofício nº 5703/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
833.720/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-Ofício nº 5699/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
833.841/2004-MGR MINERAÇÃO LTDA.-Ofício nº 5692/2021/DFMIM-MG/ANM - Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.956/2020-SANTA TEREZINHA GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.-OF. N°4895/2021/DFMNM-MG/ANM
831.158/2019-LEONINA FERNANDES DA COSTA 99687623691-OF. N°4972/2021/DFMNM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 63/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.497/2012-RAMIRO DIAS TOLEDO-AI N°313/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm. 930.348/2021)
Aceita defesa apresentada(241)

831.227/2007-MARIA APARECIDA PORTO DE OLIVEIRA
Determina arquivamento Auto de infração(230)
831.227/2007-MARIA APARECIDA PORTO DE OLIVEIRA-AI N°1013/2013 - DNPM/MG.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
831.091/2019-SANTA ROSA EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.091/2019-SANTA ROSA EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
834.081/2012-IVANIR ANTONIO ROCHA- Área de 87,52 hectares para 52,59 hectares-QUARTZITO (rocha ornamental/revestimento), FILITO (rocha ornamental/revestimento), AREIA (construção civil), CASCALHO-DIAMANTINA/MG
834.021/2006-MINERACAO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.- Área de 1994,00 ha para 743,45 ha-MINÉRIO DE OURO (uso industrial).-FRANCISCO SÁ/MG
834.017/2006-MINERACAO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.- Área de 785,00 ha para 717,22 ha-MINÉRIO DE OURO (uso industrial).-PORTEIRINHA/ RIACHO DOS MACHADOS/MG
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.992/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- AI N°517/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm. 930.471/2021)
830.151/2008-MINERAÇÃO ITAVERDE LTDA- AI N°495/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm. 930.459/2021)
834.098/2012-LUIZ ANTONIO RHODES- AI N°499/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm. 930.461/2021)
832.791/2014-JUCELIO LEAL FERREIRA- AI N°500/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Processo Adm. 930.462/2021)
830.581/2018-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- AI N°501/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm 930.463/2021)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.992/2015-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-QUARTZITO (uso ornamental e revestimento).-FRANCISCO DUMONT/MG
830.825/2008-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-META- SILTITO (Uso: Ornamental e revestimento)-TAIOBEIRAS/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.151/2008-MINERAÇÃO ITAVERDE LTDA
832.791/2014-JUCELIO LEAL FERREIRA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
834.098/2012-LUIZ ANTONIO RHODES-OF. N°6219/2021/DIREM-MG/ANM
830.581/2018-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°6186/2021/DIREM-MG/ANM
833.671/2006-MINERAÇÃO JBS LTDA ME-OF. N°6238/2021/DIREM-MG/ANM
832.353/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°6325/2021/DIREM-MG/ANM
831.048/2019-HELENA MARIA CARVALHO VIANNA DA COSTA-OF. N°6436/2021/DIREM-MG/ANM
Despacho publicado(256)
833.671/2006-MINERAÇÃO JBS LTDA ME-Exigência para apresentação da licença ambiental/Guia de Utilização. - Ofício Nº 6239/2021/DIREM-MG/ANM
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.546/2002-BHP BILLITON BRASIL LTDA-ALVARÁ N°3308/2003
831.470/2002-BHP BILLITON BRASIL LTDA-ALVARÁ N°8666/2002
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.353/2009-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-FRANCISCÓPOLIS/MG, ITAMBACURI/MG - Guia n° 111/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.092/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6300/2021/DFMIM-MG/ANM - Bauminas Mineração Ltda
002.620/1935-VALE S.A.-OF. N°6332/2021/DFMIM-MG/ANM
831.136/1981-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-OF. N°6317/2021/DFMIM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
831.092/1981-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA- AI N° 514/2021/GER-MG/DFMIM-MG - (Proc.Adm. 930.469/2021)
831.136/1981-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO- AI N° 521/2021/GER-MG/DFMIM-MG - (Proc.Adm. 930.474/2021)

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2225)
832.004/2017-VICENTE PIMENTEL RHODES ME-OF. N°2521/2020/DIREM-MG/GER-MG
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.644/2015-MINERACAO SANTA INES LTDA-SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG - Guia n° 98/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
831.876/2008-ETGRAN MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS LTDA.-OF. N°6092/2021/DIREM-MG/ANM
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(2285)
832.004/2017-VICENTE PIMENTEL RHODES ME -AI N°3162/2020/GER - MG/DIREM - MG.

Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
831.259/2014-ROSILENE PINHEIRO DE OLIVEIRA 699.075.526 15 ME- AI N°8996/2020/GER-MG/DIREM-MG - (Proc.Adm.934.210/2020)

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
832.581/2015-FILIPE MEDEIROS LISBOA SOARES-OF. N°6426/2021/UAPM-MG/ANM.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.215/2000-CERÂMICA MARINHO E MATOS LTDA-OF. N°5651/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.093/2010-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS JVS LTDA - ME-OF. N°5385/2021/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.215/2000-CERÂMICA MARINHO E MATOS LTDA-OF. N°5652/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.093/2010-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS JVS LTDA - ME-OF. N°5386/2021/DFMNM-MG/GER-MG

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.624/2007-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°5118/2021/DFMIM-MG/ANM
832.957/2010-JOSE IGNACIO LINO DA SILVA CPF 151.976.706.49-OF. N°5986/2021/DFMNM-MG/ANM
831.039/2013-GUSTAVO SOLIS ROSA-OF. N°6163/2021/DFMNM-MG/ANM
833.999/1993-HELIO PEREIRA ME-OF. N°6180/2021/DFMNM-MG/ANM
830.336/1988-CORCOVADO EXPORTAÇÃO DE GRANITOS E MÁRMORES LTDA-OF. N°6176/2021/DFMNM-MG/ANM
830.096/2013-MINERADORA VMS & RR LTDA-OF. N°6167/2021/DFMNM-MG/ANM
832.312/2011-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°5812/2021/DFMNM-MG/ANM
896.019/2009-THORGRAN GRANITOS LTDA-OF. N°5805/2021/DFMNM-MG/ANM
830.857/2005-MINERACAO BRASILMAG LTDA-OF. N°5802/2021/DFMNM-MG/ANM
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
830.330/2002-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI- Guia de Utilização N°001/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.330/2002-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI-RAUL SOARES/MG - Guia n° 105/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)
830.334/1982-MARCEL MINERACAO LTDA-CONSELHEIRO PENA/MG, GALILÉIA/MG - Guia n° 100/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-PEGMATITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 anos (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)
834.502/2008-MAGNITOS - MAGNAGO GRANITOS LTDA-GRÃO MOGOL/MG - Guia n° 99/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso ornamental e revestimento)- Vigência da Guia:3 anos (a partir de sua publicação)
831.330/2008-LUIS CARLOS FERREIRA AMORIM-SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - Guia n° 97/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-100 Kg/ano-ALEXANDRITA (uso Gema (industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)

Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
832.052/2018-AM TRANSPORTES E COMÉRCIO DE AREIAS LTDA-OF. N°6190/2021/DIREM-MG/ANM
830.704/2020-LUCIANO RIEVERS-OF. N°4418/2021/DIREM-MG/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.614/2020-PAULO CESAR ALVARES TORRES-OF. N°6156/2021/DIREM-MG/ANM
831.411/2020-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA-OF. N°6155/2021/DIREM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente regional

DESPACHO
Relação nº 64/2021

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM DIQUE B4 IPÊ - BARRAGEM DIQUE B3 IPÊ - BARRAGEM DIQUE B4 IPÊ - BARRAGEM DIQUE B3 IPÊ -BARRAGEM B1A IPÊ -BARRAGEM B1A IPÊ-EMICON MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.-815.691/1971-AI. N°526 - 527 - 518 - 519 -520 - 528/2021/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm. 930.476/2021 - 930.477/2021 - 930.472/2021 - 930.473/2021 - 930.475/2021 - 930.478/2021)

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
831.377/2001-BENEDITO GALVÃO PEREIRA DA SILVA-OF. N°5654/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.606/2003-PORTO DE AREIA LOPES LTDA ME-OF. N°5659/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.361/2003-R B JÚNIOR & CIA LTDA.-OF. N°5662/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.987/2014-JOSÉ ROBERTO BASTOS ME-OF. N°5669/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.853/2009-MINERACAO BEIRA RIO LTDA-OF. N°5676/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.896/2005-MARCOS CEZAR DA SILVA & CIA LTDA ME-OF. N°5678/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.822/1998-PORTO DE AREIA SANTA HELENA LTDA-OF. N°5681/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.209/2008-DOLVANO DE FARIA - FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°5684/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.506/2010-MADEIREIRA BETÂNIA LTDA ME-OF. N°5631/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.920/2007-LUIS GUSTAVO HAMAGUTI-OF. N°5407/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.693/2001-MINERAÇÃO OURENSE LTDA ME-OF. N°5402/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.174/2000-AREIAL E CASA DE COURO SANTO ILARIO LTDA-OF. N°5397/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.820/2008-MARIA LÚCIA MENDONÇA DE ASSIS ME-OF. N°5393/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.572/2015-EDSON LUIZ DA SILVA-OF. N°6207/2021/DFMNM-MG/GER-MG
834.304/2010-PEDRO HENRIQUE CAETANO-OF. N°5364/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.249/2010-BENEDITO APARECIDO DA ROSA-OF. N°6213/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.408/2013-VALDEIR LUIZ PEDRO-OF. N°5345/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.496/2013-LEONARDO DE SOUZA REZENDE ME-OF. N°5337/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.664/2013-AGROPECUÁRIA ESTIVENSE LTDA. ME-OF. N°5334/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.934/2014-DALMIR RODRIGUES-OF. N°5329/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.772/2000-AREAL SANTA CLARA LTDA ME-OF. N°5628/2021/DFMNM-MG/GER-MG
833.387/2010-MONTBELO MINERADORA LTDA-OF. N°5528/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.775/2000-MINERACAO SAO FRANCISCO LTDA-OF. N°5532/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.175/2012-AREIAS PORTO VELHO LTDA-OF. N°5621/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.026/2009-MINERAÇÃO SANT´ANA DO SAPUCAÍ LTDA-OF. N°5375/2021/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.377/2001-BENEDITO GALVÃO PEREIRA DA SILVA-OF. N°5655/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.606/2003-PORTO DE AREIA LOPES LTDA ME-OF. N°5660/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.361/2003-R B JÚNIOR & CIA LTDA.-OF. N°5663/2021/DFMNM-MG/GER-MG

832.987/2014-JOSÉ ROBERTO BASTOS ME-OF. N°5670/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.853/2009-MINERACAO BEIRA RIO LTDA-OF. N°5677/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.896/2005-MARCOS CEZAR DA SILVA & CIA LTDA ME-OF. N°5679/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.822/1998-PORTO DE AREIA SANTA HELENA LTDA-OF. N°5682/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.209/2008-DOLVANO DE FARIA - FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°5685/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.506/2010-MADEIREIRA BETÂNIA LTDA ME-OF. N°5632/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.920/2007-LUIS GUSTAVO HAMAGUTI-OF. N°5408/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.693/2001-MINERAÇÃO OURENSE LTDA ME-OF. N°5403/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.174/2000-AREIAL E CASA DE COURO SANTO ILARIO LTDA-OF. N°5398/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.820/2008-MARIA LÚCIA MENDONÇA DE ASSIS ME-OF. N°5394/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.572/2015-EDSON LUIZ DA SILVA-OF. N°6210/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.026/2009-MINERAÇÃO SANT´ANA DO SAPUCAÍ LTDA-OF. N°5378/2021/DFMNM-MG/GER-MG
834.304/2010-PEDRO HENRIQUE CAETANO-OF. N°5366/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.249/2010-BENEDITO APARECIDO DA ROSA-OF. N°6214/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.408/2013-VALDEIR LUIZ PEDRO-OF. N°5346/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.496/2013-LEONARDO DE SOUZA REZENDE ME-OF. N°5338/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.664/2013-AGROPECUÁRIA ESTIVENSE LTDA. ME-OF. N°5336/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.934/2014-DALMIR RODRIGUES-OF. N°5331/2021/DFMNM-MG/GER-MG
831.772/2000-AREAL SANTA CLARA LTDA ME-OF. N°5629/2021/DFMNM-MG/GER-MG
833.387/2010-MONTBELO MINERADORA LTDA-OF. N°5529/2021/DFMNM-MG/GER-MG
830.775/2000-MINERACAO SAO FRANCISCO LTDA-OF. N°5533/2021/DFMNM-MG/GER-MG
832.175/2012-AREIAS PORTO VELHO LTDA-OF. N°5622/2021/DFMNM-MG/GER-MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 23/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.956/2019-RM ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.689/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA-OF. N°6040/2021
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
870.612/2017-LUIZ EDUARDO FERNANDEZ LEIRO- Área de 724,48ha para 49,23ha-Areia-Aramari/BA
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
871.077/2016-MINERACAO SANTA INES LTDA -Alvará N°9513/2016
871.316/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1086/2020
871.315/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1085/2020
871.329/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1293/2020
871.328/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1292/2020
871.327/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1291/2020
871.325/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1290/2020
871.324/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°5246/2020
871.323/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1137/2020
871.321/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1091/2020
871.320/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1090/2020
871.319/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1089/2020
871.318/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1088/2020
871.313/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1084/2020
871.311/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1135/2020
871.310/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1083/2020
871.673/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA -Alvará N°98/2020
875.145/2008-TMG SIDERURGIA LTDA -Alvará N°760/2009
875.142/2008-TMG SIDERURGIA LTDA -Alvará N°771/2009
875.141/2008-TMG SIDERURGIA LTDA -Alvará N°785/2009
874.195/2008-MINERADORA BRASIL LTDA -Alvará N°16.959/2008
874.194/2008-MINERADORA BRASIL LTDA -Alvará N°16.960/2008
874.193/2008-MINERADORA BRASIL LTDA -Alvará N°16.956/2008
871.502/2008-ESCALER TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA -Alvará N°11.516/2008
871.121/1992-DIAMANTE BRASIL LTDA. -Alvará N°1.104/1996
871.317/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1087/2020
871.312/2019-VALE DO PARAMIRIM PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°1136/2020
Homologa renúncia parcial da Autorização de Pesquisa(2162)
870.918/2016-MINERAÇÃO SUPREMA LTDA. -Alvará N°9487/2016Área reduzida de 1984,06 para 994,51

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
872.431/2009-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA-OF. N°6492/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.707/2020-ANTONIO FERNANDO DE HOLANDA JUNIOR

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 17/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
861.156/2013-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-AI N°2001/2016
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
860.300/2018-PHAYFER MINÉRIOS DO BRASIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI-TORIXORÉU/MT, BALIZA/GO - Guia n° 29/2021-50.000t-CASCALHO DIAMANTÍFERO-Duração da Guia:01 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
860.005/2020-LEONARDO ALVES MARTINS-BRASÍLIA/DF - Guia n° 32/2021-50.000t-AREIA- Vigência da Guia:03 anos
Homologa renúncia parcial da Autorização de Pesquisa(2162)
860.001/2018-JESSICA LEMES PIRES -Alvará N°5441/2018Área reduzida de 239,37 ha para 35,22 ha
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
860.281/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°7213/2018
860.151/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°6750/2018
860.150/2018-JERIBÁ MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, EXTRAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI -Alvará N°6749/2018
860.066/2018-SERGIO SILVA E SOUZA -Alvará N°2449/2018
860.822/2017-SERGIO SILVA E SOUZA -Alvará N°7554/2017
860.539/2017-MKW MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°7008/2017
860.233/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°3938/2017
860.147/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1402/2017
860.144/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1399/2017
860.141/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1398/2017
860.135/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1395/2017
860.130/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1391/2017
860.125/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1388/2017
860.123/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1386/2017
860.122/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1385/2017
860.121/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1384/2017
860.090/2017-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA -Alvará N°1378/2017
860.084/2017-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA -Alvará N°2467/2017
861.468/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°4450/2017
860.785/2016-SAO BENTO COMERCIAL LTDA ME -Alvará N°2045/2017
860.874/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2044/2017
860.873/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2043/2017
860.872/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2042/2017
860.087/2016-ROSILENE PEREIRA DA COSTA -Alvará N°7153/2016
861.040/2017-NUBIA DE FATIMA DA SILVA -Alvará N°1820/2018
860.875/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2045/2017
860.590/2017-EDSON DA SILVA -Alvará N°3397/2018
860.234/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°4864/2017
860.126/2017-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°1389/2017
860.033/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA. -Alvará N°3547/2017
861.452/2016-EGO AMBIENTAL MEIO AMBIENTE MINERAÇÃO, AGRIMENSURA E SEGURANÇA DO TRABALHO EIREL -Alvará N°2958/2017
861.144/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2234/2017
861.143/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2232/2017
860.381/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°807/2017
861.142/2016-VOTORANTIM CIMENTOS S.A. -Alvará N°2231/2017
861.091/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3536/2017
861.090/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3535/2017
861.089/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3534/2017
861.088/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3533/2017
861.087/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2225/2017
861.086/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3532/2017
861.085/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2224/2017
861.084/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2223/2017
861.083/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2222/2017
861.082/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2221/2017
861.081/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2220/2017
861.080/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3531/2017
861.079/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°3530/2017
861.078/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2219/2017
861.077/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A -Alvará N°2218/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
860.904/2018-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA-Calcário-Faina/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
860.754/2020-RONALDO ALEXSANDER PERIPATO-OF. N°4398/2021/DIREM-GO/ANM
861.062/2016-ALICE MARIA PEREIRA SILVA-OF. N°5559/2021/DIREM-GO/ANM
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.774/2020-DANIEL BASILIO DE OLIVEIRA
860.775/2020-DANIEL BASILIO DE OLIVEIRA
860.776/2020-DANIEL BASILIO DE OLIVEIRA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 23/2021

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.406/2004-PILAR DE GOIAS DESENVOLVIMENTO MINERAL S.A-OF. N°6664/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(2244)
860.873/2001-RS MINERAÇÃO E SANEAMENTO LTDA
declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
860.848/2015-JOSE HUMBERTO DE MENDONÇA
860.241/2017-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME
860.405/2012-MARIA FRANCISCA GONÇALVES NOGUEIRA HERVAL
860.294/2016-NELSON ZENE JÚNIOR
860.293/2016-NELSON ZENE JÚNIOR
860.310/2016-GONÇALVES E ALMEIDA LTDA ME
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
861.542/2013-POLIANE GOMES - PLG Nº 009/2015 de 07/12/2015-Vencimento em 26/09/2021
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
860.171/2013-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°6149/2021
860.767/2015-JM MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°6307/2021
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
861.095/2014-STAFF EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA EIRELLI ME- Registro de Licença N° 61/2016 - Vencimento em Indeterminado
861.761/2013-VANDERLEI FERREIRA DA SILVA- Registro de Licença N° 203/2014 - Vencimento em 18/02/2022
861.262/2013-RONALDO GONÇALVES- Registro de Licença N° 119/2014 - Vencimento em 23/02/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
860.001/1987-FERROGEO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6310/2021
860.280/2007-EMFOL EMPRESA DE MINERACAO FORMOSA LTDA-OF. N°6666/2021
860.195/2012-CENTRO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6671/2021
Despacho publicado(356)

861.109/2012-PEDREIRAS CONTAGEM LTDA-"Demonstrar a cada seis meses, contados desta publicação e até que a Licença Ambiental seja apresentada, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e que tem adotado as medidas necessárias para obtenção da licença ambiental."

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

860.173/2020-LUCILEY ALVES ROSA-Registro de Licença N° 21/2021 - Vencimento em 06/03/2022

860.733/2020-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N° 20/2021 - Vencimento em 14/08/2037

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 4/2021

Não conhece o recurso interposto(1837)

896.374/1996 - Interposto por BRAZ LUIZ BREDA ME.

Fase de Autorização de Pesquisa

Comunicação sobre a retificação de área - (item 14.1 da IN 01/1983) - prazo 10 dias para contestação(2189)

890.422/1994-GRAMIL GRANITOS E MÁRMORES ITAPEMIRIM LTDA

890.559/1991-MINERACAO TRES CORACOES - EIRELI

890.969/1994-DELTA MINERACAO LTDA

896.295/1995-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP

896.238/2009-CAMAR - CAPIXABA MÁRMORES E GRANITOS LTDA

891.083/1994-VALE VERDE MINERACAO LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.109/2018-TRASCOL TRATORES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-OF. N°3665/2021-SEREM-ANM/ES

896.057/2020-GONCALVES SIAS CONSULTORIA PROJETOS E GERENCIAMEN-OF. N°351/2020-SEREM-GER/ES

896.123/2019-EMPRESA DE MINERAÇÃO BARRINHA LTDA . ME.-OF. N°393/2020-SEREM-GER/ES

896.038/2020-GHEPPIO INCORPORACAO SUSTENTAVEL EIRELI-OF. N°350/2020-SEREM-GER/ES

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

896.144/2011-MERY APARECIDA BARBOSA MARTINS COUTINHO-Cessionário:GRANNETO MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 40.392.858/0001-63- Alvará n°6.843/2012

896.067/2017-ALLAN LAMBERTI RONCETE- Cessionário:APARECIDA AUXILIADORA LAMBERTI ME.- CPF ou CNPJ 06.905.697/0001-26- Alvará n°7.478/2017

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

896.062/2018-JOSE ELIAS GAVA-ALVARÁ N°4702/2018

Não conhece requerimento protocolizado(270)

891.236/1994-GRAMIL GRANITOS E MÁRMORES ITAPEMIRIM LTDA

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.215/2017-VICTOR DE PAIVA DIAS NEVES-SERRA/ES - Guia n° 7/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-50.000 t/ano - areia e 12.000 t/ano - conchas calcárias-areia e conchas calcárias- Vigência da Guia:três anos a partir da publicação no Diário Oficial da União

896.149/2018-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA-ECOPORANGA/ES - Guia n° 9/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-granito- Vigência da Guia:três anos a partir da publicação no DOU

Fase de Concessão de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

896.342/2008-F. GRAN GRANITOS LTDA-OF. N°Notificação nº04/2020

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

890.567/1987-AGUA DO POTE LTDA ME- Arrendatária: ÁGUA PEDRA AZUL S/A, Fonte Sagrada Família, marca Água Mineral Natural PuraNatura, embalagem de 20 L(sem gás).- ALFREDO CHAVES/ES

890.229/1981-AGUABRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUAS S A- Fonte Gold II, marca Água Mineral Natural Avita, embalagem de 20 L (sem gás) e Água Mineral Natural PH Life para embalagens de 510 mL e 1,5 L (com e sem gás).- DOMINGOS MARTINS/ES

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

890.567/1987-AGUA DO POTE LTDA ME-OF. N°4367/2021/SEFAM-ES/ANM a ser cumprido pela arrendatária AGUA PEDRA AZUL/SA

890.567/1987-AGUA DO POTE LTDA ME-OF. N°4027/2021-SEREM-ANM/ES (ÁGUA PEDRA AZUL S.A.)

806.814/1971-MICRON ITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°5537/2021 e 5539/2021-SEFAM-ANM/ES

890.041/1986-ÁGUA PEDRA AZUL S A-OF. N°6203/2021-SEFAM-ANM/ES

890.156/1979-AMBOSS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6266/2021-SEFAM-ANM/ES

890.240/1980-IMETAME MONTE SERRAT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6308/2021-SEFAM-ANM/ES

890.014/1978-GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S A.-OF. N°6505/2021-SEFAM-ANM/ES

896.713/2011-JERONIMO BOBBIO EIRELI-OF. N°6170/2021-SEREM-ANM/ES

890.186/1981-POLIEX ACABAMENTOS ESPECIAIS LTDA-OF. N°6208/2021-SEREM-ANM/ES

Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)

004.923/1959-FERROMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- AI N° 511/2000 DOU de 30/10/2000

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

890.014/1978-GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S A.- AI N° 560/2021/GER-ES/SEFAM-ES

Fase de Direito de Requerer a Lavra

declara caduco o direito de requerer a lavra(399)

890.118/1989-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.

Fase de Licenciamento

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

896.459/2011-SABBIA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA- Cessionário:TERRO MINERAÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI.- CNPJ 07.897.063/0001-31- Registro de Licença N° 17/2012- Vencimento da Licença: 29/06/2021

Fase de Requerimento de Lavra

Comunicação sobre a retificação de área - (item 14.1 da IN 01/1983) - prazo 10 dias para contestação(2190)

890.451/1986-DELTA MINERACAO LTDA

890.617/1989-MINERAÇÃO CAFÉ LTDA

896.060/1996-G.L.E. GRANITOS LTDA.

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

890.335/1987-GRAN LEMOS MÁRMORES E GRANITOS LTDA.- ALVARÁ n° 734/1991 - Cessionário: NEVADA MINERAÇÃO LTDAME- CNPJ 28.454.471/0001-99

896.308/2007-MINERACAO HORIZONTE AZUL EIRELI- ALVARÁ n° 5.403/2007 - Cessionário: LIMA DO BRASIL GRANITOS LTDA ME- CNPJ 04.710.387/0001-20

890.089/1989-MINEROCHAS MINERAÇÃO LTDA EPP- Alvará n° 2.821/1993 - Cessionário: SANTO ANTÔNIO GRANITOS LTDA- CNPJ 27.188.739/0001-25

896.453/2000-INBRACAL INDÚSTRIA COMÉRCIO MINERAIS LTDA.- Alvará n° 2.100/2001 - Cessionário: BRAMAGRAN BRASILEIRO MÁRMORE E GRANITO LTDA.- CNPJ 35.989.540/0001-24

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

896.678/2005-RM MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.-OF. N°3987/2021-SEREM-ANM/ES

896.857/2009-GATTI & PEDRONI LTDA ME-OF. N°4603/2021-SEFAM-ANM/ES

896.022/2019-MINERAÇÃO PEDRA AZUL LTDA.-OF. N°6399/2021-SEFAM-ANM/ES

896.607/2003-GRANMATRINGER GRANITOS EIRELI-OF. N°6675/2021-SEFAM-ANM/ES

Despacho publicado(356)

890.389/1989-MINERAÇÃO FISCHER EIREILI-Indefiro o pedido de pesquisa, protocolado em 20/11/2020.

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

896.574/2007- ARGIGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

890.163/1987-GRANSAF - GRANITOS SAO FRANCISCO LTDA-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES, ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 5/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-granito- Vigência da Guia:3 anos a partir da data de publicação no Diário Oficial da União

896.581/2010-ECO-QUIMICA RECURSOS NATURAIS E FOMENTO LTDA.-BAIXO GUANDU/ES - Guia n° 6/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-14.689t/ano-granito- Vigência da Guia:três anos a partir da publicação no Diário Oficial da União

896.588/2004-OFRANTI INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS EIRELI-ALFREDO CHAVES/ES, VARGEM ALTA/ES - Guia n° 4/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-granito- Vigência da Guia:três anos a partir da publicação no Diário Oficial da União

896.226/1999-MINERACAO THOMAZINI LTDA-COLATINA/ES - Guia n° 8/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-granito- Vigência da Guia:três anos a partir data de publicação no DOU

Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)

896.588/2004-OFRANTI INDÚSTRIA DE MÁRMORES E GRANITOS EIRELI- Guia de Utilização N°0010/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

896.127/2018-J. M. CHAGAS ME-Registro de Licença N° 4/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em INDETERMINADO

896.172/2020-LUAN BERGAMIN PINON-Registro de Licença N° 05/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/ES - Vencimento em 08/09/2024

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

896.095/2020-LAZULI MINERADORA LTDA-OF. N°4678/2021-SEFAM-ANM/ES

896.006/2021-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA EPP.-OF. N°4928/2021-SEFAM-ANM/ES

896.224/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL-OF. N°5726/2021-SEFAM-ANM/ES

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

896.582/2014-AREAL CAPIXABA LTDA ME

896.080/2016-AREIA T. FERRARI LTDA

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)

896.399/2014-ARGICAL INDUSTRIA DE ARGILA LTDA ME-OF. N°756/2019-ANM/ES - DOU de 27/08/2019

VIRGILIO CEZAR DE MACEDO MOTA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 9/2021

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

826.394/2012-JULIANE POGIAN BUENO-Arenito, Saibro-Balsa Nova/PR, Campo Largo/PR

826.401/2012-MOYSES LUPION NETO-Areia-Sengés/PR

826.328/2012-AREIAL ROGALSKI LTDA-Areia-Balsa Nova/PR, Porto Amazonas/PR

826.327/2012-AREIAL ROGALSKI LTDA-Areia-Balsa Nova/PR, Porto Amazonas/PR

826.927/2013-KARINA QUERNE DE CARVALHO PASSIG-Água Mineral-Terra Boa/PR

826.170/2014-R. MINAS LTDA.-areia-Antonio Olinto/PR, Lapa/PR

826.459/2014-ANDREIS MINERAÇÃO LTDA-Areia-Porto Rico/PR, Taquarussu/MS

826.238/2014-AREIAL DO VALE LTDA-areia-Paulo Frontin/PR, Canoinhas/SC

826.181/2006-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-AREIA-SÃO MATEUS DO SUL/PARANÁ

826.469/2013-JOÃO MARIA FERNANDES E CIA LTDA-AREIA-SANTANA DO ITARARÉ -PARANÁ/ITAPORANGA- SÃO PAULO

826.510/2014-AREAL QUITANDINHA LTDA-AREIA-QUITANDINHA/PARANÁ

826.213/2014-R. MINAS LTDA.-Areia-Antônio Olinto/PR

826.452/2013-MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA-AREIA-Ponta Grossa/PR

826.361/2014-MINERAÇÃO LITORAL SUL EIRELI-Areia-Pontal do Paraná/PR

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

826.110/2019-POLLI MINERACAO LTDA-OF. N°5540/2021

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

826.796/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA N. S. APARECIDA LTDA. ME- Área de 152,92 ha para 48,19 ha-Areia-São Jerônimo da Serra/PR

826.391/2013-FOGGIATTO & CIA LTDA- Área de 49,66 para 27,60-AREIA-MANOEL RIBAS/PARANÁ

826.362/2014-MINERAÇÃO LITORAL SUL EIRELI- Área de 48,11 ha para 10,57 ha-Areia-Pontal do Paraná/PR

826.867/2014-R. MINAS LTDA.- Área de 92,73 ha para 33,44 ha-Areia-Antônio Olinto/PR, Lapa/PR

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

826.569/2007-CESAR LUIZ CORBELLINI- Cessionário:Caulim do Brasil Ltda- CPF ou CNPJ 39.911.500/0001- 10- Alvará n°10104/2009

826.612/2014-DAVID FERNANDES- Cessionário:G. Motta Fernandes Mineração-CPF ou CNPJ 39.903.401/0001- 97- Alvará n°11084/2014

826.928/2013-FRONTIER MINING DO BRASIL MINERACAO LTDA- Cessionário:8 Brasil Serviços Digitais, Investimentos e Empreendimentos Ltda- CPF ou CNPJ 37.029.412/0001- 64- Alvará n°10094/2014

826.292/2015-SAO JOSE EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-Cessionário:J.Monteiro Serviços Navais Ltda Me- CPF ou CNPJ 10.510.033/0001- 35- Alvará n°7644/2015

826.484/2010-ANTONIO ACIR SEQUINEL- Cessionário:Mineração Costa Ltda.-CPF ou CNPJ 20.998.072/0001- 87- Alvará n°15510/2010

826.216/2016-LUCIO IRAJA FURTADO- Cessionário:R & B Madeiras Ltda- CPF ou CNPJ 22.155.637/0001- 90- Alvará n°7402/2016

826.172/2009-MINERAÇÃO CASTELHANOS LTDA- Cessionário:Csn Cimentos S.A.-CPF ou CNPJ 38.282.487/0001- 15- Alvará n°14270/2009

826.400/2019-RODRIGO OTAVIO RIBAS RINK- Cessionário:Fortaleza Comercio de Areia Eireli- CPF ou CNPJ 36.519.010/0001- 85- Alvará n°1895/2020

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

826.594/2012-MINERAÇÃO MOCELIM LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

826.275/2000-AGUA MINERAL PRATA DA SERRRA EIRELI - EPP- Fonte das Palmeiras, Marca Prata da Serra, embalagens de 1.5L, com e sem gás.- CAMPO LARGO/PR

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

826.157/1990-GRAMAZINI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°6500/2021

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Indefere requerimento de Guia de Utilização(2239)

826.404/2018-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)

826.293/2004-ALICIO MASSAN- Cessionário:Pasm Extração e Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 07.125.199/0001-23- Alvará n°3005/2006

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

826.831/2014-M. T. TORTATO - EIRELI- Registro de Licença N° 43/2014 - Vencimento em 24/07/2022

827.031/2014-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 26/2015 - Vencimento em 04/04/2021

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

826.342/2012-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL OURO VERDE LTDA.-OF. N°5509/2021

826.196/2013-RODOVIARIO BERTOLINO LTDA EPP-OF. N°5242/2021

826.434/2015-ELLO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI ME-OF. N°3728/2021

826.505/2014-ELLO IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI ME-OF. N°4021/2021

826.095/2019-FORTALEZA COMERCIO DE AREIA EIRELI-OF. N°5898/2021

826.207/2017-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°5879/2021

826.518/2015-L.MOREIRA ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°5620/2021

826.385/2019-FORTALEZA COMERCIO DE AREIA EIRELI-OF. N°5932/2021

826.003/2021-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°3134/2021

826.575/2016-MINERADORA E CERAMICA SANTA FÉ LTDA-OF. N°6737/2021

826.590/2015-CHAMA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. ME-OF. N°6858/2021

826.107/2019-MINERAÇÃO TREVO N. A. LTDA - EPP-OF. N°6462/2021

826.717/2009-MINERADORA SANTA ELIZA LTDA-OF. N°6711/2021

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

827.122/2013-ACO MINERAÇÃO LTDA.- Alvará n° 3398/2014 - Cessionário: Itajara Minérios Ltda- CNPJ 78.071.149/0001- 59

827.040/2013-ARENA MINERAÇÃO E ASFALTOS LTDA.- n° s/n - Cessionário: Porto de Areia Por do Sol Ltda- CNPJ 78.071.149/0001- 59

826.388/2007-MINERAÇÃO CASTELHANOS LTDA- Alvará n° 2792/2008 - Cessionário: Csn Cimentos S.a.- CNPJ 38.282.487/0001- 15

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

826.296/2007-MINERAÇÃO TABATINGA LTDA. ME-OF. N°2308/2020-60 (sessenta) dias

826.295/2007-MINERAÇÃO TABATINGA LTDA. ME-OF. N°2307/2020-60 (sessenta) dias

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

826.328/2016-JOSÉ OLIVIR SANTI-Registro de Licença N° 4/2021 - Vencimento em 12/02/2022

826.022/2019-JOÃO THIAGO BERNAL MARTINS-Registro de Licença N° 826022/2019 - Vencimento em 01/09/2023

826.527/2016-MAGALI S. SCHAFRANSKI-Registro de Licença N° 5/2021 - Vencimento em 12/07/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

826.786/2010-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)

826.040/2021-CARLOS HELBEL

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação Nº 13/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Zenize Cavalcanti Meira - 846122/18

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador de Gestão das Receitas

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação Nº 9/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Elisvaldo Rodrigues de Souza - 840259/18

Farol de Mundau Administracao e Participacao Ltda - 840120/19

Guimarães & Souza Mineração e Comércio Ltda me - 840136/19

Josiane Vicente Barbosa - 840029/19

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador de Gestão das Receitas

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação Nº 10/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Ccm Mineração Ltda - 800146/18, 800147/18

Luiz Guilherme Eliano Pinto - 800035/18

Mineração Brachi Ltda - 800016/17

Mineracao Cardeal do Nordeste Ltda - 800514/17

Oceam Mineração Tecnológica Serviços LTDA. - 800181/19, 800182/19

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador de Gestão das Receitas

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 20/2021

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

848.347/2014-M&M CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA- Registro de Licença N° 10/2019 - Vencimento em 31/12/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

848.093/2020-S P CONSTRUCOES, SERVICOS E COMERCIO EIRELI-Registro de Licença N° 7/2021 - Vencimento em INDETERMINADO

848.220/2020-MARIO SÉRGIO VARELA DA CÂMARA-Registro de Licença N° 6/2021 - Vencimento em INDETERMINADO

848.230/2020-HONORIO BARBALHO DE MEIROZ GRILO FILHO-Registro de Licença N° 8/2021 - Vencimento em 16/11/2025

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

DESPACHO
Relação nº 26/2021

Fase de Requerimento de Lavra

Torna sem efeito exigência(560)

848.080/2014-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME-OF. N°22-DOU de 08/06/2020

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação Nº 25/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Amma Mineração Ltda - 848002/20

Joseani do Nascimento Silva - 848147/14

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador de Gestão das Receitas

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação Nº 10/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Rmb Manganês LTDA. - 803064/18, 803065/18

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Gerente Regional

NÚCLEO DE ARRECADAÇÃO E CFEM

DESPACHO
Relação nº 9/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Everton Costa Bispo - 803032/19

ANTONIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador de Gestão das Receitas

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 70/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) da Taxa Anual por Hectare TAH (Art. 2º, XII, b, da Lei nº 13.575/2017;inciso II, do art. 20, do Código de Mineração), no prazo de 10 (dez) dias,sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Amazônia Capital e Participações Ltda, Processo Minerário nº48408.880111/2010-18,Processo de Cobrança nº 48063.980519/2020-17, Notificação Administrativa nº 169/2018 Superintendência DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 15.519,69.

Emerson de Almeida Rodrigues, Processo Minerário nº48408.880099/2013-94, Processo de Cobrança nº 48063.980644/2020-19, Notificação Administrativa nº 87/2019 Gerência Regional ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 3.275,79.

Ismael Vrena, Processo Minerário nº48408.880086/2015-87, Processo de Cobrança nº48063.980665/2020-34,Notificação Administrativa nº111/2016 Superintendência DNPM/AM, Valor Atualizado de R$ 40.535,06.

Jane Ferro, Processo Minerário nº48408.880168/2012-89,Processo de Cobrança nº 48063.980517/2020-10,Notificação Administrativa nº 191/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 42.586,89.

Luiz Carlos Domingues, Processo Minerário nº 48408.880018/2012-75, Processo de Cobrança nº48063.980588/2020-12, Notificação Administrativa nº31/2019 Gerência Regional ANM/AM,Valor Atualizado de R$ 46.032,33.

MFX Participações Ltda, Processo Minerário nº48408.880179/2012-69, Processo de Cobrança nº 48063.980491/2020-18,Notificação Administrativa nº 72/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$42.368,80.

MFX Participações Ltda, Processo Minerário nº48408.880179/2012-69,Processo de Cobrança nº 48063.980493/2020-07,Notificação Administrativa nº 61/2019 Gerência Regional ANM/AM,Valor Atualizado de R$ 41.281,87.

Milena Vieira Freire, Processo Minerário nº48408.880380/2010-84,Processo de Cobrança nº 48063.980521/2020-88,Notificação Administrativa nº 96/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$44.681,61

Milena Vieira Freire, Processo Minerário nº48408.880380/2010-84,Processo de Cobrança nº 48063.980523/2020-77,Notificação Administrativa nº3/2019 Gerência Regional ANM/AM, Valor Atualizado de R$ 43.535,35.

Paulo Carlos de Carli, Processo Minerário nº48408.880192/2013-07,Processo de Cobrança nº 48063.980626/2020-37,Notificação Administrativa nº 95/2016 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 4.115,97.

Pedro Otil Correa,Processo Minerário nº 48408.880261/2012-93, Processo de Cobrança nº 48063.980505/2020-95,Notificação Administrativa nº96/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 34.049,46.

Pedro Otil Correa, Processo Minerário nº 48408.880261/2012-93, Processo de Cobrança nº 48063.980507/2020-84,Notificação Administrativa nº81/2019 Gerência Regional ANM/AM,Valor Atualizado de R$33.175,96.

Solange Aparecida Vidal, Processo Minerário nº48408.880146/2012-19,Processo de Cobrança nº48063.980509/2020-73,Notificação Administrativa nº 34/2017 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 46.227,48.

Vista Serviços e Comércio de Material de Construção Ltda, Processo Minerário nº48408.880330/2010-05, Processo de Cobrança nº 48063.980616/2020-00,Notificação Administrativa nº 171/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 10.603,87.

Vista Serviços e Comércio de Material de Construção Ltda, Processo Minerário nº48408.880472/2011-45,Processo de Cobrança nº 48063.980649/2020-41,Notificação Administrativa nº 177/2018 Superintendência DNPM/AM,Valor Atualizado de R$ 214,62.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 71/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, nº 13.540/2017, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução: Processo de Cobrança Nº: 48419.986012/2019-58, Incorporadora: Empresa Rondônia de Refrigerantes Ltda, CNPJ/CPF: 84.722.420/0001-71, NFLDP Nº: 9/2019, Valor: R$ 531.940,83 (Quinhentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e três centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 76/2021

832013/1997 - Mineração Chaves Ltda. Me - Torna Sem Efeito Notificação Administrativa da Multa (904) - NA 158/2021, publicada no DOU em 20/01/2021| Seção: Página: 59.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 68/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou improcedente a(s) defesa(s) administrativa(s) e o aditamento de defesa administrativa interposto(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. Processo de Cobrança Nº: 48402.920246/2011-61 Titular: Tavares Pinheiro Industrial LTDA CNPJ/CPF: 60.860.277/0001-16 NFLDP Nº: 115/2011 - DNPM/SP Valor: R$ 507.097,05 (Quinhentos e Sete Mil e Noventa e Sete Reais e Cinco Centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 145, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.201845/2021-00, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 34.307.295/0001-65, autorizada a exercer a atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 272, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO PARIGI LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.575.284/0001-60, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48620.000601/2018-89.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 273, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e no art. 41, II, j, da Resolução ANP nº 58/2014, com fundamento no que consta no Processo nº 48620.001560/2014-14, torna pública a revogação do Despacho nº 123/2000, que outorgava autorização para o exercício a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos à sociedade FLORIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.783/0001-86.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 274, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/DF0209709 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.348.467/0002-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202648/2019-85.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 275, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/RS0008566 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a VILSON ANTONIO PAIM, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.480.327/0001-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209415/2019-11.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 276, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GO0004238 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente EDINALDO SANTOS SOUZA, com inscrição no CNPJ sob o nº 07.175.246/0001-43, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209258/2019-36.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 277, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GO0236360 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a MARTA MARIA DA SILVA DISTRIBUIDORA ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 19.924.082/0001-99, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209340/2019-61.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 278, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº PR/PE0010928 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao SETE COLINAS COMBUSTIVEIS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 04.214.720/0001-00, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.211318/2019-81.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 279, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MT0207860	ANA VIVIAN DA SILVA MIRANDA DA COSTA	31.334.621/0002-16	48610.001427/2021-14
PR/GO0207831	AUTO POSTO LAGO DOS TIGRES LTDA	39.973.354/0001-58	48610.000874/2021-48
PR/PA0207827	AUTO POSTO RANI LTDA	36.680.402/0002-02	48610.001351/2021-19
PR/DF0207858	AUTO POSTO VIA ESTRUTURAL LTDA	23.597.031/0003-39	48610.001415/2021-81
PR/SP0207832	AUTO POSTO VILA MANZINI LTDA	32.462.610/0001-01	48610.001494/2021-21
PR/MA0207859	B DA S FREITAS LTDA	36.516.108/0001-89	48610.001424/2021-72
PR/MA0207824	C O DA SILVA MELO & CIA LTDA	22.105.176/0003-02	48610.000966/2021-28
PR/PR0207857	COSTA PREMIUM AUTO POSTO LTDA	37.020.089/0001-68	48610.003309/2020-51
PR/MA0207828	LIMA PETROLEO LTDA	37.928.032/0001-61	48610.000971/2021-31
PR/SP0207830	L.S.F. AUTTO POSTO LTDA	05.137.945/0001-73	48610.003437/2019-61
PR/MG0207826	POSTO CAFE 60 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	36.989.638/0001-44	48610.001003/2021-41
PR/RS0207856	POSTO DE COMBUSTIVEIS CENTRAL EIRELI	35.131.081/0001-43	48610.000347/2021-33
PR/CE0207825	POSTO DE COMBUSTIVEIS MENDES DE CROATA EIRELI	40.810.736/0001-40	48610.001292/2021-89
PR/SP0207829	POSTO SOL DA DUTRA LTDA.	06.012.414/0007-02	48610.000882/2021-94

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 280, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMT0371442	ADEMIR SALESIO BACK	12.954.189/0002-11	48610.001344/2021-17
GLPSP0371465	ADIRLEI ALVES RODRIGUES - GAS	31.288.521/0001-10	48610.000681/2019-72
GLPBA0371408	ALPHAGAS COMERCIO VAREJISTA DE GLP EIRELI	38.045.917/0001-85	48610.001331/2021-48
GLPMG0371450	ANA MARIA LOPES CRUZ	37.524.481/0001-44	48610.007227/2020-86
GLPMA0371420	D DE J MIRANDA DO NASCIMENTO	37.597.990/0001-05	48610.006470/2020-87
GLPSC0371452	DISK LIGEIRINHO BEBIDAS LTDA	40.516.719/0002-85	48610.001350/2021-74
GLPRJ0371463	DONA GAS REVENDA DE GLP LTDA	34.565.106/0001-54	48610.001274/2021-05
GLPES0371410	EFATA GAS, AGUA E SERVICOS LTDA	38.636.696/0001-10	48610.001333/2021-37
GLPMS0371458	EVERTON CORREA DA ROSA	40.257.934/0001-28	48610.001366/2021-87
GLPSP0371414	FELABI DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	37.817.241/0001-38	48610.001337/2021-15
GLPBA0371418	FERRAGENS MUTUIPENSE LIMITADA	14.840.714/0002-01	48610.000664/2021-50
GLPGO0371471	GLENDER MENDES MOREIRA GONCALVES	37.517.176/0001-25	48610.001246/2021-80
GLPMG0371460	HADEMILTON GOMES MONTEIRO	40.146.668/0001-66	48610.001120/2021-13
GLPSC0371416	ITAPOA GAS LTDA	15.147.088/0001-46	48610.001189/2021-39
GLPAL0371467	J. A. DE OLIVEIRA ALMEIDA	19.309.758/0002-15	48610.000594/2021-30
GLPAC0371456	J. P. DA SILVA MERCANTIL	24.916.205/0002-60	48610.001352/2021-63
GLPMA0371386	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0011-37	48610.005075/2020-87
GLPTO0371440	M A B FERREIRA	40.291.295/0001-17	48610.001267/2021-03
GLPBA0371448	MANOEL BRITO GONCALVES DE LUCAIA	00.883.419/0001-39	48610.001348/2021-03
GLPPB0371436	MARCELO SILVA SOARES - LAGOS BRASIL GAS	39.555.125/0001-13	48610.001252/2021-37
GLPPA0371434	MILENIUM COMERCIO VAREJISTA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO EIRELI	10.567.145/0001-22	48610.001164/2021-35
GLPRO0371438	NORTE GAS COM VAREJISTA DE GAS E BEBIDAS EIRELI	36.126.649/0001-09	48610.001342/2021-28
GLPSP0371473	PTS MAGALHAES	40.217.807/0001-03	48610.001243/2021-46
GLPPB0371422	REBECA MARIA GOMES DE ANDRADE	39.809.130/0001-05	48610.000840/2021-53
GLPRJ0371454	RNC COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	28.491.910/0001-33	48610.006866/2020-24
GLPSP0371383	SENNA GAS E BEBIDAS LTDA.	36.456.752/0001-09	48610.004290/2020-61
GLPMG0371444	SERGIO APARECIDO DO NASCIMENTO	39.413.020/0001-20	48610.001345/2021-61
GLPRO0371469	V. F. DOS SANTOS COMERCIO DE GAS E AGUA	35.805.961/0001-58	48610.000773/2021-77
GLPPR0371412	VAIS & JUSTINA LTDA	27.954.090/0001-06	48610.001334/2021-81
GLPPB0371446	WAMBERTO THIAGO DO NASCIMENTO FREITAS	23.757.431/0001-00	48610.001178/2021-59

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 281, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26/04/2019, torna público o cancelamento da autorização SDL-ANP nº 258, de 28/05/2012, por força do prazo estipulado em seu seu Art. 3º.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 146, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso II do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.203893/2020-43, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da FS AGRISOLUTIONS INDÚSTRIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ nº 20.003.699/0002-31, com capacidade de produção de 1.970 m³/d de etanol hidratado e de 1.825 m³/d de etanol anidro, conforme restrição imposta pelo órgão ambiental, localizada na Rodovia BR 163, km 768, Pista Sul, Zona Rural, Sorriso - MT, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 94, de 19/02/2020, publicada no DOU de 20/02/2020.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 826, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 19/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.014499/2016-10 (2016.01.76027), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JEOVÁ SILVA DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 977.574.112-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 827, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 20/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.027945/2016-56 (2016.01.76230), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUCIENE ALVES RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº 731.081.892-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 828, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 18/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.035658/2016-10 (2016.01.76331), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA ZILMA DE FREITAS RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº 735.045.802-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 829, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 14/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.044343/2016-63 (2016.01.76407), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EUDINELIA CÂMARA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 364.952.552-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 830, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 10/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000983/2016-61 (2016.01.75839), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSILENE LIMA MAGALHÃES, inscrita no CPF sob o nº 462.979.792-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 831, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 9/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.000972/2016-81 (2016.01.75819), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CELIO PEREIRA DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 576.704.802-97.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 832, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 11/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.004421/2016-97 (2016.01.75878), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por BRASILINA SILVA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 659.721.552-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 833, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 162/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.050935/2017-03 (2017.01.77423), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELIVALDO FERREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 387.171.661-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 834, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 161/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.050939/2017-83 (2017.01.77422), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DO SOCORRO PEREIRA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 695.296.802-44.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 835, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 160/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.027935/2016-11 (2016.01.76189), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDNA MARIA VIEIRA DA SILVA DAMAS, inscrita no CPF sob o nº 367.612.222-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 836, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 139/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.008168/2015-60 (2015.01.74744), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADERIVAN AIRES DE SOUSA, inscrito no CPF sob o nº 363.679.232-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 837, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 138/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74041, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MILTON PORTO DO CARMO, inscrito no CPF sob o nº 141.394.562-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 838, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 135/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034397/2017-00 (2017.01.77293), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o nº 700.472.432-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 839, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 134/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.037199/2017-90 (2017.01.77258), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIANO FARIAS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 245.497.382-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 840, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 133/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.048794/2016-70 (2016.01.76519), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSENI SOARES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 237.796.402-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 841, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 70/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042149/2018-13 (2018.01.78155), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DALIA CABRAL, inscrita no CPF sob o nº 800.859.971-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 842, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 132/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034390/2017-80 (2017.01.77282), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CICERO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 963.576.302-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 843, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 72/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042204/2018-67 (2018.01.78149), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO COELHO MATOS, inscrito no CPF sob o nº 180.115.782-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 844, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 45/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.048689/2018-01 (2018.01.78289), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DE FÁTIMA ALENCAR, inscrita no CPF sob o nº 072.855.902-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 845, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 68/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042121/2018-78 (2018.01.78139), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIO CABRAL PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 370.816.592-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 846, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 66/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042112/2018-87 (2018.01.78158), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SEBASTIANA BARROS AZEVEDO, inscrita no CPF sob o nº 895.523.342-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 847, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 64/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042128/2018-90 (2018.01.78143), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SIRLAN MARTINS DE SOUZA GOMES, inscrito no CPF sob o nº 792.158.232-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 848, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 53/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042126/2018-09 (2018.01.78142), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DELMIR MARTINS DE SOUZA GOMES, inscrito no CPF sob o nº 795.966.302-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 849, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 47/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.048675/2018-89 (2018.01.78292), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA ANÁLIA DE SOUSA MARQUES, inscrita no CPF sob o nº 563.957.875-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 850, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 105/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034337/2015-17 (2015.01.75376), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO FEBRONIO DE OLIVEIRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 575.751.931-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 851, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 106/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.034387/2015-02 (2015.01.75425), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MILENA MARIA SILVEIRA SANTOS TRINDADE, inscrita no CPF sob o nº 365.323.712-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 852, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 58/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.042104/2018-31 (2018.01.78156), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DEUSINA PAZ DOS SANTOS SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 895.598.272-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 853, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 5/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.027878/2016-70 (2016.01.76182), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 173.686.002-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 854, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 104/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72777, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA HELENA FEITOSA, inscrita no CPF sob o nº 665.954.442-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 855, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 8/2021/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72906, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GEORGIANA SOUZA LIMA, inscrita no CPF sob o nº 637.731.802-25.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 445, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Restabelece o repasse de recurso financeiro referente ao custeio da habilitação de Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Três Lagoas (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.662, de 13 de agosto de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Municipal de Três Lagoas (MS);

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.711, de 22 de dezembro de 2020, que suspende o repasse de recurso financeiro referente à Habilitação em custeio das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas;

Considerando o Relatório de Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) nº 16.567; e

Considerando a documentação enviada pelo Município de Três Lagoas (MS), a avalição e comprovação de pendências sanadas conforme descrito no Parecer Técnico nº 110/2021 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do Processo NUP-SEI nº 25000.170323/2020-42, resolve:

Art. 1º Fica restabelecido o repasse de recurso financeiro referente ao custeio da habilitação das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Central de Regulação das Urgências (CRU), do Município de Três Lagoas (MS), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores que constam do Anexo a esta Portaria foram especificados e atualizados conforme incisos I a VIII do art. 923, Seção VII, Capítulo II, Título VIII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre incentivos financeiros de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para o restabelecimento, regular e automático, do montante constante do Anexo desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Três Lagoas (MS), IBGE 500830.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	DESCRIÇÃO	PORTARIA HABILITAÇÃO EM CUSTEIO	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO (ANUAL R$)	INCREMENTO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO EM 2013 (ANUAL R$)	TOTAL DO REPASSE A SER RESTABELECIDO (ANUAL R$)
500830	MS	TRÊS LAGOAS	6960553	MUNICIPAL	USA	PORTARIA GM/MS Nº 1.662, DE 13 DE AGOSTO DE 2008	330.000,00	132.000,00	462.000,00
			6965717		USB		150.000,00	7.500,00	157.500,00
			6961428		USB		150.000,00	7.500,00	157.500,00
TOTAL							630.000,00	147.000,00	777.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 448, DE 12 MARÇO DE 2021

Suspende temporariamente, por um mês, a transferência de recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados e Municípios, destinados ao custeio de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e Equipes Multiprofissionais de Apoio (Programa Melhor em Casa).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 761, de 8 de julho de 2013, que estabelece normas para o cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que define a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.654, de 17 de dezembro de 2019; Portaria nº 2.586/GM/MS, de 21 de agosto de 2018, Portaria GM/MS nº 3.438, 29 de dezembro de 2016, que habilita Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados e Municípios;

Considerando a ocorrência de descumprimento das Portarias de Consolidação mencionadas, no que tange ao cadastramento das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) ou à alimentação de dados de produção das equipes no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), e

Considerando o Parecer Técnico nº 391/2021-CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.027871/2021-34, resolve:

Art. 1º Fica suspensa temporariamente, por um mês, a transferência de recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) dos Estados e Municípios, destinados ao custeio de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAD e EMAP) - Programa Melhor em Casa, conforme Anexos I e II a esta Portaria.

§ 1º O Distrito Federal e os municípios descritos no Anexo I terão a suspensão da transferência dos recursos, por um mês, em função de ausência de cadastro no SCNES.

§ 2º Os municípios descritos no Anexo II terão a suspensão da transferência dos recursos, por um mês, em função de ausência de envio de produção para o SISAB por três meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I - MÊS SEM CADASTRO NO SCNES: DEZEMBRO DE 2020

UF	IBGE	Município	Proponente	EMAD I	EMAD II	EMAP	Valor EMAD I	Valor EMAD II	Valor EMAP	Valor total suspenso
AL	270230	CORURIPE	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
AP	160030	MACAPA	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
CE	230020	ACARAU	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
CE	230440	FORTALEZA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
DF	530000	BRASILIA	Estadual	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
ES	320520	VILA VELHA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
GO	522045	SENADOR CANEDO	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
GO	520330	BELA VISTA DE GOIAS	Municipal	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
MG	314520	NOVA SERRANA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
MT	510760	RONDONOPOLIS	Municipal	2	0	1	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 106.000,00
PE	260210	BOM CONSELHO	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
RJ	330070	CABO FRIO	Municipal	2	0	1	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 106.000,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	Municipal	5	0	2	R$ 250.000,00	R$ 0,00	R$ 12.000,00	R$ 262.000,00
RJ	330395	PINHEIRAL	Municipal	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
SP	351500	EMBU DAS ARTES	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
SP	351620	FRANCA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	351880	GUARULHOS	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	352500	JANDIRA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	Municipal	6	0	2	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 12.000,00	R$ 312.000,00
SP	355030	SAO PAULO	Municipal	2	0	0	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00
SP	355060	SAO ROQUE	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
SP	355250	SUZANO	Municipal	2	0	0	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00
SP	355410	TAUBATE	Municipal	2	0	0	R$ 100.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 100.000,00
SP	355450	TIETE	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
TO	170950	GURUPI	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
TOTAL							R$ 1.850.000,00	R$ 68.000,00	R$ 90.000,00	R$ 2.008.000,00

ANEXO II - Meses sem dados no SISAB: outubro, novembro e dezembro de 2020

UF	IBGE	Município	Proponente	EMAD I	EMAD II	EMAP	Valor EMAD I	Valor EMAD II	Valor EMAP	Valor total suspenso
BA	292060	MARAGOGIPE	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
GO	522020	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	Municipal	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
MG	311230	CAPELINHA	Municipal	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
PE	261300	SAO BENTO DO UNA	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
PR	410840	FRANCISCO BELTRAO	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
RJ	330350	NOVA IGUACU	Municipal	8	0	3	R$ 400.000,00	R$ 0,00	R$ 18.000,00	R$ 418.000,00
RJ	330370	PARAIBA DO SUL	Municipal	1	0	0	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 50.000,00
RO	110002	ARIQUEMES	Municipal	1	0	1	R$ 50.000,00	R$ 0,00	R$ 6.000,00	R$ 56.000,00
SE	280360	LARANJEIRAS	Municipal	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
SP	350660	BIRITIBA-MIRIM	Municipal	0	1	1	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 6.000,00	R$ 40.000,00
SP	351750	GUAPIACU	Municipal	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
SP	352040	ILHABELA	Municipal	0	1	0	R$ 0,00	R$ 34.000,00	R$ 0,00	R$ 34.000,00
TOTAL								R$ 204.000,00	R$ 42.000,00	R$ 896.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 450, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo da Central de Regulação das Urgências (CRU) Foz do Iguaçu (Fronteira) e das Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Paraná e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.980, de 25 de agosto de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) do Município de Foz do Iguaçu (PR);

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.741, de 17 de agosto de 2012, que redefine o limite financeiro anual dos recursos destinado ao incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências e Habilita Unidades de Suporte Básico e Avançado a receber recursos de custeio destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional Foz do Iguaçu (PR) e autoriza a transferência de custeio aos Fundos Municipais de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.111, de 28 de dezembro de 2012, que qualifica Unidades de Suporte Básico, Avançado e Motolância, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) dos Municípios de Foz do Iguaçu (PR), Medianeira (PR), Matelândia (PR), Missal (PR), Santa Teresinha de Itaipu (PR) e São Miguel do Iguaçu (PR) a Central de Regulação Médica das Urgências de Foz do Iguaçu (PR) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.165, de 16 de junho de 2016, que atualiza os registros no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das Centrais de Regulação das Urgências (CRU) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.732, de 16 de dezembro de 2016, que atualiza os registros no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), das Unidades Móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.545, de 29 de setembro de 2017, que habilita o Município de Foz do Iguaçu (PR) a receber incentivo financeiro de custeio, referente a Motolância para a Base Descentralizada, pertencente a Central de Regulação das Urgências (CRU), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Município;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.044, de 5 de julho de 2018, que suspende o repasse do recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.574, de 20 de agosto de 2018, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.391, de 19 de outubro de 2018, que restabelece a transferência mensal de recursos financeiros para o custeio mensal de Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando documentação apresentada pelos Municípios através de Propostas SAIPS, a correspondente avaliação e aprovação da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS através do Parecer Técnico nº 1105/2020, constante do NUP-SEI nº 25000.222481/2012-85, resolve:

Art. 1º Fica renovada a qualificação da Central de Regulação das Urgências (CRU) Foz do Iguaçu (Fronteira) e Unidades Móveis destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), dos Municípios conforme Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos, conforme art. 928, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica especificada a composição do incentivo da Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis, conforme Anexo II a esta Portaria.

Parágrafo único. O desmembramento do incentivo em valores específicos para a habilitação e para a qualificação das mencionadas unidades, não acarreta impacto nos limites financeiros de Média e Alta Complexidade do estado e municípios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	DESCRIÇÃO	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO (ANUAL R$)
410830	PR	FOZ DO IGUAÇU	6942792	CRU	MUNICIPAL	130356	PORTARIA Nº 3.111/GM/MS, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	207.858,00
			6028950	USA					116.652,00
			6999565	USA					116.652,00
			6999581	USB					105.528,00
			6968805	USB					105.528,00
			6999573	USB					105.528,00
			6968813	USB					105.528,00
			6968279	USB					105.528,00
			6999603	Moto					0,00
411560		MATELÂNDIA	7027001	USB		129395			105.528,00
411580		MEDIANEIRA	7035543	USA		130294			116.652,00
			7046790	USB		129263			105.528,00
411605		MISSAL	7001223	USB		129162			105.528,00
412405		SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	7027516	USB		131334			105.528,00
412570		SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	7046898	USB		134483			105.528,00
TOTAL									**1.613.094,00**

ANEXO II

IBGE	UF	MUNICÍPIO	CNES	DESCRIÇÃO	GESTÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO HABILITAÇÃO	CÓDIGO DE INCENTIVO QUALIFICAÇÃO	INCENTIVO FINANCEIRO DE HABILITAÇÃO (ANUAL R$)	INCENTIVO FINANCEIRO DE QUALIFICAÇÃO (ANUAL R$)	TOTAL (ANUAL R$)
410830	PR	FOZ DO IGUAÇU	6942792	CRU	MUNICIPAL	82.45 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGENCIAS SAMU 192	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	823.200,00	207.858,00	1.031.058,00
			6028950	USA		82.49 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USA SAMU 192		462.000,00	116.652,00	578.652,00
			6999565	USA				462.000,00	116.652,00	578.652,00
			6999581	USB		82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB SAMU 192		157.500,00	105.528,00	263.028,00
			6968805	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
			6999573	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
			6968813	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
			6968279	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
			6999603	Moto		82.48 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MOTOLANCIA SAMU 192		84.000,00	0,00	84.000,00
			9143327	Moto			---	84.000,00	0,00	84.000,00
411560		MATELÂNDIA	7027001	USB		82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB SAMU 192	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS SAMU 192 E UNIDADES MÓVEIS QUALIFICADAS	157.500,00	105.528,00	263.028,00
411580		MEDIANEIRA	7035543	USA		82.49 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USA SAMU 192		462.000,00	116.652,00	578.652,00
			7046790	USB		82.50 - UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR USB SAMU 192		157.500,00	105.528,00	263.028,00
411605		MISSAL	7001223	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
412405		SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	7027516	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
412570		SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	7046898	USB				157.500,00	105.528,00	263.028,00
TOTAL								3.952.200,00	1.613.094,00	5.565.294,00

PORTARIA GM/MS Nº 455, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Altera o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referente a municípios do Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; da Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004; da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008; e da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.193, de 9 de dezembro de 2019, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 2017, para dispor sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Deliberação CIB/BA nº 152, de 12 de setembro de 2020, que aprova as normas para execução do financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Estado da Bahia, resolve:

Art. 1º Alterar o repasse dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), a partir da 4ª parcela de 2021, considerando:

I- Para todos os 417 Municípios do Estado da Bahia constantes no Anexo I, o recurso financeiro federal do CBAF deverá ser repassado pelo Fundo Nacional de Saúde diretamente aos respectivos Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos), conforme classificação dos municípios nos seguintes grupos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM):

a) Muito baixo desenvolvimento humano municipal: R$ 6,05 (seis reais e cinco centavos) por habitante/ano;

b) Baixo desenvolvimento humano municipal: R$ 6,00 (seis reais) por habitante/ano;

c) Médio desenvolvimento humano municipal: R$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos) por habitante/ano;

d) Alto desenvolvimento humano municipal: R$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos) por habitante/ano; e,

e) Muito alto desenvolvimento humano municipal: R$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) por habitante/ano.

Art. 2° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.5017.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

REPASSE AOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

MUNICÍPIOS
ABAÍRA
ABARÉ
ACAJUTIBA
ADUSTINA
ÁGUA FRIA
AIQUARA
ALAGOINHAS
ALCOBAÇA
ALMADINA
AMARGOSA
AMÉLIA RODRIGUES
AMÉRICA DOURADA
ANAGÉ
ANDARAÍ
ANDORINHA
ANGICAL
ANGUERA
ANTAS
ANTÔNIO CARDOSO
ANTÔNIO GONÇALVES
APORÁ
APUAREMA
ARAÇAS
ARACATU
ARACI
ARAMARI
ARATACA
ARATUÍPE
AURELINO LEAL
BAIANÓPOLIS
BAIXA GRANDE
BANZAÊ
BARRA
BARRA DA ESTIVA
BARRA DO CHOÇA
BARRA DO MENDES
BARRA DO ROCHA
BARREIRAS
BARRO ALTO
BARRO PRETO
BARROCAS
BELMONTE
BELO CAMPO
BIRITINGA
BOA NOVA
BOA VISTA DO TUPIM
BOM JESUS DA LAPA
BOM JESUS DA SERRA
BONINAL
BONITO
BOQUIRA
BOTUPORÃ
BREJÕES
BREJOLÂNDIA
BROTAS DE MACAÚBAS
BRUMADO
BUERAREMA
BURITIRAMA
CAATIBA
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU
CACHOEIRA
CACULÉ
CAÉM
CAETANOS
CAETITÉ
CAFARNAUM
CAIRU
CALDEIRÃO GRANDE
CAMACAN
CAMAÇARI
CAMAMU
CAMPO ALEGRE DE LOURDES
CAMPO FORMOSO
CANÁPOLIS
CANARANA
CANAVIEIRAS
CANDEAL
CANDEIAS
CANDIBA
CÂNDIDO SALES
CANSANÇÃO
CANUDOS
CAPELA DO ALTO ALEGRE
CAPIM GROSSO
CARAÍBAS
CARAVELAS
CARDEAL DA SILVA
CARINHANHA
CASA NOVA
CASTRO ALVES
CATOLÂNDIA
CATU
CATURAMA
CENTRAL
CHORROCHÓ
CÍCERO DANTAS
CIPÓ
COARACI
COCOS
CONCEIÇÃO DA FEIRA
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA
CONCEIÇÃO DO COITÉ
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE
CONDE
CONDEÚBA
CONTENDAS DO SINCORÁ
CORAÇÃO DE MARIA
CORDEIROS
CORIBE
CORONEL JOÃO SÁ
CORRENTINA
COTEGIPE
CRAVOLÂNDIA
CRISÓPOLIS
CRISTÓPOLIS
CRUZ DAS ALMAS
CURAÇÁ
DÁRIO MEIRA
DIAS D'ÁVILA
DOM BASÍLIO
DOM MACEDO COSTA
ELÍSIO MEDRADO
ENCRUZILHADA
ENTRE RIOS
ÉRICO CARDOSO
ESPLANADA
EUCLIDES DA CUNHA
EUNÁPOLIS
FÁTIMA
FEIRA DA MATA
FEIRA DE SANTANA
FILADÉLFIA
FIRMINO ALVES
FLORESTA AZUL
FORMOSA DO RIO PRETO
GANDU
GAVIÃO
GENTIO DO OURO
GLÓRIA
GONGOGI
GOVERNADOR MANGABEIRA

GUAJERU
GUANAMBI
GUARATINGA
HELIÓPOLIS
IAÇU
IBIASSUCÊ
IBICARAÍ
IBICOARA
IBICUÍ
IBIPEBA
IBIPITANGA
IBIQUERA
IBIRAPITANGA
IBIRAPUÃ
IBIRATAIA
IBITIARA
IBITITÁ
IBOTIRAMA
ICHU
IGAPORÃ
IGRAPIÚNA
IGUAÍ
ILHÉUS
INHAMBUPE
IPECAETÁ
IPIAÚ
IPIRÁ
IPUPIARA
IRAJUBA
IRAMAIA
IRAQUARA
IRARÁ
IRECÊ
ITABELA
ITABERABA
ITABUNA
ITACARÉ
ITAETÉ
ITAGI
ITAGIBÁ
ITAGIMIRIM
ITAGUAÇU DA BAHIA
ITAJU DO COLÔNIA
ITAJUÍPE
ITAMARAJU
ITAMARI
ITAMBÉ
ITANAGRA
ITANHÉM
ITAPARICA
ITAPÉ
ITAPEBI
ITAPETINGA
ITAPICURU
ITAPITANGA
ITAQUARA
ITARANTIM
ITATIM
ITIRUÇU
ITIÚBA
ITORORÓ
ITUAÇU
ITUBERÁ
IUIÚ
JABORANDI
JACARACI
JACOBINA
JAGUAQUARA
JAGUARARI
JAGUARIPE
JANDAÍRA
JEQUIÉ
JEREMOABO
JIQUIRIÇÁ
JITAÚNA
JOÃO DOURADO
JUAZEIRO
JUCURUÇU
JUSSARA
JUSSARI
JUSSIAPE
LAFAIETE COUTINHO
LAGOA REAL
LAJE
LAJEDÃO
LAJEDINHO
LAJEDO DO TABOCAL
LAMARÃO
LAPÃO
LAURO DE FREITAS
LENÇÓIS
LICÍNIO DE ALMEIDA
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
MACAJUBA
MACARANI
MACAÚBAS
MACURURÉ
MADRE DE DEUS
MAETINGA
MAIQUINIQUE
MAIRI
MALHADA
MALHADA DE PEDRAS
MANOEL VITORINO
MANSIDÃO
MARACÁS
MARAGOGIPE
MARAÚ
MARCIONÍLIO SOUZA
MASCOTE
MATA DE SÃO JOÃO
MATINA
MEDEIROS NETO
MIGUEL CALMON
MILAGRES
MIRANGABA
MIRANTE
MONTE SANTO
MORPARÁ
MORRO DO CHAPÉU
MORTUGABA
MUCUGÊ
MUCURI
MULUNGU DO MORRO
MUNDO NOVO
MUNIZ FERREIRA
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO
MURITIBA
MUTUÍPE
NAZARÉ
NILO PEÇANHA
NORDESTINA
NOVA CANAÃ
NOVA FÁTIMA
NOVA IBIÁ
NOVA ITARANA
NOVA REDENÇÃO
NOVA SOURE
NOVA VIÇOSA
NOVO HORIZONTE
NOVO TRIUNFO
OLINDINA
OLIVEIRA DOS BREJINHOS
OURIÇANGAS
OUROLÂNDIA
PALMAS DE MONTE ALTO
PALMEIRAS
PARAMIRIM
PARATINGA
PARIPIRANGA
PAU BRASIL
PAULO AFONSO
PÉ DE SERRA
PEDRÃO
PEDRO ALEXANDRE
PIATÃ
PILÃO ARCADO
PINDAÍ
PINDOBAÇU
PINTADAS
PIRAÍ DO NORTE
PIRIPÁ
PIRITIBA
PLANALTINO
PLANALTO
POÇÕES
POJUCA
PONTO NOVO
PORTO SEGURO
POTIRAGUÁ
PRADO
PRESIDENTE DUTRA
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS
PRESIDENTE TANCREDO NEVES
QUEIMADAS
QUIJINGUE
QUIXABEIRA
RAFAEL JAMBEIRO
REMANSO
RETIROLÂNDIA
RIACHÃO DAS NEVES
RIACHÃO DO JACUÍPE
RIACHO DE SANTANA
RIBEIRA DO AMPARO
RIBEIRA DO POMBAL
RIBEIRÃO DO LARGO
RIO DE CONTAS
RIO DO ANTÔNIO
RIO DO PIRES
RIO REAL
RODELAS
RUY BARBOSA
SALINAS DA MARGARIDA
SALVADOR
SANTA BÁRBARA
SANTA BRÍGIDA
SANTA CRUZ CABRÁLIA
SANTA CRUZ DA VITÓRIA
SANTA INÊS
SANTA LUZIA
SANTA MARIA DA VITÓRIA
SANTA RITA DE CÁSSIA
SANTA TERESINHA

SANTALUZ
SANTANA
SANTANÓPOLIS
SANTO AMARO
SANTO ANTÔNIO DE JESUS
SANTO ESTÊVÃO
SÃO DESIDÉRIO
SÃO DOMINGOS
SÃO FELIPE
SÃO FÉLIX
SÃO FÉLIX DO CORIBE
SÃO FRANCISCO DO CONDE
SÃO GABRIEL
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS
SÃO JOSÉ DA VITÓRIA
SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
SÃO MIGUEL DAS MATAS
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
SAPEAÇU
SÁTIRO DIAS
SAUBARA
SAÚDE
SEABRA
SEBASTIÃO LARANJEIRAS
SENHOR DO BONFIM
SENTO SÉ
SERRA DO RAMALHO
SERRA DOURADA
SERRA PRETA
SERRINHA
SERROLÂNDIA
SIMÕES FILHO
SÍTIO DO MATO
SÍTIO DO QUINTO
SOBRADINHO
SOUTO SOARES
TABOCAS DO BREJO VELHO
TANHAÇU
TANQUE NOVO
TANQUINHO
TAPEROÁ
TAPIRAMUTÁ
TEIXEIRA DE FREITAS
TEODORO SAMPAIO
TEOFILÂNDIA
TEOLÂNDIA
TERRA NOVA
TREMEDAL
TUCANO
UAUÁ
UBAÍRA
UBAITABA
UBATÃ
UIBAÍ
UMBURANAS
UNA
URANDI
URUÇUCA
UTINGA
VALENÇA
VALENTE
VÁRZEA DA ROÇA
VÁRZEA DO POÇO
VÁRZEA NOVA
VARZEDO
VERA CRUZ
VEREDA
VITÓRIA DA CONQUISTA
WAGNER
WANDERLEY
WENCESLAU GUIMARÃES
XIQUE-XIQUE

PORTARIA GM/MS Nº 456, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Altera a gestão do Laboratório Regional de Próteses Dentárias (LRPD) do município de Porto Nacional (TO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 692, de 21 de março de 2018, art.1º, § 2°, os incentivos relativos aos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e aos Laboratórios Regionais de Próteses (LRPD), a partir de janeiro de 2018, passaram a ser financiados com recursos da Atenção Básica, resolve:

Art.1º Fica alterado, para gestão municipal, a partir da parcela 09 de 2019, a transferências do recurso financeiro destinado ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Porto Nacional (TO) conforme Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da parcela setembro de 2019.

EDUARDO PAZZUELO

ANEXO

ALTERAÇÃO PARA A GESTÃO MUNICIPAL DO VALOR CORRESPONDENTE AO LRPD

UF	IBGE	Município	Portaria de Habilitação	Gestão	Valor Anual (R$)
TO	171820	Porto Nacional	Portaria nº 2375, de 07, de outubro de 2009.	Municipal	R$ 90.000,00
			Portaria nº 1.172, de 19, de maio de 2011.	Municipal	
			Portaria nº 1.825, de 24 de agosto de 2012.	Municipal	
			Portaria nº 3.549, de 31 de outubro de 2018.	Municipal	

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 402, de 8 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 49, Seção 1, pág. 111, onde se lê "R$ 10.000,00 (dez milhões de reais)"; leia-se "10.000.000,00 (dez milhões de reais)".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 96, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise das prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Instituto COI de Educação e Pesquisa

CNPJ: 10.939.209/0001-79

Município/UF: Rio de Janeiro/RJ

Título do projeto: Biobanco: armazenamento de amostras biológicas dos pacientes oncológicos do Instituto COI.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Execução Física.

Período analisado: Exercício de 2016, 2017 e 2018.

Processo NUP: 25000.057044/2015-27

Embasamento: PARECER TÉCNICO Nº 166/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0017741865) e Despacho GAB/SCTIE (0017794775)

Resultado: REPROVADOS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 97, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar os seguintes resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Instituto do Câncer Infantil do Rio Grande do Sul

CNPJ: 94.594.629/0001-50

Município/UF: Porto Alegre/RS

Título do projeto: Desvendando a biologia do câncer infantil: identidade celular do Sarcoma de Ewing e estratégias terapêuticas

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: execução física

Processo NUP: 25000.202751/2016-65

Período analisado: Exercício de 2018 e Exercício 2019

Embasamento: Parecer Técnico nº 213/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0018165838), Parecer Técnico nº 214/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0018168040) e Despacho GAB/SCTIE (0018804967).

Resultado: APROVADOS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 99, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Sociedade Hospitalar Angelina Caron

CNPJ: 07.088.017/0001-91

Município/UF: Campina Grande do Sul/PR

Título do projeto: Centro Integrado de Recuperação Neurológica Angelina Caron

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercício de 2019

Processo NUP: 25000.193901/2016-32

Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 20/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0018792769)

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar os seguintes resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Fundação Faculdade de Medicina

CNPJ: 56.577.059/0006-06

Município/UF: São Paulo/SP

Título do projeto: Uso da fluorescência a Laser com sistemas SPY ELITE, PINTPOINT e Plataforma Robótica Firefly no Tratamento Cirúrgico do Câncer.

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: Exercícios de 2016, 2017 e 2019

Processo NUP: 25000.057434/2015-05

Embasamento: Parecer Técnico nº 096/2017/COPEC/DECIT/SCTIE/MS (0787872, fls. 164 e 165), Parecer Técnico nº 162/2018-CGFPATS/DECIT/SCTIE/MS (6655123), Parecer Técnico nº 109/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0016846355), Parecer Técnico nº 111/2020-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0016847410), Despacho SCTIE/GAB/SCTIE/MS (0017759792) e Despacho SCTIE/GAB/SCTIE/MS (0017951344).

Resultado: APROVADO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ KORMANN

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde da Família, descritas no Anexo I;

b) Equipes de Atenção Primária, descritas no Anexo II;

c) Equipes de Saúde Bucal 40 horas, descritas no Anexo III;

d) Equipes de Saúde Bucal com carga horária diferenciada, descritas no Anexo IV.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes nos Anexos deverão observar os critérios estabelecidos no art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO I

IDENTIFICAÇÕES NACIONAIS DE EQUIPE - INE POR MUNICÍPIO REFERENTE ÀS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) PARA FINS DA TRANSFERÊNCIA DOS INCENTIVOS DE CUSTEIO FEDERAL, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AC	120040	RIO BRANCO	0002151855	Equipe de Saúde da Família
AC	120040	RIO BRANCO	0001547194	Equipe de Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0002154749	Equipe de Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0002154730	Equipe de Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0002155990	Equipe de Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0002156008	Equipe de Saúde da Família
BA	291980	MACAÚBAS	0002104687	Equipe de Saúde da Família
CE	230280	CANINDÉ	0002147734	Equipe de Saúde da Família
CE	230950	ORÓS	0002157152	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0000280496	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0002152657	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0002152649	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0002152630	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0002145480	Equipe de Saúde da Família
ES	320130	CARIACICA	0000280437	Equipe de Saúde da Família
GO	521523	NOVO GAMA	0002158531	Equipe de Saúde da Família
MA	210160	BARRA DO CORDA	0000043761	Equipe de Saúde da Família
MA	210160	BARRA DO CORDA	0000043745	Equipe de Saúde da Família
MG	310400	ARAXÁ	0002146908	Equipe de Saúde da Família
MG	310400	ARAXÁ	0002146665	Equipe de Saúde da Família
MG	311110	CAMPINA VERDE	0002155605	Equipe de Saúde da Família
MG	313890	MACHACALIS	0002151375	Equipe de Saúde da Família
MG	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	0000271950	Equipe de Saúde da Família
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002127350	Equipe de Saúde da Família
PB	250900	MANAÍRA	0001907263	Equipe de Saúde da Família
PB	250970	MONTEIRO	0002032910	Equipe de Saúde da Família
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0002070995	Equipe de Saúde da Família
RS	430676	ELDORADO DO SUL	0002163160	Equipe de Saúde da Família
SE	280350	LAGARTO	0000175412	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002126729	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002129450	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002129477	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002129485	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002122561	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0002118041	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001550985	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001550977	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001539272	Equipe de Saúde da Família

SP	351060	CARAPICUÍBA	0002129515	Equipe de Saúde da Família
SP	352150	IRAPUÃ	0002137151	Equipe de Saúde da Família
SP	353240	NAZARÉ PAULISTA	0001686852	Equipe de Saúde da Família
TOTAL	21 MUNICÍPIOS		41 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

ANEXO II

IDENTIFICAÇÕES NACIONAIS DE EQUIPE - INE POR MUNICÍPIO REFERENTE ÀS EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (EAP) PARA FINS DA TRANSFERÊNCIA DOS INCENTIVOS DE CUSTEIO FEDERAL, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AL	270030	ARAPIRACA	0002095467	Equipe de Atenção Primária
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	0002156504	Equipe de Atenção Primária
BA	290515	CAETANOS	0002162229	Equipe de Atenção Primária
BA	291360	ILHÉUS	0002162318	Equipe de Atenção Primária
BA	291370	INHAMBUPE	0002154102	Equipe de Atenção Primária
BA	291370	INHAMBUPE	0002154080	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002162547	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002163179	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064502	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002158477	Equipe de Atenção Primária
ES	320130	CARIACICA	0002064642	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002162385	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002162377	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002139537	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002162245	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002162199	Equipe de Atenção Primária
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002162075	Equipe de Atenção Primária
GO	520150	APORÉ	0002156164	Equipe de Atenção Primária
GO	520870	GOIÂNIA	0002040565	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153041	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153033	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153076	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153092	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153068	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153084	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153017	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153025	Equipe de Atenção Primária
GO	521880	RIO VERDE	0002153009	Equipe de Atenção Primária
GO	522119	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	0002153157	Equipe de Atenção Primária
GO	522119	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	0002153165	Equipe de Atenção Primária
MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	0002144999	Equipe de Atenção Primária
MG	310160	ALFENAS	0002155613	Equipe de Atenção Primária
MG	310950	CABO VERDE	0002158523	Equipe de Atenção Primária
MG	311090	CAMPANHA	0002130475	Equipe de Atenção Primária
MG	312370	ENGENHEIRO CALDAS	0002158604	Equipe de Atenção Primária
MG	312385	ENTRE FOLHAS	0002157179	Equipe de Atenção Primária
MG	312870	GUAXUPÉ	0002152509	Equipe de Atenção Primária
MG	313240	ITAJUBÁ	0002156296	Equipe de Atenção Primária
MG	313240	ITAJUBÁ	0002156318	Equipe de Atenção Primária
MG	313240	ITAJUBÁ	0002156342	Equipe de Atenção Primária
MG	313240	ITAJUBÁ	0002156326	Equipe de Atenção Primária
MG	313410	ITUETA	0002155532	Equipe de Atenção Primária
MG	313430	ITUMIRIM	0002152045	Equipe de Atenção Primária
MG	313960	MANTENA	0002156490	Equipe de Atenção Primária
MG	317150	MATHIAS LOBATO	0002153173	Equipe de Atenção Primária
MG	315670	SABARÁ	0002155559	Equipe de Atenção Primária
MS	500793	SONORA	0000444863	Equipe de Atenção Primária
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	0002152053	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157314	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157373	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157438	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158000	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158183	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155427	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155451	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155478	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155494	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155567	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002155575	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157365	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157330	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157357	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157403	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157519	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157527	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157543	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157551	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157594	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157608	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157624	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157632	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157675	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157705	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157713	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157764	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157772	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157861	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157950	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157969	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002157985	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158027	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158043	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158035	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158078	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158086	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158051	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158094	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158116	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158132	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158140	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158167	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158175	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158205	Equipe de Atenção Primária
PA	150140	BELÉM	0002158248	Equipe de Atenção Primária
PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	0002153238	Equipe de Atenção Primária

PA	150808	TUCUMÃ	0002161923	Equipe de Atenção Primária
PE	260110	ARARIPINA	0002154773	Equipe de Atenção Primária
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0002161338	Equipe de Atenção Primária
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0002161303	Equipe de Atenção Primária
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	0002161311	Equipe de Atenção Primária
PE	260845	LAGOA DO CARRO	0002154692	Equipe de Atenção Primária
PE	261210	SALGADINHO	0002154706	Equipe de Atenção Primária
PE	261550	TRACUNHAÉM	0002154714	Equipe de Atenção Primária
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0002152754	Equipe de Atenção Primária
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0002152835	Equipe de Atenção Primária
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0002152703	Equipe de Atenção Primária
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0002152878	Equipe de Atenção Primária
PR	411860	PAULA FREITAS	0002157128	Equipe de Atenção Primária
PR	411950	PIRAQUARA	0002156385	Equipe de Atenção Primária
PR	411960	PITANGA	0002152762	Equipe de Atenção Primária
PR	411960	PITANGA	0002152851	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002154536	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002154021	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002154072	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002154528	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002153971	Equipe de Atenção Primária
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	0002153963	Equipe de Atenção Primária
RJ	330023	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	0002163144	Equipe de Atenção Primária
RJ	330480	SÃO FIDÉLIS	0002153947	Equipe de Atenção Primária
RJ	330480	SÃO FIDÉLIS	0002153955	Equipe de Atenção Primária
RN	240020	AÇU	0002161354	Equipe de Atenção Primária
RS	430057	ALTO FELIZ	0002154447	Equipe de Atenção Primária
RS	430160	BAGÉ	0002161796	Equipe de Atenção Primária
RS	430265	BROCHIER	0002151995	Equipe de Atenção Primária
RS	430770	ESTEIO	0001700332	Equipe de Atenção Primária
RS	430820	FLORES DA CUNHA	0002153203	Equipe de Atenção Primária
RS	430820	FLORES DA CUNHA	0002153211	Equipe de Atenção Primária
RS	431080	IVOTI	0002153904	Equipe de Atenção Primária
RS	431080	IVOTI	0002153912	Equipe de Atenção Primária
RS	431080	IVOTI	0002153920	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162474	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162555	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162504	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162458	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162482	Equipe de Atenção Primária
RS	431340	NOVO HAMBURGO	0002162466	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155141	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155109	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002089718	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155079	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155370	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002154854	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155966	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155125	Equipe de Atenção Primária
RS	431440	PELOTAS	0002155133	Equipe de Atenção Primária
RS	431800	SÃO BORJA	0001688332	Equipe de Atenção Primária
RS	431800	SÃO BORJA	0001688340	Equipe de Atenção Primária
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001857169	Equipe de Atenção Primária
RS	432143	TERRA DE AREIA	0002156997	Equipe de Atenção Primária
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151618	Equipe de Atenção Primária
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151588	Equipe de Atenção Primária
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151685	Equipe de Atenção Primária
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151693	Equipe de Atenção Primária
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	0002160420	Equipe de Atenção Primária
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	0002160560	Equipe de Atenção Primária
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	0002160692	Equipe de Atenção Primária
SC	420195	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	0002158507	Equipe de Atenção Primária
SC	420517	ENTRE RIOS	0002163128	Equipe de Atenção Primária
SC	420620	GRAVATAL	0002159732	Equipe de Atenção Primária
SC	421230	PAULO LOPES	0002152304	Equipe de Atenção Primária
SE	280660	SANTO AMARO DAS BROTAS	0002156210	Equipe de Atenção Primária
SP	350220	ANGATUBA	0002160064	Equipe de Atenção Primária
SP	350790	BROTAS	0002161109	Equipe de Atenção Primária
SP	351310	CRAVINHOS	0002162024	Equipe de Atenção Primária
SP	351310	CRAVINHOS	0002162008	Equipe de Atenção Primária
SP	351770	GUARÁ	0002152002	Equipe de Atenção Primária
SP	351770	GUARÁ	0002152010	Equipe de Atenção Primária
SP	352180	ITAÍ	0002094991	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002161931	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002160250	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002156962	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002156954	Equipe de Atenção Primária
SP	352590	JUNDIAÍ	0002161958	Equipe de Atenção Primária
SP	352740	LUCÉLIA	0002156652	Equipe de Atenção Primária
SP	353050	MOCOCA	0002160277	Equipe de Atenção Primária
SP	353610	PARDINHO	0002132605	Equipe de Atenção Primária
SP	353870	PIRACICABA	0002161788	Equipe de Atenção Primária
SP	354420	RIOLÂNDIA	0002161079	Equipe de Atenção Primária
SP	354850	SANTOS	0001638882	Equipe de Atenção Primária
SP	355110	SARAPUÍ	0002163233	Equipe de Atenção Primária
SP	355210	SOCORRO	0002151081	Equipe de Atenção Primária
TO	172100	PALMAS	0002154110	Equipe de Atenção Primária
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001706446	Equipe de Atenção Primária
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001706500	Equipe de Atenção Primária
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001706497	Equipe de Atenção Primária
TOTAL	76 MUNICÍPIOS		185 EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	

ANEXO III

IDENTIFICAÇÕES NACIONAIS DE EQUIPE - INE POR MUNICÍPIO REFERENTE ÀS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL 40 HORAS (ESB) PARA FINS DA TRANSFERÊNCIA DOS INCENTIVOS DE CUSTEIO FEDERAL, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	0001885618	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	0001885669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	0001885758	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120025	EPITACIOLÂNDIA	0001885960	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120033	MÂNCIO LIMA	0002015277	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120033	MÂNCIO LIMA	0002015439	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120035	MARECHAL THAUMATURGO	0001849360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

AC	120080	PORTO ACRE	0001994999	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AC	120040	RIO BRANCO	0001956418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002093715	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0002092662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270030	ARAPIRACA	0001921207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270360	JAPARATINGA	0002095505	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AL	270610	OURO BRANCO	0001801643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130130	CODAJÁS	0001821326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0001955594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0002144700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0001955187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0001954938	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0001954709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AM	130160	FONTE BOA	0001954326	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160055	PRACUÚBA	0002145367	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
AP	160055	PRACUÚBA	0002145375	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290010	ABAÍRA	0001823205	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290010	ABAÍRA	0001822969	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290010	ABAÍRA	0001822934	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290010	ABAÍRA	0001822888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290010	ABAÍRA	0001822837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001796941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001796917	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001796852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001796836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001750003	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001796976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797298	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797018	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797123	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797204	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797220	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797239	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290070	ALAGOINHAS	0001797263	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290190	APORÁ	0002093596	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290190	APORÁ	0002160021	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290270	BARRA	0002162687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290270	BARRA	0002162679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290270	BARRA	0002162695	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290270	BARRA	0002162717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001846094	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001891294	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001890921	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290320	BARREIRAS	0002100282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290323	BARRO ALTO	0001868292	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290340	BELMONTE	0002109255	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001909495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001909193	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001909673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001910353	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001910108	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290370	BOA NOVA	0001910019	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290420	BOTUPORÃ	0001747517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290420	BOTUPORÃ	0001747339	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290460	BRUMADO	0001835300	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001829033	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001828975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001829076	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001829106	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001828916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290470	BUERAREMA	0001828959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001815695	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001817353	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001818260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001819070	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001819755	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001820303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001821555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290500	CACULÉ	0001821873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002151189	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002152169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002152150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002152142	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002152126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290540	CAIRU	0002152134	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290580	CAMAMU	0002051036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290580	CAMAMU	0002053535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290580	CAMAMU	0002053527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290580	CAMAMU	0002053543	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290600	CAMPO FORMOSO	0001973843	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290650	CANDEIAS	0001971115	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290650	CANDEIAS	0001971425	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290700	CARDEAL DA SILVA	0001753681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290800	COARACI	0001762583	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290800	COARACI	0001762605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290800	COARACI	0001762656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290800	COARACI	0002061465	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0001872281	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0001872303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0001872370	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290850	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	0001872311	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290950	CRAVOLÂNDIA	0001918362	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

BA	290950	CRAVOLÂNDIA	0001918397	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290950	CRAVOLÂNDIA	0001918486	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290980	CRUZ DAS ALMAS	0001891723	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290990	CURAÇÁ	0001950622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290990	CURAÇÁ	0001949950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	290990	CURAÇÁ	0001950878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	0002097249	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291200	IBIASSUCÊ	0001769634	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291200	IBIASSUCÊ	0001769642	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291200	IBIASSUCÊ	0001769669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291200	IBIASSUCÊ	0001769693	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291320	IBOTIRAMA	0002009153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291345	IGRAPIÚNA	0001803646	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291345	IGRAPIÚNA	0001812084	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291420	IRAJUBA	0001917269	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291430	IRAMAIA	0001919032	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291430	IRAMAIA	0001919148	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291470	ITABERABA	0001816845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291690	ITIRUÇU	0001916157	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291690	ITIRUÇU	0001916459	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001717804	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001719262	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001723057	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001722840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001722905	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291760	JAGUAQUARA	0001722573	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291910	LAMARÃO	0001739387	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291910	LAMARÃO	0001740202	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291910	LAMARÃO	0001738887	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291910	LAMARÃO	0001738925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291910	LAMARÃO	0001739182	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	0001925652	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	0001926489	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	0001925962	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	0001925881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292040	MANOEL VITORINO	0002146878	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292040	MANOEL VITORINO	0002146703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292040	MANOEL VITORINO	0002146169	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292040	MANOEL VITORINO	0002146916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160633	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160668	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160722	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160757	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160854	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160870	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160609	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160412	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160404	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160358	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002161036	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292100	MATA DE SÃO JOÃO	0002160935	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0001905147	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292180	MORTUGABA	0001750704	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292180	MORTUGABA	0001750860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292180	MORTUGABA	0001750941	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292180	MORTUGABA	0001751131	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292180	MORTUGABA	0001851845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0001779435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0001820788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0001818783	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0001818643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292240	MUTUÍPE	0001924109	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292240	MUTUÍPE	0001924176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292240	MUTUÍPE	0001859218	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292240	MUTUÍPE	0001924214	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292285	NOVA REDENÇÃO	0002153181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292300	NOVA VIÇOSA	0002092867	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292410	PEDRÃO	0001753355	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292410	PEDRÃO	0001753444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292410	PEDRÃO	0001753371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046644	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002010534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046482	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292640	RIACHO DE SANTANA	0002046636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001744860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001920030	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001910590	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001909517	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001909045	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001744410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001908391	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001908790	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	0001908944	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292680	RIO DO ANTÔNIO	0002062356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292680	RIO DO ANTÔNIO	0002062372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292680	RIO DO ANTÔNIO	0002062402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292680	RIO DO ANTÔNIO	0002062364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292720	RUY BARBOSA	0001943294	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292790	SANTA INÊS	0002155710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292790	SANTA INÊS	0002155745	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	292790	SANTA INÊS	0002155753	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293060	SERROLÂNDIA	0001880985	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0001828126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0001829017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293075	SÍTIO DO MATO	0001835866	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	0001972677	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	0002083973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293150	TEOFILÂNDIA	0002154463	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293220	UBAITABA	0002033259	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
BA	293220	UBAITABA	0001931717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

CE	230020	ACARAÚ	0001774247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230020	ACARAÚ	0001775235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230090	APUIARÉS	0002106272	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230090	APUIARÉS	0002106264	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230090	APUIARÉS	0002106248	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230090	APUIARÉS	0002106299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230090	APUIARÉS	0002106221	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001972227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001764101	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001765116	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001764012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001763865	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230160	ASSARÉ	0001763474	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230190	BARBALHA	0001835645	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230410	CRATEÚS	0001792008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230420	CRATO	0001738682	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230420	CRATO	0001736892	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230420	CRATO	0001739433	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001888692	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001968513	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001932519	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001932454	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001931547	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001931598	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0002075415	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001968181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001933175	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001932756	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001902415	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001882708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230440	FORTALEZA	0001868756	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230460	GENERAL SAMPAIO	0002115077	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230460	GENERAL SAMPAIO	0002115069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230550	IGUATU	0002121158	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230550	IGUATU	0001898736	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230550	IGUATU	0001885421	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230550	IGUATU	0002122308	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	0001823639	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120283	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120291	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120348	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120399	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002120437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099675	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099578	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099586	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099616	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099640	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099683	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099713	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099721	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099756	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099772	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099780	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099802	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099853	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099969	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002099993	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100010	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100029	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100053	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230765	MARACANAÚ	0002100088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230837	MIRAÍMA	0001833812	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230890	MORRINHOS	0001995278	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230890	MORRINHOS	0001995316	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002154765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230950	ORÓS	0002157160	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230990	PACUJÁ	0002089998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	230990	PACUJÁ	0002090589	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231050	PEDRA BRANCA	0001806351	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231060	PENAFORTE	0002114003	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231060	PENAFORTE	0002113937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231060	PENAFORTE	0002114062	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231100	PORANGA	0001857711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231220	SANTA QUITÉRIA	0002159724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002104881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002092549	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002092557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002092565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002104873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002092522	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002091151	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
CE	231335	TEJUÇUOCA	0002092530	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117622	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

DF	530010	BRASÍLIA	0002117797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001879448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001879588	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001879693	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001880055	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001880160	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001880632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001881264	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001924982	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0001925830	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002019116	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002062615	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
DF	530010	BRASÍLIA	0002117916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320035	ALTO RIO NOVO	0002117150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320035	ALTO RIO NOVO	0002117045	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320035	ALTO RIO NOVO	0002117207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0002019132	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0002019019	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0002018470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0002018268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0002017776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0002110695	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0002110687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0002110660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001726668	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001726498	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001726110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725955	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725599	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725017	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001724916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320130	CARIACICA	0002152614	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320200	DORES DO RIO PRETO	0002095009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320200	DORES DO RIO PRETO	0002095025	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320200	DORES DO RIO PRETO	0002094975	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161664	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161249	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161656	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161648	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161702	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320210	ECOPORANGA	0002161699	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320245	IBATIBA	0001835076	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106604	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106590	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002107074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106663	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320280	ITAPEMIRIM	0002106957	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001860453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001860518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001781790	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0002073439	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001860690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001860623	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001772244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320340	MIMOSO DO SUL	0001772201	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001952765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001953273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001954997	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001955810	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001956116	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001956299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320350	MONTANHA	0001956515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320380	MUQUI	0001746448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320380	MUQUI	0001804065	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320380	MUQUI	0001803603	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320380	MUQUI	0001803379	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320380	MUQUI	0001803190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320440	RIO NOVO DO SUL	0001951424	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320440	RIO NOVO DO SUL	0001951688	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320440	RIO NOVO DO SUL	0001952137	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320440	RIO NOVO DO SUL	0001952374	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	0002057379	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	0002057484	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	0001730037	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	0001730088	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	0002151936	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001880667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
ES	320530	VITÓRIA	0001983687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098652	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098733	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098644	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098563	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098679	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	0002098687	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0002029235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0002029227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	0002029197	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520082	AMARALINA	0002159716	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520082	AMARALINA	0002159740	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152940	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152924	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152916	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152908	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152894	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152886	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152800	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152959	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520215	ARAGUAPAZ	0001888676	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520215	ARAGUAPAZ	0001888404	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS	0002042436	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520340	BOM JARDIM DE GOIÁS	0002042444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033836	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033909	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033984	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033925	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033933	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520450	CALDAS NOVAS	0002033968	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520620	CRISTALINA	0001750038	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520620	CRISTALINA	0001759647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520640	CRIXÁS	0001891774	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520640	CRIXÁS	0001892002	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520640	CRIXÁS	0001892126	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520640	CRIXÁS	0001892053	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520690	DAVINÓPOLIS	0002096781	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520750	ESTRELA DO NORTE	0002113643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520810	FORMOSO	0002061457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002084457	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002082446	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002026856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	520870	GOIÂNIA	0002155176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521056	ITAGUARI	0002072785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521056	ITAGUARI	0002072793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521140	ITAUÇU	0001928910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521150	ITUMBIARA	0001904388	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521205	JESÚPOLIS	0001799118	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521220	JUSSARA	0001990888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002048795	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002054779	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002054795	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002064901	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002064928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002128004	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002128012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002159643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002048558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002048752	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002048760	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521250	LUZIÂNIA	0002048787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521375	MONTIVIDIU	0002160617	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521375	MONTIVIDIU	0002160595	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521375	MONTIVIDIU	0002160625	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521380	MORRINHOS	0001898051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521550	OUVIDOR	0001995030	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521550	OUVIDOR	0001995855	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521690	PILAR DE GOIÁS	0002119390	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521800	PORANGATU	0001745557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521830	POSSE	0002042843	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521830	POSSE	0002152258	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521860	RIALMA	0001802895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521860	RIALMA	0001802690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521860	RIALMA	0001803271	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521860	RIALMA	0001803581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001911295	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001912852	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001912976	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001913026	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001913360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001913441	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521890	RUBIATABA	0001913573	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	521975	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	0001950185	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0001960555	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210010	AFONSO CUNHA	0002160080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210010	AFONSO CUNHA	0002160099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039184	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039192	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039168	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039141	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002039206	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	0002043009	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210100	ARARI	0002002418	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210180	BENEDITO LEITE	0002163292	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210180	BENEDITO LEITE	0002163330	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786482	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MA	210203	BOM JESUS DAS SELVAS	0001786547	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210207	BOM LUGAR	0001988417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210275	CAPINZAL DO NORTE	0001992155	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210320	CHAPADINHA	0001919288	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904469	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904531	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904604	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001904833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905139	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905155	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905171	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905279	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905287	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210340	COELHO NETO	0001905341	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210350	COLINAS	0001815628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210375	DAVINÓPOLIS	0001738399	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002132745	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133806	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133814	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133822	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133830	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133849	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133857	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002133881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210405	ESTREITO	0002153149	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA	0001823329	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER	0001922785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER	0001922793	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER	0001922807	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210450	GOVERNADOR ARCHER	0001922815	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210530	IMPERATRIZ	0002155303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001969005	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001969366	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970100	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970186	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210560	JOSELÂNDIA	0001970380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210570	LAGO DA PEDRA	0001937383	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210570	LAGO DA PEDRA	0001936964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210570	LAGO DA PEDRA	0001937472	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210670	MIRADOR	0002157055	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210670	MIRADOR	0002157837	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765744	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765779	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765566	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001785826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210675	MIRANDA DO NORTE	0001765841	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210810	PAULO RAMOS	0001959123	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210810	PAULO RAMOS	0001959239	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210810	PAULO RAMOS	0001959395	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210810	PAULO RAMOS	0001959298	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210810	PAULO RAMOS	0001959417	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210840	PERI MIRIM	0002111233	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	210890	POÇÃO DE PEDRAS	0001894013	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211090	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	0001873377	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134039	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134055	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211105	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0002134810	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002108267	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002138611	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211130	SÃO LUÍS	0002160889	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211150	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	0001962787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001904477	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001904043	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001902792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001900668	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001923811	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001936514	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001926365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001925911	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001925458	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001924850	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001924060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211220	TIMON	0001923927	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211223	TRIZIDELA DO VALE	0001938096	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211260	URBANO SANTOS	0001764888	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211280	VIANA	0002086840	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211280	VIANA	0002086816	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211280	VIANA	0002086727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211290	VITÓRIA DO MEARIM	0001732897	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211300	VITORINO FREIRE	0001986066	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MA	211300	VITORINO FREIRE	0001986120	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310030	ABRE CAMPO	0002156059	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310030	ABRE CAMPO	0002156067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310030	ABRE CAMPO	0002156091	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310030	ABRE CAMPO	0002156083	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310030	ABRE CAMPO	0002156075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310300	ANTÔNIO DIAS	0002016672	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310300	ANTÔNIO DIAS	0002016699	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310300	ANTÔNIO DIAS	0002016702	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310300	ANTÔNIO DIAS	0002016729	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310470	ATALÉIA	0002102072	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310470	ATALÉIA	0002102056	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310620	BELO HORIZONTE	0002152495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310730	BOCAIÚVA	0001932187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310855	BRASILÂNDIA DE MINAS	0001994069	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MG	310890	BRAZÓPOLIS	0002152274	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310890	BRAZÓPOLIS	0002034964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773364	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773461	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001761064	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310900	BRUMADINHO	0001773356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	310970	CACHOEIRA DE MINAS	0002070669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311010	CAIANA	0002095653	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311010	CAIANA	0002095661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311180	CANÁPOLIS	0001995332	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311180	CANÁPOLIS	0002011883	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311180	CANÁPOLIS	0002011891	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311280	CAPITÓLIO	0002044765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311280	CAPITÓLIO	0002044773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311390	CARMO DA CACHOEIRA	0001990667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311535	CATAS ALTAS	0002047292	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311535	CATAS ALTAS	0002047365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311580	CENTRALINA	0002083825	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311580	CENTRALINA	0002083833	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311580	CENTRALINA	0002083841	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	0001801384	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311660	CLÁUDIO	0001844067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311720	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS	0001991310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956582	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956698	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957813	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957759	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956744	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956752	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001956892	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957147	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957171	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957368	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957422	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957503	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957597	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311800	CONGONHAS	0001957651	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	0002143321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	0002143313	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	311880	CORAÇÃO DE JESUS	0001932527	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312060	CRUCILÂNDIA	0002163020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312130	DESCOBERTO	0002080427	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312180	DIONÍSIO	0002110210	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312180	DIONÍSIO	0002110229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312180	DIONÍSIO	0002110202	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312180	DIONÍSIO	0002110334	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312230	DIVINÓPOLIS	0002046938	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312320	DORES DO INDAIÁ	0002012316	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312675	FRANCISCÓPOLIS	0002083140	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312675	FRANCISCÓPOLIS	0002083183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312690	FREI INOCÊNCIO	0001828185	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312700	FRONTEIRA	0002057794	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312700	FRONTEIRA	0002057808	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312700	FRONTEIRA	0002057832	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312700	FRONTEIRA	0002057824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312710	FRUTAL	0001986937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312710	FRUTAL	0002145170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312760	GOUVEIA	0001806998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312800	GUANHÃES	0001904124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	312850	GUARARÁ	0001813595	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313050	ILICÍNEA	0001885170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313050	ILICÍNEA	0001885200	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797743	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797689	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797409	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797352	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797905	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797824	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797859	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313090	INHAPIM	0001797506	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801724	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801481	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801430	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801260	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001801201	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MG	313130	IPATINGA	0001801996	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313130	IPATINGA	0001802038	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313170	ITABIRA	0001845314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313170	ITABIRA	0001838830	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313230	ITAIPÉ	0002080419	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313230	ITAIPÉ	0002080435	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313230	ITAIPÉ	0002080451	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001807072	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001806416	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001807692	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001823817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001823868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001824538	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001824694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001825437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313270	ITAMBACURI	0001825569	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313360	ITAPEVA	0002153130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	0002156407	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001795015	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001795902	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001777327	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001797247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001805398	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001878727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001879537	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	0001887750	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313695	JUVENÍLIA	0002060124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001758381	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001758535	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001758683	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001758950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759124	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759280	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759183	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759280	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313750	LAGOA FORMOSA	0001759310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313890	MACHACALIS	0001816594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313890	MACHACALIS	0001816489	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313890	MACHACALIS	0001816705	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313890	MACHACALIS	0002151383	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002094673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095254	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095300	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095262	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095270	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	313960	MANTENA	0002095289	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314225	MIRAVÂNIA	0001793799	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314330	MONTES CLAROS	0002155826	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314430	NANUQUE	0001884093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314430	NANUQUE	0001898647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314430	NANUQUE	0001891383	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314430	NANUQUE	0001887661	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314435	NAQUE	0002086956	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314470	NOVA ERA	0002031329	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314490	NOVA MÓDICA	0002083779	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314490	NOVA MÓDICA	0002083868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314500	NOVA PONTE	0001764217	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314500	NOVA PONTE	0001764233	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314500	NOVA PONTE	0001764268	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	0001878085	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	0001877984	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314535	NOVO ORIENTE DE MINAS	0001877739	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314700	PARACATU	0002079356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	314840	PAULISTAS	0002112485	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315015	PIEDADE DE CARATINGA	0002058057	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315015	PIEDADE DE CARATINGA	0002058049	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315015	PIEDADE DE CARATINGA	0002058022	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315057	PINTÓPOLIS	0001835173	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315057	PINTÓPOLIS	0001835130	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116189	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116197	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116200	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116162	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116154	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116162	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116154	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116138	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002114763	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002114720	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116227	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315150	PIUMHI	0002116235	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315160	PLANURA	0002060639	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991655	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991728	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991787	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991876	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001994220	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991922	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991957	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001992031	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001994131	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991493	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0001991906	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047179	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047187	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047195	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047209	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047217	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002133792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002044935	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002045087	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047098	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047101	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047128	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047144	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315210	PONTE NOVA	0002047152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315230	PORTO FIRME	0002109247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

MG	315230	PORTO FIRME	0002047233	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315250	POUSO ALEGRE	0002063387	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315630	RODEIRO	0001872540	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315640	ROMARIA	0001912895	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102765	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315820	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	0002035294	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	0001780271	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	0001780255	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	0001737619	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	315895	SANTANA DO PARAÍSO	0001780247	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	0002085828	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	0002087669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316050	SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO	0002151820	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316110	SÃO FRANCISCO	0001815113	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316210	SÃO GOTARDO	0001909150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316210	SÃO GOTARDO	0001910396	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	0001819518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316280	SÃO JOÃO EVANGELISTA	0002116901	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316280	SÃO JOÃO EVANGELISTA	0002116936	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316430	SÃO ROQUE DE MINAS	0002031167	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316450	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	0002140950	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316555	SETUBINHA	0001970240	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316840	TARUMIRIM	0001970372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316840	TARUMIRIM	0001967061	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0002122103	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	316970	TURMALINA	0001878174	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317000	UBAÍ	0001819321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317000	UBAÍ	0001819178	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317000	UBAÍ	0001819410	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317000	UBAÍ	0001818236	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317000	UBAÍ	0001819046	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317070	VARGINHA	0002090791	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MG	317200	VISCONDE DO RIO BRANCO	0002006065	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500210	BELA VISTA	0002134993	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002160242	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155818	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155834	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002156474	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155796	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155788	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155761	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155702	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MS	500720	RIO BRILHANTE	0002155680	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510020	ÁGUA BOA	0002102838	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510250	CÁCERES	0001851497	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510250	CÁCERES	0001852817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510523	LAMBARI D'OESTE	0002075016	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510645	PLANALTO DA SERRA	0001792075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001954105	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001954008	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001953761	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001953478	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001953192	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001938886	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510675	PONTES E LACERDA	0001953885	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
MT	510792	SORRISO	0001797603	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002128659	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002000385	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002000504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002000520	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002000598	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002000601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150020	ACARÁ	0002125773	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002012669	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150080	ANANINDEUA	0002017725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150085	ANAPU	0001768514	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150210	CAMETÁ	0001841246	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	0002016737	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	0002016273	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	0002016605	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	0002016710	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	0002159309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734806	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734857	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734881	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734946	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734954	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001735012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734709	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150320	IGARAPÉ-AÇU	0001734725	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150370	ITUPIRANGA	0001720279	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150375	JACAREACANGA	0001880314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150400	LIMOEIRO DO AJURU	0001809075	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150400	LIMOEIRO DO AJURU	0001809083	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150400	LIMOEIRO DO AJURU	0002083671	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150450	MELGAÇO	0001873059	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150510	ÓBIDOS	0001858300	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150580	PORTEL	0001927051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150580	PORTEL	0001927159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150580	PORTEL	0001927175	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150610	PRIMAVERA	0001904809	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150610	PRIMAVERA	0001906585	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150610	PRIMAVERA	0001908901	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150797	TERRA SANTA	0001837176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150800	TOMÉ-AÇU	0002085690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921770	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921657	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921673	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921754	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PA	150812	ULIANÓPOLIS	0001921762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250280	BREJO DO CRUZ	0002101386	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PB	250280	BREJO DO CRUZ	0002101645	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250280	BREJO DO CRUZ	0002101696	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250280	BREJO DO CRUZ	0002101963	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250280	BREJO DO CRUZ	0002101971	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0001763539	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250590	EMAS	0002000067	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	250900	MANAÍRA	0001907468	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001797670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001811819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001812491	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001813129	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001818961	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001877003	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PB	251650	TAPEROÁ	0001877437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002115948	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002115921	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002115913	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002115964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260190	BEZERROS	0002115956	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001894099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001894145	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001999001	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002051060	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002115972	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002115980	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002115999	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002135620	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0002138581	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001881086	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001880438	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001880012	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001866869	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260640	GRAVATÁ	0001881310	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928937	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928945	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928732	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928783	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928821	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928864	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928902	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261100	PETROLÂNDIA	0001800817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261100	PETROLÂNDIA	0001800868	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261120	POÇÃO	0001895176	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261130	POMBOS	0002036703	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261540	TORITAMA	0002061007	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261540	TORITAMA	0002124823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261540	TORITAMA	0002124858	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261540	TORITAMA	0002124831	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PE	261560	TRINDADE	0001755943	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220465	ILHA GRANDE	0002000288	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220540	JOAQUIM PIRES	0001964119	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220570	LUÍS CORREIA	0001799576	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220570	LUÍS CORREIA	0001799819	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	220840	PIRIPIRI	0001952900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	221100	TERESINA	0001974602	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PI	221100	TERESINA	0002152347	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	0001746472	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001830333	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001864289	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410337	BRASILÂNDIA DO SUL	0002137542	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410395	CAMPINA DO SIMÃO	0001737309	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410570	CLEVELÂNDIA	0002021153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410630	CORBÉLIA	0002140462	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410650	CORONEL VIVIDA	0001973894	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410773	FERNANDES PINHEIRO	0002106000	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410820	FORMOSA DO OESTE	0001825860	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410940	GUARAPUAVA	0001970690	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	410990	ICARAÍMA	0001805991	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411120	ITAPEJARA D'OESTE	0001811932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411150	IVAIPORÃ	0001874969	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411150	IVAIPORÃ	0002155842	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411325	LARANJAL	0001932209	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411325	LARANJAL	0001932721	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411370	LONDRINA	0001750054	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411570	MATINHOS	0002004011	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0001748491	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0002035383	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0001748653	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0001748629	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	411950	PIRAQUARA	0001857606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412010	PORTO AMAZONAS	0002014092	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412180	RIBEIRÃO CLARO	0002152312	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

PR	412215	RIO BONITO DO IGUAÇU	0001738321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412385	SANTA MARIA DO OESTE	0001975714	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412400	SANTANA DO ITARARÉ	0001752790	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	0001803654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	0001803557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
PR	412790	TUNEIRAS DO OESTE	0001803700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002144867	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114283	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114291	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114305	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114321	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114356	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114372	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114402	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114437	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114445	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114461	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114488	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114518	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114526	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114607	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114658	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114666	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114267	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	0001954717	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330130	CASIMIRO DE ABREU	0001954873	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330210	ITAOCARA	0002037246	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330210	ITAOCARA	0002037238	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330210	ITAOCARA	0002037211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330210	ITAOCARA	0002037181	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001987062	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001987127	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001987224	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001987399	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001981404	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001981196	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001980920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001979884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001987879	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989650	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989553	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001988190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001988727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001988905	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989030	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989308	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989391	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330220	ITAPERUNA	0001989480	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330245	MACUCO	0001722190	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330245	MACUCO	0002100681	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330270	MARICÁ	0002115565	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330380	PARATY	0002111845	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330380	PARATY	0002111861	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0001940163	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002063972	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065452	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065444	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065215	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065207	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065185	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065177	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065150	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002064138	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002064405	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002064421	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002064448	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330430	RIO BONITO	0002065134	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005646	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002004615	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005719	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005700	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005670	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005662	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005654	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RJ	330550	SAQUAREMA	0002005727	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240280	CORONEL EZEQUIEL	0002151804	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240280	CORONEL EZEQUIEL	0002151839	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240280	CORONEL EZEQUIEL	0002151812	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240440	GROSSOS	0001963848	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240440	GROSSOS	0001963856	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240440	GROSSOS	0001963899	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240440	GROSSOS	0001963805	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240500	JAÇANÃ	0002154293	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240500	JAÇANÃ	0002154250	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240500	JAÇANÃ	0002154323	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240560	JARDIM DE PIRANHAS	0001776320	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240560	JARDIM DE PIRANHAS	0001775782	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240700	LUÍS GOMES	0002105624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240700	LUÍS GOMES	0002105608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240700	LUÍS GOMES	0002105632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	240810	NATAL	0001989502	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241020	PORTALEGRE	0002089920	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241020	PORTALEGRE	0002089939	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241110	RUY BARBOSA	0002044951	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241440	TOUROS	0001796453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241445	TRIUNFO POTIGUAR	0002092107	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RN	241445	TRIUNFO POTIGUAR	0002092123	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	0001718797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	0001718606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	0001718770	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

RS	430440	CANELA	0002122952	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430485	CARLOS GOMES	0002026708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430600	CRISSIUMAL	0002110954	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430607	CRISTAL DO SUL	0002055910	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430810	FELIZ	0002095823	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	430830	FONTOURA XAVIER	0002130769	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431140	LAJEADO	0001766988	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431180	MARAU	0002030969	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431180	MARAU	0001798928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431180	MARAU	0002034115	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431210	MATA	0001980785	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431380	PALMITINHO	0001882228	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431420	PEDRO OSÓRIO	0001817515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002153343	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002116529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023121	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002020394	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002020289	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023164	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431531	QUATRO IRMÃOS	0002053748	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431620	RONDINHA	0002013568	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431720	SANTA ROSA	0001984853	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431720	SANTA ROSA	0001984411	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431720	SANTA ROSA	0001901427	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001739972	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001739131	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001757296	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001759817	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001758020	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001737694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431710	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	0001775111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005360	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005344	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005344	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005328	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005301	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	0002005409	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729942	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431990	SAPIRANGA	0001857371	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	431990	SAPIRANGA	0001915584	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432050	SERTÃO	0001785257	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432050	SERTÃO	0001785303	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432080	SOLEDADE	0001996762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432080	SOLEDADE	0001996746	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432080	SOLEDADE	0001996738	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432080	SOLEDADE	0001996711	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
RS	432080	SOLEDADE	0001996797	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420243	BOCAINA DO SUL	0001992198	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420290	BRUSQUE	0001742574	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420320	CAMBORIÚ	0001726099	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420360	CAMPOS NOVOS	0001991647	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420380	CANOINHAS	0002135892	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420390	CAPINZAL	0002084600	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420390	CAPINZAL	0002084570	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420419	CHAPADÃO DO LAGEADO	0001846205	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420517	ENTRE RIOS	0001797271	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002031523	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420580	GARUVA	0002003643	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420580	GARUVA	0002003678	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420580	GARUVA	0002003686	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420580	GARUVA	0002003627	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825674	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825445	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825488	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825550	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825380	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825348	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825283	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420590	GASPAR	0001825232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420650	GUARAMIRIM	0002112906	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420650	GUARAMIRIM	0002112922	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420650	GUARAMIRIM	0002112973	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420750	INDAIAL	0002156229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420750	INDAIAL	0002156237	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017598	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017660	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017431	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017504	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017512	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017539	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017571	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017644	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017601	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017628	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	420940	LAGUNA	0002017636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	0001793136	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	0001798960	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421120	MORRO DA FUMAÇA	0001798006	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421200	PALMA SOLA	0001753894	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421250	PENHA	0002042606	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421360	PORTO UNIÃO	0002034476	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0001753762	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0001753657	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421570	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	0001753746	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421680	SÃO JOSÉ DO CERRITO	0002109867	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421825	TIMBÓ GRANDE	0002115050	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421880	TURVO	0001739557	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421940	WITMARSUM	0002136708	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SC	421970	XAXIM	0001843966	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280030	ARACAJU	0002014874	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280300	ITABAIANINHA	0001880675	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280360	LARANJEIRAS	0001837419	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280400	MARUIM	0001900684	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280400	MARUIM	0001900803	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280400	MARUIM	0001900900	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280430	MURIBECA	0001996428	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280430	MURIBECA	0001997157	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SE	280430	MURIBECA	0001996991	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280710	SIMÃO DIAS	0001991159	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280710	SIMÃO DIAS	0001991779	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280710	SIMÃO DIAS	0001991450	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SE	280710	SIMÃO DIAS	0001991884	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002123525	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350250	APARECIDA	0002156563	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350320	ARARAQUARA	0002057816	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350320	ARARAQUARA	0002058170	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350320	ARARAQUARA	0002162040	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350350	AREIAS	0001923579	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350660	BIRITIBA-MIRIM	0002113880	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001755625	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001765949	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001766244	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001766546	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001766694	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001766872	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001766996	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001768913	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001768921	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001768948	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001768964	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001769022	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001769081	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350750	BOTUCATU	0001769111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350800	BURI	0002125307	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350800	BURI	0002125293	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	350850	CAÇAPAVA	0001851047	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351200	COLINA	0002135515	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351220	CONCHAL	0001949314	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351330	CRUZÁLIA	0002119080	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351340	CRUZEIRO	0002056534	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351340	CRUZEIRO	0002056585	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351340	CRUZEIRO	0002056593	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351340	CRUZEIRO	0002131994	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351630	FRANCISCO MORATO	0002118556	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	351760	GUAPIARA	0002156024	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352030	IGUAPE	0002069954	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352180	ITAÍ	0001792490	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	0001957473	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0001795988	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0001796232	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0001797425	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352230	ITAPETININGA	0001797778	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352240	ITAPEVA	0002160153	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140608	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140594	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140616	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140667	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140632	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162741	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162768	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162776	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162784	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162814	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162806	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162792	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352410	ITUVERAVA	0002162822	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352510	JARDINÓPOLIS	0002140365	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352510	JARDINÓPOLIS	0002140357	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002091143	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002091275	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002092263	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	0002048078	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353070	MOGI GUAÇU	0001974203	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353070	MOGI GUAÇU	0001974211	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353070	MOGI GUAÇU	0001974335	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353320	NOVA INDEPENDÊNCIA	0002156636	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353670	PEDERNEIRAS	0001925865	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353670	PEDERNEIRAS	0001925946	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353670	PEDERNEIRAS	0001925989	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353700	PEDREGULHO	0002111896	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353700	PEDREGULHO	0002111918	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353800	PINDAMONHANGABA	0001757962	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353850	PIQUETE	0002133229	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353850	PIQUETE	0002133253	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	0002145111	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	353930	PIRASSUNUNGA	0001864955	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354130	PRESIDENTE EPITÁCIO	0002125234	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354190	QUELUZ	0001985388	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354190	QUELUZ	0001990489	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354190	QUELUZ	0001990470	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354330	RIBEIRÃO PIRES	0001966928	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354440	RUBIÁCEA	0002129558	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354550	SANDOVALINA	0002025051	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	0002151871	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	0002151898	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	0002151901	Equipe de Saúde Bucal 40 horas

SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	0002131110	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0002030624	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355000	SÃO LUÍS DO PARAITINGA	0001928023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002109034	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002130408	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002134152	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355030	SÃO PAULO	0002157306	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355100	SÃO VICENTE	0001862383	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355100	SÃO VICENTE	0001862480	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355100	SÃO VICENTE	0001862529	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355300	TAGUAÍ	0001745093	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001910930	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001910965	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001911147	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001911023	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001911074	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001911104	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001910914	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355430	TEODORO SAMPAIO	0001911007	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355590	URU	0002150204	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355610	VALENTIM GENTIL	0002074524	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355610	VALENTIM GENTIL	0002074540	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355610	VALENTIM GENTIL	0002145030	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	0002118998	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0001817299	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002146932	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001966987	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001966995	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001968645	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001967665	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001967495	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001967401	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001967363	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001967282	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170220	ARAGUATINS	0001966812	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170320	BERNARDO SAYÃO	0002151332	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	170320	BERNARDO SAYÃO	0002151324	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS	0002157101	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001825909	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001825704	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001825453	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	171820	PORTO NACIONAL	0001824899	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TO	172093	TAIPAS DO TOCANTINS	0002031930	Equipe de Saúde Bucal 40 horas
TOTAL	437 MUNICÍPIOS		1.342 EQUIPES DE SAÚDE BUCAL 40 HORAS	

ANEXO I

IDENTIFICAÇÕES NACIONAIS DE EQUIPE - INE POR MUNICÍPIO REFERENTE ÀS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL COM CARGA HORÁRIA DIFERENCIADA (ESB) PARA FINS DA TRANSFERÊNCIA DOS INCENTIVOS DE CUSTEIO FEDERAL, ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

UF	IBGE	MUNICÍPIO	INE	DESCRIÇÃO
BA	292740	SALVADOR	0002135000	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
BA	292740	SALVADOR	0002134578	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320130	CARIACICA	0001942727	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320130	CARIACICA	0001943960	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320130	CARIACICA	0002152606	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320130	CARIACICA	0002152622	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320500	SERRA	0002144328	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
ES	320520	VILA VELHA	0001816713	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520510	CATALÃO	0002156148	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158256	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159449	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159430	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159414	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159406	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159341	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158264	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158272	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158280	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158302	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158310	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158329	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158337	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158329	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158337	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158361	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158388	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158396	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158418	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158426	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158434	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158442	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158485	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158612	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158620	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158639	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158647	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158655	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158663	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158671	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158728	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158736	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002158744	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159295	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159317	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159325	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	520870	GOIÂNIA	0002159333	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002106515	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002106787	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002106752	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002106736	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002106701	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
GO	521880	RIO VERDE	0002156695	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MA	211130	SÃO LUÍS	0002138441	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160188	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160579	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160552	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada

MG	310350	ARAGUARI	0002160544	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160528	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160501	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160218	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160439	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160447	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160471	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	310350	ARAGUARI	0002160498	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	311860	CONTAGEM	0002143453	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	0002150875	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	0002150867	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	0002150433	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	314500	NOVA PONTE	0001763296	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
MG	314910	PEDRALVA	0002152444	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PA	150420	MARABÁ	0002140861	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	411150	IVAIPORÃ	0002141922	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	411200	JAGUARIAÍVA	0002124750	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	0002143534	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	0002147777	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	0002147890	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
PR	412340	SANTA FÉ	0002139014	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RJ	330480	SÃO FIDÉLIS	0002162636	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002078023	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002078031	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002078058	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002023008	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002153262	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002153254	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432080	SOLEDADE	0001996770	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432145	TEUTÔNIA	0002134373	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432145	TEUTÔNIA	0002134438	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151642	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151669	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151707	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002151715	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350160	AMERICANA	0002154544	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350160	AMERICANA	0002154307	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350160	AMERICANA	0002154552	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350160	AMERICANA	0002154560	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350160	AMERICANA	0002154579	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350170	AMÉRICO BRASILIENSE	0002143631	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350170	AMÉRICO BRASILIENSE	0002143658	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	350450	AVARÉ	0002146053	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351410	DOIS CÓRREGOS	0002155699	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	0002155060	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	0002155087	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351820	GUARARAPES	0002051273	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351880	GUARULHOS	0001883763	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351880	GUARULHOS	0001882848	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351880	GUARULHOS	0001884328	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351880	GUARULHOS	0002006820	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	351880	GUARULHOS	0001884360	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352280	ITAPORANGA	0002141426	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140896	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140926	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140942	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140969	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002134306	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002140977	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352340	ITATIBA	0001884522	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352340	ITATIBA	0001885529	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352340	ITATIBA	0001885979	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352590	JUNDIAÍ	0002116375	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352590	JUNDIAÍ	0002116413	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	352590	JUNDIAÍ	0002116502	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353050	MOCOCA	0002136570	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353240	NAZARÉ PAULISTA	0002143739	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353240	NAZARÉ PAULISTA	0002143755	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353340	NOVA ODESSA	0002131145	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353340	NOVA ODESSA	0002131293	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353340	NOVA ODESSA	0002131307	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353500	PALESTINA	0002157187	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353650	PAULÍNIA	0002105756	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353650	PAULÍNIA	0002105764	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353650	PAULÍNIA	0002105748	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999311	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001974483	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001974386	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001973746	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001729799	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999362	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0002144565	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0002144107	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999869	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999818	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999567	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	353870	PIRACICABA	0001999389	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	0002092891	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	0002134845	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354680	SANTA ISABEL	0001989545	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0002025809	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0002025825	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0002026201	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0002026325	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0002026058	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0002142058	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002088053	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002086948	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002087502	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	0002087987	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0001762893	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0001763148	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078643	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078635	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0001817892	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0001819313	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada

SP	355100	SÃO VICENTE	0001819542	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0001862618	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078589	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078597	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078619	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355100	SÃO VICENTE	0002078627	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355110	SARAPUÍ	0002163241	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355110	SARAPUÍ	0002162539	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0002144050	Equipe de Saúde Bucal com CH diferenciada
TOTAL	50 MUNICÍPIOS		169 EQUIPES DE SAÚDE BUCAL COM CH DIFERENCIADA	

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA GAB/SVS Nº 6, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Câmara Técnica Assessora para a Gestão da Família de Classificações Internacionais no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SECRETÁRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, do Decreto nº 9.795, de 11 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º - Instituir a Câmara Técnica Assessora para a Gestão da Família de Classificações Internacionais, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento, disseminação, manutenção e uso da Família de Classificações Internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS), no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS).

§1º A Câmara Técnica Assessora para a Gestão da Família de Classificações Internacionais será denominada "BR-FIC".

§2º São atribuições do BR-FIC:

a) contribuir no desenvolvimento, manutenção e revisão das classificações, terminologias e produtos-padrão (CTS), especificamente a Classificação Internacional de Doenças (CID) e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), com seus aspectos terminológicos e ontológicos relevantes;

b) apoiar a implantação de sistemas de informação, estatísticas e evidências nacionais e internacionais de informação em saúde;

c) apoiar o trabalho internacional com participação ativa no desenvolvimento, implementação, ensino, atualização, revisão, utilização, aperfeiçoamento, uso de ferramentas eletrônicas, terminologia e outras atividades de produtos CTS;

d) colaborar com os gestores locais com informações sobre a disponibilidade, adequação e aplicabilidade das classificações para diferentes fins;

e) promover a utilização dos produtos CTS por meio do desenvolvimento, formulação e compartilhamento de materiais de ensino, organização e realização de treinamentos em nível local, regional e global, em parceria com a OMS; e

f) contribuir para melhorar a qualidade na utilização da família de classificações, apoiando procedimentos de garantias de qualidade para os produtos de CTS, em coordenação com a OMS.

Art. 2º. O BR-FIC será coordenado pelo(a) Diretor(a) do Departamento de Análise de Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (DASNT), subordinado(a) à SVS, ou por seu substituto(a) formalmente designado(a).

Art. 3º. O BR-FIC será composto pelos seguintes representantes:

I - Secretário(a) de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;

II - Diretor(a) do Departamento de Análise de Saúde e Doenças Não Transmissíveis (DASNT)

III - Coordenador(a)-Geral de Informação e Análise Epidemiológica (CGIAE)

IV - Convidados especiais, escolhidos dentre os representantes integrantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), de segmentos do Poder Público, Autarquias, da Comunidade Científica e da sociedade, oriundos de instituições públicas e privadas, que estejam envolvidos técnica e cientificamente com o tema de debate.

Parágrafo único. No ato da reunião os participantes do BR-FIC deverão declarar a inexistência de conflito de interesses com o exercício de suas atividades públicas ou privadas e o tema de debate e, na eventualidade de existência de conflito de interesses, deverão abster-se de participar da discussão e de deliberar sobre o assunto.

Art. 4º. Os convidados especiais serão indicados pelo(a) Diretor(a) do DASNT/SVS/MS e convidados a participar do BR-FIC, formalmente, pelo Secretário de Vigilância em Saúde.

§1º. O convite deverá indicar o tema de abordagem, o local, data e horário da reunião.

§2º. As reuniões do BR-FIC devem ser gravadas e formalizadas em ata, que deverá conter o resumo das recomendações adotadas e a assinatura dos participantes.

Art. 5º. A coordenação do BR-FIC terá as seguintes atribuições:

I - coordenar as reuniões da Câmara Técnica Assessora;

II - indicar o nome dos(as) representantes legais de segmentos do Poder Público, das Autarquias, da Comunidade Científica e da sociedade, que participarão das reuniões do BR-FIC como convidados especiais;

III - após aprovação, encaminhar atas e relatórios técnico-científicos produzidos em reunião, para ciência e assinatura do Secretário de Vigilância em Saúde;

IV - autorizar a formalização de equipes de trabalho, sempre que necessário para desenvolver o tema de debate e as recomendações técnicas necessárias;

V - submeter à aprovação do Secretário de Vigilância em Saúde as recomendações técnico-científicas produzidas em reuniões ordinárias e extraordinárias do BR-FIC.

Art. 6º. Os integrantes do BR-FIC terão as seguintes competências:

I - participar das reuniões técnicas ordinárias e extraordinárias;

II - identificar, analisar, discutir, opinar e deliberar recomendações técnicas sobre o tema e/ou elaborar material técnico - científico para debate na Câmara Técnica Assessora;

III - solicitar ao(à) Diretor(a) do DASNT/SVS/MS, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, pedido de convocação de reunião extraordinária, com o objetivo de tratar de assunto relevante ou de urgência;

IV - indicar ao(à) Diretor(a) do DASNT/SVS/MS, o nome de especialistas ou de representantes de entidades públicas ou privadas, a fim de participar de debate ou tema específico;

V - acompanhar, debater e apresentar temas relevantes sobre a gestão e aplicação da família de classificações internacionais.

Art. 7º. O BR-FIC reunir-se-á a cada 06 (seis) meses ou, extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador.

§1º As reuniões serão formalizadas conforme o Termo de Referência anexo a esta portaria.

§2º Os participantes do BR-FIC não poderão indicar representantes ou substitutos no caso de impedimento no comparecimento às reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 8º. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão realizadas presencialmente, em Brasília/DF, ou virtualmente.

Art. 9º. A participação no BR-FIC é considerada atividade de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA ASSESSORA BR-FIC

1. Introdução

Breve descrição do histórico do assunto que será objeto de debate na reunião da Câmara Técnica Assessora.

(Apresentar resumo dos principais objetivos pretendidos pela Câmara Técnica Assessora - suficientes para justificar a realização de reunião).

2. Temas a serem discutidos

(Breve indicação dos propósitos que serão objeto de discussão no âmbito da câmara técnica).

Recomenda-se a criação de um regime de prioridades para as discussões, de forma a melhor organizar os trabalhos pretendidos.

3. Metas e Objetivos

(Apontar as metas e os objetivos que se pretende alcançar com a instalação da câmara técnica).

Obs: As metas são pontos amplos e abrangentes, que devem focar no projeto como um todo. Os objetivos, por sua vez, referem-se a pontos mais tangíveis e, preferencialmente, classificados em de curto, médio ou longo prazo.

4. Composição

(Indicar os participantes que farão parte da composição da câmara técnica, apontando o segmento por eles representado, bem como as associações ou entidades que representam. Embora não seja obrigatório, é recomendável incluir ainda as formas de contato com estes membros, como seu endereço de correio eletrônico e números de telefone).

5. Metodologia dos trabalhos.

(Especificar detalhes sobre o funcionamento pretendido para os trabalhos da câmara técnica).

Neste tópico, devem ser explicitados, obrigatoriamente, os seguintes pontos:

Data da Reunião.

Horário e Pauta.

Prazos para entrega de trabalhos/relatórios, se necessário.

6. Cronograma de atividades.

O cronograma deve incluir, obrigatoriamente, a indicação da data de início e de término dos trabalhos.

DATA xx/xx/xxxx.

ATIVIDADE:

OBJETIVO:

- Data máxima para conclusão dos trabalhos: xx/xx/xxxx.
- Conclusão dos trabalhos, entrega do objeto e apresentação do relatório final.

7. Considerações finais.

Espaço destinado a outras considerações, não constantes nos demais itens do termo de referência, mas cujo comunicado se faça importante.

CIDADE, DIA de MÊS de ANO.

_____

(Assinatura do Diretor)

APROVADO

_____

Secretário de Vigilância em Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO N° 30, DE 12 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 37, § 5º, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ao art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, e conforme deliberado em Circuito Deliberativo CD-DN 194/2021, de 9 de março de 2021, RETIRA O EFEITO SUSPENSIVO do recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação recursal, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Recorrente: CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA.

CNPJ: 02.248.312/0001-44

Processo nº: 25351.219360/2020-86

Expediente do recurso: 4067392/20-6

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

DESPACHO Nº 31, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD-DN 201/2021, de 9 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2º O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.
CNPJ: 50.248.780/0001-61
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.317575/2020-61
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Panbio COVID-19 IgG/IgM Rapid Test Device"
NÚMERO DO REGISTRO: 10071770901
LOTES APROVADOS: COV0042032,COV0042038, COV0052041, COV0052044, COV0052046, COV0052054, COV0052060, COV0042064, COV0042035 e COV0042036
PRAZO DE VALIDADE: 24 meses, contados a partir da data de fabricação

DESPACHO N° 32, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD-DN 201/2021, de 9 de março de 2021, resolve:

Art. 1° Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.
CNPJ: 50.248.780/0001-61
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.317575/2020-61
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Panbio COVID-19 IgG/IgM Rapid Test Device"
NÚMERO DO REGISTRO: 10071770901
LOTES NÃO APROVADOS: COV0042028, COV0042033, COV0042065, COV0052009, COV0052026, COV0052027, COV0052055, COV0052088 e COV0042029

DESPACHO N° 33, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD-DN 200/2021, de 9 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2º O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Quantum - Distribuição de Produtos Médicos LTDA.
CNPJ: 10.617.046/0001-08
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.307329/2020-00
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Leccurate - SARS-CoV-2 Antibody Test (colloidal gold immunochromatography)
NÚMERO DO REGISTRO: 80638410090
LOTES NÃO APROVADOS: 20CG2521X e 20CG2508X

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.083, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
Brolucizumabe
8/2021
25351.118556/2020-54 0530093/20-2
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.261329/2020-48 1035365/20-8
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
XmAb24306
20/2021
25351.466805/2020-15 4048128/20-0
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.574987/2020-05 4256006/20-3
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
Clinipace pesquisas clínicas do brasil limitada - 07.995.859/0001-27
Asapipranto
21/2021
25351.160375/2021-10 0920894/21-1
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.171966/2021-12 0952940/21-3
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos

RESOLUÇÃO RE Nº 1.084, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos por decurso de prazo (art. 36, RDC 09/2015), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

MERCK SHARP &DOHME FARMACEUTICA LTDA - 45.987.013/0001-34
MK-6482
49/2020
25351.575292/2020-32 4256929/20-0
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.085, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): J&D HAIR(TODOS);SEVICH(TODOS);CABOKI(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0952921/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a exposição à venda dos produtos sem registro em sites de e-commerce infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: Forever Company Cosméticos Ltda - CNPJ: 08.958.817.0001-89
Produto - (Lote): FOREVER LISS - CITRIC BRUSH H2O(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0973936/21-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto FOREVER LISS - CITRIC BRUSH H2O classifica-se como Grau 2 como Alisante Capilar e foi indevidamente notificado nesta Agência, sendo exposto à venda por meio do site: https://foreverliss.vteximg.com.br/arquivos/ids/158997-800-800/H2O.jpg?v=637099764057970000 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
3. Empresa: EDUARDO VIEIRA DE MORAES 22956136801 - CNPJ: 27.560.921/0001-65
Produto - (Lote): ÓLEO VEGETAL DE SEMENTE DE ABÓBORA(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0954530/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a fabricação, comercialização e exposição à venda do produto ÓLEO VEGETAL DE SEMENTE DE ABÓBORA, no sítio eletrônico https://magazinebemtevi.mercadoshops.com.br/MLB-1265160107-oleo-semente-de-abobora-1-litro-direto-da-fabrica-_JM sem registro ou notificação, produzido por empresa sem autorização de funcionamento (AFE) para a fabricação, infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.086, DE 15 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Bioideal Distribuidora de Produtos para Saúde Eireli - CNPJ: 24.793.688/0001-72
Produto - Apresentação (Lote): VÁRIOS;
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0970483/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da divulgação e comercialização de produtos da linha Floral Thérapi, contendo alegações terapêuticas em seus rótulos e em panfletos disponíveis em estabelecimentos, bem como por meio por meio do endereço eletrônico https://www.floraltherapi.com.br, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, por empresa sem autorização de funcionamento, Bioideal Distribuidora de Produtos para Saúde Eireli - ME, CNPJ: 24.793.688/0001-72, em desacordo com os arts. 2º., 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e considerando o previsto nos arts. 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
.....
2. Empresa: RAFAEL SILVA ROSARIO 12802226703 (RRFARMA) - CNPJ: 28.774.163/0001-40
Produto - Apresentação (Lote): SLIM EXCLUSIVO THERMO BLEND();
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0937424/21-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização

Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio dos sites https://www.rrfarmaemagrecimento.com.br/ e https://www.instagram.com/slim60capss/ do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, da empresa RR FARMA (CNPJ: 28.774.163/0001-40), fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem o produto.
.....
3. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DesconhecIdo
Produto - Apresentação (Lote): DESPIGMENTA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0955096/21-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio do site https://www.casadamicropigmentadora.com.br/ do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca "Despigmenta" , bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
4. Empresa: MEDICINAL FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO LTDA - ME - CNPJ: 04.380.004/0001-01
Produto - Apresentação (Lote): VÁRIOS
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0935128/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Propaganda
Motivação: Comprovação de divulgação irregular de preparações magistrais, por meio do site www.medicinalweb.com.br, incluindo alegações terapêuticas e posologia, em desacordo com os itens 5.14, 5.17.1, 5.17.4 e Anexo I, item 12.1 da RDC 67/2007 e art. 59 da Lei nº 6360/1976.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÕES DE 15 DE MARÇO DE 2021

Nº 17 - Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente Andrea Magalhães Glória - ME, CPF nº 416.XXX.XXX-34, nos autos do Processo nº 01400.005856/2005-44 e CONCEDO-LHE PROVIMENTO PARCIAL, mantendo a reprovação da prestação de contas do projeto cultural "Dom Helder Câmara o Santo Rebelde", Pronac nº 05-3941, com base nas razões contidas na Análise nº 9/2021/CAEPP/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretária de Gestão de Fundos e Transferências, no Parecer nº 00085/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no disposto no Despacho nº 00173/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

Nº 18 - Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente, o Instituto Fábrica do Futuro, CNPJ nº 10.676.238/0001- 95, nos autos do Processo nº 01400.035049/2013-66, e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas na Análise Técnica nº 6/2020/CAFIF/CGPCONT/SGFT/SE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, no Parecer nº 00044/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e no Despacho nº 00076/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto do Ministério do Turismo.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO
Ministro de Estado

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 149, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
205182 - VESHINANTAM LEVANECHA - História e Cultura para a Próxima Geração
ASSOCIACAO ISRAELITA BENEFICENTE BEIT CHABAD PERDIZES
CNPJ/CPF: 02.323.508/0001-56
Processo: 01400005173202026
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 31/05/2021
Resumo do Projeto: O projeto consiste em produzir um livro em português-hebraico sobre relatos históricos de famosos filósofos judeus que viveram entre as épocas de 1312 d.c até 1798 a.c, com o intuito de contribuir e agregar a cultura e a filosofia, pois não tem pesquisa sem uma cultura que lhe sirva de apoio. O produto da Contrapartida Social será oficinas de artes sobre os principais filósofos para estudantes e professores de instituições públicas de ensino.

205213 - DIDÁTICA DA ARTE
ASTA DOS REIS
CNPJ/CPF: 719.738.009-00
Processo: 01400005204202049
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 162.644,35
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Publicação de livro sobre a didática da arte; realização de exposição de desenhos a carvão com evento de lançamento do livro e oferecimento de palestras como contrapartida social.

205214 - QUANTO VALE?
Munari Produções EIRELI
CNPJ/CPF: 05.794.753/0001-30
Processo: 01400005205202093
Cidade: Osório - RS;
Valor Aprovado: R$ 368.465,33
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto fará a impressão de 3.000 livros QUANTO VALE? e 100 exemplares em braile que serão doados para 10 cidades do RS. O livro QUANTO VALE? é voltado para os alunos do 3º ao 7º ano do Ensino Fundamental e fala de educação financeira. De forma inteligente e criativa o autor propicia, que o leitor conheça de maneira lúdica, pequenos e introdutórios conceitos de economia, poupança, planejamento, investimento e cooperação. Além disso, será produzido um clipe de animação com os personagens do livro e a música que nasceu dele. O projeto também desenvolverá um jogo educativo inédito que será hospedado em um site, e disponibilizado gratuitamente para trabalhar educação financeira, incentivando os alunos a exercitarem os conceitos e o pensamento na busca do equilíbrio entre a necessidade, o desejo e o recurso disponível, instrumentalizando o professor em sala de aula. Após a doação dos livros e o trabalho dos professores, serão realizadas palestras com o autor, sendo duas em cada cidade.

205216 - Coleção de livros infantis: As Roupas e o Mundo
CASSOLI PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.455.079/0001-24
Processo: 01400005207202082
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 495.968,30
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Série de livros infantis e de oficinas abordando temas como amizade, memória, criatividade, reciclagem e preservação da natureza a partir douniverso das roupas e da moda.

205218 - ACASOS DO AMOR (1a EDIÇÃO)
ZUCCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 02.303.114/0001-36
Processo: 01400005209202071
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 400.391,64
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: ACASOS DO AMOR (1a EDIÇÃO) é um LIVRO ORIGINAL, inédito, na forma de comédia romântica, escrito por Gisela de Castro. O livro terá uma primeira tiragem de exemplares impressos e exemplares em formato e-book, ambos com distribuição gratuita. Faremos OFICINAS DE ESCRITA CRIATIVA, como contrapartida e UMA PALESTRA SOBRE PRODUÇÃO EDITORIAL.

205219 - Projeto Recicladinho, Uma Viagem Pelas Lendas do Meio Ambiente
CW Produções e Eventos LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.037.150/0001-56
Processo: 01400005210202004
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 414.753,07
Prazo de Captação: 16/03/2021 à 16/07/2021
Resumo do Projeto: O Projeto Recicladinho, Uma Viagem Pelas Lendas do Meio Ambiente tem alcance nacional e tem caráter complementar à educação fundamental. A proposta visa contribuir com a promoção e o desenvolvimento humano dos alunos de escolas publicas por meio da distribuição gratuita desta edição do livro.

PORTARIA Nº 150, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191554 - Teatro da Pedra - Manutenção e Programação
TEATRO DA PEDRA - ASSOCIACAO CULTURAL
CNPJ/CPF: 07.238.138/0001-72
Cidade: São João del Rei - MG;
Prazo de Captação: 13/03/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193321 - Plano Anual de Manutenção das Atividades Culturais da Casa de Vovó Dedé - 2020
CASA DE VOVÓ DEDÉ
CNPJ/CPF: 69.726.693/0001-09
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

194231 - Coral de Tijucas
Incentive Projetos e Eventos Ltda ME
CNPJ/CPF: 12.226.554/0001-90
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 26/02/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 151, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
204173 - Associação Casa Azul - Plano Anual 2021
Associação Casa Azul
CNPJ/CPF: 05.241.493/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 795.574,98
Valor total atual: R$ 5.180.329,02

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 5-E/SEF/SFO/CEA, DE 8 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade de "BE BOSSA NOVA CRIAÇÕES E PRODUÇÕES S/A" para "QUEROSENE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA" do projeto audiovisual para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

17-0321 SAVE THE DAY
Processo: 01416.020020/2017-34
Proponente: QUEROSENE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO - SP
CNPJ: 11.545.487/0001-04
Valor total aprovado: R$ 6.966.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.284.700,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.350.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.350.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2021

Art. 2º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2021, mantidos os mecanismos já aprovados.

17-0281 TRÓPICO
Processo: 01416.013906/2016-41
Proponente: BIDOU PICTURES BRASIL EIRELI
Cidade/UF: SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/ MA
CNPJ: 30.496.840/0001-58
18-0078 O QUE CABE DENTRO DE UMA VIDA?
Processo: 01416.000477/2018-11
Proponente: FERNANDO MOURA LEMES
Cidade/UF: CURITIBA - PR
CPF: 046.614.429-62
17-0523 A ARQUITETURA DE DUDA
Processo: 01416.024648/2017-17
Proponente: BEMBE FILMES SERVIÇOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA-ME
Cidade/UF: CAMPINA GRANDE / PB
CNPJ: 12.514.813/0001-89
16-0838 POR UM FIO
Processo: 01416.013304/2016-93
Proponente: BRONZE FILMES PRODUTORA LTDA
Cidade/UF: FLORIANÓPOLIS / SC
CNPJ: 02.736.672/0001-95

Art. 3º Autorizar a alteração de título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

20-0112 de "MÚSICA DE BRINQUEDO" para "MÚSICA DE BRINQUEDO - SEGUNDA TEMPORADA".
Processo: 01416.007902/2020-18
Proponente: ROTOMUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
Cidade/UF: BELO HORIZONTE / MG
CNPJ: 00.878.711/0001-86

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA CAROLINA DE ANDRADE MONTEIRO DE BARROS

DESPACHO DECISÓRIO Nº 5-E/SEF/SFO/CAP, DE 9 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

16-0277 DERRAPADA
Processo: 01416.001078/2016-06
Proponente: 3 TABELA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.107.296/0001-19
Valor total aprovado: R$ 5.105.930,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 855.000,00 para R$ 915.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 435.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.945.000,00 para R$ 2.050.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2021

Art. 2º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

18-0177 CORAÇÃO DE LEÃO
Processo: 01416.002391/2018-15
Proponente: CORAÇÃO DA SELVA TRANSMIDIA S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.508.188/0001-05
Valor total aprovado: R$ 9.180.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 750.000,00 para R$ 1.597.501,47
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2021
20-0112 MÚSICA DE BRINQUEDO
Processo: 01416.007902/2020-18
Proponente: ROTOMUSIC PRODUÇOES E EVENTOS LTDA
Cidade/UF: Belo Horizonte / BH
CNPJ: 00.878.771/0001-86
Valor total aprovado: R$ 926.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 278.000,00 para R$ 9.700,00
Valor aprovado no art. 39º da MP 2.228-1/01: de R$ 400.000,00 para R$ 870.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo até 31/12/2021, mantidos os mecanismos já aprovados.

16-0430 DIÁRIO DE VIAGEM
Processo: 01416.001716/2016-81
Proponente: PAULA UN MI KIM PRODUCOES ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.106.102/0001-75

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA CAROLINA DE ANDRADE MONTEIRO DE BARROS

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA IPHAN-GO Nº 3, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Suspensão Temporária de Contrato. Contratada: Construtora Amazonas Comércio e Indústria Ltda - CNPJ: 01.584.861/0001-27; Contratante: Superintendência do Iphan em Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77. Modalidade de licitação: Concorrência nº 01/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, considerando o constante no Ofício s/nº encaminhado pela Contratada, em decorrência do Decreto Municipal de Goiânia nº 1757/2021, resolve:

Art.1º Autorizar a suspensão temporária de execução do Contrato nº 06/2019, que tem como objeto a obra de restauração da Antiga Chefatura de Polícia, pertencente ao acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia. Data de início da suspensão: 09/03/2021, data final da suspensão: 14/03/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL



Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 6, DE 9 DE MARÇO DE 2021

(Sessão Telepresencial da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausente o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 5, referente à sessão telepresencial realizada em 2 de março de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-010.345/2020-5, TC-010.401/2020-2, TC-011.416/2020-3 e TC-011.881/2016-0, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-003.889/2020-3, TC-009.129/2020-0 e TC-016.318/2015-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-000.231/2016-9, TC-002.153/2020-3, TC-002.158/2020-5, TC-002.165/2020-1, TC-003.000/2017-6, TC-004.465/2014-8, TC-005.400/2019-8, TC-005.873/2015-0, TC-005.915/2019-8, TC-008.627/2020-7, TC-008.956/2020-0, TC-009.242/2020-1, TC-009.331/2020-4, TC-011.565/2015-2, TC-013.369/2015-6, TC-013.658/2016-6, TC-015.596/2020-6, TC-015.959/2020-1, TC-016.076/2016-8, TC-016.179/2015-3, TC-018.037/2015-1, TC-020.275/2017-0, TC-022.371/2016-8, TC-022.791/2019-1, TC-027.501/2019-1, TC-028.024/2015-0, TC-028.479/2015-7, TC-029.693/2014-4, TC-030.649/2019-6, TC-030.785/2019-7, TC-033.115/2015-0, TC-039.325/2019-9, TC-039.428/2019-2, TC-039.490/2019-0 e TC-039.690/2019-9, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-005.860/2019-9 e TC-035.910/2016-0, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-002.381/2020-6 e TC-032.839/2019-7, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

TC-005.344/2020-4, TC-005.663/2020-2, TC-005.804/2020-5 e TC-038.504/2018-9, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 3569 a 3982.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3484 a 3568, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-015.848/2006-3, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Giovani Bortolini e o Dr. Juliano Vieira da Costa não compareceram para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Paulo Jorge Sarkis.

Na apreciação do processo TC-010.253/2016-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Lucas Dames Corrêa de Sá não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Talita Gonçalves de Aguiar Linhares, José Luiz de Souza Santos e Luiz Carlos Bruno Machado.

TRANSFERÊNCIA DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos § 11 e § 12 do art. 112 do Regimento Interno e na Questão de Ordem nº 4, aprovada na Sessão Ordinária do Plenário de 11 de dezembro de 2019, a apreciação do processo TC-008.543/2018-6 (Ata nº 3/2021) foi transferida para a sessão telepresencial da Primeira Câmara de 16 de março de 2021.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 3484/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.848/2006-3.
1.1. Apensos: 005.758/2007-9; 008.844/2005-6; 007.518/2006-3; 013.790/2007-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Universidade Federal de Santa Maria (95.591.764/0001-05)
3.2. Responsáveis: Alberi Vargas (075.266.010-15); André Luís Kieling Ries (443.846.960-00); Antônio Sergio Freitas Farias (196.811.940-04); Athos Renner Diniz (195.129.960-49); Ben Hur José Machado Mac Ginity (143.415.730-04); Carlos Augusto Cunha Filho (369.569.700-82); Clovis Silva Lima (008.212.680-15); Fernando Bevilaqua Camponogara (430.988.510-15); Jorge Adaime Filho (303.168.800-78); Jorge Luiz Brum Ribeiro (303.196.920-00); Jose Horlando Rocha Martins (143.380.500-63); José Valmor Valente (401.131.750-00); João Pillar Pacheco de Campos (282.252.010-00); Lourdes Maria Pincolini (396.845.550-91); Luis Carlos Mortari (323.538.390-53); Nilza Luiza Venturini Zampieri (210.772.070-34); Odacir Tavares Machado (142.721.800-53); Odone Romeu Denardin (200.584.540-04); Paulo Jorge Sarkis (007.412.480-34); Roberto da Luz Junior (165.398.930-00); Wilson Jesus Pinto Parodia (323.156.860-91).
3.3. Recorrente: Paulo Jorge Sarkis (007.412.480-34).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal:
8.1. Giovani Bortolini (58747/OAB-RS) e outros, representando Paulo Jorge Sarkis.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Jorge Sarkis, em desfavor do Acórdão 6.107/2020-1ª Câmara, por meio do qual o TCU apreciou processo de contas anuais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), relativo ao exercício de 2005,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, não conhecer o recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Jorge Sarkis, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3484-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3485/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.917/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: José Diogo Drumond Neto (844.542.026-72); Ramiro Andrade Grossi e Cia Ltda. - EPP (08.724.369/0001-59)
3.2. Recorrente: Jose Diogo Drumond Neto (844.542.026-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Teixeiras - MG.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Cláudio Lúcio Drumond (93.386/OAB-MG) e outros, representando José Diogo Drumond Neto.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. José Diogo Drumond ao Acórdão 8.380/2020-1ª Câmara, que negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 4.791/2019-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo inalterada a decisão recorrida;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3485-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3486/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.609/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Sonia Dias da Silva (843.024.708-44).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito do Comando do Exército em favor da Sra. Sonia Dias da Silva,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Sonia Dias da Silva (843.024.708-44), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3486-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3487/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.675/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Alba Niria Marques do Nascimento Albuquerque (224.848.251-53).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido no âmbito do Superior Tribunal Militar em favor da Sra. Alba Niria Marques do Nascimento Albuquerque,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Alba Niria Marques do Nascimento Albuquerque (224.848.251-53), recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Superior Tribunal Militar que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência da presente deliberação ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3487-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3488/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.736/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão

3. Interessados: Crislane Santos dos Anjos Conceicao (039.569.715-82); Daniel Holzmann (293.286.518-83); Rafael Laufer (021.966.999-69).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões de pessoal efetuadas pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão da sra. Crislane Santos dos Anjos Conceicao e dos srs. Daniel Holzmann e Rafael Laufer;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 9.1, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da empresa, bem como providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação à sra. Crislane Santos dos Anjos Conceicao e aos srs. Daniel Holzmann e Rafael Laufer.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3488-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3489/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.771/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão

3. Interessados: Joelson Lima Santos (390.317.318-54); Lindemberg Luna de Araujo (050.655.084-29); Lucilene Vieira da Silva Costa (507.184.103-78).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões de pessoal efetuadas pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão da sra. Lucilene Vieira da Silva Costa e dos srs. Joelson Lima Santos e Lindemberg Luna de Araujo;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 9.1, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da empresa, bem como providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação à sra. Lucilene Vieira da Silva Costa e aos srs. Joelson Lima Santos e Lindemberg Luna de Araujo.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3489-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3490/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.812/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão

3. Interessados: Lilian Lopes de Carvalho (066.708.916-01); Luzia Correia de Santana (792.607.135-87); Rosilane da Conceição Gomes Meneses (023.509.445-57).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões de pessoal efetuadas pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão das sras. Lilian Lopes de Carvalho, Luzia Correia de Santana e Rosilane da Conceição Gomes Meneses;

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 9.1, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da empresa, bem como providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação às sras. Lilian Lopes de Carvalho, Luzia Correia de Santana e Rosilane da Conceição Gomes Meneses.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3490-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3491/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.833/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Antonio Alexandre Adaniya (048.422.099-33); Marlon Sagrillo Vieira (065.980.339-93); Thamiris Rodrigues Rocha (407.746.328-95).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissões de pessoal emitidos no âmbito da Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão dos Srs. Antonio Alexandre Adaniya (048.422.099-33), Marlon Sagrillo Vieira (065.980.339-93) e Thamiris Rodrigues Rocha (407.746.328-95);

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 9.1, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da empresa, bem como providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3491-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3492/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.856/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Eduardo Henrique da Silva Nascimento (341.669.028-14); Sidney da Silva Pereira Dias (338.360.588-47); Simone Reichwald Malschitzky (051.705.419-10).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissões de pessoal emitidos no âmbito da Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de admissão dos Srs. Eduardo Henrique da Silva Nascimento (341.669.028-14), Sidney da Silva Pereira Dias (338.360.588-47) e Simone Reichwald Malschitzky (051.705.419-10);

9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 9.1, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da empresa, bem como providencie o cadastramento de seu desligamento no sistema e-Pessoal;

9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3492-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3493/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.155/2013-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)
3. Recorrente: Jacqueline Silva do Bomfim (465.963.805-72)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas/SE
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Advogados constituídos nos autos: Roberta Moraes Coelho Calmon Teixeira Mazzei (OAB/BA 17.534), Miguel Calmon Dantas (OAB/BA 19.260) e outros

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4.707/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso;
9.2. quanto ao mérito, dar-lhe provimento parcial, sem efeitos infringentes, para integrar a decisão, esclarecendo que o dano ao erário decorreu da ausência de documentos suficientes para lastrear as despesas incorridas com recursos do SUS, bem como pela movimentação de recursos entre diferentes contas da saúde, sem a devida comprovação das despesas; e
9.3. dar ciência à recorrente e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe acerca do teor desta deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3493-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3494/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.170/2015-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ (29.138.328/0001-50); Washington Reis de Oliveira (013.118.467-94)
3.2. Recorrente: Washington Reis de Oliveira (013.118.467-94).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Danilo Botelho dos Santos (122.220/OAB-RJ) e outros, representando Washington Reis de Oliveira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Washington Reis de Oliveira ao Acórdão 13.376/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3494-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3495/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.701/2014-5.
1.1. Apenso: 020.752/2017-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65)
3.2. Responsável: Álvaro Aires da Costa (057.632.072-20)
3.3. Recorrente: Álvaro Aires da Costa (057.632.072-20).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Curralinho - PA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. José Fernando Santos dos Santos (14671/OAB-PA) e outros, representando Álvaro Aires da Costa.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Álvaro Aires da Costa ao Acórdão 4.490/2020-1ª Câmara, o qual conheceu e rejeitou embargos declaratórios opostos pelo mesmo responsável ao Acórdão 1.400/2019-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto, mantendo inalterado o Acórdão 1.607/2017-1ª Câmara, que, por sua vez, julgou suas contas irregulares, imputou-lhe débito e condenou-lhe ao pagamento da multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. receber os embargos de declaração como mera petição, sem efeito suspensivo, nos termos do artigo 287, § 6º, do Regimento Interno;
9.2. aplicar ao Sr. Álvaro Aires da Costa a multa prevista no artigo 58 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 298 do RI/TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão de oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;
9.3. esclarecer ao embargante que, nos termos do art. 1.026, § 3º do CPC c/c o artigo 298 do RI/TCU, a oposição de novos embargos de declaração com cunho protelatório ensejará o aumento da gradação da pena, bem como que a interposição de qualquer outro recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa;
9.4. ordenar à unidade técnica de origem que se abstenha de autuar como recurso expedientes apresentados pelo Sr. Álvaro Aires da Costa em desacordo com este acórdão;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;
9.6. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3495-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3496/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.727/2018-0.
1.1. Apenso: 022.945/2018-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)
3.2. Responsáveis: Bioquímica Distribuidora de Medicamentos Ltda (01.331.993/0001-47); Gerafarma Distribuidora e Representações Ltda (10.437.780/0001-95); Osvaldo Bonfim de Carvalho (470.427.533-72).
4. Órgão/Entidade: Piauí Secretaria de Saúde - Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Costa Alvarenga.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Jose Cicero Botelho, representando Bioquímica Distribuidora de Medicamentos Ltda.
8.2. Cleiton Leite de Loiola (2736/96/OAB-PI) e outros, representando Gerafarma Distribuidora e Representações Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS repassados ao Fundo Estadual de Saúde do Estado do Piauí, no exercício de 2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Osvaldo Bonfim de Carvalho (CPF 470.427.533-72) e da empresa Bioquímica Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 01.331.993/0001-47), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Débitos do Sr. Osvaldo Bonfim de Carvalho e de Bioquímica Distribuidora de Medicamentos Ltda.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
55.790,71	18/5/2010
11.241,60	18/5/2010

9.2. aplicar ao Sr. Osvaldo Bonfim de Carvalho (CPF 470.427.533-72) e à empresa Bioquímica Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 01.331.993/0001-47), individualmente, multa no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a presente data até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. julgar regulares com ressalva as contas da empresa Gerafarma Distribuidora e Representações Ltda. (CNPJ 10.437.780/0001-95), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 18 da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, caso seja de interesse dos responsáveis, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.6. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e
9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, aos demais interessados, à Advocacia-Geral da União, em face das informações constantes do processo anexo (TC 022.945/2018-0), e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, para a adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3496-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3497/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.280/2019-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
3.2. Responsáveis: José Augusto Sousa Veloso (175.859.103-04) e Orias de Oliveira Mendes (689.510.353-87)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Maranhão/MA
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo Rocha
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Nelson Sereno Neto (OAB/MA 7.936) e Irapoa Suzuki de Almeida Eloi (OAB/MA 8.853)

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados por força do Convênio 658.714/2009,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar regulares com ressalva as contas do sr. Orias de Oliveira Mendes (689.510.353-87), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do RITCU;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas do sr. José Augusto Sousa Veloso (175.859.103-04), condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
27/5/2010	397.696,58
14/11/2012	198.848,30

9.3. aplicar ao sr. José Augusto Sousa Veloso (175.859.103-04) multa no valor de R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c art. 267 do RITCU, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;
9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.6. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e
9.8. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis, ao FNDE e à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Maranhão/MA.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3497-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3498/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.933/2015-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)
3.2. Responsáveis: Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares (20.628.483/0001-80); Edmilson Soares dos Santos (458.688.836-91); Mário Costa Junior (289.625.086-72)
3.3. Recorrentes: Mário Costa Junior (289.625.086-72); Edmilson Soares dos Santos (458.688.836-91).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Allan Dias Toledo Malta (89177/OAB-MG) e outros, representando Mário Costa Junior;
8.3. Allan Dias Toledo Malta (89177/OAB-MG), representando Edmilson Soares dos Santos;
8.3. Andre Santana Zioto (122433/OAB-MG), representando Associação Comercial e Empresarial de Governador Valadares.

9. Acórdão:
VISTOS, relatado e discutido os recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Edmilson Soares dos Santos e Mário Costa Junior contra o Acórdão 13.732/2019-1ª Câmara, que apreciou tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo para apurar irregularidades na execução física e financeira do Convênio 1192/2008 (Siafi 633658), tendo por objeto a implantação do projeto "EXPOLESTE 2008 - 11ª Mostra Empresarial do Leste Mineiro de Governador Valadares/MG",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar a eles provimento, mantendo inalterado o Acórdão 13.732/2019-1ª Câmara;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3498-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3499/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.224/2016-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Geraldo Bezerra Veras (089.074.044-53); José Marconi Medeiros de Souza (020.459.664-53); Maria de Fátima Maciel (206.078.304-68); Vera Lúcia da Silva (738.786.264-87)
3.2. Recorrente: Maria de Fátima Maciel (206.078.304-68).
4. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
8. Representação legal:
8.1. Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21.359/OAB-DF) e outros, representando Maria de Fatima Maciel.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto pela Sra. Maria de Fátima Maciel contra o Acórdão 15.718/2018-1ª Câmara, que apreciou as contas anuais do Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial na Paraíba, relativo ao exercício de 2015,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar a eles provimento, mantendo inalterado o Acórdão 15.718/2018-1ª Câmara;
9.2. dar ciência desta deliberação a recorrente.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3499-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3500/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.126/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social ()
3.2. Responsável: Francisco Erasmo de Morais (199.360.104-00).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serra de São Bento - RN.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2012, para a execução dos serviços de Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial - PSE, no município de Serra de São Bento/RN,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do Sr. Francisco Erasmo de Morais (CPF: 199.360.104-00), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/1/2012	19,90
10/2/2012	19,90
15/2/2012	1.260,00
15/2/2012	1.260,00
12/3/2012	19,90
14/3/2012	1.525,00
10/4/2012	19,90
16/4/2012	2.700,00
16/4/2012	5.040,00
27/4/2012	1.144,48
7/5/2012	2.520,00
10/5/2012	19,90
17/5/2012	2.700,00
18/5/2012	572,24
23/5/2012	3.837,00
23/5/2012	1.256,08
23/5/2012	1.396,00
29/5/2012	1.350,00

8/6/2012	900,00
8/6/2012	2.520,00
11/6/2012	20,81
12/6/2012	572,24
13/6/2012	2.700,00
19/6/2012	1.022,24
26/6/2012	2.224,31
3/7/2012	2.892,30
6/7/2012	900,00
6/7/2012	2.520,00
10/7/2012	20,81
17/7/2012	374,00
19/7/2012	450,00
20/7/2012	4.799,80
24/7/2012	450,00
3/8/2012	4.750,00
3/8/2012	2.520,00
8/8/2012	856,80
9/8/2012	2.901,05
10/8/2012	20,81
31/8/2012	1.435,50
5/9/2012	3.775,81
10/9/2012	20,81
12/9/2012	2.520,00
14/9/2012	4.640,00
19/9/2012	1.500,00
2/10/2012	11.800,00
2/10/2012	1.000,00
2/10/2012	7.400,00
3/10/2012	560,00
5/10/2012	14.240,00
5/10/2012	2.912,00
5/10/2012	10.978,00
10/10/2012	20,81
19/10/2012	200,00
19/10/2012	860,00
29/10/2012	3.198,80
30/10/2012	1.310,00
1º/11/2012	900,00
1º/11/2012	2.520,00
9/11/2012	1.350,00
3/12/2012	572,24
3/12/2012	2.520,00
7/12/2012	3.270,00
12/12/2012	350,00
18/12/2012	1.498,20
21/12/2012	734,29
28/12/2012	2.229,90
28/12/2012	1.344,35
28/12/2012	7.567,50
31/12/2012	157,00
31/12/2012	158,00

9.2. aplicar ao Sr. Francisco Erasmo de Morais (CPF: 199.360.104-00), com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443 de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Cidadania e ao responsável.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3500-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3501/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.577/2020-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ruth Bicudo Coluccini (086.328.518-02).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de pensão civil instituída por ex-servidor da Receita Federal do Brasil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, em:

9.1. considerar ilegal e denegar registro ao ato de pensão civil instituída pelo sr. Ângelo Coluccini em favor da sra. Ruth Bicudo Coluccini;

9.2. determinar ao Ministério da Economia que:

9.2.1. dê ciência desta deliberação à sra. Ruth Bicudo Coluccini no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.2.2. na hipótese de desconstituição das decisões judiciais proferidas nos Mandados de Segurança 35.498, 35.410, 35.490, 35.494 e 35.500 em trâmite no Supremo Tribunal Federal, faça cessar o pagamento da parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, à beneficiária da pensão, por ser incompatível com o artigo 40, caput e §§ 1º, § 2º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3501-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3502/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.697/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Luiz Fernando de Andrade Blanco (296.316.881-00).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Luiz Fernando de Andrade Blanco no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Luiz Fernando de Andrade Blanco e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3502-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3503/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.892/2021-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão
3. Interessados: Maiara Paula de Araújo (415.361.598-67); Marcos Vieira Cintra (121.079.576-06) e Maria Aparecida Romanha (124.274.717-63)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de admissão oriundos da Caixa Econômica Federal.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Maiara Paula de Araújo, Marcos Vieira Cintra e Maria Aparecida Romanha e negar-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade do concurso público que deu origem à admissão dos interessados;
9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3503-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3504/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.945/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV- Atos de Admissão.
3. Interessados: Christian de Cassia Esteves Galdino (012.206.416-00); Danielle Cicera Felicio de Andrade (045.991.886-97); Pedro Paulo Lopes Ligorio (104.079.816-08).
4. Unidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Caixa Econômica Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão de Christian de Cassia Esteves Galdino, Danielle Cicera Felicio de Andrade e Pedro Paulo Lopes Ligorio e negar-lhes registro;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade do concurso público que deu origem à admissão dos interessados;
9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3504-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3505/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.628/2020-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Associação Cultural Mundo Brasil (06.075.988/0001-34); Mariza Versiani Formaggini (051.506.857-80).
4. Unidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela ausência de documentos comprobatórios das despesas efetuadas com o valor da contrapartida do Convênio de Cooperação 352/2006-MINC/FNC.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 212 do Regimento Interno, em:
9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3505-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3506/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.330/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Helio Warley Fernandes de Brito (585.129.932-00).
4. Unidade: Município de Quatipuru/PA.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Hélio Warley Fernandes de Brito, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2016.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão desta 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e §§2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210, 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 267 do Regimento Interno, em:
9.1. declarar revel Hélio Warley Fernandes de Brito;
9.2. julgar irregulares as contas de Hélio Warley Fernandes de Brito e condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
7/12/2016	25.578,00
5/1/2016	36.564,00
4/3/2016	24.486,00
6/4/2016	24.486,00
6/5/2016	24.486,00
3/6/2016	24.486,00
7/7/2016	24.486,00
8/8/2016	31.038,00
8/9/2016	25.578,00
6/10/2016	25.578,00
8/11/2016	25.578,00

9.3. aplicar a Hélio Warley Fernandes de Brito multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, caso venha a ser solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;
9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;
9.8. alertar o responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;
9.9. dar ciência desta decisão ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste Acórdão e do Relatório e do Voto que o fundamentaram está disponível para consulta no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3506-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3507/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.982/2020-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessadas: Adelita Azevedo e Araujo (114.157.031-91); Ana Maria Vasconcellos Dagnino Falcao (185.181.091-91); Claudia da Silva Zaupa (585.024.591-04); Eliana Rosa de Almeida (287.748.506-44); Helena Maria Magalhaes Bittencourt (225.064.971-53); Maria de Fatima da Silva Zaupa (279.309.551-68); Maria de Lourdes Soares Gonche (150.841.671-00); Risalva Barroso Rocha (112.515.302-49)
4. Unidade: Comando do Exército
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os atos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, incisos III da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §§ 1º e 5º, e 262, caput e inciso II do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de Marino Gonche (peça 3) e Ondamar Rocha (peça 6);
9.2. considerar ilegais os atos de Jayme Martins Falcão (peça 2), Vivaldo Bernardes de Almeida (peça 4), Waldir Bittencourt (peça 5) e Benito Zaupa (peça 7), negando-lhes registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas;

9.4. esclarecer à unidade de origem que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, livres das irregularidades apontadas nestes autos;

9.5. determinar ao Comando do Exército que:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.5.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação aos pensionistas, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.5.3. alerte aos pensionistas que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5.4. regularize o posto/graduação que serve de base para o cálculo dos proventos das pensões militares instituídas por Jayme Martins Falcão, Vivaldo Bernardes de Almeida, Waldir Bittencourt e Benito Zaupa;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicada nos subitens 9.4 e 9.5.4. supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3507-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3508/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.642/2020-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessadas: Aurora Cristina Sperli Geraldes (074.970.198-64), Nair Haruko Yamada Basso (026.439.028-82) e Rejane de Toledo (238.078.302-00)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os atos de concessão inicial de aposentadoria de três ex-servidoras do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V; 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII, 259, inciso II e 262, inciso II do Regimento Interno, bem como na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Aurora Cristina Sperli Geraldes, Nair Haruko Yamada Basso e Rejane de Toledo e negar-lhes registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. promova, nos casos dos atos de aposentadoria de Aurora Cristina Sperli Geraldes e Nair Haruko Yamada Basso, o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporadas pelas interessadas em decorrência do exercício de funções comissionadas posteriormente a 08/04/1998, transformando-as em parcelas compensatórias a serem absorvidas por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.1.2. faça cessar, no caso do ato de aposentadoria de Rejane de Toledo, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária; e

9.3.1.3 informe as interessadas sobre a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, no caso de desprovimento de seus apelos.

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.2.1. encaminhe os comprovantes, com as datas em que as interessadas tomaram conhecimento deste acordão, bem como as informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 9.3.1.1; e

9.3.2.2. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os a este Tribunal.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3508-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3509/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.348/2020-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Lucas Marega Giardulo (211.371.376-49).

4. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Lucas Marega Giardulo no cargo de Engenheiro da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II e 262, inciso II do Regimento Interno, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Triângulo Mineiro que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do pagamento da parcela de "quintos/décimos" incorporada pelo interessado em decorrência do exercício de funções comissionadas posteriormente a 4/9/2001;

9.3.1.2. promova o destaque da parcela excedente de "quintos/décimos" incorporada pelo interessado em decorrência do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.1.3 comunique a Lucas Marega Giardulo a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.2.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dela tomar conhecimento e informações sobre as providências implementadas para cumprimento dos subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2; e

9.3.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3509-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3510/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 001.995/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Maria Lucia Miranda Alvares (158.304.892-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Maria Lúcia Miranda Alvares em face do Acórdão 11.539/2020-TCU-Primeira Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que, preliminarmente à emissão de novo ato em favor da recorrente, verifique se a Sra. Maria Lucia Miranda Alvares está de fato amparada pela decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do processo 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília, seguindo o entendimento mais recente do STF no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, quanto à manutenção definitiva dos quintos incorporados pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender do caso concreto da recorrente;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3510-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3511/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.704/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Joana Darc Queiroga Mendonca Coutinho (219.302.104-00).

4. Entidade: Município de Massaranduba/PB.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Joana Darc Queiroga Mendonça Coutinho, ex-prefeita de Massaranduba/PB (gestão 1/1/2013 a 31/12/2016), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento de Jovens e Adultos (Peja), no exercício de 2013;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. julgar irregulares as contas de Joana Darc Queiroga Mendonça Coutinho (CPF 219.302.104-00), ex-prefeita de Massaranduba/PB, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar a responsável identificada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3/1/2013	41.933,75
8/8/2013	41.933,75

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, à Sra. Joana Darc Queiroga Mendonça Coutinho (CPF 219.302.104-00), no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7. dar ciência da presente deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à responsável.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3511-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3512/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 004.122/2017-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsável: Alberto Olavo de Carvalho (014.298.929-00).

4. Entidade: Município de Ponta Grossa - PR.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Oldemar Mariano (OAB/PR 4.591) e outros, representando Alberto Olavo de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Alberto Olavo de Carvalho, secretário Municipal de Saúde de Ponta Grossa/PR à época dos fatos, em razão da não comprovação de despesas referentes aos Termos de Parceria 001/2005, 004/2005, 006/2005, 007/2005 e 008/2005, celebrados entre o então Instituto de Saúde de Ponta Grossa (ISPG) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Associação Beneficente dos Campos Gerais Madre Paulina, custeados com recursos do SUS transferidos ao referido município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Alberto Olavo de Carvalho, CPF 014.298.929-00, falecido, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RITCU;

9.2. condenar o espólio ou os herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, até o limite do patrimônio transferido, do Sr. Alberto Olavo de Carvalho, CPF 014.298.929-00, nos termos dos art. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, do RITCU, ao pagamento das quantias constantes das tabelas a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
6/6/2005	70.000,00
6/6/2005	127.539,00
6/6/2005	4.471,45
7/7/2005	30.663,33
7/7/2005	108.770,62
7/7/2005	10.545,57
7/7/2005	4.832,79
4/8/2005	54.962,32
4/8/2005	77.109,79
4/8/2005	8.251,14
4/8/2005	4.832,79
31/8/2005	6.907,19
31/8/2005	19.204,08
31/8/2005	1.783,37
6/9/2005	82.600,00
6/9/2005	38.804,83
6/9/2005	4.832,79
6/9/2005	8.257,77
29/9/2005	14.315,08
29/9/2005	22.686,10
4/10/2005	177.107,22
7/10/2005	15.149,31
7/10/2005	4.685,16
7/10/2005	6.755,95
7/10/2005	59.056,98
31/10/2005	26.922,11
31/10/2005	2.331,46
31/10/2005	2.666,98
31/10/2005	5.007,26
3/11/2005	59.000,00
3/11/2005	4.037,54
3/11/2005	3.300,00
30/11/2005	2.512,56
30/11/2005	4.235,00
5/12/2005	59.100,00
5/12/2005	241,46
5/12/2005	3.964,90
5/12/2005	703,89
5/12/2005	359,80
5/12/2005	988,26
5/12/2005	1.044,88
5/12/2005	4.037,54
5/12/2005	21.263,83
21/12/2005	300,00
21/12/2005	255,02
21/12/2005	370,73
21/12/2005	2.568,13
21/12/2005	3.585,99
28/12/2005	2.133,37
29/12/2005	711,78
29/12/2005	13.490,56
29/12/2005	25.952,65
29/12/2005	2.678,17
29/12/2005	198,26
29/12/2005	4.000,00
29/12/2005	276,65
29/12/2005	2.812,64
29/12/2005	24.861,84

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida mencionada, caso solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, fixando ao devedor o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e mensalmente, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-o que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. remeter cópia desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do art. 209, § 7º, do RITCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. encaminhar cópia desta decisão ao Fundo Nacional de Saúde e ao responsável.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3512-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3513/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.669/2021-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Cláudio Pena Rocha (416.699.756-49); Fernando Fernandes Fortes (156.421.786-87); Jussara Terra Resende Silva (736.066.426-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Cláudio Pena Rocha (416.699.756-49), Fernando Fernandes Fortes (156.421.786-87) e Jussara Terra Resende Silva (736.066.426-87), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novos atos de aposentadoria, livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta dias), consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3513-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3514/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.787/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Daniele Amorim Aita (880.407.553-87); Danielle Melo Paiva (706.268.983-15); Deusdedit Castelo Branco de Andrade (004.363.033-29).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Daniele Amorim Aita (880.407.553-87), Danielle Melo Paiva (706.268.983-15) e Deusdedit Castelo Branco de Andrade (004.363.033-29), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001448-14.2013.5.22.0002, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão liminar que suspendeu o curso do prazo de validade dos concursos 02/2012 e 03/2012, por prazo indeterminado;
9.3. dar ciência deste acórdão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3514-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3515/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.791/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Daniella da Silva Sousa (027.380.083-30); Eriberto Isan Tavares Teixeira (754.361.322-00); Pedro dos Santos Oliveira (253.074.522-68).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Daniella da Silva Sousa (027.380.083-30), Eriberto Isan Tavares Teixeira (754.361.322-00) e Pedro dos Santos Oliveira (253.074.522-68), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 1035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão que suspendeu o curso do prazo de validade do concurso público dado pelo edital de seleção externa 11/2011, por prazo indeterminado;
9.3. dar ciência deste acórdão à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3515-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3516/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.849/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Eduardo da Silva Pinto (417.671.442-53); João Neto Pereira da Silva (958.084.501-87); Silvania Marques Iarrocheski (743.637.602-06).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Eduardo da Silva Pinto (417.671.442-53), João Neto Pereira da Silva (958.084.501-87) e Silvania Marques Iarrocheski (743.637.602-06), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3516-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3517/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.875/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Kalino Cristiano de Oliveira Pereira (024.865.014-95); Luciano Campos Farias (032.539.976-00); Rafael Silva Rodrigues (087.209.306-90).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Kalino Cristiano de Oliveira Pereira (024.865.014-95), Luciano Campos Farias (032.539.976-00) e Rafael Silva Rodrigues (087.209.306-90), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3517-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3518/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.896/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Diego Mariano de Moura Silva (012.178.002-39); Everton Lopes Pedroza (725.926.212-53); Rodrigo de Souza Silva (091.655.527-50).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Diego Mariano de Moura Silva (012.178.002-39), Everton Lopes Pedroza (725.926.212-53) e Rodrigo de Souza Silva (091.655.527-50), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3518-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3519/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.937/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Juan Marcelo Guzman Sierpinski (032.708.881-80); Júlio Cesar Pires dos Reis (029.456.641-43); Mauri Jose Prohmann de Lima (772.613.729-00).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Juan Marcelo Guzman Sierpinski (032.708.881-80), Júlio Cesar Pires dos Reis (029.456.641-43) e Mauri Jose Prohmann de Lima (772.613.729-00), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3519-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3520/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.944/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados: Erismar Gomes Pinhão (002.369.131-07); Ricardo Philippi (048.179.879-01); Ronaldo Rodrigues da Costa (316.682.148-14).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de admissão emitidos pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de admissão emitidos em favor de Erismar Gomes Pinhão (002.369.131-07), Ricardo Philippi (048.179.879-01) e Ronaldo Rodrigues da Costa (316.682.148-14), negando os respectivos registros;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3520-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3521/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.000/1999-2.
1.1. Apensos: 003.886/1998-0; 004.497/1998-8; 003.864/1998-7; 927.254/1998-0; 007.646/1999-2; 002.696/2003-8; 929.718/1998-4; 001.585/2003-4; 010.523/1997-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Prestação de Contas).
3. Recorrente: Noélia Maria Maués Dias Nascimento (208.271.052-15).
4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Alexandre Pereira Bonna (OAB/PA 18939) e outros, representando Noélia Maria Maués Dias Nascimento.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Noélia Maria Maués Dias Nascimento, em face do Acórdão 27/2021-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência da presente deliberação à embargante.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3521-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3522/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.314/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Sandra Regina Ribeiro da Rocha Souza (115.681.191-00).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Elaine Cristina Gomes (OAB/DF 26.873) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Sandra Regina Ribeiro da Rocha Souza em face do Acórdão 9.282/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. nos termos da Questão de Ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011 (Ata 22/2011), encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral de União (AGU) e à Conjur/TCU as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 1029818-14.2020.4.01.0000, em trâmite no TRF-1ª Região;
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3522-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3523/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.253/2016-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Talita Gonçalves de Aguiar (740.572.007-20); José Luiz de Souza Santos (301.277.507-20); Luiz Carlos Bueno Machado (113.393.907-44).
4. Entidade: Município de Casimiro de Abreu - RJ.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Lucas Dames Corrêa de Sá (OAB/RJ 126.191).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Luiz Carlos Bueno Machado, José Luiz de Souza Santos e Talita Gonçalves de Aguiar contra o Acórdão 2.331/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. não conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, uma vez caracterizada a intempestividade e a não apresentação de fatos novos;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), ao Fundo Nacional de Saúde, à Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu/RJ e aos recorrentes.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3523-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3524/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.311/2018-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13)
3.2. Responsável: Janethe Deolina de Oliveira Pena (756.497.996-87).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Humberto Pellegrini Carizzi (OAB/MG 86.610) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor da Sra. Janethe Deolina de Oliveira Pena, pesquisadora beneficiária de recursos financeiros para o auxílio à pesquisa no âmbito dos processos originais 54.0637/2001-7, 47.9491/2001-1, 45.2246/2003-2 e 30.8915/2003-8, em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais a ela repassados, em face da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos no âmbito dos processos mencionados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Janethe Deolina de Oliveira Pena (CPF 756.497.996-87), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, I e III, do RI/TCU;
9.2. condenar a responsável mencionada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, abatendo-se, na oportunidade, quantia(s) eventualmente ressarcida(s):

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
9.928,68	20/9/2002
19.857,32	4/10/2002
0,61 (C)	30/11/2004
418,69 (C)	15/3/2005
7.438,00	16/4/2002
3.719,00	3/5/2002
3.719,00	3/6/2002
3.719,00	3/7/2002
3.719,00	2/8/2002
3.719,00	2/9/2002
300,00	4/2/2003
919,00	6/3/2003
919,00	2/4/2003
919,00	2/5/2003
919,00	2/6/2003
919,00	2/7/2003
919,00	4/8/2003
919,00	2/9/2003
919,00	2/10/2003
919,00	4/11/2003
919,00	2/12/2003
919,00	6/1/2004
919,00	3/2/2004
919,00	3/3/2004
919,00	5/4/2004
919,00	5/5/2004
19.934,00	23/1/2002
126,21 (C)	23/9/2004
10.000,00	15/4/2004
7.570,60 (C)	15/7/2005
887,42	3/6/2004
887,42	5/7/2004
887,42	4/8/2004
887,42	2/9/2004
887,42	4/10/2004
887,42	4/11/2004
887,42	26/11/2004
887,42	30/12/2004
887,42	2/2/2005
887,42	2/3/2005
887,00	5/4/2005
887,00	3/5/2005
887,00	2/6/2005
887,00	4/7/2005
887,00	3/8/2005
887,00	2/9/2005
887,00	4/10/2005
887,00	4/11/2005

887,00	2/12/2005
887,00	28/12/2005
887,00	3/2/2006

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida mencionada, caso solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do RITCU, fixando ao devedor o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e mensalmente, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-o que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. encaminhar cópia desta decisão ao CNPq para conhecimento e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3524-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3525/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.055/2020-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Flor de Maria Pires Mendes (062.448.403-30).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal do Maranhão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º e 5º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar a Sefip que:

9.1.1. faça consignar, na base de dados do sistema Sisac, a anotação de registro tácito do ato emitido em favor da Sra. Flor de Maria Pires Mendes (062.448.403-30);

9.1.2. obtenha, junto à Universidade Federal do Maranhão, os elementos necessários à aferição da regularidade do pagamento da parcela judicial atualmente presente nos proventos da Sra. Flor de Maria Pires Mendes, no valor de R$ 6.107,92, a exemplo da memória de cálculo da referida parcela e dos tempos ocupados pela interessada em funções comissionadas, e, uma vez identificada eventual irregularidade, adote, se for o caso, as providências cabíveis para sua revisão de ofício.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3525-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3526/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.316/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Rudimar Andre Marca (368.446.409-00); Vanda Maria Locks (524.000.009-30).

4. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Rudimar Andre Marca (368.446.409-00) e Vanda Maria Locks (524.000.009-30), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. exclua a parcela "VB.COMP.ART.15 L11091/05" nos proventos dos inativos Rudimar Andre Marca e Vanda Maria Locks;

9.2.3. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3526-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3527/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.470/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Liege Maria Menezes Rodrigues (650.678.272-20); Jucelia Magalhães Taveira (647.618.352-49); Joel Rodrigues Lobo (305.268.411-68) e Antônio Carlos Rosa (133.985.553-49).

4. Entidade: Município de Careiro - AM.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Helton Francisco de Sousa Carvalho (OAB/AM 9.356) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que, nesta fase, cuidam de recursos de reconsideração interpostos por Antônio Carlos Rosa, Joel Rodrigues Lobo, Jucélia Magalhães Taveira e Liege Maria Menezes Rodrigues contra o Acórdão 2.390/2020-TCU-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, por atenderem aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. notificar os recorrentes da presente decisão.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3527-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3528/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.721/2017-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Município de Araporã/MG (23.098.510/0001-49); Ronaldo Sandre (619.838.536-15); Valdir Inácio Ferreira (123.789.336-49).

4. Entidade: Município de Araporã/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Amanda Correa Fernandes (OAB/MG 167.317); Rodrigo Ribeiro Pereira (OAB/MG 83.032); Daniel Ricardo Davi Sousa (OAB/MG 94.229); Haiala Alberto Oliveira (OAB/MG 98.420) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Funasa - Fundação Nacional de Saúde em desfavor dos Srs. Ronaldo Sandre e Valdir Inácio Ferreira, ex-prefeitos, e do município de Araporã/MG, em razão da impugnação total das despesas do Termo de Compromisso/PAC 515/2009, firmado entre a Funasa e mencionada municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Valdir Inácio Ferreira (123.789.336-49) e Ronaldo Sandre (619.838.536-15), e pelo Município de Araporã/MG (23.098.510/0001-49);

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, regulares as contas dos Srs. Valdir Inácio Ferreira (123.789.336-49), Ronaldo Sandre (619.838.536-15), e do município de Araporã/MG (23.098.510/0001-49), dando-lhes quitação plena;

9.3. enviar cópia desta decisão à Fundação Nacional de Saúde, ao Município de Araporã/MG e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3528-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3529/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.064/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Antônio Francisco Xavier (221.292.001-68); Heloisa Londe Morato Fontenelle (266.381.931-04); Jacy Maria Lima Minervino (339.807.211-91); Maria José Barbosa da Silva (120.102.941-49); Pedro Jorge Gomes Farias (183.960.031-49).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Antônio Francisco Xavier (221.292.001-68), Heloisa Londe Morato Fontenelle (266.381.931-04), Jacy Maria Lima Minervino (339.807.211-91), Maria José Barbosa da Silva (120.102.941-49) e Pedro Jorge Gomes Farias (183.960.031-49), recusando os respectivos registros;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. retifique, nos proventos de Maria José Barbosa da Silva, o percentual de anuênios atualmente percebido, excluindo do cômputo da referida vantagem, os períodos averbados de 1/7/1973 a 28/2/1975 e 7/3/1975 a 9/9/1977, uma vez que não há fundamento para averbar, para esse fim, tempo de serviço prestado com rompimento de vínculo jurídico com a Administração Pública;

9.2.2. avalie, para cada um dos interessados nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.00.2.008895-7, impetrado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal, adotando como referência pata tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para ser beneficiário do mencionado mandado de segurança, se fazem necessárias: (i) autorização expressa dos interessados para que a referida entidade associativa pudesse representá-los no mandado de segurança mencionado; e (ii) comprovação de que, à época do protocolo do mandado de segurança, os interessados eram filiados à referida associação;

9.2.3. após a verificação do subitem 9.2.2, aplique, para as parcelas decorrentes da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;

9.2.4. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3529-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3530/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.427/2019-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Ana Lucia Rego Queiroz (309.816.621-53).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Ana Lucia Rego Queiroz em face do Acórdão 8.786/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3530-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3531/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.286/2019-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Manoel Jose de Sousa (011.742.663-68); José Rodrigues Damasceno (CPF: 471.797.834-04.
4. Entidade: Município de Caldeirão Grande do Piauí - PI.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Lucas Rafael de Alencar Mota Silva (OAB/PI 15.653).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor dos ex-prefeitos de Caldeirão Grande do Piauí/PI Sr. José Rodrigues Damasceno (1/1/2001 a 6/4/2004) e Sr. Manoel José de Sousa (6/4/2004 a 31/12/2008), em razão da utilização indevida do saldo de rendimentos de aplicação financeira e da execução parcial do Convênio 1515/2005, celebrado entre a autarquia e o mencionado município, tendo por objeto a execução de sistemas de abastecimento de água;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual o espólio do Sr. José Rodrigues Damasceno (CPF: 471.797.834-04;

9.2. julgar irregulares as contas de Manoel Jose de Sousa (011.742.663-68), ex-prefeito do Município de Caldeirão Grande do Piauí - PI, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3. condenar o responsável mencionado no subitem anterior, nos termos dos art. 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, do RITCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Funasa:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
30.511,79	25/6/2004
59.909,00	21/9/2006
1.403,40	12/3/2008

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida mencionada no subitem 9.3, caso solicitado, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, fixando ao devedor o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e mensalmente, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-o que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. remeter cópia desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para a adoção das medidas cabíveis;

9.6. notificar a Funasa e os responsáveis acerca da presente decisão.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3531-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3532/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 037.439/2018-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Abdias Patrício Oliveira (001.303.973-34).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itaitinga - CE.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Abdias Patrício Oliveira (peça 82), contra o Acórdão 8.388/2019-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, consoante arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3532-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3533/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.386/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Elcy Leal da Cunha (149.161.342-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Maria Lúcia Miranda Alvares (OAB/PA 27.710) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Elcy Leal da Cunha em face do Acórdão 3.770/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3533-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3534/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.857/2018-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Ângelus Cruz Figueira (025.594.982-00).
4. Entidade: Município de Manacapuru/AM.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando Ângelus Cruz Figueira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, agora em fase de recurso de reconsideração contra o Acórdão 6.849/2020-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3534-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3535/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 043.222/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados: Ana Leticia de Carvalho Moretzsohn (318.919.001-10); Ana Maria Ribeiro Portes (563.545.091-15); Guilherme Portes Rodrigues (033.879.671-10); Hercilia Maria Ribeiro Pontes (619.876.031-68); Maria Carmem de Carvalho Moretzsohn (309.894.931-72); Marina Souto Abrantes (255.357.388-08); Mariza Abrantes de Sousa (151.807.271-20); Nilza Maria Ribeiro Portes (634.830.681-04); Rosa Maria Ribeiro Portes (417.601.231-53); Sueli Martins de Andrade (647.787.201-30); Veraluce de Castro Peres (870.418.041-00).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão militar emitidos pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de concessão de pensão militar instituídos por Milton Abrantes (062.206.227-15), Arthur Peres Filho (075.808.867-15), Celso Almada de Andrade (226.964.907-91), Nilvo Portes (019.183.626-53) e José Moretzsohn (019.065.857-68);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. proceda à regularização dos soldos que servem de base de cálculo para os proventos das pensões militares em análise;
9.3.3. emita novos atos de pensão militar, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.4. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército; e
9.3.5. comunique imediatamente aos interessados o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3535-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3536/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 044.164/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados: Gleide Maria de Souza Matos (357.996.504-25); Gloria Maria dos Santos Souza de Melo (963.619.807-15); Jurema Maria Bacelar Vieira (584.648.167-15); Maria Geralda Costa de Souza (254.413.884-04); Maria Isabel Teixeira (631.544.397-49); Maria Madalena de Oliveira Melo (668.448.787-53); Maria Marques de Souza (960.724.407-97); Rafael do Nascimento Quevedo (709.365.901-22); Tilma Selesque (706.343.357-15).
4. Órgão: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de pensão militar emitidos pelo Comando da Marinha;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais e negar registro aos atos de concessão de pensão militar instituídos por Washington de Souza (025.630.454-87), Júlio Freitas de Melo (072.538.347-04), Octacílio Marques de Quevedo (074.271.401-25), Francisco de Souza Filho (060.871.917-04) e Neudimar Vieira da Silva (240.647.697-91);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando da Marinha que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. proceda à regularização dos soldos que servem de base de cálculo para os proventos das pensões militares em análise;
9.3.3. esclareça à Sra. Maria Isabel Teixeira, beneficiária da pensão militar instituída por Neudimar Vieira da Silva, que ela poderá optar por apenas um dos dois benefícios que atualmente percebe;
9.3.4. emita novos atos de pensão militar, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.5. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha; e
9.3.6. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3536-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3537/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.659/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Antônia Estelita Matias (281.835.331-91); Jurandir Rodrigues do Nascimento (149.698.071-91); Ruy dos Santos Siqueira (152.355.131-34).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Antônia Estelita Matias (281.835.331-91), Jurandir Rodrigues do Nascimento (149.698.071-91) e Ruy dos Santos Siqueira (152.355.131-34), recusando os respectivos registros;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste nas parcelas percebidas a título de incorporação de quintos nos proventos de Antônia Estelita Matias, Jurandir Rodrigues do Nascimento e Ruy dos Santos Siqueira para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
9.2.3. após a ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelos interessados posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2.4. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.5. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3537-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3538/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.663/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Geraldo Lucchese (098.690.930-00); Ireuda Augusta de Souza (313.626.051-15); Marcio Tostes (154.065.471-00).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Câmara dos Deputados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Geraldo Lucchese (098.690.930-00), Ireuda Augusta de Souza (313.626.051-15) e Marcio Tostes (154.065.471-00), recusando os respectivos registros;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste nas parcelas percebidas a título de incorporação de quintos nos proventos de Geraldo Lucchese, Ireuda Augusta de Souza e Marcio Tostes para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
9.2.3. após a ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelos interessados posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2.4. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.5. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3538-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3539/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.690/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Alzira Cecilia de Morais Leite (311.739.931-34); Armando Roberto Cerchi Nascimento (777.873.318-87); Eliane Firmino Cavalcanti (225.651.081-68).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria emitidos pelo Senado Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Alzira Cecilia de Morais Leite (311.739.931-34), Armando Roberto Cerchi Nascimento (777.873.318-87) e Eliane Firmino Cavalcanti (225.651.081-68), recusando os respectivos registros;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos dos ex-servidores Alzira Cecilia de Morais Leite, Armando Roberto Cerchi Nascimento e Eliane Firmino Cavalcanti, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016;
9.2.3. após a ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelos interessados posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2.4. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.5. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados estão cientes da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3539-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3540/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.789/2017-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Fernando Alberto Cabral da Cruz (123.709.592-15); Terracota Prestadora de Serviços Eireli (34.607.655/0001-44).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curuçá - PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Mailton Marcelo Silva Ferreira (9206/OAB-PA) representando Terracota Prestadora de Serviços Eireli.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da inexecução do objeto pactuado e de irregularidades na execução financeira do Termo de Compromisso TC/PAC 57/2011, celebrado com vistas à execução de sistema de abastecimento de água, no período de 21/12/2011 a 20/12/2013,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis os responsáveis, Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz, Prefeito Municipal de Curuçá/PA na gestão de 2009 a 2012, e empresa Terracota Prestadora de Serviços Eireli - EPP, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz (Prefeito Municipal de Curuçá/PA, na gestão de 2009 a 2012) e Terracota Prestadora de Serviços Eireli - EPP, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d" e § 2º, alíneas "a" e "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 arts. 1º, inciso I; 209, incisos III e IV; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz solidariamente com a empresa Terracota Prestadora de Serviços Eireli - EPP:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
527.000,00	1/6/2012

9.2.2. Sr. Fernando Alberto Cabral da Cruz, individualmente

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CRÉDITO
1.167.200,00	29/12/2011	D
527.000,00	1/6/2012	C
48.030,58	27/5/2014	C

9.3. aplicar aos responsáveis Srs. Fernando Alberto Cabral da Cruz e à empresa Terracota Prestadora de Serviços Eireli - EPP a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 c/c o art. 267 do RI/TCU, nos valores abaixo indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR DA MULTA PROPORCIONAL
Fernando Alberto Cabral da Cruz	R$ 150.000,00
Terracota Prestadora de Serviços Eireli - EPP	R$ 60.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.5. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e
9.6. enviar cópia deste Acórdão à Fundação Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3540-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3541/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.201/2020-9.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Jefferson Tatsuya Sato, CPF 541.707.299-00 (Falecido).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:
9.1. considerar registrado tacitamente o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria do Sr. Jefferson Tatsuya Sato, em 7/12/2020;
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que autue o ato de pensão civil instituída por Jefferson Tatsuya Sato, cadastrada no sistema e-Pessoal com o número 131655/2019 e, quando da instrução do processo, analise a natureza e a legalidade da parcela judicial de R$ 273,57, inserida nos proventos do benefício pensional em questão; e
9.3. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3541-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3542/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.914/2019-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Fernando Luiz Semedo, ex-Prefeito (CPF 018.966.388-05).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palestina/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Sílvio Roberto Seixas Rego (OAB/SP 153.724).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Fernando Luiz Semedo, ex-Prefeito do Município de Palestina/SP (gestões 2013 a 2016, e 2017 a 2020), em vista da omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2015;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Sr. Fernando Luiz Semedo, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, valor eventualmente já ressarcido;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
4/9/2015	18.400,00

9.2. aplicar ao Sr. Fernando Luiz Semedo a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Fernando Luiz Semedo, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3542-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3543/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.822/2020-4
2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Manoel Adonias de Andrade Júnior, CPF 067.369.982-04.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Manoel Adonias de Andrade Júnior, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em razão da incorporação indevida da parcela "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Manoel Adonias de Andrade Júnior no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. promova o destaque da (s) parcela (s) de quintos incorporada (s) pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a (s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.5. emita, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 dias, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.5.2. cumpridos os termos deste Acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3543-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3544/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.862/2020-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Ariosvaldo Soares da Silva, CPF 110.464.734-68.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Ariosvaldo Soares da Silva, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Ariosvaldo Soares da Silva no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. promova o destaque da (s) parcela (s) de quintos incorporada (s) pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a (s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.4. emita, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1.acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.5.2. cumpridos os termos deste Acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3544-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3545/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.870/2020-9.
2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Inês Martins Alecrim, CPF 189.816.154-20.
4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco.
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Maria Inês Martins Alecrim, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas, em razão da incorporação indevida da parcela "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sr.ª Maria Inês Martins Alecrim no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. promova o destaque da (s) parcela (s) de quintos incorporada (s) pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a (s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.5. emita, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.5.2. cumpridos os termos deste Acórdão, arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3545-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3546/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.255/2019-2.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ester Cândida Chagas da Silva (146.462.502-68); Mirivaldo dos Santos Costa (209.370.592-34).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaubal - AP.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Sérgio Afonso Barreto Guerreiro (OAB 995-A/AP) representando Mirivaldo dos Santos Costa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), do Ministério da Saúde, em desfavor de Mirivaldo dos Santos Costa (gestão 2005-2012) e Ester Cândida Chagas da Silva (gestão 2013-2016), ex-Prefeitos de Itaubal/AP, em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 4.964/2004, que tinha por objeto dar apoio técnico e financeiro para "ampliação de unidade de saúde", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme plano de trabalho aprovado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1 considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Ester Cândida Chagas da Silva (CPF 146.462.502-68), dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2 acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Mirivaldo dos Santos Costa (CPF 209.370.592-34), ex-Prefeito de Itaubal/AP e gestor do Convênio 4.964/2004 e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 208, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares com ressalva suas contas, dando-lhe quitação;

9.3 julgar irregulares as contas da Sra. Ester Cândida Chagas da Silva (CPF 146.462.502-68), na condição de ex-Prefeita de Itaubal/AP e gestora do Convênio 4.964/2004, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209,

incisos I, II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
4/2/2016	79.244,20
3/5/2016	79.244,20

9.4 aplicar à Sra. Ester Cândida Chagas da Silva (CPF 146.462.502-68), na condição de ex-Prefeita de Itaubal/AP e gestora do Convênio 4.964/2004, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6 encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Amapá, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7 dar ciência desta deliberação proferida ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3546-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3547/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.701/2020-6
2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.
3. Interessadas: Alcídia Alberto de Oliveira, CPF 013.396.668-20 e Maria Ivone Teixeira Santo da Fonseca, CPF 010.827.838-70.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar automaticamente registrados em 23/11/2020 o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Alcídia Alberto de Oliveira, e em 4/9/2020 o ato constante da peça 3, alusivo à aposentadoria de Maria Ivone Teixeira Santo da Fonseca;

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício das aposentadorias de Alcídia Alberto de Oliveira e de Maria Ivone Teixeira Santo da Fonseca, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3547-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3548/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.713/2020-4
2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.
3. Interessados: Armando Benjamin da Silva Ribeiro, CPF 221.244.380-34; Dirce Beatriz Fritzen Ames, CPF 400.418.590-49 e Eva de Fátima Lopes, CPF 418.992.530-68.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 5 e 6, relativos às aposentadorias de Dirce Beatriz Fritzen Ames e de Eva de Fátima Lopes, autorizando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar automaticamente registrado em 29/1/2021 o ato constante da peça 4, relativo à aposentadoria de Armando Benjamin da Silva Ribeiro;

9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para a adoção dos procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício da aposentadoria de Armando Benjamin da Silva Ribeiro, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3548-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3549/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.410/2020-5.
2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.
3. Interessadas: Marilza Geralda do Nascimento, CPF 554.999.376-72 e Yamara Viana de Figueiredo, CPF 276.493.346-00.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM em:

9.1. considerar ilegais os atos constantes das peças 2 e 3, relativos às aposentadorias de Marilza Geralda do Nascimento e Yamara Viana de Figueiredo, negando-lhes os correspondentes registros, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106 desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação , e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as Sr.ªs Marilza Geralda do Nascimento e Yamara Viana de Figueiredo, no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério Público do Trabalho;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.3 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3549-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3550/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.954/2020-6.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Luiz Donizete Sifoleli (CPF 110.935.791-53) e Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (CNPJ 04.534.444/0001-68).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Luiz Donizete Sifoleli e da Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros, em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 737890/2010, celebrado para realização do projeto intitulado "1ª Cavalgada Fest Show de Parapuã/SP";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Luiz Donizete Sifoleli (CPF 110.935.791-53) e a Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (CNPJ 04.534.444/0001-68), para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Luiz Donizete Sifoleli (CPF 110.935.791-53) e da Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (CNPJ 04.534.444/0001-68), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", §2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhes o prazo de 15 dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
6/7/2010	100.000,00

9.3. aplicar ao Sr. Luiz Donizete Sifoleli (CPF 110.935.791-53) e à Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros (CNPJ 04.534.444/0001-68), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 dias, a partir das notificações, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que considere cabíveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3550-06/21-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3551/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.022/2018-8.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: José Carlos de Almeida Júnior (282.163.693-87); José Francisco Pestana (146.710.343-87).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cururupu - MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo FNDE, em desfavor dos ex-Prefeitos de Cururupu/MA, Sr. José Francisco Pestana (Gestão 2005/2008 e 2009 a 8/5/2012), e do Sr. José Carlos de Almeida Júnior (Gestão 8/5/2012 a 31/12/2016), em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados em virtude do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate/exercício 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Carlos de Almeida Júnior, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento a este processo relativo aos recursos do PNATE/2012, nos termos dispostos no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Carlos de Almeida Júnior, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Datas dos créditos em conta	Valores Originais (R$)
3/4/2012	11.858,43
30/4/2012	11.858,43
17/5/2012	11.858,43
2/7/2012	11.858,43
2/8/2012	11.858,43
5/9/2012	11.858,43
2/10/2012	11.858,43
5/11/2012	11.858,43
4/12/2012	11.858,43

9.3. aplicar ao Sr. José Carlos de Almeida Júnior a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão condenatório até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. encaminhar cópia deste Acordão ao Sr. José Carlos de Almeida Júnior, Sr. José Francisco Pestana, e ao FNDE, para ciência; e

9.6. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3551-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3552/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 027.630/2020-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Silvia Faria de Menezes Fonseca, CPF 276.091.971-49.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Silvia Faria de Menezes Fonseca, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.3. alerte a Sr.ª Silvia Faria de Menezes Fonseca no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Supremo Tribunal Federal;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3552-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3553/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 029.336/2017-1.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Carlos Jansen Mota Sousa (587.415.692-53); João Carvalho dos Reis (168.460.442-72); Nesp Construções Comércio e Locação Ltda. (03.526.303/0001-30).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representações legais:

8.1. Antonio Gonçalves Marques Filho (6.527/OAB-MA) e outros, representando Carlos Jansen Mota Sousa;

8.2. Adriana Santos Matos (18101/OAB-MA), representando Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA; e

8.3. Mauro Henrique Ferreira Gonçalves Silva (OAB/MA 7.930) e outros representando João Carvalho dos Reis.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor dos Srs. Carlos Jansen Mota Sousa e João Carvalho dos Reis, prefeitos municipais de Sítio Novo/MA (gestões 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Sítio Novo/MA, para execução do Termo de Compromisso 02719/2012 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) - Proinfância, tendo por objeto a construção de uma unidade de educação infantil,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. João Carvalho dos Reis, prefeito municipal de Sítio Novo/MA na gestão 2013-2016, as quais lograram demonstrar que o gestor adotou medidas legais com vistas ao resguardo do patrimônio público;

9.2. julgar regulares as contas do Sr. João Carvalho dos Reis, prefeito municipal de Sítio Novo/MA na gestão 2013-2016, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RI/TCU, dando-lhe quitação plena;

9.3. considerar revel a empresa Nesp Construções Comércio e Locações Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Carlos Jansen Mota Sousa, prefeito municipal de Sítio Novo/MA na gestão 2009-2012, as quais não lograram demostrar a boa e regular aplicação dos recursos públicos repassados por meio do Termo de Compromisso 02719/2012;

9.5. julgar irregulares as contas do Sr. Carlos Jansen Mota Sousa, prefeito municipal de Sítio Novo/MA na gestão 2009-2012, e da empresa Nesp Construções Comércio e Locações Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
287.981,60	20/8/2012
2.974,50	22/8/2012

9.6. aplicar ao Sr. Carlos Jansen Mota Sousa, prefeito municipal de Sítio Novo/MA na gestão 2009-2012, e à empresa Nesp Construções Comércio e Locações Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.8. enviar cópia deste Acórdão ao Procurador-Geral da República no Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.9. encaminhar cópia desta deliberação ao FNDE e aos responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3553-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3554/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.595/2019-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Regiane dos Santos, CPF 449.213.144-20.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Regiane dos Santos, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.3. alerte a Sr.ª Regiane dos Santos no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.5. emita, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3554-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3555/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.604/2019-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Rosane Farias Cardoso da Rocha Carneiro, CPF 339.555.810-04.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2, relativo à aposentadoria de Rosane Farias Cardoso da Rocha Carneiro, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.3. alerte a Sr.ª Rosane Farias Cardoso da Rocha Carneiro no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.5. emita, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.3.6. ao identificar atos sujeitos a registro que contenham a irregularidade apontada no Ofício.TST.SEAUD n.º 23/2020 (peças n.ºs 7 e 8), notifiquem tal ocorrência no sistema e-Pessoal, quando preencherem o parecer do órgão de controle interno, a fim de que a Corte de Contas possa apreciar o ato concessório com o conhecimento de todas as informações necessárias à sua correta análise";

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Superior do Trabalho;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. promova o levantamento dos atos constantes da listagem apresentada pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST - às peças n.ºs 7 e 8, providenciando a revisão de ofício de eventuais atos de aposentadoria que contemplem a irregularidade apontada pelo órgão de controle interno do TST, se necessário;

9.5.2. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.6 deste Acórdão; e

9.5.3. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3555-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3556/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.814/2019-8

2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria Lucia Ceccon Fagnani (CPF 059.569.439-04).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Cultura - SEC.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, em desfavor de Maria Lúcia Ceccon Fagnani (CPF: 059.569.439-04), em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante incentivo fiscal da Lei Rouanet, em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao projeto "Paraná" (Pronac 13-10046), no montante de aproximadamente R$ 205 mil, que teve por objeto a edição de um livro em português, espanhol e inglês, contendo levantamento histórico e fotográfico daquele Estado, aprovado e autorizado pela Portaria-MinC 701/2013, permitindo a captação de recursos financeiros na forma de doações ou patrocínios (Mecenato), conforme estipulado na Lei 8.313/1991, alterada pela Lei 9.874/1999;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Maria Lúcia Ceccon Fagnani (CPF: 059.569.439-04), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei; e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

VALOR EM REAIS	DATA	DÉBITO / CRÉDITO
150.000,00	5/9/2014	DÉBITO
60.000,00	18/6/2014	DÉBITO
4.700,00	29/10/2014	CRÉDITO

9.2. aplicar a Maria Lúcia Ceccon Fagnani (CPF: 059.569.439-04) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas retro referidas, caso não atendida a respectiva notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis; e

9.5. enviar cópia desta deliberação à Secretaria Especial de Cultura - SEC e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3556-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3557/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.816/2019-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Tarcísio Freitas dos Santos (012.561.260-55).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, em desfavor do Sr. Tarcísio Freitas dos Santos, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao projeto "Encontro das Danças Gaúchas de Camaquã" (Pronac 06-0876), captados mediante incentivo fiscal da Lei Rouanet,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Tarcísio Freitas dos Santos, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Tarcísio Freitas dos Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas da ocorrência até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
30.000,00	8/6/2007
10.000,00	8/7/2007
40.000,00	1/8/2007

9.3. aplicar ao Sr. Tarcísio Freitas dos Santos, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.6. remeter cópia deste Acórdão para à Secretaria Especial da Cultura e ao responsável, para ciência.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3557-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3558/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.393/2019-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Celi Campos Barboza, CPF 248.136.481-34.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 6, relativo à aposentadoria de Celi Campos Barboza, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada pelo exercício da função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.3. alerte a Sr.ª Celi Campos Barboza no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.5. emita, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de aposentadoria livre das irregularidades ora apontadas para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3558-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3559/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.843/2018-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alteredo Viegas (177.732.613-34); Assoc. Civil Consórcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local Sustentável Litoral Ocidental Maranhense (07.435.500/0001-03); Rosirene Viegas Costa (354.953.163-04).

4. Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Maranhão.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Nielson de Jesus Costa Silva (OAB/MA - 9.914).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Associação Civil Consórcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local Sustentável do Litoral Ocidental Maranhense (Consad), da Sra. Rosirene Viegas Costa e do Sr. Alteredo Viegas, na condição de presidentes, à época dos fatos (gestões 2008-2010 e 2011-2013, respectivamente), em decorrência do não cumprimento do objeto pactuado no Contrato de Repasse 268.190-59/2008, firmado, em 14/11/2008 com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), representado pela Caixa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis os responsáveis Associação Civil Consórcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local Sustentável do Litoral Ocidental Maranhense - CONSAD (CNPJ 07.435.500/0001-03), Rosirene Costa Viegas (CPF 354.953.163-04) e Alteredo Viegas (CPF 177.732.613-34), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2 julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, e §2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da Associação Civil Consórcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local Sustentável do Litoral Ocidental Maranhense (CONSAD), da Sra. Rosirene Costa Viegas e do Sr. Alteredo Viegas, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Valor original (R$)	Data da Ocorrência
63.535,00	5/2/2009

9.3 aplicar individualmente aos responsáveis Associação Civil Consórcio de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local Sustentável do Litoral Ocidental Maranhense (CONSAD), Rosirene Viegas Costa e Alteredo Viegas, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5 encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.6 dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal (Caixa), à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead), e aos responsáveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3559-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3560/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.521/2017-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Alcir Jose Cardoso Bastos (095.287.333-87); Antonio Augusto Pereira Martins (054.836.113-49); Aroaldo Santos (062.638.443-53); Arquimedes Moreira Oliveira (076.959.693-20); Benedito de Jesus Lima (076.785.503-59); Cipriano Bento Viegas (149.048.883-91); Clidioma Jorge Avelar (126.262.283-20); Dionete Maria Carvalho Vieira (106.748.293-87); Elia Maria de Brito Mello (476.036.153-72); Félix Araújo (377.231.973-49).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores da Fundação Universidade Federal do Maranhão;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos de concessão de aposentadoria de Alcir José Cardoso Bastos (095.287.333-87); Antonio Augusto Pereira Martins (054.836.113-49); Arquimedes Moreira Oliveira (076.959.693-20); Cipriano Bento Viegas (149.048.883-91); Clidioma Jorge Avelar (126.262.283-20); Dionete Maria Carvalho Vieira (106.748.293-87); Elia Maria de Brito Mello (476.036.153-72);

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de concessão de aposentadoria de Benedito de Jesus Lima (076.785.503-59) e Félix Araújo (377.231.973-49), com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

9.3. considerar ilegal e negar registro ao ato inicial de concessão de aposentadoria de Aroaldo Santos (062.638.443-53);

9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência do acórdão prolatado, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.5. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.5.2. cadastre novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.5.3. informe ao interessado o teor do acórdão prolatado, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.5.4. para os atos de concessão de aposentadoria Alcir Jose Cardoso Bastos (095.287.333-87) e Dionete Maria Carvalho Vieira (106.748.293-87), retifique o tipo de registro de alteração para inicial, e substitua os fundamentos legais dos atos para que constem o artigo 3º da EC 47/2003, de acordo com as Portarias 377/2016 e 375/2016 emitidas pela Fundação Universidade Federal do Maranhão.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3560-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3561/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.508/2020-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Jozinaldo da Silva Lustosa (033.478.181-72); Luciana Maria Ceolin (185.800.761-53); Luiz Carlos Pontual de Lemos (010.551.511-68); Luiz Faustino Lopes Neto (243.341.036-34).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatado e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria de ex-servidores do Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, com fundamento no artigo 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. ordenar à Sefip que dê imediato início aos procedimentos destinados à revisão de ofício dos atos de aposentadoria de Luciana Maria Ceolin e Jozinaldo da Silva Lustosa, com fulcro no art. 54 da Lei 9.784/1999, c/c o art. 260, § 2º, do Regimento Interno do TCU, consoante previsto no Acórdão 122/2021- Plenário;

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Luiz Faustino Lopes Neto e Luiz Carlos Pontual de Lemos, negando-lhes registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar ao Senado Federal que:

9.4.1. no prazo de 15 dias, relativamente ao ato de aposentaria de Luiz Faustino Lopes Neto, promova o destaque dos valores correspondentes à incorporação de parcelas de quintos/décimos exercidos entre 8/4/1998 e 4/9/2001, para que sejam transformados em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no aludido RE 638.115/CE;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos ilegais identificados no ato de Luiz Carlos Pontual de Lemos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas, a ser submetidos à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4.3. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos beneficiários dos atos considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento dos recursos porventura interpostos;

9.4.4. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no subitem anterior;

9.5. dar ciência deste Acórdão ao Senado Federal.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3561-06/21-1.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3562/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.095/2015-6.
1.1. Apenso: 030.319/2013-7
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos (067.660.645-87)
3.2. Recorrente: Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos (067.660.645-87).
4. Entidade: Conselho Regional de Administração de Sergipe.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Frederico Galindo de Góes (4.552/OAB-SE).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos contra o Acórdão 6.846/2017-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. torna insubsistente o Acórdão 6.846/2017-TCU-1ª Câmara;
9.3. julgar irregulares as contas de. Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992,, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
15/01/2010	145,00	22/03/2011	190,75	12/01/2012	1.036,00
26/03/2010	245,00	23/03/2011	190,75	24/01/2012	2.206,50
31/03/2010	245,00	31/03/2011	190,75	24/01/2012	190,75
31/03/2010	245,00	07/04/2011	1.661,00	24/01/2012	51,00
01/07/2010	171,50	03/05/2011	166,60	09/02/2012	1.286,00
14/07/2010	171,50	12/05/2011	1.411,00	10/02/2012	190,75
19/07/2010	171,50	16/05/2011	190,75	13/02/2012	1.661,50
11/08/2010	1.965,48	17/05/2011	596,00	13/02/2012	51,00
08/09/2010	51,00	17/05/2011	545,00	05/03/2012	5.000,00
08/09/2010	556,00	17/05/2011	51,00	08/03/2012	190,75
08/09/2010	171,50	26/05/2011	190,75	09/03/2012	190,75
08/09/2010	171,50	27/05/2011	165,22	12/03/2012	1.090,00
21/09/2010	1.188,00	30/05/2011	190,75	28/03/2012	190,75
22/09/2010	2.673,00	09/06/2011	1.411,00	30/03/2012	190,75
15/10/2010	1.561,14	14/07/2011	581,00	30/03/2012	690,00
28/10/2010	171,50	14/07/2011	1.934,00	02/04/2012	332,19
10/11/2010	1.940,52	14/07/2011	51,00	02/04/2012	190,75
23/11/2010	2.724,00	26/07/2011	190,75	11/04/2012	950,00
29/11/2010	171,50	26/07/2011	190,75	11/04/2012	133,00
01/12/2010	171,50	27/07/2011	190,75	19/04/2012	1.483,50
13/12/2010	171,50	28/07/2011	190,75	19/04/2012	51,00
14/12/2010	171,50	16/08/2011	596,00	23/04/2012	1.661,50
15/12/2010	171,50	26/08/2011	1.995,12	23/04/2012	610,00
05/01/2011	1.286,00	01/09/2011	190,75	04/05/2012	190,75
26/01/2011	514,50	09/09/2011	190,75	21/05/2012	190,75
31/01/2011	171,50	09/09/2011	190,75	06/06/2012	1.141,00
09/02/2011	1.286,00	09/09/2011	190,75	06/06/2012	51,00
14/02/2011	190,75	16/09/2011	771,72	05/07/2012	1.285,48
17/02/2011	2.102,98	20/09/2011	2.751,50	23/07/2012	1.550,72
21/02/2011	190,75	27/09/2011	190,75	27/07/2012	627,05
24/02/2011	1.389,00	03/10/2011	51,00	07/08/2012	2.155,50
24/02/2011	51,00	05/10/2011	740,48	28/08/2012	190,75
03/03/2011	1.286,00	01/11/2011	190,75	06/09/2012	272,50
10/03/2011	190,75	08/11/2011	51,00	22/10/2012	190,75
16/03/2011	1.661,50	09/01/2012	190,75	23/10/2012	190,75

9.4. aplicar a Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. aplicar a Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;
9.7. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam, ao recorrente, ao Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE) e ao Conselho Federal de Administração (CFA), para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3562-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3563/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.517/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame em Reforma
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Jose Oliveira da Silva (047.677.212-53); Jose de Oliveira Souza (014.237.892-53); Luiz Carlos Fonseca Felizola (746.618.417-00); Luiz Soares de Souza (034.672.362-00); Manoel Bernardino de Lima Filho (019.817.224-91); Manoel Cavalcante Barbosa (084.154.127-20); Marcos de Padua Moraes (018.007.367-20); Newton Rosas Ferreira (076.923.587-53); Pedro Gomes de Souza (047.535.264-53)
3.2. Recorrentes: Newton Rosas Ferreira (076.923.587-53); Pedro Gomes de Souza (047.535.264-53).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal:
8.1. Rodrigo Teles de Oliveira (41.505/OAB-PE) e outros, representando Pedro Gomes de Souza.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interposto por Newton Rosas Ferreira e Pedro Gomes de Souza, militares reformados do Comando da Marinha, contra o Acórdão 3.793/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Comando da Marinha.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3563-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3564/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.554/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V: Pensão Civil
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Marli Cataneo de Castro (018.788.599-00).
4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de pensão civil instituída por ex-servidor da Universidade Federal de Santa Catarina;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão civil instituído por José Carlos Becker, em favor de Marli Cataneo de Castro;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à entidade de origem que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recurso não seja provido, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação nos 15 (quinze) dias subsequentes;
9.3.2. faça cessar o pagamento das parcelas apontadas como irregulares, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação;
9.3.3. emita novo ato de pensão civil e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta dias), após corrigidas as falhas que ensejaram a ilegalidade.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3564-06/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3565/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.885/2018-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto V: Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Filadelfo Dias Martins (133.844.494-87).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria de servidor Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro do ato inicial de aposentadoria de Filadelfo Dias Martins;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. cadastre no Sistema e-Pessoal, no prazo de 30 dias, com fulcro no art. 19, § 3º, da IN 78/2018 do TCU, novo ato de aposentadoria escoimado das irregularidades verificadas nos autos;

9.3.3. informe ao interessado o teor do acórdão prolatado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.3.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de sua ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3565-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3566/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.947/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Beatriz Martins Barros (313.569.403-82); Benedito Cordeiro da Silva (193.160.383-91); Carlos Augusto Rocha Cruz (163.638.923-68); Francisco Belmiro Cavalcante de Oliveira (155.426.023-04); Francisco de Assis Gomes Marinho (140.814.823-49).

4. Entidade: Universidade Federal do Ceará.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores da Universidade Federal do Ceará;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1.considerar ilegais e recusar os registros dos atos iniciais de aposentadoria de Beatriz Martins Barros (CPF: 313.569.403-82), Benedito Cordeiro da Silva (CPF: 193.160.383-91), Carlos Augusto Rocha Cruz (CPF: 163.638.923-68), Francisco Belmiro Cavalcante de Oliveira (CPF: 155.426.023-04) e Francisco de Assis Gomes Marinho (CPF: 140.814.823-49);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Ceará, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre no Sistema e-Pessoal, no prazo de 30 dias, com fulcro no art. 19, § 3º, da IN 78/2018 do TCU, novos atos de aposentadoria escoimados das irregularidades verificadas nos autos;

9.3.3. informe aos interessados o teor do acórdão prolatado, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.3.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência dos inativos, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3566-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3567/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.913/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto V: Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Norma Dioneia Salgado Araújo (538.011.996-49).

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria de ex-servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal e recusar o registro do ato inicial de concessão de aposentadoria de Norma Dioneia Salgado Araújo (CPF: 538.011.996-49);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência do acórdão prolatado, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, promovendo o devido ajuste da parcela "VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05" nos proventos da ex-servidora, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. cadastre novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.3. informe à interessada o teor do acórdão prolatado, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desse recurso.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3567-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3568/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.178/2020-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Tasso Mendonca Junior (244.833.461-72)

3.2. Recorrente: Tasso Mendonca Junior (244.833.461-72).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Edvaldo Nilo de Almeida (29502/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração por Tasso Mendonca Júnior contra o Acórdão 312/2021-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência do teor deste acórdão ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata n° 6/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 9/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3568-06/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 3569/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.959/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marco Pereira da Silva (355.449.456-91)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3570/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.003/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cacilda Silva Gusmao (955.601.067-04); Jose Batista das Gracas (317.781.947-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3571/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.130/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Evilazio Freire de Oliveira (229.180.604-10); Manoel Messias dos Santos (164.319.364-34); Margarete Pereira Cavalcante (277.854.164-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3572/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.142/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Conceição de Oliveira (622.064.787-49)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3573/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.163/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Lino Rodrigues (006.373.668-32)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3574/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.225/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosamelia Parizotto Ribeiro (639.998.979-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3575/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.441/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos de Almeida (306.053.777-15); Vítor Francisco Cadorin (205.747.460-72); Walter Carlos da Conceição (720.555.537-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3576/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.443/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Karina Bersan Rocha (873.477.417-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3577/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.997/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Ferreira de Lima (037.489.012-91)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3578/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.002/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alzira da Silva Leal (125.324.362-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3579/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.033/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cláudia Regina Machado (634.934.387-53); Maria Cecília Auler Monteiro (667.322.477-00); Wilson Silva de Queiroz (477.378.677-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3580/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.157/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cesar Pereira Nunes Neto (309.403.387-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3581/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.223/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelino Rodrigues dos Santos (125.451.711-15); Ângela Divina Fraga Dias (299.838.271-15); Jacireni de Mello Alves (324.298.601-63); Luíza Alves de Abreu (094.298.401-34); Maria Iris Rodrigues (276.679.601-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3582/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.365/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Catarina Nazare dos Santos (118.997.862-87); Maristela da Conceicao Brandao de Freitas (163.152.942-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3583/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.374/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Leila Márcia Gomides Carneiro (333.691.191-53); Otávio Silva Neiva (224.778.291-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3584/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.678/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wanda Rodrigues (125.132.961-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3585/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.738/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia dos Santos Alves (106.137.813-68); Edson Ribamar da Rocha Filho (105.792.732-53); Helio Augusto Cardoso Saraiva (047.412.502-53); Luiz Carlos Gomes dos Santos (124.579.812-04); Rosangela Barros Viana (099.241.592-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3586/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.883/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Accioly Pires (279.534.671-00); Ana Maria Neves Bliesener (334.466.361-53); Antonio Carvalho da Silva (265.885.011-53); Carmen Rejane Pinto da Silva (359.329.701-97); Celinete Regina Albuquerque Costa Pontes (210.419.971-91); Gisele Crisostomo Paiva da Silva (398.306.671-20); Maria de Lourdes Rodrigues de Sousa (376.621.981-20); Osman Alvares dos Prazeres (128.822.403-68); Paulo Guilherme Pinto da Cunha (436.072.506-00); Wilson Jose da Silva (151.000.901-97)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3587/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.904/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bartolomeu Pereira de Melo Junior (215.002.074-20); Lucilene Maria da Conceicao Pessoa (464.744.984-04); Vandenberg Fontenele de Magalhaes Cardoni (180.699.754-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3588/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.923/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlita Rabelo de Oliveira Matos (095.681.405-06)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3589/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.954/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Lucia Santos de Castro Silva (057.932.408-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3590/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.007/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vanderli Fava de Oliveira (208.359.306-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3591/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.412/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo Roberto Mendes de Araujo (044.752.593-04); Socorro de Fatima Barros Campelo (281.474.563-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3592/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.425/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aldenice Macedo dos Santos (102.582.644-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3593/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.431/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Augusto Esmeraldo (157.034.793-04)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3594/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.450/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalgisa Carvalho Lima de Lucena (083.448.334-34); Direne Alves da Silva (924.523.378-20); Maria Suely Cidrao Castelo (135.540.183-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3595/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.805/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Everaldo Roque Cunha Campos (060.746.005-97)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3596/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.040/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jesuina de Sousa Nunes Costa (271.066.161-68); Mara Area Maiorino Santos (058.566.008-51); Regina Celia Machado de Macedo (069.525.328-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3597/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.043/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Cristina Miquelim Caires (066.036.168-07); Jenair Aparecida Moutinho Sinchetti (042.397.408-43); Maria Elizabeth Vicentini (045.697.858-59)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3598/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.053/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Manoel Mendes Ramos Filho (155.976.441-49); Marta Vieira de Souza Bonfim (444.658.151-15)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3599/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.459/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria da Encarnacao Camara (769.880.238-87); Benedito Torraque Filho (198.237.708-91); Carlos das Neves (634.470.708-97); Jose Aguinaldo Fontana (057.775.938-87); Ramon Terada (030.980.958-49); Sarita Aranha de Azevedo Perli (170.087.698-81)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3600/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.285/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria de Oliveira (075.623.888-90); Luiz Alberto Ferreira de Moura (018.066.158-27); Maria Heloisa do Nascimento (018.296.928-28); Marise de Souza Santos (627.389.097-87); Neuza Bretas de Carvalho (072.258.318-44); Rozeli de Paula Tebas (831.672.778-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3601/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.320/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eleusa Maria Ventura (193.927.101-00); Eulenio Afonso Machado (193.152.101-82); Evandro Jose Ribeiro de Assis (135.052.971-00); Francisca Elverene de Castro Silva (218.976.623-00); Katia Aparecida de Faria (150.865.001-25); Maria das Gracas Santos Fernandes (125.800.661-87); Maria de Jesus Oliveira da Silva (144.615.441-68); Nelita Maria Carneiro (758.748.061-72); Norival Machado de Araujo (131.534.631-15); Sandra Bandeira Pereira (546.319.717-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3602/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.908/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agenor Vicente da Silva (035.182.642-49); Antonio Carlos Hummel (112.506.231-20); Dorgival Pires Leite (238.067.100-15); Douglas Roberto de Moraes (016.102.609-53); Evandro Bayerl Togneri (493.332.247-34); Fátima Arilda da Silveira (152.826.861-04); Valdomiro Pontes Neres (137.124.381-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3603/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.229/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Romario Cerqueira Leite (324.148.117-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3604/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.311/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonieta dos Santos Silva (084.265.701-00); Arioldene Pereira da Silva (057.202.491-68); Maria Alves Pereira (606.540.311-34)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3605/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.954/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adelmo Dias de Oliveira (039.254.236-64); Marcio Aparecido Goncalves de Carvalho (225.596.098-27); Thiago Wylli Cocenza Moreira (303.329.138-48)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3606/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.527/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Carla da Silva Tiburcio (983.759.622-87); Cley Jackson Feitoza (644.888.612-53); Cristovao Melo da Silva (025.968.892-42); Gessica de Almeida Leal (015.536.422-79); Ingrid Lara de Araujo Utzig (008.475.312-95); Leandro dos Santos dos Santos (011.994.462-62); Luciana Nunes Correa (025.476.342-10); Monica Silva e Silva (004.823.172-05); Tiago Aquino Silva de Santana (003.553.072-35); Tiago Idelfonso e Silva Pedrada (803.571.992-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3607/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.565/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Rosa de Carvalho Tomasine (896.603.075-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3608/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.601/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Alencar Giongo (033.585.335-81); Carina da Silva Soares (981.213.830-72); Debora Farage Knupp dos Santos Bolzan (725.791.881-34); Denise Martins dos Santos (028.906.336-16); Enilda Ana de Oliveira (028.917.376-01); Irlaine Borges Martins (875.849.721-87); Jessica Sarah Silva dos Santos (839.422.035-53); Jose Fernando da Silva (366.139.608-02); Paulo Cesar Ribeiro (842.634.826-20); Yara Celly Tavares Nepomuceno (005.124.401-23)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3609/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.670/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Abelardo Pedro Nobre Junior (903.552.614-72); Alisson Vandre da Paz Santos (045.875.724-11); Ana Marcia Almeida Penzo (662.281.904-15); Antonio Iatanilton Damasceno de Franca (750.360.294-53); Aurineide Profirio Barros Correia (018.980.804-70); Claudia Vania Miranda de Oliveira (958.747.124-53); Jose Ribeiro da Silva (024.177.214-14); Josimere Maria da Silva (022.277.154-21); Julio Cesar Albuquerque da Rocha (383.230.604-87); Luciano Taveira de Azevedo (026.874.084-41)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3610/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.683/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Pereira da Silva (028.351.029-30)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3611/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.710/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariadne Alves Campos (641.423.294-72); Metusela Lameque Jafe da Costa Agra de Mello (007.407.554-39)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3612/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.739/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juscenilton Vasconcelos da Conceicao (899.025.641-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3613/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.783/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jessica da Silva Angeieski (026.111.940-09); Willian Klaus Dutra (005.561.950-94)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3614/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.846/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliana Marinho Fernandes (462.216.112-53); Wesley Sampaio da Silva (947.069.132-68)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3615/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.851/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aurea Beatriz Guimaraes Rodrigues (002.840.560-90); Barbara de Souza Pereira (030.989.730-05); Gustavo Gimenes Sieck (013.831.430-64); Katia Rovania da Silva Brito (592.309.830-04); Leo Canterle Dal Osto (029.035.100-67); Lucas Wollmann (011.792.350-88); Monica Caroline Straus Paz Bittencourt (010.593.520-44); Patricia Rockenbach (025.865.280-26); Rosangela Vigel dos Santos (541.655.040-68); Viviane dos Santos Couto Negrini (019.308.800-22)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3616/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.888/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bernardo Della Giustina (071.703.939-05); Daniel Nunes Ferreira de Brito (706.726.101-59); Gabrielle Louise de Oliveira Goncalves (050.387.561-90); Rafael Silva Matos (693.797.691-72); Raquel Regina Spaniol (008.959.800-88); Sheila Cristina Correia de Lima (110.436.236-80); Thamires Merces Moreira (056.074.845-05)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3617/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.913/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Sander Duarte da Matta (018.852.847-48); Ana Flavia Vasconcelos Borges Leal (007.237.581-74); Antonio Alfredo Rodrigues e Silva (440.874.113-20); Carlos Alberto da Silva (409.193.404-82); Henrique Mansano Rosa Oliveira (006.463.291-11); Karen Fleck (956.711.375-00); Leonardo Pereira Ribeiro (876.778.811-49); Rebeca Almeida Silva (020.857.751-36); Sheila Cristina Correa da Costa Sampaio (519.085.141-91); Tatjana Botovchenco Sobestiansky (728.308.591-20)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3618/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.942/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Ana Caroline Ferreira Rodrigues Acosta (835.073.100-15); Vivian Xavier Camargo (957.478.500-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3619/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.050/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lorran Luiz da Silva (101.279.067-38)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3620/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.077/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Blenno Gustavo Rocha Oliveira (037.047.581-08); Eduardo Antonio Tavares Quadros (325.734.646-87); Elaine Daniele Oliveira Peronico (713.679.181-20); Erick Farias Reis (042.715.751-00); Giselle Araujo de Jesus (722.492.421-00); José Wedson Batista Bezerra (074.123.134-44); Magno Carvalho de Sousa (036.422.881-46); Marcel Leão de Oliveira (009.830.625-10); Paulo Ricardo Maestrelo (360.924.058-06); Thiago da Silva Neiva (010.617.251-46)
1.2. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3621/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.142/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucia de Medeiros Taveira (131.169.914-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3622/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.188/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Prudente (066.088.309-04); Andreia de Souza (057.998.159-20); Andressa Oliveira da Silva (107.413.979-86); Gabriella Tainara da Silva Pinheiro (099.487.429-40); João Paulo da Silva (079.091.299-63); Kimberly dos Santos Manduca (086.503.759-01); Letícia Pereira Castro (044.094.479-12); Luiz Felipe Alberton (048.336.709-50); Luiz Fernando Abreu (096.210.449-36); Sabrina Nunes Pereira (090.819.479-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3623/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.199/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula dos Santos Valente (082.370.359-25); Bárbara Franco (105.147.649-61); Edilei Martins Ramos (937.806.309-82); Edinei Kawka (066.600.769-13); Flávio Augusto Goy (044.234.809-64); Leidiane de Oliveira Marafon (040.656.659-30); Rosenilda Freitas de Lima (072.812.819-51); Sheila Oliveira Pires de Lima (262.139.528-70); Taís Fernanda Chaves dos Santos (113.119.649-08); Wilson Bonatto (245.977.240-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3624/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.214/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andressa Caroline Coelho de Lima (083.917.949-97); Danieli Rohden (103.548.719-51); Evander Marangoni (089.841.149-10); Fernando Alves Osório (038.107.519-28); Flávia Miranda (084.873.299-50); Geverson Batista Guimarães (084.615.339-41); Giane de Faria (106.877.519-00); Iloides Weschenfelder Seibel (827.295.499-00); João Francisco de Almeida Neto (095.388.856-86); Robson Miranda Stanski (092.389.039-48)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3625/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.223/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleverson dos Santos da Silva (030.100.899-02); Geovane Horst (104.308.899-76); Gilberto Márcio Adriano Block (055.901.959-93); Heloísa Anildes Catanio (096.311.429-81); Jeferson Cândido Ferreira (091.181.599-66); Lucélia Aparecida Nunes Alcântara (059.755.699-74); Lúcia Borakouski Mosquer (965.316.739-15); Maicon Jeferson Aguiar Coelho (104.674.729-04); Maurício Leuch (029.994.979-62); Rute Barros Block (056.205.129-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3626/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.229/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Camila Furlan da Costa Panizzon (003.272.590-60)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3627/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.285/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Piechmienski (060.109.089-65); Ângelo Antonio Mendes Lima Machado (078.880.379-41); Chaiane Menin (113.689.079-38); Fernando Cesar Rossi Ferreira (010.670.239-41); Jean Carlos Cardoso (034.526.049-00); João Paulo Moreira (049.686.439-42); Juliana Raguso Correa Lopes (059.416.249-13); Maria Solange de Lima Silva (004.727.479-40); Vinícius Paulo Draghetti (100.641.729-02); Wesley Tadeu Lange (107.640.669-60)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3628/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.309/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Alyne dos Santos Nascimento Oliveira (709.159.461-49)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3629/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.325/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Beatriz Silveira de Abreu (009.371.470-01); Bruna Ornelas da Costa (014.749.960-78); Chanes da Silva Moreira (009.470.440-60); Fernando Holanda Lima (027.524.491-19); Karen Borges de Azevedo (009.169.520-10); Marcel Mathias Villaça (033.592.100-00); Priscila Lúcia Gonzalez Echevarria (250.054.468-00); Susana Lima Waterkemper Kruke (009.110.309-64)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3630/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.719/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: William Seixas dos Santos (018.410.983-37)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3631/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.731/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alice Demarco (075.623.969-90); Leonardo Medeiros (052.804.254-86); Tiago Junior de Bortoli (037.699.981-03)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3632/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.738/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreza Macedo Justiniano (004.590.051-54); Barbara Maria Soares dos Santos (828.595.661-04); Brunna Ferreira de Alencar (029.698.141-96); Jessica Lais Novais Machado (020.864.701-50); Karoline Oliveira Lacerda Campos (010.679.761-16); Lucas Joab Mariano Cardoso de Souza (040.502.171-20); Palloma de Souza Franco (056.609.231-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3633/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.766/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juliano da Cunha da Silva (016.804.770-56)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3634/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.767/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcus Vinicius Nunes Guimaraes (041.993.763-30); Naiara Braz Sidrim Nogueira (003.468.133-79); Patricia Bernardo Dantas (035.026.293-40)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3635/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.776/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daisy Layne Vauna de Souza (105.703.887-32); Larissa Nascimento Moraes (140.507.107-90); Luis Eduardo Cavalcanti Laguna (021.216.193-80); Rodrigo Matos de Araujo (045.682.973-38)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3636/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.862/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonio Santana Goes (729.456.138-91)
1.2. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.A
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3637/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.869/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danilo Bernardis Albaneze (359.758.398-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3638/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.917/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabio Junio Rodrigues de Brito (975.009.091-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3639/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.930/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra da Silva Pereira da Silva (028.823.120-16); Carmen Regina Ferreira (607.698.660-34); Fabiana dos Santos Oliveira (962.671.780-72); Fernanda da Silva Garcia (007.151.410-40); Fernanda de Oliveira Schmidt (003.336.360-90); Franciele Moreira Silva (834.202.400-82); Glauber Xavier dos Santos (710.294.510-87); Jaciara Beatriz Adorna (824.369.400-53); Larissa Rodrigues da Silva (856.806.800-68); Leandro Silveira da Rosa (922.808.200-30); Leticia Machado Braga (699.144.860-53); Marcia Moraes Fernandes (975.528.870-87); Marta Campos Gaspary (022.088.390-48); Michelle Flores Domingues (007.646.760-08); Paulo Roberto Cesar do Amaral (293.709.900-97); Priscila Schenkel (009.353.960-63); Sandra Fernandes (004.133.430-22); Silvana Carlos Costa Vargas (963.277.660-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3640/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.555/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariane Vieira de Melo (009.665.403-10); Carlos Alberto da Silva (995.673.693-72); Gerciane das Neves Lima Osório (007.316.213-28); Guilhermina Castro Silva (463.194.843-49); William de Souza Melo (001.295.243-52)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3641/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.512/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Silvestre de Santana (007.566.934-03); Dinair Arnaud de Melo (864.823.274-00); Maria Mauriceia de Santana (462.394.644-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3642/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.786/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cirene Acioli de Amorim (007.805.634-92)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3643/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.850/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edileuza Vieira da Silva (127.220.655-68); Oanna Maria Vieira do Prado (838.277.575-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3644/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.053/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neusa Ricardo Teixeira Ferreira (002.043.773-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3645/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.076/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jose Giuvan Duarte (231.253.304-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3646/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.101/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Beloni Boeira do Prado (377.095.500-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3647/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.362/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Correa da Silva (098.494.878-36)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3648/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.095/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Cheila Maria Granha Nogueira Rocha (218.580.778-18)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3649/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.708/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Francisca Braga de Nazaré (208.118.882-15); Francisca Paixão da Penha (126.107.392-49)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3650/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.142/2021-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Celia Aparecida Dorigo de Castilhos (026.690.697-46)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3651/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério do Turismo (SE/MTur), em que foram responsabilizados, originalmente, a Associação Sergipana de Blocos de Trio (ASBT) e seu presidente, o Sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto, em razão da não aprovação da prestação de contas, por impugnação total das despesas, do convênio 1.460/2008 (Siconv 701741), que tinha por objeto a promoção e divulgação do turismo regional por meio do apoio ao evento festivo intitulado "Brito Folia 2008", realizado no município de Campo de Brito/SE, no dia 21/12/2008.

Considerando que a análise do recurso demonstrou que os elementos apresentados não suprem a exigência necessária para que seja relevada a intempestividade;

Considerando que o recurso não apresenta fatos novos, nos termos do artigo 33 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, do RI/TCU;

Considerando o parecer da Secretaria de Recursos, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, inciso IV, "b", e 285, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do Recurso de Reconsideração e dar ciência aos recorrentes do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-033.213/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20); Valeria Patricia Pinheiro de Oliveira Azevedo - Me (02.332.448/0001-38)
1.2. Recorrentes: Valeria Patricia Pinheiro de Oliveira Azevedo - Me (02.332.448/0001-38); Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80)
1.3. Órgão/Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3652/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Dupovo Medicamentos Ltda. - ME em face do Acórdão 8.753/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou suas contas irregulares, condenando a empresa ao pagamento do débito apurado e de multa.

Considerando que é de quinze dias o prazo para interposição de recurso de reconsideração (art. 285, do RI/TCU);

Considerando que a recorrente foi notificada da decisão ora recorrida em 24/9/2020;

Considerando que o recurso foi interposto em 14/10/2020, portanto, após o prazo de quinze dias;

Considerando que a recorrente não apresentou fatos novos (art. 285, §2º, do RI/TCU);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, IV, "b", §3º, e 285, do RI/TCU, em: a) Não conhecer do recurso de reconsideração da Dupovo Medicamentos Ltda. - ME, por ser intempestivo; b) Dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-034.667/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Dupovo Medicamentos Ltda. - Me (07.406.239/0001-05); Nilda Maria de Souza (319.048.821-53)
1.2. Recorrente: Dupovo Medicamentos Ltda - Me (07.406.239/0001-05).
1.3. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: Carlos Alberto Silva Severino (OAB/DF 32.495).
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3653/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c art. 143, inciso III, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar atendida a determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 5279/2020-TCU-1ª Câmara, dando-se ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.620/2021-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (23.070.659/0001-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3654/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em: a) considerar cumpridas as determinações dos itens 9.3.1; 9.3.4 e 9.4 do Acórdão 5154/2019-TCU-1ª Câmara; b) considerar parcialmente cumpridas as determinações dos itens 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 5154/2019-TCU-1ª Câmara,

devendo-se registrar que a Hemobrás se comprometeu a enviar informações quanto à ação de ressarcimento ajuizada no Poder Judiciário; c) enviar cópia desta deliberação, bem como da instrução precedente, à Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás); d) apensar o presente processo ao TC 046.876/2012-0.

1. Processo TC-002.495/2020-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3655/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em dar ciência do item 1.7 desta deliberação aos interessados e determinar o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.926/2014-9 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.6. Representação legal: Débora Goelzer Fraga e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Andrea Vieira Andreis (25357/OAB-DF) e outros, representando Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Luis Augusto Medeiros Najar Fernandez, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
1.7. Dar ciência ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ante a recomendação contida no item 9.2.1.1 do Acórdão 2190/2019-TCU-Plenário, dos atrasos ocorridos na obtenção e transferência de titularidade às concessionárias das licenças ambientais, pela Empresa de Planejamento e Logística S. A., referentes às duplicações de rodovias previstas nos contratos da 3ª Etapa do Programa Nacional de Concessões Rodoviárias (Procrofe), com especial atenção à necessidade de os planejamentos e a elaboração dos cronogramas abrangerem todo o conjunto de informações e ações necessárias à completude dos termos de referência, projetos, estudos e documentos essenciais ao licenciamento ambiental das obras previstas, mora que afronta a eficiência administrativa e a prestação de serviço adequado no âmbito das concessões de serviços públicos, ocasionando prejuízos aos usuários, art. 37 da Constituição Federal, art. 2º da Lei 9.784, de 29/1/1999, e art. 6º, § 1º, da Lei 8.987, de 13/2/1995;
1.8 Dar ciência desta deliberação à Empresa de Planejamento e Logística S. A;
1.9. Arquivar este processo, conforme o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3656/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridos os itens 1.8 e 1.9 do Acórdão 1285/2020-TCU-Plenário, sem prejuízo de alertar aos gestores da Universidade Federal do Paraná que lhes cabe adotar medidas para o permanente aperfeiçoamento da governança, dos processos de trabalho e dos controles internos da administração logística da instituição (Portaria 1171/2020-Reitoria) independentemente de determinação ou de monitoramento por parte do Tribuna, dando-se ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.867/2017-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 034.463/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Edelvino Razzolini Filho (319.147.649-00); Ricardo Marcelo Fonseca (729.663.519-34); Universidade Federal do Paraná (75.095.679/0001-49)
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.9 Arquivar este processo, conforme o art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3657/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a representação autuada pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais com vistas a examinar eventual desvio de função de servidor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) do cargo de auxiliar de agropecuária

Considerando que, segundo a Unidade Técnica, a irregularidade objeto dos autos foi saneada pela unidade jurisdicionada desde 9/5/2016;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.137/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3658/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em: conhecer da representação; considerá-la parcialmente procedente; considerar prejudicado o pedido de adoção de medida cautelar, em razão da apreciação do mérito da matéria; ordenar a adoção da medida abaixo; e determinar o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando ciência do teor desta deliberação à representante e à Fundação Nacional do Índio.

1. Processo TC-047.497/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Nort Sat Telecomunicacoes Ltda. (08.492.359/0001-35)
1.2. Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (78870/OAB-MG); Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/OAB-AM) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência à Coordenação Regional Médio Purus/Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 2/2020 (SRP), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:
1.7.1.1. ausência de motivação adequada para desclassificação de propostas de licitante, conforme detalhado a seguir, em infringência ao art. 4º. XI, da Lei 10.520/2002 e à jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 3.772/2012-2ª Câmara, 1.188/2011-Plenário e 536/2007-Plenário):
1.7.1.1.1 as anotações registradas na ata do certame a respeito da desclassificação da proposta da licitante Offshore Link Sat Ltda., relativamente ao grupo 2 do certame, são esparsas e sumárias, sem posicionamento técnico claro e conclusivo a respeito das inconsistências verificadas na proposta e na planilha de composição de custos, assim como nos documentos complementares juntados em atendimento às diligências do pregoeiro;
1.7.1.1.2. menção, no registro dos motivos para as desclassificações das propostas relativas aos grupos 1, 2, 3, 4 e 6, de critério de aceitabilidade não previsto no edital, baseado em percentual do valor estimado, em que pese não ter sido esse critério a real motivação para a referida decisão, conforme consta nas mensagens trocadas no ambiente próprio do sistema Comprasnet.
1.7.1.2. aceitação pela pregoeira, após concluída a fase de lances, dos documentos de habilitação da empresa Nort Sat Telecomunicações Ltda., que deveriam ter sido originalmente anexados pela licitante no sistema Comprasnet, concomitantemente com a proposta comercial, em desacordo com o art. 26, caput, do Decreto 10.024/2019 e com o item 5.1 do Edital do certame).

ACÓRDÃO Nº 3659/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.689/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Calandro (362.543.989-15); Jose Carlos Pereira Pinto (824.687.538-87); Lenir Casagrande Lucateli (878.747.509-00)
1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3660/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.308/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altino Silva Marques (388.267.207-20); Cecilia Lima Sales (530.768.427-49); Delma Estrela Barbosa Urani (438.579.901-63); Elizabete Valladao da Silva (642.179.307-04)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3661/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.320/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Joice Corso Amantea (439.765.810-20); Letizia Viana Plausinaitis (394.043.900-20); Neusa de Melo Thomaz (297.951.090-49)
1.2. Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3662/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.359/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Arlene Cibele Rosas Santos (106.311.355-53)
1.2. Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3663/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.378/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Cesar da Silva (306.378.306-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3664/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.396/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Divonete do Carmo Camargo Dalpiaz (640.016.449-91); Marcio Augusto Lombardi (462.484.989-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3665/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.420/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Ribeiro de Moura (096.040.733-20); Valter Marques de Oliveira (216.833.523-00)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3666/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.470/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz Vieira da Motta (350.577.936-91); Claudete Freitas (091.050.978-60); Claudia Regina Montes Gumerato (671.995.006-10); Daurea Abadia de Souza (301.857.006-59); Janete Aparecida Fernandes (288.431.506-34); Jesielda Maria Pinheiro (266.584.616-00); Joao Batista da Silva (262.699.966-00); Joao Ribeiro da Silva (526.297.836-34); Marcia Carrijo Pereira Salvador (461.028.176-72); Patricia Pimenta Azevedo Ribeiro (434.874.837-34)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3667/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.968/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudemir Joao Gadotti (335.771.539-20); Marcia do Rocio Tavares (482.709.709-72)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3668/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.977/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudionor Dias Barcellos (182.169.866-53)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3669/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.013/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvio Mandelbaum Voscaboinik (753.775.787-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3670/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.021/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Paula Barbosa Senos (710.070.597-53); Carla dos Santos Mariano (759.315.167-00); Carlos Eduardo Moreira Assad (380.765.607-30); Cassio Marcelino Vieira (463.941.097-20); Joao Soares Orban (405.831.557-15); Jorge Magalhaes Lopes (609.685.597-00); Jose Roberto Pinto Barbosa (618.238.807-20); Luiz Carlos Neves Pereira (506.139.367-87); Rui Ozimar Rio (639.684.107-00); Valdek Oliveira Dias (540.700.587-53)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3671/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.061/2021-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cicera Ferreira de Morais (293.747.404-78)
1.2. Órgão: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3672/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.080/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Diva Lima Cirne (357.206.974-20)
1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3673/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.111/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teresa Cristina Lustoza Dantas (225.492.341-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3674/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.189/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Monica Maria Quirino Gomes (204.981.014-87); Sebastiao Ferreira de Paula (017.968.522-87)
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3675/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.206/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elizabeth Maria do Espirito Santo Lima (856.803.627-91); Katia Marques Pessoa da Costa Pereira (887.753.487-72); Maria de Fatima Alves Freitas (456.771.589-68); Selma Cristina Abduch Adas Branas (054.870.828-20); Suely Faria Botelho (977.078.138-04)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3676/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.210/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Ilza Pereira (271.677.553-20); Sebastiao Freire de Almeida (096.570.451-34)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3677/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.271/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marisa Cristina Custodio Antônio (027.603.098-27)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3678/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.295/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Samuel Lira e Silva (153.163.784-15)
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3679/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.320/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia Carolina Queiroz Valverde (797.516.797-53); Solange Souza dos Santos (400.452.937-91); Tania Maria do Nascimento (496.798.217-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3680/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de segurado da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do RITCU, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.623/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Neuza Maria Coelho Pereira (086.281.302-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3681/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de aposentadoria emitido em favor de Elias Aires Chaves, em virtude da perda da qualidade de segurado do interessado;
b) considerar legais os demais atos ora submetidos a julgamento.

1. Processo TC-003.734/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elias Aires Chaves (306.936.671-68); Graciano Silva (057.508.061-20); Nelma Cristina Rocha Aleixo e Silva (171.088.532-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3682/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.934/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Frederico Jose Pereira Oppelt (096.404.010-72); Luiz Paulo Duarte (270.575.850-04)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3683/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.971/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Marilene Videres Pinto (296.209.704-97)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3684/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.994/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilmar Rogerio Ferraz (364.551.217-91); Waltair Rangel de Souza (225.642.509-63)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3685/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.019/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ines de Moura Martins (183.540.925-34); Iracy Maria de Azevedo Alves (117.572.995-72); Ronaldo Montenegro Barbosa (072.555.005-87)
1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3686/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.402/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eremita Val Rafael (243.003.493-04); Jose de Macedo Bezerra (055.187.253-53); Ricardo Barbieri (026.336.548-43)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3687/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.459/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Carlos de Souza (132.427.505-78); Orlando Santos Silva (194.788.285-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3688/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.466/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Alves da Silva (066.387.403-34); Teresinha de Jesus Coimbra (218.135.233-04)
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3689/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.962/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gilberto Constantino Cavalcante (077.128.391-15)
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3690/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.001/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalicio Jose de Arruda (080.178.674-68); Clodoaldo Francisco da Luz (073.084.004-25); Deronildes Constantino de Mendonca (097.985.524-15)
1.2. Órgão: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3691/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.087/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelino Correa Fuzo (055.101.711-20); Aurora Barbosa Hollanda (276.886.311-49); Ernesto Guevara Batista Reis (288.149.081-68); Manoel Raimundo de Sousa (114.885.141-00)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3692/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em considerar a ocorrência de erro material para proceder à retificação dos subitens 3.1 e 9.1 e 9.2.1, do Acórdão 11232/2017-1ª Câmara, para que passe a constar o nome correto do interessado como "Thomaz Martinho da Silva" e não "Tomaz Martinho da Silva", sem prejuízo da determinação a seguir:

1. Processo TC-028.581/2017-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Thomaz Martinho da Silva (310.067.797-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: Gustavo de Godoy Lefone (325.505/OAB-SP) e outros, representando Tomaz Martinho da Silva, Sergio Paulo dos Santos Pimentel, Silvio Carlos Andrade da Silva e Ronaldo de Carvalho Gonçalves.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que proceda à correção do nome do sr. Thomaz Martinho da Silva no formulário Sisac 10258698-04-2012-000023-2.

ACÓRDÃO Nº 3693/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica, para nova instrução:

1. Processo TC-038.104/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Telmo de Oliveira (037.057.518-08); Valter dos Santos Barbosa da Silva (558.559.898-87); Victor Valério Guimarães (581.018.887-72); Wagner Araújo Dionísio (669.230.856-91); Waldemar Augusto Motta Couto (656.697.116-53); Walfredo Silvestre de Souza (429.745.854-34); Wallace Rodrigues dos Santos (203.429.691-53); Walter Nascimento Vieira (489.521.921-68); Wesley Salomé Rotta (644.065.559-00); Wilson Francisco dos Santos (154.865.321-72)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que examine as presentes concessões à luz do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5.039.

ACÓRDÃO Nº 3694/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.790/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisabeth Mendes Franzon (805.409.618-68); Leila Aparecida da Silva Azevedo (009.517.258-07); Marcia Regina Freixeda Kechichian (123.918.878-17); Nirivaldo Claro (829.142.578-72)
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3695/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse do sr. Luís Carlos Antonelli Lacerda:

1. Processo TC-038.919/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Henrique Guilherme Guimarães Viana (424.357.147-34); Jadir Pinheiro de Souza (439.815.697-68); João Carlos Campello Esteves (516.521.377-34); Jorge Almeida dos Santos (613.852.717-87); Luís Carlos Antonelli Lacerda (698.566.807-00); Marcilio Ferreira Matos (275.049.566-00); Ozias Jaconi Rosa (852.733.097-00); Rui Geraldo de Lima (399.285.866-91); Valdecir Geraldo Stinghel (653.427.477-91); Vera Bueno D Horta (074.218.498-66)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Instituto Brasileiro de Museus que:
1.7.1.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de trinta dias, os documentos com base nos quais foram averbados os tempos de serviço municipal para o sr. Luís Carlos Antonelli Lacerda, a saber, de 1º/3/1977 a 2/3/1982 e de 11/3/1982 e 1º/1/1984;
1.7.1.2. encaminhar, no prazo de trinta dias, a certidão de tempo de contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social caso os tempos a que se refere o subitem anterior tenham sido exercidos sob o regime celetista;
1.7.1.3. encaminhar, no prazo de trinta dias, as portarias de nomeação e de exoneração do sr. Luís Carlos Antonelli Lacerda relativamente aos seus vínculos com o Município de Resende, caso os tempos a que se referem o subitem 1.7.1.1 tenham sido prestados no regime estatutário, hipótese na qual deve ser encaminhada cópia da lei que instituiu seu regime próprio de previdência daquele município.

ACÓRDÃO Nº 3696/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.010/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Benedito Juberto Teixeira (710.749.378-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3697/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o presente julgamento em diligência e fazer a determinação que se segue:

1. Processo TC-040.463/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leonor Hiroko Takakura da Graça e Costa (041.959.918-54)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que promova diligência junto ao órgão de origem com vistas a obter a memória de cálculo dos proventos deferidos à sra. Leonor Hiroko Takakura da Graça e Costa.

ACÓRDÃO Nº 3698/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o julgamento em e fazer as determinações seguintes:

1. Processo TC-040.501/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Delmira de Sousa Rezende (226.125.642-68)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que promova diligência junto ao órgão de origem para que faça juntar a estes autos, no prazo de trinta dias, os seguintes comprovantes, relativamente ao tempo de serviço municipal averbado para a sra. Delmira de Sousa Rezende (25/4/1986 a 30/9/1988):
1.7.1.1. caso se refira a tempo de serviço prestado sob o regime estatutário, certidão de tempo de serviço, portarias de nomeação e de exoneração e cópia da legislação municipal que instituiu o regime próprio de previdência;
1.7.1.2. caso se trate de tempo de regime geral, certidão de tempo de contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social;
1.7.1.3. outros documentos que tenham sido utilizados para obter a averbação do tempo de serviço mencionado.

ACÓRDÃO Nº 3699/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.256/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Geraldo Campos Gomide (255.987.916-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3700/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.272/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Terezinha de Lima (139.406.191-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3701/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.358/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Cristina Barbosa Maciel (456.986.354-04); Carlos Henriques Barroqueiro (885.106.038-04); Daniel Garcia Flores (724.780.638-91); Dirce Antonia Berto Moreira (765.986.328-20); Jacqueline de Blasi (496.807.736-04); Jose Francisco Buda (007.792.468-10); Maria Cristina Rizzetto Cerqueira (100.195.918-37); Mariangela Vieira Canuto (678.271.958-49)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3702/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o presente julgamento em diligência e fazer a determinação que se segue:

1. Processo TC-042.265/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sônia Vetromille Ribeiro Gomes (696.945.597-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que promova diligência junto à entidade de origem com vistas a obter, no prazo de quinze dias, a memória de cálculo dos proventos concedidos à sra. Sônia Vetromille Ribeiro Gomes.

ACÓRDÃO Nº 3703/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.685/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jucara Vitoria Lima Ferreira Leite (365.497.976-91); Maria Jaco Leite Soares (226.168.961-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3704/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.735/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alzenice Maria dos Santos (283.463.194-87); José Carlos de Medeiros Silva (014.298.254-72); Maria de Fátima Ventura de Barros Carvalho (256.712.604-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) nos autos do Mandado de Segurança 35.498, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), faça cessar o pagamento aos srs. José Carlos de Medeiros Silva e Maria de Fátima Ventura de Barros Carvalho do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com a Constituição Federal, art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária paga ao regime próprio de previdência dos servidores.

ACÓRDÃO Nº 3705/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em converter o presente julgamento em diligência e fazer as determinações seguintes:

1. Processo TC-045.853/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucas Souza (286.467.976-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que:
1.7.1.1. promova diligência junto à entidade de origem com vistas a obter as seguintes informações:
1.7.1.1.1. modalidade do curso frequentado pelo sr. Lucas Souza, uma vez que não consta afastamento no período de 19/12/2011 a 19/8/2012 e que a instituição de ensino se localiza em outra unidade da Federação;
1.7.1.1.2. pertinência do curso frequentado (Gestão Pública) e da monografia apresentada ("Auditoria interna no setor público: um instrumento de combate às fraudes") com as atribuições do servidor, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, para fins de pagamento da gratificação de incentivo à qualificação (Lei 11.090/2005, art. 12, I);
1.7.1.2. promova diligência junto às Faculdades Integradas de Jacarepaguá com vistas a confirmar a validade do diploma anexado ao formulário e-Pessoal de peça 2;
1.7.1.3. examine a legalidade do pagamento da Gratificação de Raio X nos proventos de aposentadoria do sr. Lucas Souza.

ACÓRDÃO Nº 3706/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento da beneficiária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.148/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Telma Maria Mendonça Lamenha (060.161.624-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3707/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento do beneficiário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.189/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Lourenco de Oliveira (002.111.095-68)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3708/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento do beneficiário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.205/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Júlio Luiz da Mota (144.575.126-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3709/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.250/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Fernando de Avelar Esteves (009.013.266-15); Sérgio Celeghini Albino (328.446.706-87)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que cadastre, no sistema e-Pessoal, no prazo de quinze dias, o ato relativo à pensão instituída pelo sr. Sérgio Celeghini Albino;
1.7.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais, com fundamento no Regimento Interno, art. 260, § 3º, que:
1.7.2.1. proceda, no prazo de quinze dias, a contar do cadastramento a que se refere o subitem 1.7.1, autuação do ato de pensão instituída pelo sr. Sérgio Celeghini Albino em processo específico;
1.7.2.2. examine a legalidade da inclusão, na base de cálculo da pensão instituída pelo sr. Sérgio Celeghini Albino, da gratificação de desempenho (GDACT) recebida pelo servidor na inatividade, haja vista que o Controle Interno impugnou o valor então pago, que não observou a média dos últimos sessenta meses anteriores à aposentação (conforme parecer exarado no formulário e-Pessoal 6759/2018).
rocesso específico, no prazo de quinze dias a contar do cadastramento a que se refere o subitem anterior, o

ACÓRDÃO Nº 3710/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 2006/2007, em considerar prejudicado o ato de concessão a seguir relacionado, tendo em vista que os seus efeitos financeiros se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em virtude da perda da qualidade de segurado do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.292/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Amauri Freitas da Costa (193.605.170-20)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3711/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.908/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ednaldo Miranda de Oliveira (069.771.926-07); Gustavo Ludovico Guidoni (077.217.107-66); Joao Mauricio Zandomenico (086.701.337-09); Leonardo de Souza Rocha (045.617.177-06); Marcus Vinicius Scherrer de Araujo (124.372.387-43); Milton Cesar Paes Santos (110.287.867-78); Rosana dos Reis Abrante Nunes (093.561.917-86); Valdi Antonio Rodrigues Junior (106.239.267-17)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3712/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.374/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Neves de Campos (023.554.841-39); Giselly Juchnievski de Oliveira (001.165.532-19); Luiz Paulo Carneiro Pereira Filho (071.659.424-24); Mauricio Humberto dos Santos Pereira (030.217.731-09); Vinicius Barbosa da Silva (056.945.801-33); Wilker Kaio dos Santos Nogueira (958.718.532-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3713/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.644/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Berenice Sanches (144.100.818-70); Fabiola Bertosse de Lima (185.576.218-84); Gustavo Brandi Corra (213.150.568-01); Jonas Bassay Ferreira (605.958.762-34); Mabio Marcos de Sousa (227.638.302-00); Magda Aparecida Ferreira (043.574.488-75); Marcelo Queiroz dos Santos (014.654.605-94); Maria Clara Ferreira de Carvalho (219.632.742-53); Miguel Ângelo da Silva Filho (587.685.722-04); Rodrigo Antônio Basso (287.604.388-27)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3714/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.650/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ingrid Menezes Rosa (712.141.861-49)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3715/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.686/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Bernardo Rinaldi (037.497.357-19); Camila Nagem Marques Vieira (116.309.827-25); Jose Amaral Cordeiro Junior (107.922.477-79); Lais Leite Futuro (085.089.867-69); Liliam Cafiero Ameal (721.167.576-49); Marina Cardoso Cerqueira (108.101.067-36); Nathalia Cardoso Seabra Rocha (052.986.187-90); Renata Souza Macedo Lins (142.504.747-55); Sandro Miranda de Rezende (116.260.247-31)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3716/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.695/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Camilo de Sousa e Silva (033.192.921-02); Marcio Luiz Fernandes Barbosa (006.311.441-02); Palluza Wellen Borges (009.153.531-05); Phaulo Ricardo Ferreira Rocha (010.366.821-70); Tiago de Sousa Martins (026.001.661-65)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3717/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.723/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Nascimento da Silva (894.748.304-44); Ana Graziela de Souza Araujo (052.414.404-45); Byanka Porto Fraga (985.209.115-87); Jairo Andre Silva (034.486.364-60); Jose Edmundo Accioly de Souza (419.110.404-72); Jovino Pinto Filho (026.935.995-80); Leda Lins de Moura (346.405.334-20); Priscila Tavares de Oliveira (053.527.324-01); Rafaella Magalhaes Viana (062.752.594-69); Raquel do Monte Silva (035.764.754-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3718/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.787/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rinaldo Thomaz de Oliveira (014.189.194-70)
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3719/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.829/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcelo Sá de Araújo (071.813.467-25)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3720/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.876/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Raquel Patricia Ataide Lima (063.557.474-86)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3721/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.909/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eva Lidia Manicoba de Lima (009.829.724-40); Francisco Leandro Duarte Pinheiro (062.018.954-18); Maria da Conceição da Paz Silva (055.001.454-36)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3722/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.928/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Almeida Figueiredo Borsaro (768.709.523-53); Ernesto dos Santos Vasconcelos (384.645.353-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3723/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.069/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Pinto Rocha (053.496.634-96); Arthur Adriano Lima Santos (050.231.924-07); Bruno Cesar Ribeiro Barbosa (009.294.534-17); Marcus Glauco Gomes Mendes (079.502.574-23); Marici Lopes da Silva (870.344.684-00); Natalia Santos Freitas (037.486.494-28); Sandra Araujo Lima Cavalcante (563.749.844-04); Sidney Augusto Maximiano dos Santos (070.081.784-09); Thiago Vasconcelos Pimenta (060.971.006-04); Waleria de Melo Ferreira (414.619.404-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3724/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.135/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Clara Tonin (086.027.759-38); Bruna Oki Exposito (056.137.649-21); Fabiana Marques Simoni (284.600.888-47); Ghabriel Ali Barbar Mehanna (065.396.589-31); Luis Marcelo Bini (027.139.679-29); Maria Angelica Barbosa (070.953.759-09); Tais Cristiani (079.110.649-70); Tatiane Saplak Spodarak (093.549.009-41); Valeria Alves dos Santos (077.666.729-79); Yasmin Mayara dos Santos (437.991.518-26)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3725/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.240/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariel Diedri Camera (100.183.429-14); Franciele Leite Rodrigues (074.698.949-00); Jaqueline Batista da Silva (101.958.419-05); Laisla Rafaela Comper (097.356.859-30); Lincoln Marcondes Cardoso (088.556.229-19); Lucimar Pereira de Oliveira (023.584.729-13); Maria Cristina Danta (063.212.519-50); Romulo Willian Andretti (088.845.179-23); Ursula Gabrielli Ferrari Maziero (076.008.469-69); Vinicius Calixto Garbin (041.319.799-93)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3726/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.258/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aparecida Angelica Ruiz de Oliveira Goncalves (329.857.549-68); Eduardo Cavaca de Souza (082.795.719-06); Flavia de Fatima Castro (101.002.059-50); Leonardo Gabriel Szereda (120.898.629-55); Lucineia Aparecida de Carvalho Chaves (782.193.029-68); Renan Augusto da Rocha (091.216.799-83); Sabrina Fernandes Damasceno (093.381.309-08); Simone Dzivielevski (107.522.799-20); Vitor Leandro Portela (005.521.969-16); Wesley Mota Goncalves (058.833.899-02)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3727/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.295/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Romeu do Carmo Amorim da Silva Junior (763.644.882-34)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3728/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.311/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Francialy da Costa Araujo (526.924.004-10); Artemisia dos Santos Soares (054.951.114-86); Breno Cruz de Gois (963.313.644-04); Carlos Jonnatan Pimentel Barros (062.972.514-44); Fabiano Barbosa de Souza Prates (014.180.696-63); Guilherme Viana Wanderley (059.202.554-39); Jessika Elaine Mendes Cahino (013.638.924-44); Marcio Jose de Moraes Lopes (057.499.348-70); Nereu Victor Nazario Tenorio (077.607.764-38)
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3729/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.356/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Jeruza Puzio (034.371.709-37); Clara Regina Wolff Rezler (420.837.709-78); Cleia Deda (809.248.679-49); Elisabete Aparecida Mendes Rossa (708.859.409-97); Fabio Renan Jeronimo de Oliveira (071.761.449-23); Florentino Nack (578.307.549-34); Gislaine Lacerda (073.072.809-90); Jair Antonio Dias (482.604.101-25); Jean Carlos da Cruz Santana (088.315.669-54); Mariza Gotardi de Lima (058.321.049-00)
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3730/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.777/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Schaefer da Rosa (005.274.439-64); Almir Ribeiro da Silva Filho (843.144.787-72); Carlos Rafael Silva de Oliveira (055.041.159-30); Cintia Laura Pereira de Araujo (059.321.679-20); Cristiane Tavares Feijo (013.178.460-95); Felipe Joel Zimann (060.780.429-71); Juliane Fiates (065.659.829-88); Liliana Paula Bricarello (165.828.328-75); Mara Vogt (077.920.599-52); Marcos Paulo Nostrani (065.797.779-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3731/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.393/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Haroldo Dias Xavier Junior (066.161.024-16)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3732/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.975/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Carolina Westrup (795.596.975-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3733/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.751/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Luiza de Souza Ângelo (501.480.289-34); Maria Raquel de Castro Borba (021.901.214-85); Maria Rogéria Souza da Silva (818.646.124-87); Marilton Costa Ribeiro (028.804.146-10); Marilza da Silva Santos Uchoa (025.712.329-67); Mario Lucio Araújo da Silva (770.595.221-15); Martha Cândida Lourenco (774.746.006-68); Mary Creis Costa (154.553.468-30); Mauro Machado (018.099.089-65); Mauro Sedrez Araújo (762.258.950-00)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3734/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.753/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nedio Moi (892.972.960-68); Neide Inês Grasel de Moraes (023.273.679-05); Nelson Tribess Helbig (094.718.809-63); Nilberto Sandro Simplicio dos Santos (778.883.834-91); Nivaldo Paulo Barbosa Alexandre (736.726.029-49); Norma Ubeda Lopes Schimith (108.580.158-62); Oclésio Paiva da Silva (031.045.216-38); Odilmar Philippi da Silveira Carneiro (663.901.849-72); Odilon Albuquerque Leal (800.123.967-53); Patrícia Martins Vendas (593.160.802-82)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3735/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-040.905/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Mauricio Soares de Melo Alves (015.474.561-83); Danillo Tavares de Oliveira (049.060.881-71); Jean Carlos Ramos dos Santos (801.899.461-72); Jheniffer Evellin de Paula Santos (053.626.991-21); Joicy Martins Morais (003.989.811-32); Leehey Jones Moreira Barbosa (024.523.851-40); Renata Rodrigues Camargo (708.847.311-97)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3736/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.122/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Luiza Batista Foletto (116.044.667-90); Ednei Santos de Alcantara (597.738.395-91); Luciana Glória Oliveira dos Santos (693.526.745-53); Luiza Fagundes Lima (098.655.776-58); Natália Gesualdo Lopes (080.971.826-02); Niceia Salustiano da Silva Carraro (039.605.199-58); Patrícia Maria da Silva Homem (950.086.400-20); Sirlene São Primo de Araújo (886.812.977-91); Suely Soares da Silva (704.087.773-20); Vera Neide da Silva (412.056.693-53)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3737/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.803/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Everson Carlos Teixeira Alves (845.057.379-34); Fabiana Faria Ferreira (043.362.356-00); Fabio Alexsander Kirsten (023.782.839-11); Fabricio Irigon (988.495.810-68); Fernanda Carnieli Michelon (621.156.340-04); Fernanda de Mari Leopoldo (939.046.220-72); Fernando Expedito Viecieli (735.029.100-06); Fernando Gutierrez Santana (025.082.059-58); Fernando Nascimento Gomes (003.747.146-57); Fernando Porto Flor (866.935.731-34)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3738/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.103/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ailton de Freitas Ramos (007.530.517-88)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3739/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.113/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Elaine Priscila Farias Rodrigues (990.324.141-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3740/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.117/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Marques Silva (154.112.927-00); Natalia Merola Fontoura (133.025.267-50); Sergio Costa de Oliveira Filho (167.967.707-14)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3741/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.299/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Flávia Oliveira da Silva (062.934.393-41)
1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3742/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.313/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Weverton Filgueira Pacheco (890.849.773-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3743/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.488/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Luiz Amadori (053.372.269-16); Hernandes Silva Santos (791.327.825-00); Jailton Barreto Garcia (829.775.267-49); Jaqueline Reis Santos Sicupira (981.985.805-49); Samuel Lirio Sonntag (007.240.730-19); Sheila Sandra de Oliveira (504.550.876-87); Shirlei Cristina da Silva Ygula (535.186.591-20); Silvana Lucina Santa Teixeira (487.693.391-04); Suely Mayumi Oyamada Komatsuzaki (724.678.869-72); Thiago Rodrigo Alberti Alves (043.989.499-92)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3744/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.080/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Monteiro (693.427.331-15); Cristiano Oro (746.588.240-00); Cristina Hanae Nakahati (029.862.509-12); Cristina Maria Figueiredo Henriques (819.547.517-53); Cynthia Mirian Muniz (444.153.701-87); Daiane Fraga Lerner Breyer (974.247.810-49); Dalma Rita Rodrigues Alves de Lima (483.001.871-20); Damasceno Reis da Silva Ferreira (078.080.381-72); Daniel Pacini Leal de Oliveira (785.240.321-20); Daniel Sardinha Lopes (714.073.321-04)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3745/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.094/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvaro Fernando Bagnato (005.479.608-32); Ana Cristina Silva de Lima (903.502.197-53); Ana Paula Oshiro (283.063.908-14); Ana Paula de Aquino Lopes (715.403.264-20); Andre Luis Goncalves Costa (033.018.397-46); Andre Luiz Barbosa Ferreira (004.577.362-91); Ari Severino da Costa Filho (580.002.401-49); Aurenivia Luiz de Albuquerque (308.098.353-04); Bruno Sartorio Cheibub (073.554.507-35); Carlos Alberto Camara Nery (487.810.101-68)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3746/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.128/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fabiana da Silva Santos (071.248.737-97); Fabio da Silva Bogas (275.154.188-77); Fernando Augusto da Silva Dias (391.503.802-49); Francisca Flaviana de Carvalho Andrade (244.076.153-20); Francisco Clecio Moura Monteiro (748.719.003-04); Getulio Neri Palhano Freire (037.149.224-66); Gilberto Teixeira da Silva (149.699.158-30); Giovane Firmino de Souza (841.841.323-91); Guilherbaldo Marques Macieira Filho (300.537.574-91); Gustavo Manoel Melo de Farias (019.026.024-63)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3747/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.217/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Espindola Oliveira (020.834.199-44); Francisco de Assis Barbosa de Araújo (578.510.181-53); Hellen Karoline Oliveira Gomes (036.846.301-01); Jaqueline Angélica de Paula Inácio do Nascimento (020.581.239-21); Juliana Caroline Menin Hammacher (005.894.300-50); Marcia Aparecida Rodrigues Martins (037.997.809-12); Marcílio de Carvalho (970.000.276-49); Maria Adimar Pereira da Silva (328.782.651-49); Maria Helena Gomes Galvão (289.261.138-50); Suelenn Magalhães Meneses (017.452.013-19)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3748/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.263/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adenir Allan Vasconcelos Duarte (598.610.372-68); Leandro Santana da Cruz (056.095.469-74); Rebeca Albuquerque da Fonseca Ramos (053.600.269-01); Rudinei Borges Teixeira (391.118.570-72); Sandra Audrey de Freitas (017.405.509-94); Sandra de Andrade e Silva (055.805.217-74); Valeria Fonseca Nieto (515.636.903-06); Valmir Antonio Presa (620.019.909-44); Vania Felix Duarte (086.621.417-81); Wagner Affonso de Souza (274.190.539-87)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3749/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.410/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Lima Pacheco (071.550.077-57); Eda Maria Furlani Piedade (115.265.508-65); Edgar Franca Jardim (543.578.701-78); Eduardo Alex Diniz (277.639.908-13); Edvaldo Machado Batista (519.148.591-20); Elaine Cristina da Fonseca Batista (862.138.499-04); Roberta Lima Desgualdo Doria Grunthal (313.562.868-01); Roberto Pinheiro da Silva (114.983.058-14); Romualdo Peres Ceravolo (218.079.658-72); Ronise Malheiros Nishioka (204.067.868-95)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3750/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.416/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Fleichman Prellwitz (914.168.417-68); Avanei da Rosa (751.017.269-15); Celanegrey Pereira de Oliveira Santana (908.068.164-49); Daniela Lopes Mendes Silveira (037.205.956-25); Edson de Castro (637.083.530-72); Rubea Helena Sell (003.621.289-01); Rudholf Bajuk (310.081.688-90); Tatiana Ramos Reis de Franca (271.293.688-45); Thiago Freitas Pereira (954.948.121-20); Vanessa Castilho Cordeiro Sturiao (089.140.407-47)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3751/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.424/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Edimilson Donizete da Silva (032.676.746-03); Elenir Mondine Marques (071.473.498-57); Elton Jose Buch (924.671.809-72); Jose Moacir Bolonhez (220.674.182-20); Lilian Busch da Silva (616.347.350-72); Liliane Tiemi Banno Serikyaku (289.475.568-66); Luiz Felipe Pereira de Carvalho (218.566.118-33); Luiz Henrique Cussolim (154.195.268-59); Marcia Nakasima (110.599.218-71); Patricia Maria Cintra Dall Aqua Rodrigues (256.280.488-01)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3752/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.664/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Graziella Ambrosio (255.795.778-00); Heloisa Calixto Mitev Zuza (111.632.208-09); Idalice Goncalves dos Santos (162.756.818-29); Ivana Delle Vedove (071.972.128-80); Jefferson Luis dos Santos (014.120.078-28); Joao Bosco das Dores Filho (098.598.818-55); Jose Leandro Santos de Sousa (043.919.906-95); Julio Cesar Estevam de Mello (286.797.558-18); Jun Sasa (250.544.638-52); Kelly Cristina de Andrade Ribeiro (124.599.988-56)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3753/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.132/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jonathas Phillipe de Jesus Almeida (057.346.585-10); Kamila Mirley Lopes Maciel (082.816.274-33)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3754/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.144/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Leticia de Assis Guimaraes Grasseschi (020.014.504-51); Alexandre Aparecido da Silva Neves Rodrigues (165.194.468-74); Angela Maria Costa Carvalho (298.186.802-00); Bruna Carneiro de Paula Santos (041.927.786-29); Cleber Silverio Alves (034.646.856-67); Elon Carlos de Souza (651.630.879-91); Felipe Lima dos Santos (019.973.321-08); Gleydson de Jesus Gomes Araujo (685.612.293-49); Joaquina Batista da Silva (065.169.818-92); Jose Augusto Bortolotti (019.963.888-86); Lucia Helena da Silva Miralha (650.773.697-04); Luciane Buss Effting (029.494.639-08); Lui Silvio Cordeiro (470.214.119-87); Maria Goreti Alves de Queiroz (344.578.010-20); Murillo Francisco Guarim Strobel Pintel (016.430.811-36); Sergio Jaques de Mello (293.922.840-04); Tatjana Lenk Gomes Ganzerla (297.443.748-61); Valdir Antonio dos Santos (002.946.858-20); Waldemar Franco Junior (029.617.758-09); Wilson Emanuel Fernandes dos Santos (198.630.508-22)
1.2. Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3755/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.222/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ezinete Ferreira Nunes (268.914.504-97); Felipe Campos Dantas (891.554.324-68); Ilma Adriana Ferreira Lima Cavalcanti (479.365.764-87); Jose Marques de Santana (529.449.134-68); Michelle Limongi Soares de Almeida Chaves (345.284.074-34); Willams Jose Correia da Silva (223.296.174-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3756/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno deste Tribunal, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.321/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jordan Fellipe de Jesus Aguiar (063.126.233-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3757/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.068/2021-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Matildes de Oliveira Neri (589.070.761-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3758/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.697/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Carmen Siria Siviero Pacheco (249.852.010-49)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3759/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.027/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marilia de Castro (288.057.201-00)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3760/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão instituída pelo sr. Francisco Carlos Ferreira em favor das beneficiárias a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.546/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Beatriz Alves Ferreira (042.297.655-50); Edicionina Alves Ferreira (989.928.058-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que proceda à correção da informação relativa ao percentual do adicional de tempo de serviço, constante da rubrica da ficha financeira do formulário e-Pessoal 62783/2018, que corresponde a 13% e não 16%.

ACÓRDÃO Nº 3761/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.298/2020-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Arlette da Silva Bomfim (074.736.227-06); Claudia Mara de Almeida Pessanha Assumpcao (730.429.517-15); Dalmira da Cunha Lopes (069.204.337-37); Lucimar Furtado Coroa (237.259.822-87); Marcilio Jose dos Santos (572.933.176-20); Maria de Fatima da Silva Moraes (000.847.467-26); Regina Celia Goncalves Guidorizzi (476.071.737-49); Solange da Silva Porto (337.027.307-10); Valdea de Oliveira Mariz (549.255.337-20); Valeria Polydoro Prado Ramos da Silva (185.696.558-94)

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3762/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.527/2020-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cybelle Regina Ribeiro de Souza (382.261.037-20); Graziele Goncalves Fulber (922.729.160-15); Luanda Saldanha de Oliveira Ribeiro (016.823.237-57)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3763/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.372/2020-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amâncio José dos Santos (371.160.614-87); Mariza Bezerra de Castilho Santos (169.755.374-53)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que proceda à correção da informação relativa ao tempo de contribuição para a aposentadoria do sr. José Rodrigues dos Santos Filho no formulário e-Pessoal 47944/2018, à luz do que consta no Siape e no formulário Sisac 10003371-04-2011-000501-4.

ACÓRDÃO Nº 3764/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.648/2020-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Barbosa Cardozo (024.105.775-20); Ana Latrilha Moura (207.632.985-49); Cleonice Caetano de Oliveira Gonsalves (469.375.605-91); Diana Maria Meirelles de Oliveira (915.218.075-15); Maria Vitoria de Jesus Santos (387.772.825-15); Vanuzia Souza Barbosa (892.936.655-49); Vera Conceicao Pereira Lima (387.061.305-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3765/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.679/2020-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria de Lourdes Lemos Costa (284.260.614-00); Nice Soares Ferreira da Silva (018.601.244-61)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3766/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.029/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Heitor Braune Reis (506.338.868-07); Ilma Maciel Hurmann (034.525.129-67); Maria Marta Tonasso Linares (997.070.478-87); Monique Priscila de Abreu Reis (052.277.626-43)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3767/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.056/2020-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Florência de Bessa (574.741.841-68); Anália Pereira dos Santos (341.569.501-82); Aurelina Angélica Saraiva Pereira (053.081.951-10); Cleusa Francisco Camargo Graciano (264.986.181-91); Concebida Helena Goncalves Pereira (449.705.101-30); Gabrielle Enia Alves Pereira (053.082.071-43); Geisa Pego Bie (472.349.031-00); João Victor Saraiva Pereira (053.081.801-99); Maria Cláudia dos Santos (219.047.821-91); Maria da Luz Cândida Souza (000.180.501-07); Marisa Ferreira Coelho (492.287.651-00); Rita Morais (375.728.221-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3768/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.124/2020-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Claudia Barros Patrocinio (897.972.487-04); Lindalva Felix da Silva (660.295.207-25)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3769/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão instituída pelo sr. José Eduardo Nunes do Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.946/2020-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Guilherme Presbitero do Nascimento (117.151.474-30); Janaina Karla Presbitero Lira do Nascimento (974.997.654-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3770/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.102/2020-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Matias Francisco de Sales (084.775.742-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3771/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.145/2020-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria José Maurício (041.973.804-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3772/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.149/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Eliete Lima Mendes (535.346.897-04)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3773/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.227/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cicera Cordeiro dos Santos (336.964.114-34); Marinete Maria da Paz (283.504.994-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3774/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em face da perda da qualidade de beneficiário do interessado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado pela perda do objeto o ato constante deste processo.

1. Processo TC-044.275/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: João Pedro Cavalcante de Souza (007.355.682-35)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3775/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-044.840/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Augusto José de Barros (127.552.224-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: ao Ministério da Economia que, na hipótese de desconstituição da decisão judicial obtida por diversas entidades de classe nos autos dos MS 35.410, 35.494, 35.490 e 35.550, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) , faça cessar de imediato, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, os pagamentos alusivos ao Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por incompatível com o art. 40, caput e §§ 1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem remuneratória, de caráter pro labore faciendo, da base de cálculo de contribuição previdenciária.

ACÓRDÃO Nº 3776/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.878/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcia da Silva Tavares (745.202.617-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3777/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.064/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Helena Ferreira Monteiro da Silva (008.847.017-27)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3778/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de pensão instituída pelo sr. Augusto Amadeu Souza Júnior em benefício da sra. Maria da Conceição Moraes de Andrada Luna:

1. Processo TC-045.914/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Laurisa Maria da Costa Guimarães (738.400.173-00); Maria Aparecida Caldeira (014.155.197-65); Maria da Conceição Moraes de Andrada Luna (382.969.007-00); Maria das Graças Almeida de Araújo Lima (147.847.691-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que encaminhe a este Tribunal, no prazo de quinze dias, os documentos com base nos quais foi aferida a dependência econômica da sra. Maria da Conceição Moraes de Andrada Luna em relação ao instituidor Augusto Amadeu Souza Júnior.

ACÓRDÃO Nº 3779/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.929/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jacira Nascimento Chaves (773.724.503-06)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3780/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.399/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Acy Fiuza Thompson (888.915.349-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3781/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento da beneficiária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-lo prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.416/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gilda Alves Lins Pinto (163.837.964-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3782/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão da maioridade ou do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.464/2020-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dinair da Penha Custodio (347.801.657-68); Geraldina Louzada Cordeiro (653.184.397-72); Lucio Louzada Cordeiro (073.425.199-87); Maria Irma Gasparini Custodio (850.085.597-53); Neusa Barretto Yazeji (531.068.067-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3783/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto aqueles de interesse dos srs. Antônio Jorge Lobo Gomes, João Batista Ferrari Correia, Irene Mendes Pereira de Moura e José Paulo Xavier Soares:

1. Processo TC-030.942/2020-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abener de Souza Lima (036.613.502-34); Antônio Jorge Lobo Gomes (158.119.052-20); Antônio Luiz da Silva (758.626.707-34); Irene Mendes Pereira de Moura (783.557.027-00); João Batista Ferrari Correia (776.042.377-20); João Gomes Martins (748.046.267-00); José Marques Gomes Barbosa (352.631.647-34); José Miranda (780.102.097-91); José Paulo Xavier Soares (782.818.227-91); Paulo Sérgio Rezende de Carvalho (398.523.267-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Comando da Marinha que fundamente inclusão dos militares Antônio Jorge Lobo Gomes, João Batista Ferrari Correia, Irene Mendes Pereira de Moura e José Paulo Xavier Soares na reserva remunerada com menos de trinta anos de serviço.

ACÓRDÃO Nº 3784/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.961/2020-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Albani Santos Menezes (292.387.905-82); Ana Cristina da Silva Nunes (916.622.817-49); Antonio Carlos Rodrigues de Souza (774.353.897-49); Augusto Jorge Oliveira da Silva (779.447.047-15); Carlos Alberto Guimaraes de Araujo (771.763.087-72); Carlos Alberto Silva do Nascimento (213.971.983-20); Cezar Augusto de Menezes (782.792.087-04); Fabiano Silvestre de Souza (336.056.534-72); Francisca de Araujo Rocha (836.308.217-15); Paulo Cesar Alexandre de Brito (776.330.837-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3785/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, em razão do falecimento dos beneficiários, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerá-los prejudicados por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-046.359/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Abílio de Souza Cardoso (095.639.707-72); Adão Geraldo Nunes (036.645.620-20); Adão José Mosso (290.010.058-53); Ademir José do O (297.856.428-87); Maurício de Souza Lima (106.473.767-68); Nelson Soares Pereira (000.994.652-72); Roberto Carvalhosa de Mendonça (043.186.417-91); Ronaldo Caldas Von Paraski (002.354.905-04); Sylvestre Vieira Batalha (015.565.847-68)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3786/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 1.193/202-1ª Câmara, para fins de correção de inexatidão material na redação dos itens 9.2 e 9.3, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

a) No item 9.2, onde se lê:
"9.2. nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da empresa Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais Ltda. - ME, da Sra. Simone Aparecida Ramos Wanderbroock e do Sr. Wagner Wanderbroock, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, em consonância com o disposto nos arts. 23, III, alínea "a", da citada lei e 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:"

Leia-se:
"9.2. nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da empresa Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais Ltda. - ME, da Sra. Simone Aparecida Ramos Wanderbroock e do Sr. Wagner Wanderbroock, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, em consonância com o disposto nos arts. 23, III, alínea "a", da citada lei e 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:"

b) No item 9.3, onde se lê:
"9.3. aplicar individualmente à empresa Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais Ltda. - ME, à Sra. Simone Aparecida Ramos Wanderbroock e ao Sr. Wagner Wanderbroock a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);"

Leia-se:
"9.3. aplicar individualmente à empresa Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais Ltda. - ME, à Sra. Simone Aparecida Ramos Wanderbroock e ao Sr. Wagner Wanderbroock a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

1. Processo TC-014.585/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais Ltda. - ME (04.556.589/0001-60); Simone Aparecida Ramos Wanderbroock (696.016.669-15); Wagner Wanderbroock (471.950.109-53)
1.2. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades Municipais (vinculador); Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3787/2021 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por WTM Construções e Transportes Ltda. contra o Acórdão 6.582/2019-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte conheceu do recurso de reconsideração interposto pela ora recorrente contra o Acórdão 8.212/2018-1ª Câmara (peça 40) e negou-lhe provimento,

Considerando ser a peça recursal inadequada para combater acórdão que apreciou recurso de reconsideração anteriormente interposto;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peças 128-129) e do Ministério Público junto ao Tribunal (peça 131) no sentido do não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do recurso de reconsideração e em dar ciência deste acórdão ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade de peça 128.

1. Processo TC-018.128/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Genilson Barbosa da Silva (160.353.055-04); Wtm-construcoes e Transportes Ltda. (13.582.689/0001-51)
1.2. Recorrente: WTM Construções e Transportes Ltda. (13.582.689/0001-51)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sobradinho - BA
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3788/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente e fazer as seguintes determinações, dando ciência aos representantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.793/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz; Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Hadad
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Fundação Oswaldo Cruz, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, de forma a evitar a sua materialização:
1.6.1.1. obrigatoriedade de utilização do sistema de cotação eletrônica para a realização de dispensas de licitação amparadas no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, até que o Sistema de Dispensa Eletrônica previsto no art. 51 do Decreto 10.024/2019 seja implementado;
1.6.1.2. apor a chancela de sigilo à peça 68 destes autos, tendo em vista a solicitação da empresa Medartis Importação e Exportação Ltda.;
1.6.2. dar ciência à Fundação Oswaldo Cruz e aos representantes deste Acórdão, enviando-lhes cópias dos pareceres que o fundamentam;
1.6.3. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3789/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.673/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Humberto Chiaini de Oliveira Neto (261.902.816-72).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3790/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.743/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosa Ramos dos Santos (165.063.831-00).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3791/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.072/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Mendonca Geraime Teodoro (633.605.356-34); Antonio Xavier de Paula (045.600.946-91); Atayde Jose Guimaraes (254.839.516-20); Fernando Jose Teodoro (279.112.096-34); Janete Feler (244.742.076-53); Joao Fernandes Pereira (268.956.096-87); Jussara Barbosa Lauar (481.303.976-68); Manoel Elias Nahas (219.804.896-53); Maria da Gloria Marques Ferreira (209.211.446-87); Sebastiao da Silva Lima (118.612.586-15).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3792/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.321/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fortunato Henrique Gusmao da Silva (373.510.877-68).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3793/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.337/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Barroso de Sousa (071.353.433-87).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3794/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, e 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em excluir, por duplicidade, o ato de concessão de aposentadoria constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.553/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Neves Mayorquim (078.461.851-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3795/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.576/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eduardo Borges do Nascimento (337.983.032-15).

1.2. Órgão: Controladoria-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3796/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Sandra Guerreiro Calegari (824.721.067-34); e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos demais atos de concessão de aposentadoria constantes dos autos.

1. Processo TC-003.732/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joel Menezes Krauss (723.461.837-68); Luiz Carlos Ribeiro (114.373.167-00); Sandra Guerreiro Calegari (824.721.067-34); Wilson Pacifico Carneiro (014.699.917-72).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3797/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Jose Ribamar Silva Rios (125.357.373-53); Jose Ronaldo Ribeiro do Nascimento (139.202.004-20); Maria Elenir Araujo Saraiva (244.039.971-04); Maria Holanda Barbosa Bie (143.034.343-53); Maria Rosangela da Silva e Silva (059.643.692-00); e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos demais atos de concessão de aposentadoria constantes dos autos.

1. Processo TC-003.777/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Serra Gomes (041.916.332-87); Decio Fetti (005.800.628-13); Geraldo Bernardino (091.267.833-04); Jose Benedito Argemiro (345.321.454-49); Jose Ribamar Silva Rios (125.357.373-53); Jose Ronaldo Ribeiro do Nascimento (139.202.004-20); Maria Elenir Araujo Saraiva (244.039.971-04); Maria Holanda Barbosa Bie (143.034.343-53); Maria Rosangela da Silva e Silva (059.643.692-00); Orlando Marques dos Santos (020.064.258-89).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3798/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.400/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Denise Ferreira de Oliveira Hartmann (341.511.761-87).

1.2. Órgão: Ministério da Justiça (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3799/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.937/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lenivaldo Euflauzino da Silva (170.049.344-20).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3800/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.941/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Robson Mathias Barroso (401.242.587-00).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3801/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.966/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aloisio Barreto (052.774.933-87).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3802/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.980/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcos Massaiti Kitamura (010.879.698-16).

1.2. Entidade: Comissão de Valores Mobiliários.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3803/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.999/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clara Maria de Souza e Silva (608.816.667-34); Euzebio Lippaus (157.354.357-87); Lea Ferreira de Oliveira (372.679.737-87); Wilson Pacifico Carneiro (014.699.917-72).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3804/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedidos de reexame interpostos por João Bosco Giardini, Maria Alzira de Almeida Martins, Ranolfo Alves, Tania Maria Freitas de Souza e pelo Ministério Público Federal, contra o Acórdão 6.467/2020-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegais atos de aposentadoria, recusando-lhes o registro (peça 11).

Considerando que o recurso interposto por João Bosco Giardini, Maria Alzira de Almeida Martins, Ranolfo Alves e Tania Maria Freitas de Souza atende aos requisitos de admissibilidade (peça 24);

Considerando que, regularmente notificado, em 16/6/2020 (peça 15), da deliberação recorrida, o Ministério Público Federal somente compareceu aos autos em 2/7/2020, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peça 16);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "o prazo começa a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 185, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 17/6/2020, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 1/7/2020;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, uma vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que os documentos trazidos aos autos pelo recorrente não demonstram a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso II, e 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pelo Ministério Público Federal, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) conhecer do pedido de reexame interposto por João Bosco Giardini, Maria Alzira de Almeida Martins, Ranolfo Alves e Tania Maria Freitas de Souza, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.3 e 9.3.1 do Acórdão 6.467/2020-TCU-1ª Câmara em relação aos recorrentes; e

c) comunicar aos órgãos/entidades eventualmente cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido, conforme alínea anterior;

d) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e dos parecer do MPTCU, aos recorrentes;

e) encaminhar os autos à Serur para análise de mérito dos recursos interpostos por João Bosco Giardini, Maria Alzira de Almeida Martins, Ranolfo Alves e Tania Maria Freitas de Souza, após a adoção da medida especificada na alínea "c" supra.

1. Processo TC-010.396/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrentes: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92); João Bosco Giardini (042.413.206-00); Maria Alzira de Almeida Martins (004.597.201-04); Ranolfo Alves (377.298.458-49); Tania Maria Freitas de Souza (260.057.197-34).
1.2. Interessados: João Bosco Giardini (042.413.206-00); Maria Alzira de Almeida Martins (004.597.201-04); Ranolfo Alves (377.298.458-49); Ranolfo Alves (377.298.458-49); Tania Maria Freitas de Souza (260.057.197-34).
1.3. Órgão: Ministério Público Federal.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.8. Representação legal: Andre Fonseca Roller (OAB/DF 20.742) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3805/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.319/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Aparecida Brandao (014.507.238-02); Ester da Silva Baptista (092.921.008-58); Esther Iha Ikeda (045.967.418-83); Jorge Costa (483.576.007-78); Jose Miguel Dias (070.990.418-51); Leslie Ramos Nogueira de Medeiros (076.844.048-30); Neusa Chaves Guedes (023.109.508-23); Vagner Pereira dos Santos (064.708.318-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3806/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.871/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aleonira e Silva de Freitas (428.866.271-00); Celia Rodrigues de Souza (112.712.481-15); Edson Alves Moraes (151.839.201-68); Eliana Souza Feitosa (086.849.521-20); Jose Edberto Gomes Neves (112.870.473-00); Neilda Cardoso Coelho da Silva (167.227.281-53); Raquel Novais Silva (308.010.101-44); Soraya Brixi Tony de Souza (266.456.531-15); Suely Alves de Freitas (333.696.401-63); Vera Lucia Carneiro Macias (069.337.422-53).
1.2. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3807/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.897/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisabete Cardoso Alves (154.793.235-04); Emerson Pardono (307.095.248-89); Fernando Luiz Alves Barroso (220.007.474-34); Maria Regina Pires Carneiro (405.333.287-72); Maria Teresa Gomes Lins (102.852.615-68); Maria da Conceicao Vasconcelos Goncalves (051.569.985-34); Maria do Socorro Rocha (163.738.124-72); Nubia Moura Ramos de Barros (343.958.305-87); Paulo Santos (067.858.835-04); Rejane Lucia Veiga Oliveira Johann (395.145.010-04).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3808/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.096/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Aline Maria Barbeito Peixoto de Farias (371.648.057-68).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3809/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.362/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elba Benevides Feijo (221.066.183-87).
1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3810/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.158/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Dias Guimaraes (095.895.817-30).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3811/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.286/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Maria Lima de Assis (024.697.093-69); Debora Pinheiro Leite (031.388.263-00); Glaucia Paula de Souza (143.236.447-28); Hugo Cabral Tenorio (043.161.334-62); Jefte Silva Borges (048.251.613-59); Julio Cesar Souza Diniz (382.508.768-90); Pamela Cristina Bellaz do Amaral Campos Silva (340.223.758-09); Paulo Soares de Camargo Filho (250.054.148-78); Serena Rossato (398.532.898-65); Solimar Tavares da Costa Palagar (017.992.957-70).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3812/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.300/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Igor Borges Tomas (035.797.791-25).
1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3813/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.342/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Livia Constancio de Siqueira (068.086.796-14).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3814/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-001.392/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Gilberto Silva Nogueira (700.638.937-20).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3815/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-001.394/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Alves de Souza (306.978.898-07); Elias Fernando Berra (007.635.220-07); Giovanni Venancio de Souza (088.015.249-43); Leandro Bittencourt de Oliveira (012.321.610-98); Mirian Natali Blezins Moreira (377.456.908-89).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3816/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.268/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristina Schwertner (088.106.399-10); Dieihse Sara Neuhaus Gebauer (093.629.609-74); Heron Mucke de Vargas (052.809.659-10); Higor Budach (097.226.049-88); Jessica Rodrigues Alves Marcelino (089.959.889-75); Joao Rosa da Silva Neto Monteiro (081.734.209-55); Larissa Goncalves da Silva (115.975.879-40); Paula Raquel Reffatti (090.135.369-80); Renato Luiz de Souza Santos (107.592.249-60); Zaqueu Faustino de Andrade (924.682.849-68).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3817/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.280/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clair Kerkhoff (042.768.209-60); Cleberson Rodrigo Sochodolak (027.122.229-89); Cleomar Padilha dos Santos (071.897.999-07); Cristiano Nascimento (081.568.879-21); Cristina Lopes (058.357.219-78); Felipe Toshimitsu Heggler (072.417.769-84); Floriano Martins (035.546.769-00); Jhonatan Fernandes Juliani (114.254.609-84); Luci Matos Schulka (995.253.649-68); Vera Lucia Canello (018.759.099-07).
1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3818/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.368/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Graciene Santos Brito (804.832.085-15); Gustavo Patente Gerhardt (102.819.796-93); Rodrigo Gibaut de Souza Gois (057.702.505-85).
1.2. Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A..
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3819/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.733/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaderlano de Lima Jardim (036.020.233-03).
1.2. Entidade: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3820/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.749/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andreia Francisca da Silva (024.608.699-83).
1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3821/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.765/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronaldo Alves de Oliveira (553.704.706-34).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3822/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.857/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amelia Escotto do Amaral Ribeiro (272.357.690-68); Edileuza Santana Lobo (554.348.437-20); Igor Miguel Iglitzky Valladares (183.038.207-10); Isabel Regina Alves de Carvalho (775.943.987-34).
1.2. Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3823/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.866/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Antonio Eustaquio dos Santos (653.199.586-68).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3824/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-004.871/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Saul Rodrigo da Costa Barreto (836.345.922-49).
1.2. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3825/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-039.980/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Camila Franca Campos (067.021.896-05); Frederico Furst Bittencourt (051.795.516-41); Gleison Brito Batista (048.185.513-09); Iris Andrade Belisario Silva (037.237.466-24); Julio Cesar Goncalves Junior (013.759.676-65); Lucilene Rezende Anastacio (059.455.466-74); Mariana Maia de Oliveira Sunemi (039.024.496-16); Miriam Cristina Guimaraes Junqueira (080.073.726-10); Ricardo Peterson Silveira (014.695.630-37); Tulio Pacheco Fortes Fleury (054.790.266-23).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3826/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-003.606/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Antonia de Sousa Silva (520.553.533-49).
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3827/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo MPTCU, em:

a) sobrestar o exame de mérito dos atos de concessão de pensões civis instituídas por Renato Geremias Leite e Edson Gomes Cabral o até o trânsito em julgado da ADIn 5.554/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal; e

b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão de pensão civil constantes dos autos.

1. Processo TC-003.815/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edir da Silva Fernandes (005.882.517-71); Gabriela Santana Leite (160.139.407-11); Izabela Santana Leite (171.725.407-19); Maiara Soares Ferreira (141.283.827-44); Odette Simao Farah (836.250.037-91); Pedro Lucas Ribeiro Cabral (159.811.097-77); Tainara de Souza Leite (137.977.267-24); Vera Lucia Soares (604.060.707-68); Walter Alves Ferreira (191.012.877-53).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3828/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.038/2021-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Julieta Abrahao Lyra (097.465.227-01); Juraciara Lopes de Azevedo da Silva (828.104.947-20).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3829/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, em:

acolher, nos termos do § 1º do art. 250 do Regimento Interno do TCU, as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Regina Celia Marques de Mello (CPF 407.010.937-49), ex-Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;

arquivar os presentes autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU;

1. Processo TC-011.458/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adeilda Ernesta de Sousa Pires (838.481.007-97); Andresa Carla de Souza Pires (107.519.947-66); Edileusa Barbosa da Silva (011.440.467-42); Elisa Cândida Martins Ventura (922.198.107-04); Regina Segadas da Cruz (374.930.197-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3830/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-013.888/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria da Glória Peçanha Rangel (107.431.627-49).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3831/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-005.127/2021-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)
1.1. Interessados: Benedito Julio de Souza (275.738.004-44); Francisca Alves Monteiro (009.177.264-80); Francisco Caetano Monteiro (012.665.354-20); Gerardo Nazareno de Carvalho (002.701.993-49); Jose Gomes Ferreira (146.332.138-49); Jose Gomes de Melo (011.755.644-00); Leomiza Nunes de Albuquerque (038.580.607-80); Maria Adilia dos Santos (073.381.205-87); Maria Celia da Silva Pinheiro (020.907.007-26); Maria de Lourdes de Souza Sant Anna (334.297.407-97); Mario Feliciano da Paixao (130.936.657-87); Milagres Teles da Silva (771.804.613-34); Monica Cristina de Oliveira Pacheco Dantas (944.538.887-91); Nadir Gomes (555.904.467-91); Napoleao Vidal de Sousa (030.634.293-68); Neusa Araujo Silva (441.328.757-68); Reginaldo Jose de Sant Anna (225.848.207-06); Reuza Soares de Souza (375.769.417-15); Ruy Martins da Fonseca (012.679.814-15); Shirlei da Silva Luz (400.707.607-30); Terezinha Camelo Barbosa (738.306.077-68); Venina dos Santos Freitas (246.169.768-05).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3832/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, motivado pelo falecimento dos beneficiários, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.148/2021-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Herbert Zamith Junqueira (075.090.901-30); Jose Nepoziano da Silva (006.637.434-00); Khleber Eugenio de Araujo (029.982.467-53); Ney Martins da Silveira (067.359.087-91); Ney de Abreu Pimenta (023.965.487-00); Roberto Tocuei Yoshisato (045.559.028-15); Walter Schnitter (237.722.208-00).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3833/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.328/2020-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Eraldo Carneiro de Souza (317.031.437-87); Gastao Antonio dos Santos Filho (400.917.677-68); Genauro Cilirio dos Santos (572.598.797-34); Valmir Freitas de Souza (436.633.547-68); Waldecir Loureiro dos Santos (374.240.847-04).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3834/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.382/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Dermeval Graciliano Cajazeira (209.522.367-53); Erivan Correa de Oliveira (204.559.847-00); Luiz Gonzaga da Silva (083.652.294-04).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3835/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame apresentado por Carlos Henrique Hott contra o Acórdão 13.383/2020-TCU-1ª Câmara (peça 90), por meio do qual esta Corte de Contas conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo responsável em face do Acórdão 5.143/2019-TCU-1ª Câmara, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial.

Considerando que o expediente denominado "pedido de reexame" não é adequado para recursos em processos de contas, conforme arts. 285 e 286 do RITCU;

Considerando que o recurso de reconsideração se constitui na espécie recursal cabível contra decisão definitiva proferida nos processos deste Tribunal que versam sobre contas, nos termos do artigo 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando, portanto, que não é possível o recebimento da peça ora em exame como recurso de reconsideração, por ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão em face da decisão original, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92, constituindo-se na última oportunidade recursal existente neste processo;

Considerando, por fim, que a peça ora em análise não deve ser conhecida como recurso, ante a ausência de previsão legal para tanto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, incisos I e II, 278, § 4º, 282, 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do expediente denominado "pedido de reexame" apresentado por Carlos Henrique Hott, em razão de ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-003.873/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Henrique Hott (535.111.236-15); Marcio Gerard (730.216.526-20).

1.2. Recorrente: Carlos Henrique Hott (535.111.236-15).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Reduto - MG.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Luiz Gonzaga Amorim (OAB/MG 41.717), José Paulo Hott (OAB/MG 40.413) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3836/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de expediente inominado, apresentado por Joze Tomas do Nascimento.

Considerando que a peça recursal foi examinada com base nos requisitos estabelecidos para o recurso de reconsideração, cabível nestes autos, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992;

Considerando que, por meio do Acórdão 502/2020-TCU-1ª Câmara, esta Corte de Contas, dentre outras medidas, julgou irregulares as contas do responsável, imputando-lhe débito e multa (peça 67);

Considerando que, em face do Acórdão 502/2020-TCU-1ª Câmara, o recorrente interpôs recurso de reconsideração, que foi conhecido, para, no mérito, ter seu provimento negado, conforme Acórdão 10.834/2020-TCU-1ª Câmara (peça 103);

Considerando que o art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU dispõe que "não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto";

Considerando, portanto, que o presente expediente não deve ser conhecido, por ser inadequado para combater deliberação que apreciou outro recurso interposto, nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92 e que o recebimento da peça nessa modalidade seria prejudicial ao responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, 278, § 4º, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do expediente interposto por Joze Tomas do Nascimento, em razão de ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto; e

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-005.911/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federação das Associações Comerciais e Industriais do DF (38.050.233/0001-71); Jose Sobrinho Barros (093.254.841-53); Joze Tomas do Nascimento (017.476.223-20).

1.2. Recorrente: Joze Tomas do Nascimento (017.476.223-20).

1.3. Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: Alexandre Garcia da Costa Jose Jorge (OAB/DF 14.428).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3837/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, aos responsáveis e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. Processo TC-016.278/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Galdino Alves Junior (201.018.809-87); Governo do Estado do Paraná (76.416.940/0001-28); João Alziro Herz da Jornada (113.055.250-00); José Antônio Fonseca (021.559.400-25); Leonaldo Paranhos da Silva (498.725.759-91); Luis Fernando Panelli Cesar (805.231.378-34); Marco Antônio Lima Berberi (814.976.109-82); Rubens de Camargo Penteado (402.725.249-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Leticia Ferreira da Silva (OAB/PR 23.155); Roosevelt Arraes (OAB/PR 34.724); Adriana da Costa Ricardo Schier (OAB/PR 27.589); Marcelo Silveira Martins (OAB/RS 14.874); Luiz Fernando Casagrande Pereira (OAB/PR 22.076); Gustavo Bonini Guedes (OAB/PR 41.756) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3838/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Dalva Maria de Queiroz Tiago (558.229.756-15);

b) julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Dalva Maria de Queiroz Tiago (558.229.756-15), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Turismo e à responsável; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-030.030/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Dalva Maria de Queiroz Tiago (558.229.756-15).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Carneirinho - MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3839/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

a) prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no item 1.6 do Acórdão 7.872/2020-TCU-1ª Câmara, a contar do término do prazo inicialmente concedido; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

1. Processo TC-046.746/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3840/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Agência Nacional de Aviação Civil e ao representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-046.849/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

1.5. Representação legal: Lucas de Castro Rivas (OAB/DF 46.431).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3841/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.039/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Ludovico Vasconcelos (258.772.161-04); Andreia Nazare de Jesus (832.547.229-49); Antonio Romeu de Paula Sobrinho (084.462.294-04); Fernando Jose de Oliveira (238.823.951-68); Geraldo Dalia da Costa (091.719.084-04); Maria de Fatima Freire Arrais (060.900.103-59); Rivaldo da Silva (008.299.864-72); Santa Eliza Rodrigues (090.936.482-68); Tiago Vasconcellos de Lima Costa (657.881.337-34); Wilson Lopes Barbosa (286.212.981-04)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3842/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.922/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eli Martins de Lima (001.072.714-00); Gaspar Noriaki Matsumoto (726.991.758-20); Nelson Bocardi (749.085.888-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3843/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.944/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar de Souza (284.304.336-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3844/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.387/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Augusta Cunha Lima Juca (411.401.414-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3845/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.453/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Pereira Cabral (197.294.054-68); Cicero Alves de Lima (186.304.304-78)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3846/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.455/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Jose Barroso Amato (053.431.512-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3847/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.035/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Frederico de Siqueira (142.615.024-53); Edson Wilson Duarte Gomes (222.127.874-72); Germano Woehl Junior (292.356.189-91)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3848/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.038/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Aparecida de Barros (709.971.959-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3849/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.668/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Miro Teixeira (036.902.887-20)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3850/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.504/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Cristina Ferreira Ramos (544.175.629-20); Mariester Malvezzi (231.681.459-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3851/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.528/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela de Lourdes Ferreira Santos (392.247.086-68); Carla Marcia Nader (426.569.666-04); Elaine Benfica Ferreira (420.795.786-34); Maria Imaculada Barbosa Rocha (258.606.316-34); Maria da Penha Ferreira (396.907.506-82); Mauricio Caldeira Junqueira (569.592.576-20); Neusa Maria da Silva Ferreira (164.713.936-87); Rosemary Bispo da Silva Campos (506.824.906-87); Rosiclayr Carvalho Leite (417.601.236-68); Silvania Cristina de Andrade (143.954.282-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3852/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.545/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Donizeti Alves (263.099.806-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3853/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.878/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Claudia Vieira Vidal (156.773.947-42); Andrelisse Arruda (994.070.601-44); Brenda Lima Porto Tardan (158.649.857-67); Camila Areias de Oliveira (116.151.607-79); Denilly Carvalho do Carmo (123.246.227-69); Jessica Ferreira da Costa (058.075.747-10); Kellen Cristina da Silva Gasque (278.041.258-52); Leonardo Henrique Ferreira Gomes (053.721.977-30); Lucas Andre Boaventura de Carvalho (157.149.217-80); Victor do Valle Pereira Midlej (019.355.805-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3854/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.273/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Siqueira Ferreira (060.404.806-88); Amanda Soares do Nascimento e Silva (016.855.591-31); Ana Carolina Perdigao Faleiros (444.011.911-53); Bruno Leite Reis (045.916.109-18); Diana Silveira de Araujo (567.006.013-04); Heloisa Rey Farza (913.628.307-04); Larissa Muratori Aguiar (059.922.794-07); Marcos Paulo Barbosa Juca (765.759.263-04); Pedro Ilton Costa Junior (032.177.211-36); Rodrigo Rodrigues Savini (471.627.241-91)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3855/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.221/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Damaris Fagundes da Rosa (096.146.429-12); Elisiane Diniz (095.160.499-66); Fernando Cezar Fonseca Nunis (073.599.249-52); Gelcimar Carvalho Gomes (984.631.879-00); Igor Rodrigues Fernandes (079.686.249-40); Josiele Aparecida Gomes Mychalczuk (064.156.809-60); Olivia Maria Aparecida da Silva (084.389.079-70); Ralph Matheus de Jesus (051.544.829-05); Talita Gabriela Duarte (109.497.099-99); Valdir de Lima (091.063.629-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3856/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.235/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Santos Souza da Cunha (033.777.905-86); Laryssa Faria de Brito Castro (037.137.101-55); Luiza Gentilini da Silva Medina (013.517.160-18); Raissa Ribeiro (020.470.171-65); Yuri Figueira Brasil de Oliveira (800.611.682-20)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3857/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.299/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Roberia de Lourdes de Vasconcelos Andrade (058.730.954-77); Roberta Ribeiro Brandao Caldas (038.284.804-70)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3858/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.359/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Pereira Duarte (084.717.049-78); Anerita Ohana de Souza (101.712.429-98); Cleber Antonio Pansera (105.203.409-81); Cleison Luan de Bastiani (089.347.329-46); Felipe Stegani (043.529.119-09); Francieli Delongui (025.793.129-51); Juliartt Rover de Souza (078.739.869-18); Luciano Alves Bello (059.018.109-29); Patricia Pauleski Viegas (063.940.179-14); Rose Ane Melo de Araujo (048.179.799-84)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3859/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.497/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Centena de Nunes (712.709.060-20); Crislayne Druczkowski Andreo Martins do Carmo (108.379.799-94); Fabiane Hornke (015.624.110-20); Ivone dos Santos Reis (029.068.509-50); Kalyne Graziele da Cruz Musshoph (053.615.399-02); Luciana Goncalves Tomaz Pinto (034.765.399-54); Luciene dos Santos (039.894.175-09); Lucimara Frutos (020.864.079-71); Manoela Fantinel Ferreira (018.414.840-59); Tiago Strieder Ramirez (011.030.790-93)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3860/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.237/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana da Cunha Campos (075.885.277-06)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3861/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.273/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Wellerson Cioglia Junior (085.369.566-07)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3862/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.437/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Veronyca Kezya Santos Sousa Patriota (050.603.425-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3863/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º, II, da Resolução TCU nº 206/2007, ACORDAM em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-046.140/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alvares Pittol (444.773.680-20); Andrea Augusto (610.682.339-15); Cristiane de Mendonca Costa Rodrigues (043.979.937-69); Debora Raquel Faria (043.900.319-96); Edgar de Carvalho Cerchiaro (610.041.628-04); Eliese Moreira de Oliveira (438.276.752-00); Fabio Trovo Barbosa (678.698.409-63); Flavio Cardoso Nocetti (044.546.188-87); Geyza Karla Gomes Araujo (437.424.323-20); Giovani Guardiola Grando (676.363.650-49); Jorge Kazuo Issejima (044.312.238-51); Jose Carlos de Andrade (441.048.806-63); Juarez Prado (852.460.698-34); Luis Serrao Pinto Bravo (769.899.417-15); Marcelo Renato Alves Garcia (445.940.031-68); Nalyton Borges Cutrim (614.977.623-91); Paulo Cesar de Lacerda Flores (614.475.790-20); Tania Menezes Tavares (445.615.474-87); Tyrone Alderico Patel (613.454.239-34); Venoveva Luzia de Souza Held (577.573.309-63)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3864/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.713/2021-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albany Gomes Pinheiro (666.588.451-15); Carlos Felipe Costa Botelho (012.142.084-10); Helyade Shalon Costa Botelho (012.142.004-35); Ilka de Lourdes Coutinho Costa Vieira (437.446.804-87); Jacqueline Mendes Bezerra (368.963.904-25); Jadson Santos do Nascimento (091.690.874-74); Joao Carlos Botelho Filho (012.142.054-02); Lizandra Maria Xavier Botelho (012.508.084-05); Maria Jose de Santana (439.265.255-68); Maria da Guia Pereira de Oliveira Silva (087.492.824-92); Maria do Socorro Nobrega dos Santos (733.593.354-49); Normando Barbosa (058.101.164-34); Rosenilda Alves de Sousa Leite (760.160.644-91); Sasha Kaline Santana Botelho (012.142.124-41); Socorro Francisca Sa Diniz (272.498.164-20); Vilma Lucia de Carvalho Goncalves (113.755.744-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3865/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.810/2021-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gelsa Campos Rolla (003.999.810-04); Maria da Graca Brum da Silva Cavallini (805.913.450-72); Telmo dos Anjos (531.594.380-15); Theresinha Paulo Kury (004.362.790-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3866/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.528/2021-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Luciene de Cassia Ramos de Carvalho (011.924.256-77)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3867/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.628/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Thalia Santos Gomes de Souza (180.302.867-08); Wallace Santos Gomes de Souza (169.732.817-29); Wendel Santos Gomes de Souza (180.302.737-11)
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Primeira Região Militar, com base nos arts. 45 da Lei 8.443/1992, e 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, contemplando a Sra. Lucia Helena dos Santos da Gloria (CPF: 047.507.007-03) como beneficiária de Durvalino Gomes de Souza, na condição de companheira, submetendo-o ao TCU no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018

ACÓRDÃO Nº 3868/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-041.907/2020-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Vilma Asevedo Soares Teixeira (093.684.931-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3869/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.335/2020-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Jose Pinto Lima (000.764.491-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3870/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-042.341/2020-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aurora Maria de Jesus dos Santos Miranda (151.225.225-53); Josue Cosme Soares (481.230.728-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3871/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.248/2020-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Helenita Ramos Silva (076.676.204-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinto)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3872/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.818/2020-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Militina Dias Fontes das Chagas (360.807.642-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3873/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.950/2020-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adriana Goncalves Xavier (554.979.930-87); Alda Gladir Xavier de Moraes (295.939.210-87); Arlete Konrath Meneghini (008.208.200-67); Ester Marlene Martins Rodrigues (280.043.290-04); Eva Eroni Lemes Machado (776.982.070-72); Geanete Konrath Goncalves (548.339.730-49); Haydee Schlichting Hostin Lima (075.107.210-91); Hyade Schlichting Zasso (688.818.190-15); Janaina Goncalves Xavier (497.863.690-68); Keyth Michellem Aguirre Giordano Vessozi (002.304.250-89); Marlene Clelia Martins Rodrigues (676.233.010-04); Mireila Almeida Freitas (483.545.540-15); Moara Bonilha (323.116.800-72); Rosandra Catarina Alves Bissaco (593.859.367-00); Rosangela da Gloria Martins Rodrigues (491.881.780-72); Rosania Rodrigues (407.677.600-34); Rubia Magelem Aguirre Giordano Braccini (745.918.270-20); Saionara Efigenia Alves Naressi (317.993.880-34); Samara Terezinha Pereira Alves (317.993.700-97); Vera Luiza Kelsch (419.069.340-53); Zely Sant Anna Fim (213.005.770-53)

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3874/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 18, 23, inciso I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207, 208, e 214, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva, conforme itens abaixo, dar quitação aos responsáveis mencionados no item 1.8 e quitação plena para os demais responsáveis, e mandar fazer as determinações abaixo, sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.228/2017-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO: 2016)

1.1. Responsáveis: Deise Cristina de Lima Picanço (713.710.369-34); Edelvino Razzolini Filho (319.147.649-00); Edilson Sérgio Silveira (141.231.638-31); Graciela Ines Bolzon de Muniz (674.273.759-04); Iara Picchioni Thielen (393.575.979-72); Júlio Cezar Martins (583.997.397-15); Lania Virginia Busnello Vaz (770.138.599-15); Laryssa Martins Born (858.567.629-91); Luciana Emília Machado Garcia (027.910.789-75); Luiz Fernando Nadolny (836.867.979-68); Lúcia Regina Assumpção Montanhini (313.336.059-00); Maria Amélia Sabbag Zainko (299.729.657-91); Maria Aparecida Zehnpfennig Zanetti (514.502.329-49); Maria Lucia Accioly Teixeira Pinto (393.477.109-20); Ricardo Marcelo Fonseca (729.663.519-34); Rita de Cássia Lopes Fiakofski (393.327.999-20); Rogerio Andrade Mulinari (357.006.459-04); Zaki Akel Sobrinho (359.063.759-53) e Álvaro Pereira de Souza (600.130.019-49)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. excluir da relação processual, por não ser de suas atribuições a concessão da jornada de trabalho flexibilizada (art. 3º do Decreto 1.590/1995), os seguintes conselheiros listados pela Controladoria-Geral da União na matriz de peça 10: Adilar Antonio Cigolini (CPF 706.930.729-20); Alexandre Luis Trovon de Carvalho (CPF 126.135.028-60); Aline Ferrari Fabri (CPF 005.807.689-10); Amadeu Bona Filho (CPF 185.216.579-00); Ana Paula Mussi Szabo Cherobim (CPF 519.345.409-78); Andrea do Rocio Caldas (CPF 015.698.859-31); Arlete Edling (CPF 232.638.659-00); Blenio Cezar Severo Peixe (CPF 188.766.170-00); Caroline Arns de Santa Cruz Arruda (CPF 026.673.839-74); Christian Mendez Alcantara (CPF 666.297.219-34); Dalton Luiz Razera (CPF 230.639.049-53); Daniel Keller Mittelbach (CPF 009.737.459-83); Diomar Augusto de Quadros (CPF 016.915.379-77); Donizeti Antonio Giusti (CPF 925.448.198-04); Eduardo Salles de Oliveira Barra (CPF 507.611.296-34); Eduardo Todt (CPF 400.228.380-15); Eunice Maria Linhares Cirino Camargo (CPF 816.292.149-49); Eva Cristina Rodrigues Avelar Dalmolin (CPF 222.143.649-00); Graciela Ines Presas Areu (CPF 491.467.939-68); Julio Gomes (CPF 805.225.729-87); Lara Senger (CPF 094.502.179-80); Lillian Daisy Goncalves Wolff (CPF 353.653.159-87); Lucas Siquieri Gracia (CPF 016.723.832-93); Luis Carlos Erpen de Bona (CPF 696.189.849-15); Luiz Antonio Correa Lucchesi (CPF 404.956.479-34); Luiz Antonio Passos Cardoso (CPF 167.345.059-87); Luiz Fernando de Lima Luz Junior (CPF 672.873.449-04); Maria Candida Pires Vieira do Amaral Kroetz (CPF 873.422.519-68); Maria Cristina Alsselbrinque (CPF 042.962.439-50); Marion do Rocio Foerster (CPF 876.237.909-78); Marisa Fernandes de Castilho (CPF 506.673.009-53); Paulo de Tarso da Cunha Chaves (CPF 212.138.870-20); Pedro Luis Faggion (CPF 336.032.780-20); Regina Maria Hartog Pombo Rodriguez (CPF 624.354.939-91); Renato Bochicchio (CPF 141.680.638-52); Ricardo Fernandez Perez (CPF 173.322.668-06); Roberto Benghi Del Claro (CPF 023.893.099-84); Roberto Filizola (CPF 184.360.991-68); Romualdo Wandresen (CPF 142.105.769-72); Rosa Maria Cardoso Dalla Costa (CPF 042.587.248-31); Tibirica Kruger Moreira (CPF 184.181.800-30); e Vanessa Aquino de Lima (CPF 078.343.339-50);

1.8. julgar regulares com ressalva as contas de Zaki Akel Sobrinho (CPF 359.063.759-53) - Reitor e Edelvino Razzolini Filho (CPF 319.147.649-00) - Pró-Reitor de Administração, dando-lhes quitação:

1.9. julgar regulares as contas dos seguintes responsáveis, dando-lhes quitação plena,: Rita de Cássia Lopes Fiakofski (CPF 393.327.999-20); Deise Cristina de Lima Picanço (CPF 713.710.369-34); Edilson Sérgio Silveira (CPF 141.231.638-31); Graciela Ines Bolzon de Muniz (CPF 674.273.759-04); Iara Picchioni Thielen (CPF 393.575.979-72); Júlio Cezar Martins (CPF 583.997.397-15); Lania Virginia Busnello Vaz (CPF 770.138.599-15); Laryssa Martins Born (CPF 858.567.629-91); Luciana Emília Machado Garcia (CPF 027.910.789-75); Luiz Fernando Nadolny (CPF 836.867.979-68); Lúcia Regina Assumpção Montanhini (CPF 313.336.059-00); Maria Amélia Sabbag Zainko (CPF 299.729.657-91); Maria Aparecida Zehnpfennig Zanetti (CPF 514.502.329-49); Maria Lucia Accioly Teixeira Pinto (CPF 393.477.109-20); Ricardo Marcelo Fonseca (CPF 729.663.519-34); Rogerio Andrade Mulinari (CPF 357.006.459-04) e Álvaro Pereira de Souza (CPF 600.130.019-49);

1.10. dar ciência à Universidade Federal do Paraná, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes à autorização servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, eis que isso é de competência exclusiva do Reitor, conforme previsto no art. 3º do Decreto 1.590/1995;

1.11. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado de cópia da instrução, à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, órgão central do Serviço de Pessoal Civil (Sipec), e à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, para que, no âmbito de suas atribuições, avaliem a possibilidade de expedir orientações às Instituições Federais de Ensino para esclarecer, definitivamente, a controvérsia quanto ao pagamento do auxílio alimentação para professor das IFE, submetido ao regime de tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho (art. 20, inciso II, da Lei 12.772/2012);

1.12. encaminhar cópia deste acórdão à Universidade Federal do Paraná e à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), destacando que este pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 3875/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos artigos 237, inciso VII, e 250, I, do Regimento Interno deste Tribunal, além do art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la, improcedente, arquivando-a e dando ciência à Procuradoria da República no Amazonas desta deliberação, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.830/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.2. Interessada: Procuradoria da República no Amazonas

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3876/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.663/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Airton Goncalves de Oliveira (390.403.056-68); Edilene Vieira de Araujo (408.754.316-15); Joao Batista Ferreira (480.317.807-06); Maria Sutera da Silva Tavares (319.980.466-72); Marileia de Miranda Zille (411.708.226-49); Norma Suely da Fonseca (253.185.786-91); Rogerio Armando Ferreira (355.702.456-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3877/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.749/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Jorge Nascimento da Silva (067.241.402-34); Antonio da Silva Ferro (004.206.542-91); Erickson Alexandre Rodrigues Barbosa (098.675.382-34); Joao Luiz Gouvea (049.073.612-20); Monica Teixeira Chaves (104.407.712-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3878/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.918/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jussiaria Ramos do Rosario (251.640.235-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3879/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.960/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adenildes Goncalves de Oliveira (295.374.951-91); Antonio Luis de Queiroz (136.933.951-87); Beatriz de Castro (186.955.071-49); Manoel Benedito Cardoso (181.362.301-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3880/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.994/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Raimundo da Silva (068.633.612-72)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3881/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.015/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Pereira Braulio (094.218.581-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3882/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.178/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivone Caldeira Brant Lessa (233.878.666-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3883/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.206/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fatima Maria Teixeira Pastoriza (663.689.367-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3884/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.302/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Douglas Muniz Lyra (416.967.867-20); George Staudohar Junior (636.354.027-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3885/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.315/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aloisio Rodrigues da Silva (046.025.361-15); Maria de Fatima Pereira (475.991.467-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3886/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.363/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Martins Dardengo (578.389.847-34); Jorge Luiz da Silva (525.388.347-91); Maria Goreti Meneghelli (827.055.267-49); Maria da Penha Miranda (781.441.677-91); Rita de Cassia Caldeira Samorini (379.607.257-72); Rita de Cassia Pereira de Souza (619.287.717-34); Silvana Marcia de Oliveira Cortez (798.687.707-34); Valdete Souza Sena Mendes (733.991.757-87); Valter Fagundes (470.995.267-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3887/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.965/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Gomes Maio (592.536.577-15)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3888/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.978/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clecy Siqueira de Oliveira (115.431.752-87); Irani Menezes de Oliveira (988.425.018-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3889/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.039/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alberto Cosme Godoy dos Santos (495.576.377-49); Ana Paes Silva Pedrazas (314.457.057-53); Carlos Roberto de Souza Menezes (104.091.657-00); Carmen Lucia Vieira Mota Maciel (707.915.207-06); Dorothy Ribeiro Castilho de Oliveira (372.510.077-20); Gilva Maria Mariano de Andrade (530.391.907-25); Guacira Correa de Matos (262.979.737-68); Maria do Carmo Neri da Luz (697.475.557-00); Sidnei Dias de Oliveira (217.238.187-04); Vicentina Afonso da Silva (197.732.936-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3890/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.077/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Affonso Cezar Baptista Ferreira Pereira (275.959.514-53); Carlos Alberto da Silva (152.457.054-00); Carlos Roberto de Franca (187.198.724-53); Maria Jose do Nascimento (224.989.074-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3891/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.168/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Geysa Bigi Maya Monteiro (246.128.557-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3892/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.225/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dulcimar Valente Figueiredo dos Santos (181.351.701-06); Lucia Maria Miranda (318.260.591-72); Maria Pereira Maranhao (309.407.611-49); Silvia Braga dos Anjos de Oliveira (230.100.701-44)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3893/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.255/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dalila Vier Fernandes (274.766.429-53); Dorival Sebastiao Rossi (202.499.189-00); Raquel Squizatto Schoenberger (613.420.929-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3894/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.741/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Juscelino Nicory (132.319.795-87); Luzinete Andrade da Cruz (137.039.195-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3895/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno, em julgar legais os atos de concessões de peças 3, 5/7 e 9/12, e considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de peças 4 e 8, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, conforme pareceres convergentes constantes dos autos.

1. Processo TC-003.743/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ademir Macedo dos Santos (072.903.812-20); Angelina Soares Pantoja (092.664.372-04); Jacson Moreira de Souza (123.281.462-87); Leopoldo da Costa Neri Junior (080.666.042-20); Manoel Benedito da Silva Regio (066.912.772-87); Maria de Nazare Pereira Rocha (066.892.302-44); Pedro dos Anjos de Barros (097.763.702-68); Selma Maria Ribeiro de Sousa (163.724.842-34); Valdeci Ibiapino da Silva (098.445.462-49); Vicente Batista Pereira (047.475.002-78)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3896/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, todos do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de peças 3 e 4, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, e no ato de concessão de peça 5, excluir por duplicidade nos termos do Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.762/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Claudio Francisco Souza de Salles (177.434.270-72); Jose Goncalves de Menezes (084.527.761-87); Wilma Mendes Nascimento (114.888.831-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3897/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.909/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lilian Angelica Gomes Alagia (401.316.020-04); Maria Assunta Zanatta Dittert (161.981.409-97)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3898/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.938/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Linelson Custodio de Albuquerque (671.616.268-20); Rejane Pinheiro Rocha (215.247.774-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3899/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.953/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cleber Lessa de Moura (198.464.286-34)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3900/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.956/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mirian Rodrigues de Melo Lopes (359.096.761-72); Rosangela Aparecida Dias Barbosa (266.502.901-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3901/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.979/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Ratier Catanante (356.658.311-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3902/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.001/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mariu Xavante (352.977.941-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3903/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.401/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Adolpho Magalhaes Baltar (098.001.584-72); Maria de Lourdes Perez Diaz Teixeira (078.339.704-68); Severina Lucicleide das Candeias (401.904.714-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3904/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.406/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Falco Pruski (336.914.600-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3905/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.408/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Katia do Socorro da Cunha Mourao de Almeida (237.407.602-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3906/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.446/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Aramburu Filho (755.980.607-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Artes
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3907/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.480/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ilka Dias Bichara (212.514.605-34); Maralba Oliveira Santos Jordao (177.808.965-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3908/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.784/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Isabel Andrade Roge (297.967.171-15)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3909/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.815/2021-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joaquim Ribeiro de Lima (276.101.791-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3910/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.972/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Moreira (048.333.507-00); Lenir Jose da Silva (033.890.651-72); Zenite Gomes dos Santos (022.514.007-10)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3911/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.987/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilza Mattos de Oliveira (256.708.917-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3912/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.263/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Fernandes Gonçalves Fialho (407.478.597-87); Marcia de Souza Vaz Mateus (748.849.057-68); Maria Francisca de Souza (040.746.962-15); Maria Helena Gravina (421.485.450-00); Maria de Fátima Pinto da Silva (229.496.662-72)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3913/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.439/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Catauli dos Santos (466.008.507-44); Benedito Cesarino de Lara Fernandes (373.924.177-20); Clarisa Terezinha Guerra (486.076.810-87); Gabriel Jonas Martiniano de Araujo (550.242.547-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3914/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.429/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eloy Ernesto Brandão de Brito (042.948.997-86)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3915/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.987/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leon Denisar Daudt Fischer (335.683.670-68)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3916/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.042/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Kubay Ydiriua (457.939.481-04); Maria do Carmo Teixeira Norato (322.859.812-87); Nestor Odicio da Silva Filho (058.413.482-72); Neuton Coelho de Souza (260.717.541-00); Osvaldina Salomao Ferraz Rocha (550.433.486-15); Pedro Vilson Dias Pinheiro (040.361.312-49); Sued Policarpo Reboucas (115.302.002-53); Tereza Daniel Hass (557.501.099-68); Vilani Venancio Duarte (359.424.521-72); Zenaide Bezerra Pereira Gonzaga (470.758.804-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3917/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.045/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Pougy (603.625.967-00); Angela do Carmo Freitas (841.683.587-04); Daniel Fernando da Costa (316.558.317-04); Joao de Deus Pinheiro Filho (231.205.687-91); Jose Honorio Pereira Franca (601.452.267-00); Sandra Helena Goulart de Macedo (467.787.217-15)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3918/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.058/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Rodrigues (024.211.195-53); Jose Domingos Reis Silva (049.647.565-72); Osvaldo Alves dos Santos (066.284.005-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3919/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.427/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Juraneide Marques de Lima (237.914.975-53); Onildo Marcelino de Arruda (105.844.714-91); Vera Lucia Santiago Cerqueira de Melo (278.637.864-87)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3920/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.596/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Deoclecio Rangel de Souza (273.217.030-53); Ana Cecilia Bastos Stenzel (220.438.960-91); Ana Luiza Mendes Teichmann (293.777.650-72); Carlos Roberto de Oliveira (425.942.860-87); Carmo Pereira Severino (161.390.460-68); Doraliza Cattelan Romero (309.665.230-91); Maria Antonia Negreiros Guerreiro (470.269.280-15); Mariza Martins Martinez (433.731.940-91); Norberto Bojes Daubermann (294.694.650-91); Stenio Dias Pinto Rodrigues (222.557.610-68)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3921/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.622/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juscelene Fernandes (288.899.169-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do Inss - Florianopólis/sc - Inss/mps
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3922/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.744/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lúcia Vânia Abrão Costa (509.083.321-49)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3923/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.520/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arivan dos Reis e Sousa (047.609.992-72); Horman Oliveira Coelho (099.306.472-87); Humberto Farias Pinto (073.836.812-15); Joao Lasaro Custodio (068.199.231-04); Jose Jonas Nascimento da Rocha (073.326.292-91); Jose Viana de Souza (063.207.832-49); Raimundo Queiroz Coelho (137.163.442-49); Roseana Hisayo Imakawa Monteiro da Palma (039.896.118-28); Terone Mota de Mesquita (160.069.252-49); Valdemir Mafra Caldas (192.745.642-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3924/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.516/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Alves Arantes (231.754.946-68); Clesia Ferreira de Araujo Figueredo (482.837.466-34); Dalete Aparecida de Souza Ferreira (554.143.036-49); Eli Silva Santos (222.207.986-15); Maria Sueli Goncalves Bergo (255.748.176-91); Maria Vera Lucia Pereira Francino (304.338.946-87); Nilson Antonio Barbosa (335.518.476-49); Ranulfo Limas Silva (036.002.788-19)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3925/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.177/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Rodrigues Mouradian (240.035.901-63)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3926/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.239/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcia Regina Aragao Bringel (150.029.423-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3927/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-043.489/2020-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia Bernardes de Oliveira (767.075.127-49); Rozauria Christina de Souza Santos (675.875.007-82); Salvador Manoel Serra (360.088.427-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3928/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.083/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benice Aguiar Brito (185.810.481-53); Joao Fernandes Teixeira (100.986.741-53)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3929/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.434/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rosane Massia da Costa (465.346.870-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3930/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.139/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Larissa Domingues Lemos (023.921.990-27)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3931/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.277/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Augusto Sasaki (313.835.118-29); Camila Goncalves Moreira (016.573.941-07); Carlos Eduardo Lacerda Ramalho (947.288.361-34); Caroline Yuki Nishikawa Nagayama (053.617.549-78); Cassia de Paula Roesler Savino (368.912.248-10); Cristina Quemelo Adami Fais (312.020.848-50); Cyro Barbosa Caldeira (025.895.171-06); Debora Moraes Nunes (020.575.021-47); Luiza Novaes Borges (133.336.487-33); Nayrton Flavio Moura Rocha (019.106.273-13)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3932/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.381/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adeir Duarte da Silva dos Santos (370.187.328-32); Clodoaldo Jose de Almeida Souza Junior (837.233.901-53); Elenira Ribeiro Assuncao da Silva (011.121.283-95); Geslaynne de Oliveira Goncalves (036.405.281-31); Kaliandra Moraes Queiroz do Espirito Santo (039.249.895-24); Mauricio de Sousa Batista (700.000.691-91); Paulo Affonso Bezerra de Almeida Galeao (803.684.175-49); Rosiara de Souza Oliveira Guimaraes (838.891.917-20); Saulo Santos das Neves (033.741.365-75); Virginia Badya Nabut (692.286.471-91)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3933/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.503/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jean Michel Pimentel Rocha (384.874.558-59)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3934/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.513/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joaria Mendes de Moura (059.000.313-57); Livia Macedo Barreto de Oliveira (076.807.274-30)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3935/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.599/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Brito Muniz (790.890.892-68); Fabiola de Souza Abrahao (013.234.762-88); Rafael Santos Ribeiro (008.297.382-23)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3936/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.659/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sergio Lopes de Carvalho (348.255.762-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3937/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.662/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcone Jose de Souza da Cunha (039.650.144-39)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3938/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.704/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Luiz Gustavo Dias (043.349.711-48)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3939/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.857/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Naiane Santos de Jesus (036.375.115-76)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3940/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.897/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcia Barbieri (005.990.708-89); Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro (039.326.748-20); Vivian Perolina da Silva (311.336.698-40)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3941/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.956/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Valeria Barreto de Araujo (628.573.122-53); Ailton da Silva Pantoja (013.063.232-58); Alexandre Rodrigues da Silva Nunes (833.886.482-04); Edna Socorro Dias Coelho (163.823.822-72); Geovane Tavares dos Santos (879.269.542-68); Jacqueline Sousa de Jesus (209.082.292-91); Marlon Wirllem Jardim Rocha (607.023.202-00); Roberta Cacela de Almeida (000.482.982-47); Rosa Maria Alves da Silva (762.287.462-00); Suzamar Carreiro (588.471.202-25)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3942/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.957/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila de Nazare Colares da Rocha (776.677.272-87); Carmen Luana Costa de Abreu (802.427.152-49); Diogo Junior Silva Barros (018.105.091-90); Fernanda Freitas Fernandes (946.513.612-34); Leidiane Vaz dos Santos (712.562.882-68); Valneres Rodrigues de Lima (641.835.212-20); Veralucia Severina da Silva (033.063.834-30)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3943/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.095/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Agnaldo Silva de Franca (024.927.044-75)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3944/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.101/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcos Aurelio Chaves (867.885.669-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3945/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.121/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Valeria Perrupato Espindola (030.094.176-59)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3946/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.131/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Albuquerque Soares (080.074.339-37); Cleusa de Fatima Moreira Scacchetti (804.373.549-20); Giovani Torres (037.129.619-60); Haryagne Benck Caldeira (071.104.819-30); Hennir Santos Torres Condore (011.382.129-89); Lucas Barbosa (100.463.039-52); Maria Amelia Colicchio Ribeiro (082.893.208-50); Marlon Junior Patrocinio Dias (069.415.289-74); Matheus Henrique de Oliveira Guidarini (106.896.629-71); Miguel Henrique Santos Jacoby (089.431.459-93)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3947/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.139/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elize Regina dos Santos (047.221.259-10); Graziella Santos Benedito (102.908.249-90); Isabela Maria Anselmo Trevisan (078.802.099-48); Julio Cezar Busignani (617.911.809-49); Silvio Jose Pacheco (052.816.229-27)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3948/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.144/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Natalia Silveira Antunes (013.243.830-54)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3949/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.159/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lidiane Goncalves Dias (053.976.417-58)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3950/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.161/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Augusto Dorta Marques (391.579.238-17)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3951/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.183/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline dos Santos Galbiatti Drohson (122.921.329-58); Andreia de Almeida Teixeira (103.061.689-28); Andressa de Sa Trombini (093.361.159-52); Antonio Roldao dos Santos Filho (841.607.483-68); Bruna Goncalves de Lima (409.936.298-14); Daniel Arias Zierhut (087.190.609-04); Jair Sebastiao do Couto (610.681.799-53); Priscila Karielly Cavassim Creme (092.792.219-30); Thais Szczepanik (085.227.169-78); Thiago Alex Hemkemeier (047.815.719-30)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3952/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.201/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Pedron (036.298.279-18); Edimar Lucas Burei (086.052.219-92); Ernesto Martelo Junior (283.510.478-05); Jessyca Petry Dalazen (001.090.192-29); Joao Pedro Taguti Ribeiro (108.177.709-50); Juliana Aparecida da Silva (050.310.389-69); Lucas Henrique Galvao Leite (069.829.039-90); Lucas Ventura Frazao (107.528.919-01); Thalissa Jenniffer Carraro Correa (101.564.549-63); Thiago Luis Alves Sanches (059.009.289-85)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3953/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.205/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luiz Pinheiro (070.112.629-97); Carlos Eduardo de Carvalho Silva (067.161.919-50); Fernando Nascimento Vieira (297.809.538-50); Heloisa Cristina Aralde (084.142.609-00); Luciele de Jesus Nascimento (078.149.879-11); Paola Pastorina Agostinho (065.367.549-64); Patricia Messias dos Santos (104.963.339-33); Rosineia dos Santos (060.538.149-62); Valeria Bazan Nascimento (053.331.929-36); Werlaine Gomes da Silva (048.154.049-09)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3954/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.352/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Proenca Santana (038.169.099-73); Caique Gustavo Handoha Vendramin (108.949.389-40); Diandro Junior Ortlieb (073.620.129-77); Geneci de Freitas (056.638.379-90); Gustavo Pauli Glesse (081.899.159-32); Ivete Colomba Telo Abatti (005.688.449-47); Jaco Vieira Matos Junior (038.798.099-76); Mauro Joaquim (110.728.378-70); Sergio Antonio de Souza (610.409.089-34); Thays Alexandra de Souza Rosa Miranda (090.686.629-45)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3955/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.493/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cecilia Marcela Ugartemendia (236.326.018-01); Felipe Palhano de Oliveira (056.021.337-98); Juliana de Paula Lima (126.922.137-00); Karina Denari Gomes de Mattos (358.047.718-84); Lays Correa da Silva (157.602.807-08)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3956/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.505/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Rodrigues de Miranda (227.841.458-59)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3957/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.740/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruna Carregaro Pontes Danin (292.932.288-82); Leonardo Franca (895.925.571-87); Luciana Cruz Portilho (069.396.896-64)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3958/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.772/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Bottega (059.918.659-30); Debora Silva Viegas (003.010.410-67); Erica Freitas Lima Lemos (012.372.781-20); Jaqueline Bernadete Gama (886.634.349-87); Luciana Midori Suto (127.048.888-09); Luciane Apolinario Knopf da Luz (702.031.560-72); Maria Luiza Kniss (040.810.559-39); Sallomao Vieira Machado (009.573.841-06); Viviane da Silva Negreiros (593.797.150-72); Yuri Lopes Xavier Leite (057.615.399-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3959/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.859/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Charles Braga Beserra (010.792.533-86); Mauricio Aguiar Reis (985.938.203-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3960/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.860/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonardo Copeti Mattos (037.608.239-98); Rafael Martins Herculano (136.744.467-58)
1.2. Órgão/Entidade: Bb Tecnologia e Serviços S.a.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3961/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.890/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo Medeiros de Carvalho (047.055.857-12); Carlos Eduardo Nascimento Cardoso (109.904.087-60); Carlos Terencio Pires Bomfimsilva (533.144.177-72); Claudio Martins Kuyven (580.485.960-91); Eduardo Ponce da Motta (851.497.998-15); Fabio Machado Conde Luiz (095.815.877-05); Gregorio Tetsuji Kawakami (340.536.058-73); Jesiel Gomes Ribeiro Filho (010.853.677-70); Leandra Ribeiro de Oliveira e Silva (086.512.667-40); Manoel Leopoldino Rocha de Farias (613.111.466-87); Patricia Pereira Pedra (071.615.997-09); Renato Cesar Salgado da Fonseca (316.437.791-68); Rosane Oliveira Mota (178.102.135-04); Sebastiao Rezende (819.553.758-87); Vagner da Silva Vasconcelos (078.607.617-85); William Vizioli (256.311.668-60)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.a. Pré-sal Petróleo S.a - Ppsa
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3962/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.895/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisli Costa Galdino (050.038.844-00); Leonardo Maximino Bernardo (034.848.717-76)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3963/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.909/2021-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adao Marques Vieira (157.920.721-91); Altamiro Backes (207.568.879-68); Andrea Silva de Araujo (509.329.697-04); Ataidio Domingos de Oliveira (292.390.601-20); Beatriz Cancado Monteiro Caram Andre (080.188.666-00); Carlos Antonio Campos (531.708.226-91); Envin Darlen Silveira de Moraes (686.035.920-04); Erica Silva Lima (015.933.276-17); Josemir Mateus de Paula (307.433.111-91); Luiz Guilherme Renno Werdine (283.941.548-83); Luziano Fernandes (122.852.088-71); Marcio da Rocha Fortes (117.156.186-53); Marcionilio de Brito Faria (231.143.471-34); Maria de Fatima Vieira da Costa (550.003.637-87); Marta dos Santos Vasques (602.182.587-04); Moises Aparecido Delgado (330.888.701-06); Nelson Barbosa Horta (288.726.656-04); Pedro Marcondes de Brito (114.668.347-22); Ricardo Belfort Duarte (819.333.127-34); Thiago dos Santos Alves (102.186.117-06)
1.2. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.a.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3964/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de admissão, em face do desligamento ou falecimento do(s) interessado(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.929/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Rute Carvalho dos Santos (899.414.460-91); Daiani Porto Kunzler Barcelos (021.647.390-00); Daniela Alves da Silva Lopes (007.968.250-25); Dauana Tavares da Silva Trevisan (031.167.760-67); Debora Nunes Rohrig (028.455.760-99); Elisa da Silva Sedrez (006.197.180-48); Fillipe Ferreira Schultz (008.332.710-08); Francisca Valdilene de Almeida (011.100.381-43); Gabriela Dieterich Americo (032.731.150-92); Jaqueline Lorscheitter (012.190.690-60); Jaqueline Petittembert Fonseca (897.509.770-68); Jhonatan Pereira Souza (948.200.822-72); Joseane Raquel Cardonetti Gall (002.301.480-69); Luiza Schuster Ferreira (008.146.290-59); Marisa Fatima da Rosa (482.267.770-20); Patricia Cardoso de Vargas (001.816.550-80); Paula Cristiane Melo (814.182.990-49); Pricila Rejane da Silva Schmidt (008.739.740-42); Slavko Banovic Filho (002.827.500-45); Taiane Pigozzo (008.447.450-57)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3965/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-041.551/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Moan Jefter Fernandes Costa (088.847.644-24)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3966/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-043.355/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Lorena Rezende Vieira (066.516.996-52); Luiz Henrique Baldin (071.139.319-28); Marcela Uchoa Craveiro (121.022.227-21); Marcelo Edvirges Duarte (033.784.661-89); Matheus Tamanchieviez (027.850.360-85); Mayara Anselmi (065.175.649-93); Milena Lorenzoni de Souza (147.990.807-09); Nathalia Cristina Gontijo (119.259.596-35); Thiago Jose Arruda Paz (097.598.427-69); Thiago Rodrigo Assumpcao de Abreu (117.114.377-00)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3967/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.873/2021-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcina Francisca da Costa Nunes (603.749.931-49); Dircionira Machado de Oliveira (384.789.351-34); Eranil Correa Leite Souza (353.648.071-34); Francisco Leocadio de Souza (109.083.151-04); Luzia Alves Teixeira (229.401.971-72); Maria Celeste Alonso Mathias (852.116.486-68)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3968/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.106/2021-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Teresinha de Jesus Soares (010.711.006-70)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3969/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.798/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Márcio Nogueira Portella Nunes (412.518.143-87)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3970/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.887/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucy Peterli Santos (762.874.837-68); Miriam Almeida Ribeiro (101.016.777-40)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3971/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.273/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Emanuel Miranda de Bitencourt (129.844.389-06); Jorge Rene Perez Pereira (281.241.890-72); Ricardo Miranda de Bitencourt (129.844.599-03)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3972/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.326/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Armando Lopes (112.599.738-91)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3973/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.399/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria das Dores Gomes Anacleto (457.253.064-53)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3974/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.779/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Vieira do Nascimento Pereira (139.137.275-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3975/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão, em face do falecimento, maioridade ou exclusão do(s) beneficiário(s) e pela ausência de proposta de ressarcimento de valores indevidamente recebidos, na forma prevista no art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.139/2021-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Romilda Silva de Bittencourt (009.595.477-54)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3976/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.228/2021-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Maria das Merces Araujo de Medeiros (690.407.537-68)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3977/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.077/2021-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Claudio Pinheiro Santana (646.554.237-49); Ivanildo Milanes Gomes (003.622.204-68); Manoel Jorge Salles Castanheira (011.231.572-00); Nilo Francisco de Melo (037.886.604-49); Osmael Fausto Suzano (022.741.248-68); Osvaldo Sarmento Martins (063.894.060-53); Rodrigo Jose da Silva Teixeira (055.126.637-63); Walter Sotero Franco (004.056.551-34)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3978/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.996/2020-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Caetano (318.524.241-68); Cassimiro Fernandes Afonso (000.366.611-55); Eduardo Jesus de Almeida (036.073.431-60); Izidro Ramao Ramos (272.835.001-97); Joacir Alves Correa (201.687.131-87); Jorge Freire (293.868.371-53); Jurandir Cecilio Bezerra (293.817.201-00); Luiz Claudio Ferreira Maia (081.045.548-08); Rosemir Aparecido Ferreira (312.328.761-00); Victorino Ortiz (201.543.211-68)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3979/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.037/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alexandre Marcio Costa de Moura (022.057.787-06); Artur Franca Goncalves (230.451.912-15); Domingos Ozias (001.347.402-20); Francisco Carlos Custodio de Castro (499.170.137-68); Francisco Chaga da Silva Junior (606.521.442-68); Jorge Domingos dos Santos (040.404.142-68); Jusiano Ferreira da Silva (009.117.822-30); Max Andre de Souza Baia (879.373.012-87); Nelson de Moraes (005.675.312-87); Pedro Bezerra de Oliveira (030.595.612-49)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3980/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.068/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Altamar Gomes da Silva (370.137.690-53); Dalmar Jappe (418.969.550-53); Henrique Darin (380.566.150-91); Luciano Aires dos Santos (603.376.210-04); Luis Fernando Rolim Campelo (321.460.350-72); Manoel Abilio Padilha Filho (367.620.320-87); Marcos Adao Nogueira Monteiro (393.461.100-15); Paulo Geraldo da Cruz (403.979.550-49); Paulo Jair dos Santos Silva (305.145.090-15); Paulo Rogerio Pacheco de Oliveira (380.565.420-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3981/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.163/2020-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ernande Dias Melo (013.782.354-10); Karina Torres dos Santos (054.624.027-59)
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3982/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento da determinação constante no item "b" do Acórdão 13.711/2018-TCU-1a Câmara, decorrente de representação formulada pela SecexAgroAmbiental (TC 024.960/2014-4), relacionada ao controle do limite financeiro das operações realizadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, realizado, à época, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e, atualmente, pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtividade Rural do Ministério da Cidadania.

Considerando que a determinação monitorada foi prolatada nos seguintes termos:

"b) determinar ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), que:

b.1) estabeleça, com a participação conjunta da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), controles efetivos dos repasses que serão realizados futuramente aos beneficiários do PAA, a fim de que não sejam extrapolados os limites anuais estabelecidos nos respectivos decretos regulamentadores;"

Considerando que, no presente monitoramento, a SecexAgroAmbiental, por meio da instrução à peça 15, propõe considerar não mais aplicável a determinação, em razão da superveniência do Decreto 9.214/2017, que alterou o Decreto 7.775/2012, eliminando a proibição de acumulação de limites entre os diferentes executores da modalidade Compra com Doação Simultânea, por meio da alteração da redação do art. 19, § 4º, deste último, tendo em vista que a representação que originou a determinação deveu-se à extrapolação dos limites então estabelecidos;

Considerando, entretanto, que apesar da alteração da norma regente do PAA, ainda existem limites de fornecimento anual, por beneficiários fornecedores, nela estabelecidos, o que não afasta a necessidade dos controles objeto da determinação monitorada;

Considerando, por outro lado, as informações prestadas pelo GGPAA por meio da Nota 9/2020/SEDS/SEISP/DECOMP (peça 11, p. 1), dando conta da implementação de sistemas informatizados destinados ao controle dos limites estabelecidos no Decreto 7.775/2012, a exemplos dos sistemas SIGPAA e SISPAA;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item "b" do Acórdão 13.711/2018-TCU-1a Câmara;

b) dar ciência deste Acórdão ao Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

c) apensar este processo ao processo originário TC-024.960/2014-4, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009 c/c, o art. 169 inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-024.866/2020-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.5. Representação legal: não há.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 45 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 16 de março de 2021.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE JULGAMENTO
SESSÃO REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021

(VIDEOCONFERÊNCIA)

Presidente: EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Secretário-Geral: Juiz Federal MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Início da sessão: às 14h.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Ministro Presidente HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, Ministro JORGE MUSSI, Ministro VILLAS BÔAS CUEVA, Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Ministro SÉRGIO KUKINA (Suplente), Desembargador Federal I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, Desembargador Federal REIS FRIEDE, Desembargador Federal MAIRAN MAIA, Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, Desembargador Federal VLADIMIR SOUZA CARVALHO, bem como o Juiz Federal EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE), o Dr. LUIS CLÁUDIO ALLEMAND (Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB) e o Dr. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO (Representante do Ministério Público Federal - MPF).

Ausente, justificadamente, o Exmo. Sr. Ministro MARCO BUZZI.

O Ministro Presidente iniciou a sessão saudando todos os Conselheiros que integram o Colegiado, os representantes do Ministério Público Federal, da Associação dos Juízes Federais e da Ordem dos Advogados do Brasil. Saudou, adicionalmente, o Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas, Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal. De igual modo, estendeu os cumprimentos a todos os servidores e magistrados presentes e que acompanhavam a sessão por videoconferência.

Verificado o quórum, o Ministro Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal e submeteu a ata da Sessão Ordinária por videoconferência do dia 14/12/2020 à aprovação do Colegiado. Não havendo objeções, declarou-a aprovada.

Após, iniciou-se o julgamento dos processos pautados, cujos resultados estão registrados abaixo, conforme ordem de julgamento:

00001 - Processo: 0000007-57.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Tipo da Matéria: Solicitações de Créditos Adicionais.
Partes: Justiça Federal (Interessada).
Descrição: Referendo da Resolução CJF n. 689/2020, que trata da abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 689/2020, de 28 de dezembro de 2020, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00002 - Processo: 0000417-37.2019.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Tipo da Matéria: Programação Financeira e Alterações de Plano Orçamentário.
Partes: Justiça Federal (Interessada).
Descrição: Referendo da Resolução CJF n. 690/2021, que dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 690/2021, de 7 de janeiro de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00003 - Processo: 0006821-04.2019.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Tipo da Matéria: Precatórios e RPVs.
Partes: Justiça Federal (Interessada).
Descrição: Referendo da Resolução CJF n. 691/2021, que dispõe sobre a suspensão de dispositivos da Resolução CJF n. 458, de 4 de outubro de 2017, em face dos efeitos da medida cautelar proferida na ADI n. 6.556/DF pelo Supremo Tribunal Federal.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU REFERENDAR a Resolução CJF n. 691/2021, de 12 de janeiro de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00004 - Processo: 0003398-43.2020.4.90.8000 - 03 - Consulta
Tipo da Matéria: Regulamentação de procedimento.
Partes: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 (Consulente) e Justiça Federal de 1º e 2º Graus (Interessados).
Descrição: Consulta formulada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região acerca da viabilidade de regulamentação do procedimento de sequestro de valores da Fazenda Pública em razão de decisões judiciais.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU CONHECER da consulta para esclarecer ao consulente que não cabe ao Conselho da Justiça Federal regulamentar o procedimento de sequestro de verbas públicas em decorrência de decisões judiciais. Adicionalmente, para determinar à Secretaria do Conselho da Justiça Federal que realize tratativas com o Poder Executivo para que seja celebrado acordo de cooperação interinstitucional com vistas a ajustar o procedimento de descentralização de dotação orçamentária para fins de cumprimento de decisão judicial e uniformizar os procedimentos nas cinco Regiões da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00005 - Processo: 0004580-01.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Tipo da Matéria: Estrutura Orgânica do Conselho da Justiça Federal.
Partes: Justiça Federal (Interessada) e Conselho da Justiça Federal (Interessado).
Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 3, de 10 de março de 2008, para adequação à estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de alteração da Resolução CJF n. 3/2008, bem como a revogação do art. 1º da Resolução CJF n. 377/2015, visando a adequação da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00006 - Processo: 0000435-61.2020.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência
Tipo da Matéria: Competência Delegada.
Partes: Claudionei Slongo (Requerente), Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 (Requerido), Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Requerido) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 (Requerido).
Descrição: Pedido de providências apresentado pelo advogado Claudionei Slongo com o objetivo de que os Tribunais Regionais Federais adotem o critério de linha reta das vias pavimentadas para determinar quais comarcas estaduais permanecem com a competência delegada, prevista na Resolução CJF n. 603/2019, em matéria previdenciária.

Após o voto do relator pela procedência do pedido de providências, acompanhado pelos Conselheiros VILLAS BÔAS CUEVA e HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, inaugurou a divergência o Conselheiro VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS pela improcedência do pedido, sendo acompanhado pelos Conselheiros SÉRGIO KUKINA, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE e VLADIMIR SOUZA CARVALHO. Pediu vista o Conselheiro MAIRAN MAIA, aguarda o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Sustentou oralmente o requerente: Claudionei Slongo (OAB-RS 81.906).

00007 - Processo: 0002799-21.2020.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado
Tipo da Matéria: Procedimento de Controle Administrativo.
Partes: Ordem dos advogados do Brasil - Seccional do Paraná (Requerente), Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Requerido), Amanda Busetti Mori Santos (Advogada) e Cassio Lisando Telles (Advogado).
Descrição: Procedimento de controle administrativo apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Judiciária do Paraná, contra a Portaria TRF4 n. 1351/2019, pela qual se publicou a Lista das Comarcas da Justiça Estadual com competência federal delegada, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, para as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado e que se referirem a benefícios de natureza pecuniária.

Após o voto do relator pela parcial procedência do procedimento de controle administrativo, acompanhado pelos Conselheiros VILLAS BÔAS CUEVA e HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, inaugurou a divergência o Conselheiro VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS pela improcedência do pleito, sendo acompanhado pelos Conselheiros SÉRGIO KUKINA, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE e VLADIMIR SOUZA CARVALHO. Pediu vista o Conselheiro MAIRAN MAIA, aguarda o Conselheiro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Sustentou oralmente pelo requerente: Cássio Lisandro Telles (OAB-PR 15.225).

00008 - Processo: 0002732-14.2020.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado
Tipo da Matéria: Procedimento de Controle Administrativo.
Partes: Guilherme Soares Diniz (Requerente), Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 (Requerido), Eugênio Valença de Sá (Advogado) e Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (Advogado).
Descrição: Procedimento de Controle Administrativo proposto contra decisão proferida pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que, por maioria, indeferiu pedido de reembolso de curso de pós-graduação stricto sensu.

O Conselho, por maioria, DECIDIU JULGAR IMPROCEDENTE o Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto divergente apresentado pelo Conselheiro VLADIMIR SOUZA CARVALHO. Vencidos os Conselheiros JORGE MUSSI (Relator), VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR e MAIRAN MAIA. Lavrará o acórdão o Conselheiro VLADIMIR SOUZA CARVALHO. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Sustentou oralmente pelo requerente: Eugênio Valença de Sá (OAB-PE 35.699).

00009 - Processo: 0002051-38.2020.4.90.8000 - 03 - Consulta
Tipo da Matéria: Auxílio-Reclusão.
Partes: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 (Consulente) e Justiça Federal (Interessada).
Descrição: Consulta apresentada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na qual questiona acerca da eventual necessidade de adequação da determinação disposta no art. 33 da Resolução CJF n. 02/2008 às novas diretrizes constitucionais resultantes da revogação do art. 13 da Emenda Constitucional n. 20/1998 pela Emenda Constitucional n. 103/2019.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU CONHECER DA CONSULTA para reconhecer a aplicação da norma do art. 27 da EC n. 103/2019 aos servidores do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como para adequar o § 1° do art. 33, da Resolução CJF n. 02/2008, ao dispositivo retromencionado, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00010 - Processo: 0004258-02.2019.4.90.8000 - 03 - Consulta
Tipo da Matéria: Assistência à Saúde.
Partes: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2 (Consulente) e Justiça Federal (Interessada).
Descrição: Consulta formulada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região com sugestão de alteração de dispositivo da Resolução CJF n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, a fim de que se permita a cada Tribunal gerir de forma mais efetiva os recursos orçamentários destinados ao programa de assistência à saúde de magistrados e servidores da respectiva Região.

O Conselho, por voto de desempate, DECIDIU NÃO APROVAR a proposta de alteração do § 2º do art. 41 da Resolução CJF n. 2/2008, nos termos do voto divergente do Conselheiro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Vencidos os Conselheiros VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS (Relator), VLADIMIR SOUZA CARVALHO, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, REIS FRIEDE e MAIRAN MAIA. Lavrará o acórdão o Conselheiro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

00011 - Processo: 0000737-11.2020.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência
Tipo da Matéria: Assistência à Saúde.
Partes: AJUFE - Associação dos Juízes Federais do Brasil (Requerente).
Descrição: Proposta de adequação da Resolução n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, do Conselho da Justiça Federal, especialmente ao que dispõe o art. 5º, § 3º, da Resolução n. 294, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, que estipula o reembolso de despesas com auxílio-saúde em até 10% do valor do subsídio dos magistrados.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU INDEFERIR o pedido da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, esclarecendo que a Resolução CJF n. 2/2008 encontra-se adequada aos termos do art. 5º da Resolução CNJ n. 294/2019, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO

EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Na sequência, com relação ao item 12 da pauta, o Presidente, Ministro Humberto Martins, esclareceu que se tratava de pedido de providências, no qual foi deferido, pelo relator, o pedido de sigilo dos autos, convertendo-se a sessão pública em sessão reservada. Assim, determinou o encerramento da transmissão da sessão no YouTube. Pediu, ainda, o esvaziamento da sala de sessões, autorizada a permanência apenas dos assessores, dos Juízes Auxiliares e, se tivesse, dos advogados das partes.

Ato contínuo, procedeu-se ao julgamento do item 12 da pauta, cujo resultado está registrado abaixo:

00012 - Processo: 0000357-21.2021.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência

Tipo da Matéria: Homologação de Decisão.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Requerente) e I.C.R. (Interessada).

Descrição: Homologação de decisão administrativa proferida pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos termos do art. 3º da Resolução CJF n. 224/2012.

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU HOMOLOGAR, nos termos do art. 3ª da Resolução CJF n. 224/2012, o pagamento autorizado pelo Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos termos do voto do relator, com alteração da redação da ementa proposta pelo Conselheiro SÉRGIO KUKINA (Suplente), bem como APROVAR a alteração do art. 18, § 3º, da Resolução CJF n. 2/2008, com a redação proposta pelo Presidente. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 22 de fevereiro de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SÉRGIO KUKINA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Finalizado o julgamento dos processos pautados, a sessão foi encerrada definitivamente às 17h42, de 22 de fevereiro de 2021, tendo sido aprovada, na sessão de 15 de março de 2021, a presente ata contendo os aspectos mais importantes da sessão, que foi gravada em áudio e vídeo disponíveis para consulta.

JUIZ FEDERAL MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente do Conselho da Justiça Federal

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

Certidão de julgamento - 0203615
Processo:
0004585-16.2020.4.90.8000 - 09 - Processo Administrativo Comum
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
15/03/2021 14:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o Relatório de Gestão/Atividades do Conselho da Justiça Federal, exercício de 2020, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 15 de março de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, VLADIMIR SOUZA CARVALHO e MESSOD AZULAY NETO (Suplente).

Certidão de julgamento - 0203616
Processo:
0003511-18.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
15/03/2021 14:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de normativo que altera os artigos 6º, 7º e 8º da Resolução CJF n. 632/2020, bem como insere o art. 7º-A, acolhendo em parte a sugestão do Conselheiro Victor Luiz dos Santos Laus. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 15 de março de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, VLADIMIR SOUZA CARVALHO e MESSOD AZULAY NETO (Suplente).

Certidão de julgamento - 0203617
Processo:
0002149-86.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
15/03/2021 14:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU ACOLHER a proposta de resolução que aprova como projeto nacional da Justiça Federal a implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 15 de março de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, VLADIMIR SOUZA CARVALHO e MESSOD AZULAY NETO (Suplente).

Certidão de julgamento - 0203618
Processo:
0001217-16.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
15/03/2021 14:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a instituição de instrumentos de avaliação, direcionamento e monitoramento de gestão de pessoas a serem aplicados aos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 15 de março de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, VLADIMIR SOUZA CARVALHO e MESSOD AZULAY NETO (Suplente).

Certidão de julgamento - 0203619
Processo:
0001567-65.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
15/03/2021 14:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de normativo que dispõe sobre a alteração da Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário, 15 de março de 2021. Presentes à sessão os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, ASSUSETE DUMONT REIS MAGALHÃES (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS, VLADIMIR SOUZA CARVALHO e MESSOD AZULAY NETO (Suplente).

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL

PROVIMENTO Nº 1/CG-CJFN, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a metodologia aplicada às inspeções e autoinspeções no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de revisar os parâmetros metodológicos aplicados à inspeção e autoinspeção;

CONSIDERANDO que os Tribunais Regionais Federais, bem como seus respectivos gabinetes e unidades processantes devem inspecionar, de forma permanente, seus próprios acervos e processos de trabalho;

CONSIDERANDO a permanente necessidade de atualização e adequação dos procedimentos de gestão administrativa da Corregedoria-Geral da Justiça Federal para alcançar resultados mais efetivos; , resolve:

Art. 1º Dispõe sobre a metodologia de trabalho a ser observada nas realizações de inspeção e de autoinspeção.

Parágrafo único. Para fins deste provimento, considera-se:

I - Autoinspeção - de responsabilidade dos Tribunais Regionais Federais, será realizada nos gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, dos desembargadores federais, dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional e nas secretarias dos órgãos colegiados;

II - Inspeção - de responsabilidade da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, destina-se a verificar fatos que interessem à instrução de processos em tramitação na Corregedoria-Geral, bem como ao funcionamento dos órgãos administrativos e jurisdicionais, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. A inspeção será realizada nos Tribunais Regionais Federais, abrangendo os gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria, dos desembargadores federais, dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional, das secretarias dos órgãos colegiados e demais unidades do Tribunal, quando necessário.

Seção I

Das Informações Gerais

Art. 2º Os gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria Regional, dos desembargadores federais, dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional, as secretarias dos órgãos colegiados e demais unidades inspecionadas prestarão informações à Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Art. 3º Cada unidade será responsável pelo preenchimento e pela transmissão de informações sobre a autoinspeção e inspeção à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, utilizando a ferramenta eletrônica denominada "Sistema de Inspeção - SINSP".

§ 1º As informações contemplarão dados sobre a unidade e providências a serem adotadas nos processos inspecionados.

§ 2º As informações serão prestadas:

I - até o final do mês da realização da autoinspeção;

II - antes da abertura da inspeção, em intervalo de tempo a ser designado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

§ 3º A Corregedoria-Geral da Justiça Federal orientará as unidades para a utilização da ferramenta.

Seção II

Da Autoinspeção

Art. 4º Na autoinspeção, os gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, dos desembargadores federais, dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional e as secretarias dos órgãos colegiados do Tribunal Regional Federal inspecionarão seus acervos e serviços auxiliares.

§ 1º Cada desembargador federal ou juiz federal convocado para substituição de desembargador inspecionará o respectivo gabinete.

§ 2º O juiz federal convocado para auxílio à função jurisdicional inspecionará o acervo a ele atribuído.

§ 3º O desembargador federal presidente de colegiado inspecionará a respectiva secretaria.

§ 4º A inspeção do acervo caberá ao magistrado ao qual o feito tiver sido distribuído, registrado, ou atribuído, ainda que localizado em outro órgão ou em carga, salvo:

I - os processos com recurso interposto para outros tribunais em fase de admissibilidade ou de remessa, a serem inspecionados pelo magistrado responsável pelo juízo de admissibilidade;

II - os processos conclusos para voto-vista, a serem inspecionados pelo vistor.

Art. 5º Cada unidade será autoinspecionada pelo período de até uma semana.

§ 1º O titular da unidade designará a data para autoinspeção, comunicando o Presidente do Tribunal Regional Federal no mês anterior ao início desta.

§ 2º É vedada a designação de autoinspeção em período de férias do magistrado responsável pela unidade.

§ 3º O Presidente do Tribunal Regional Federal dará publicidade ao calendário de autoinspeções e o comunicará à Corregedoria-Geral da Justiça Federal até o final do mês anterior ao seu início.

§ 4º A autoinspeção ocorrerá:

I - Em anos pares:

a) 1ª Região, no mês de agosto;

b) 4ª Região, no mês de maio;

c) 5ª Região, no mês de outubro;

II - Em anos ímpares:

a) 2ª Região, no mês de setembro;

b) 3ª Região, no mês de junho.

Art. 6º No curso da autoinspeção serão verificadas, no mínimo, as informações exigidas no formulário eletrônico disponibilizado no SINSP.

§ 1º Estarão sujeitos à autoinspeção todos os processos do gabinete, especialmente os que se encontrarem nas seguintes situações:

a) processos que se enquadrem em metas do Conselho Nacional de Justiça;

b) apelações e recursos ordinários em ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa e ações pleiteando interesses metaindividuais;

c) apelações e recurso em sentido estrito em ações penais com réus presos;

d) habeas corpus sem liminar analisada, conclusos há mais de 30 (trinta) dias;

e) feitos com liminares deferidas por decisão unipessoal não submetida ao Colegiado, conclusos há mais de 60 (sessenta) dias;

f) inquéritos e ações penais de competência originária do Tribunal;

g) autos conclusos por pedido de vista há mais de 30 (trinta) dias;

h) processos retirados de pauta, adiados ou baixados em diligência;

i) recursos internos conclusos há mais de 60 (sessenta) dias e demais processos conclusos há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º As secretarias dos órgãos colegiados inspecionarão os feitos localizados na unidade, que estejam pendentes de diligência por mais de 60 dias, assim como os seguintes controles:

a) processos retirados de pauta;

b) processos adiados;

c) processos baixados em diligência;

d) pedidos de vista de processos pautados;

e) sessões realizadas;

f) acórdãos lavrados;

g) acórdãos publicados;

h) tempo médio de publicação (dias);

i) publicação em prazo superior a 10 dias;

j) pendentes de publicação;

k) processos retirados em carga;

l) documentos pendentes de digitalização ou de juntada.

§ 3º Poder-se-á deixar de inspecionar os processos:

a) sobrestados, suspensos e arquivados;

b) remetidos para digitalização;

c) movimentados nos últimos 30 (trinta) dias.

§ 4º Nas hipóteses dos §§ 1º e 2º deste artigo, deverão ser inspecionados, no mínimo, 80 processos;

§ 5º Encontrados erros ou atraso de tramitação, a unidade deverá lançar no sistema SINSP as providências adotadas para regularização da marcha processual.

Seção III

Da Inspeção

Art. 7º A Corregedoria-Geral da Justiça Federal inspecionará os acervos e os serviços auxiliares do Tribunal Regional Federal inspecionado, com o apoio das unidades inspecionadas.

Art. 8º A inspeção ocorrerá:

I - Em anos ímpares, nas 1ª, 4ª e 5ª Regiões;

II - Em anos pares, nas 2ª e 3ª Regiões.

Parágrafo único. Com antecedência, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal fixará o calendário de inspeções e designará datas para o fornecimento das informações prévias.

Art. 9º Os gabinetes da Presidência, da Vice-Presidência, da Corregedoria Regional, dos desembargadores federais, dos juízes federais convocados para o exercício da atividade jurisdicional e as secretarias dos órgãos colegiados fornecerão, no prazo fixado pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal, informações prévias, utilizando formulário eletrônico disponibilizado no SINSP.

§ 1º A unidade inspecionará os processos previamente indicados pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

§ 2º Encontrados erros ou atraso de tramitação, a unidade deverá lançar no SINSP as providências adotadas para regularização da marcha processual.

§ 3º Aplicam-se os parágrafos do art. 3º quanto à responsabilidade pelas informações e pela inspeção dos processos.

Art. 10. A Corregedoria-Geral da Justiça Federal poderá inspecionar presencialmente todas as unidades do Tribunal.

Parágrafo único. Estarão sujeitos à inspeção presencial:

a) todos os processos, ainda que sobrestados, suspensos ou arquivados;

b) os bens integrantes da unidade ou dos serviços judiciários, observando-se o estado de conservação, manutenção e limpeza.

Art. 11. Antes do início da inspeção, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal expedirá comunicação ao Tribunal Regional Federal:

I - que definirá os processos a serem disponibilizados para inspeção pelas equipes da Corregedoria-Geral;

II - que requisitará informações complementares.

Seção IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 12. A programação anual das inspeções e correições será apresentada no 1º trimestre de cada ano, nos termos do art. 17, inciso III, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal.

Art. 13. Ficam revogados os provimentos: n. 5, de 31/8/2012; n. 9, de 8/10/2012; n. 17, de 16/12/2014; Provimento CJF-PRV-2015/00018, de 10/4/2015; CJF-PRV-2015/00019, de 6/5/2015; CJF-PRV-2016/00001, de 16/9/2016; CJF-PRV-2017/00001, de 28/3/2017; Provimento CG-CJF n. 2, de 16 de agosto de 2018; Provimento n.e 3/2019/CG-CJF, de 19/3/2019; e Provimento n. 4/2019/CG-CJF, de 28/3/2019.

Art.14. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JORGE MUSSI
Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 217/2020 (PAe 000217.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000036/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 23 de outubro de 2020. (data do julgamento) CLEITON CASSIO BACH, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 190/2020 (PAe 000190.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000015/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 14, 18 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 18 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 22 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de novembro de 2020. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 194/2020 (PAe 000194.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002882/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 19 de novembro de 2020. MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; IRENE ABRAMOVICH, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 198/2020 (PAe 000198.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000165/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de novembro de 2020. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; RÉGIA MARIA DO SOCORRO VIDAL DO PATROCINIO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 203/2020 (PAe 000203.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000009/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 45 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 17 e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 1º, 17 e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. ANDRE SOARES DUBEUX, Presidente da Sessão; MARCO TULIO MUNIZ FRANCO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 205/2020 (PAe 000205.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP 000013/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial aos recursos, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou aos apelantes/denunciados a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhes a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, sendo o 1º apelante/denunciado por infração aos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 50, 58, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 50, 58, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18); o 2º apelante/denunciado por infração aos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 35, 50, 58, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 35, 50, 58, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18); o 3º apelante/denunciado por infração aos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 40, 50, 58, 65, 66, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º, 10, 14, 18, 30, 40, 50, 58, 65, 66, 68, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; ARMANDO BOCCHI BARLEM, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 215/2020 (PAe 000215.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 126675/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU os apelados/denunciados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; ANDRE SOARES DUBEUX, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 216/2020 (PAe 000216.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000050/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 218/2020 (PAe 000218.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000016/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU o apelado/denunciado, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de novembro de 2020. (data do julgamento) HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Presidente da Sessão; TOMÉ CESAR RABELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 221/2020 (PAe 000221.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000082/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 18, 58 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 58 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de novembro de 2020. (data do julgamento) HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Presidente da Sessão; TOMÉ CESAR RABELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 222/2020 (PAe 000222.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (PEP nº 000010/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de novembro de 2020. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; MAÍRA PEREIRA DANTAS, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 224/2020 (PAe 000224.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000038/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; VENANCIO GUMES LOPES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 225/2020 (PAe 000225.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000068/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de novembro de 2020. (data do julgamento) TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Presidente da Sessão; RICARDO SCANDIAN DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 227/2020 (PAe 000227.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011556/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado/denunciado a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 29, 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de novembro de 2020. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; MARCOS LIMA DE FREITAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 184/2020 (PAe 000184.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.484-441/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 2º, 10, 18 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10, 18 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de dezembro de 2020. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; FLÁVIO FREITAS BARBOSA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 210/2020 (PAe 000210.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000078/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de dezembro de 2020. (data do julgamento) LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 219/2020 (PAe 000219.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000022/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 14, 102 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 102 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de dezembro de 2020. (data do julgamento) MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; ANDRE SOARES DUBEUX, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 236/2020 (PAe 000236.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (PEP nº 000016/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de dezembro de 2020. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 238/2020 (PAe 000238.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.707-058/16) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando as infrações aos artigos 5º, 21 e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de dezembro de 2020. MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; ARMANDO BOCCHI BARLEM, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 248/2020 (PAe 000248.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000039/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando a infração ao artigo 10 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de dezembro de 2020. MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 249/2020 (PAe 000249.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000133/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 9 de dezembro de 2020. (data do julgamento) TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

Brasília-DF, 15 de março de 2021.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO CRCMG Nº 427, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera dispositivos da Resolução CRCMG n.º 421/2020.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o § 3º do Art. 5º da Resolução CRCMG n.º 421/2020, que dispõe sobre a seleção e a nomeação dos delegados representantes do CRCMG, que passa vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Os membros da comissão permanente deverão atender aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II, III, VI e IX do artigo 3º desta resolução.

Art. 2º Ficam revogados os incisos VII, X e XI do Art. 9º e os incisos I, II e III do Art. 18 da Resolução CRCMG n.º 421/2020.

Art. 3º Fica alterado o inciso I do Art. 19 da Resolução CRCMG n.º 421/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - revelar sua senha de acesso ao Espaço de Delegados, disponível no portal do CRCMG, ou permitir seu uso por terceiros;

Art. 4º Fica alterado o inciso II do Art. 19 da Resolução CRCMG n.º 421/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II - facilitar o acesso, disponibilizar ou divulgar quaisquer informações confidenciais e demais informações de propriedade do CRCMG, para terceiros ou para quaisquer grupos de discussão, fóruns, blogs e comunidades na internet, bem como utilizar, nesses meios, a logomarca do CRCMG sem prévia autorização, por escrito, da entidade;

Art. 5º Fica alterado o inciso V do Art. 19 da Resolução CRCMG n.º 421/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

V - firmar contratos e quaisquer tipos de termos de parceria em nome do CRCMG;

Art. 6º Fica incluído o inciso VI do Art. 19 da Resolução CRCMG n.º 421/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

VI - receber documentos de profissionais ou atenticar cópias de documentos em nome do CRCMG.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada na 2ª reunião plenária, realizada em 26 de fevereiro de 2021.

CONTADORA ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO COREN-CE Nº 15, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

Acrescenta o Parágrafo 7º ao Art. 3º, da DECISÃO COREN/CE N.º 100/2020, que dispõe sobre o valor das taxas e serviços efetuados no âmbito do COREN/CE, para o exercício de 2021 e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão COREN/CE n.º 021/2012, e CONSIDERANDO Resolução COFEN n.º 560/2017 - Alterada pela Resolução COFEN n.º 580/2018; CONSIDERANDO que o art. 12, Resolução COFEN n.º 560/2017 - Alterada pela Resolução COFEN n.º 580/2018, possui a previsão de que a Carteira Profissional de Identidade, o diploma ou o certificado poderão ser remetidos ao inscrito via Correios com Aviso de Recebimento (AR), desde que seja requerido pelo interessado e efetuado o pagamento da tarifa de envio; CONSIDERANDO que o acréscimo do referido parágrafo não representa criação de nova taxa ou serviço, visto que já há previsão na Resolução COFEN n.º 560/2017, mas tão somente concretiza a possibilidade de envio da Carteira de Identidade Profissional via Correios; CONSIDERANDO Despacho da Procuradoria Jurídica do COREN/CE n.º 049/2021; CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo n.º 090/2021; CONSIDERANDO a solicitação dos profissionais de Enfermagem do estado do Ceará pelo serviço de envio da Carteira de Identidade Profissional Via Correios em virtude do período de pandemia atualmente vivenciado; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 553ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de janeiro de 2021; resolve:

Art. 1º - Acrescentar ao art. 3º, da Decisão COREN/CE n.º 100/2020, de 20 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 218, Seção 1, de 16 de novembro de 2020, o seguinte parágrafo: Art. 3º - omissis. [....] §7º. Caso o solicitante do serviço opte pelo envio da documentação requerida "via Correios", o valor da remessa por ser considerado uma tarifa será calculado conforme tabela oficial disponibilizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sempre mediante "AR - Aviso de Recebimento", na forma da Resolução COFEN n.º 560/2017 - Alterada pela Resolução COFEN n.º 580/2018. Art. 2º - O presente Ato Decisório dependerá para entrar em vigor de homologação do COFEN. Homologado pela Decisão COFEN nº. 037/2021.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA

DECISÃO COREN-RO N° 7, DE 25 DE JANEIRO DE 2021

Aprova o Caderno de Atribuições das Unidades Funcionais do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Coren-RO Nº 002/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura administrativa com vistas ao aprimoramento da governança do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia e ao atendimento de forma plena às boas práticas de gestão pública, de modo a maximizar esforço organizacional no cumprimento das regras constantes nos dispositivos legais e regimentais que norteiam as ações deste Conselho;

CONSIDERANDO a necessidade de definir sua estrutura administrativa por meio da criação de assessorias, departamentos, divisões e setores, disciplinando seus objetivos, atribuições e respectivos vínculos internos;

CONSIDERANDO que cabe ao Coren-RO, face à dinâmica da Gestão Pública, promover a qualquer tempo a reorganização ou reestruturação administrativa, devendo, em todo o caso, manter atualizado as atribuições das Unidades de Funcionais do Coren-RO;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 73ª Reunião Ordinária, ocorrida em Porto Velho-RO, no dia 22 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Caderno de Atribuições das Unidades Funcionais do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia, anexo, que é parte integrante do presente ato.

Art. 2º A presente Decisão entra em vigor a partir da sua homologação pelo Plenário do Cofen, e posterior publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

RÉGIS ANDRÉ GEORG
Secretário

